



História do

Conselho Regional de Economia 2ª Região São Paulo



3ª Edição – Revista e Ampliada



CORECON ^{SP}
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

História do Conselho Regional de Economia 2ª Região São Paulo

3ª edição – revista e ampliada



CORECON  SP

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - SP

CORECO





História do Conselho Regional de Economia 2ª Região São Paulo

3ª Edição – Revista e Ampliada



narrativa-um

São Paulo, outubro de 2023

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 2ª REGIÃO SÃO PAULO

PRESIDENTE

Pedro Afonso Gomes

VICE-PRESIDENTE

Odilon Guedes Pinto Junior

COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO – CONSELHEIROS

Conselheiros Efetivos

Pedro Afonso Gomes

Odilon Guedes Pinto Junior

Antonio José Corrêa do Prado

Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior

Gil Marcos Clarindo dos Santos

Haroldo da Silva

José Marcos de Campos

Julio Manuel Pires

Luis Paulo Rosenberg

Nancy Goretti Gorgulho Chaves Braga

Ricardo Tadeu Martins

Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça (licenciado)

Welinton dos Santos (em exercício)

Conselheiros Suplentes

Alessandra Cocarelli Alves Ribeiro

Antônio Fernando Gomes Alves

Carlos Alberto Cordeiro da Silva

Cristina Fróes de Borja Reis (licenciada)

Fernanda Della Rosa

Guilherme de Oliveira Santos Dietze

José Paulo de Araújo Cunha

Marcel Domingos Solimeo

Ricardo Ferreira Gennari

Rodrigo da Silva Mariano

Salete Aparecida Rossi Lara

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 2ª REGIÃO SÃO PAULO

Rua Libero Badaró, 425 - 14º andar

Centro – 01009-905 – SP

Fone: (11) 3291-8700

coreconsp.gov.br

Prefácio à 3ª edição, outubro de 2023

PEDRO AFONSO GOMES Presidente do Corecon-sp

As Instituições, notadamente as corporações profissionais, ganham importância e tornam-se imprescindíveis na medida em que cumprem as finalidades para as quais foram criadas, vencendo desafios e obstáculos e, criativamente, adaptam-se aos novos tempos e atualizam a sua missão, servindo àqueles que representam e à sociedade em geral, sempre buscando a excelência em sua gestão e uso mais correto dos recursos que lhe são colocados à disposição.

A história do Conselho Regional de Economia da 2ª. Região (CORECON-SP) inicia-se, de fato, 18 anos antes de sua instalação, mais precisamente no dia 11/01/1935, quando os primeiros 34 bacharéis em Ciências Econômicas formados no Estado de São Paulo reuniram-se e concluíram que unidos seriam fortes e que separados poderiam nunca consolidar a profissão, então criaram uma entidade provisória, que, quatro meses depois, transformou-se no atual Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo.

Não foi fácil convencer a sociedade e as autoridades do valor que o Economista poderia ter para o desenvolvimento econômico e social de São Paulo e do Brasil, mas, com muita criatividade, os pioneiros conseguiram firmar o conceito e a importância da nova categoria.

Personagem central dessa primeira fase, o primeiro Presidente do CORECON-SP, Ubirajara Dib Zogaib, resumiu, em 16/11/1953, no discurso que fez quando da instalação formal da entidade, as constatações e os sonhos daqueles jovens e não tão jovens primeiros Economistas registrados em nosso Estado:

“De agora em diante, ninguém poderá intitular-se Economista sem que esteja devidamente registrado e, portanto, sujeito às penalidades previstas na lei, por dolo, má fé, fraude ou incompetência profissional. De agora em diante, estará a classe preparada para a sua grande missão, humana e generosa, de lutar com afinco e eficiência pela elevação do padrão de vida dos brasileiros. Estarão unidos os Economistas numa luta nova, de libertação do povo da miséria, caminhando da atual predominante economia de escassez para uma aspirada

e possível economia de abundância, em que os homens, despreocupados das necessidades materiais, poderão alçar-se às elevadas cogitações espirituais.”

Nem tudo se concretizou, mas temos a esperança. Fernando Birri disse que a utopia serve para que nunca deixemos de caminhar. Antonio Machado escreveu que não há caminho, pois o caminho se faz ao caminhar.

Este livro tenta resumir o que se realizou nestes 70 anos, fruto do trabalho dos Presidentes, Vice-Presidentes, Conselheiros, Delegados, Professores, Estudantes, Colaboradores, e, especialmente, dos Economistas, que são a razão da existência do CORECON-SP e que labutam no dia a dia da profissão, dignificando-a e elevando o nosso conceito perante a sociedade.

Prefácio à 2ª edição, dezembro de 2015

MARCO ANTONIO SANDOVAL DE VASCONCELLOS Presidente do Corecon-SP

WILSON ROBERTO VILLAS BOAS ANTUNES Vice-presidente do Corecon-SP

Esta edição atualiza e revisa a anterior, relatando as atividades do Corecon desenvolvidas no período de 2009 a 2015. Corresponde às gestões dos presidentes Antonio Luiz de Queiroz Silva (2009), Carlos Alberto Safatle (2010), Heron Carlos Esvael do Carmo (em seu terceiro mandato em 2011), Manuel Enriquez Garcia (2012-2014) e Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos (2015).

Neste período foi dada continuidade aos programas lançados em gestões passadas, tais como a Gincana Estadual de Economia (que atingiu sua 13ª edição em 2015), o Fórum de Perícias e o apoio às entidades coirmãs: Ordem dos Economistas do Brasil (OEB) e Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo (SINDECON). Foram também mantidos o apoio aos encontros promovidos pelo Conselho Federal de Economia (COFECON), quais sejam, ao Congresso Brasileiro de Economia e ao Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE), bem como a entidades como: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE), Sociedade Brasileira de Econometria (SBE) e Sociedade Brasileira de Finanças (SBF).

Nos últimos sete anos foi dado apoio à modernização e ao reequipamento das Delegacias Regionais e reforçada a atuação junto às faculdades de Economia do Estado, patrocinando eventos e participando de debates e palestras promovidos por elas. O CORECON-SP também participou de vários encontros em todo o País a convite dos CORECONS dos mais diversos Estados.

Em conjunto com a Ordem dos Economistas do Brasil, presidida atualmente por Manuel Enriquez Garcia, destacamos especialmente a consolidação da TV Economista, criada na gestão de Wilson Roberto Villas Boas Antunes, com o apoio do então presidente da Ordem, o saudoso Francisco Coelho. Por meio dela tem sido dada ampla divulgação dos eventos de interesse dos economistas, promovidas entrevistas com alguns dos mais importantes economistas do Estado e do País, além de realizada a análise semanal dos resultados apresentados pela Pesquisa Focus do Banco Central, na qual são toma-

das as opiniões de economistas de mercado e da academia com previsões sobre os indicadores de comportamento da economia brasileira.

A partir de 2014, na gestão de Manuel Enriquez Garcia (“professor Manolo”), o Corecon vem promovendo, em conjunto com as Delegacias Regionais, os Encontros Paulistas de Economia do Estado de São Paulo, primeiramente em Campinas, e em 2015 em São José dos Campos, com a presença de economistas, estudantes e autoridades locais.

Destaca-se também a tradicional premiação às melhores monografias do Estado de São Paulo, premiação ampliada também para os Estados do Ceará, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Bahia, Pará, Amazonas e Acre, entre outros. Também a partir da gestão do professor Manolo passaram a ser premiados os melhores alunos dos cursos de Economia do Estado de São Paulo.

Além da continuidade dos encontros mensais do Fórum de Perícias, a partir de 2015, sob a coordenação do professor José Dutra Vieira Sobrinho, vem sendo promovidas palestras gratuitas, também mensais, sobre temas de interesse nacional, na área de Economia e Finanças.

Em 2011 foi criada a Comenda Ministro Mario Henrique Simonsen, no ensejo das comemorações dos 60 anos da profissão de Economista, outorgada a personalidades ou instituições que tenham se destacado por suas atividades no ramo das Ciências Econômicas ou prestado relevantes serviços à Economia, bem como em outras atividades socioculturais. Em 2012 foi criada a Medalha Celso Furtado, com a qual foram homenageados economistas registrados há mais de 30 anos no Corecon de São Paulo. Ambas distinções foram sugeridas e coordenadas pelo conselheiro Afonso Arthur Neves Baptista.

Procuramos, assim, atender as demandas exigidas pela nossa profissão, buscando acompanhar as mudanças tanto do perfil dos colegas economistas como da própria economia brasileira.

Economia ontem e hoje *Prefácio à 1ª edição em dezembro de 2008*

WALDIR PEREIRA GOMES *Presidente do Corecon-sp*

Ao longo da história, os economistas sempre foram conclamados a se pronunciar em momentos determinantes de crescimento ou estagnação da economia do país. Ontem e hoje, eram e ainda são requisitados para traçar metas, desenvolver planos e fazer projeções de um futuro que se aproxima.

Se a história do Brasil nos mostra que, em decorrência dos altos e baixos da economia, estes profissionais ganharam espaço nas decisões políticas e o prestígio da opinião pública, o atual momento de crise econômica é bastante oportuno para contar a trajetória da profissão no Brasil e seus desdobramentos até os dias atuais.

Numa tentativa de resgatar a história e ressaltar a importância salutar da classe, a atual gestão do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-sp) nos brinda com este livro que traça o caminho percorrido pela economia do País, uma leitura recomendada para os jovens economistas que pretendem abrilhantar o futuro dessa importante profissão.

Nas páginas a seguir, com a expectativa de mostrar especialmente aos futuros profissionais qual foi o caminho percorrido pela economia brasileira até aqui, revelações do passado e importantes decisões políticas que desencadearam efeitos positivos e negativos para a profissão contam como a economia conquistou sua posição respeitável.

Em 1935, com a criação da Ordem dos Economistas de São Paulo (atual Ordem dos Economistas do Brasil), começa a história da profissão que, anos mais tarde, marcaria o destino de um país. Em 1951, o primeiro marco regulamentando as atividades dos economistas evidenciou a necessidade de Conselhos Profissionais para o registro e fiscalização dos economistas em exercício. Nasceram os Conselhos Regionais como o Conselho Regional de Economistas Profissionais da 2ª Região (CREP), hoje denominado Corecon-sp.

Ao contrário dos tempos de crescimento suscitados na década de 50, com os planos do então Presidente Juscelino Kubitschek, a economia brasileira entraria nos anos 60 em uma profunda crise. Várias reformas foram instauradas a fim de resgatar o cenário econômico promissor que o Brasil acreditava e

tanto esperava. Em contrapartida, crescia o número de estudantes nos cursos de graduação em Economia, o que apontava o prestígio da profissão.

A década de 70 foi extremamente marcante na história da economia, da sociedade brasileira e, conseqüentemente, da história do Corecon-sp. De 1968 a 1973, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu a uma média de 11%, a justificar o rótulo de “milagre econômico”. Mas a partir de 1974, o ritmo médio de crescimento da economia do País declinou. Entre 1974 e 1983, a taxa média de crescimento foi de 4,3% alternando anos de expansão acelerada (como os 10,3% de 1976) com anos de recessão (como os -4,3% de 1981). A instabilidade era o reflexo de profundos desequilíbrios instalados na economia nacional.

Em 1974, o aumento da dívida externa numa época de grande liquidez no mercado financeiro internacional, por sua vez, garantiu recursos para cobrir o déficit na balança comercial. Mas a medida não duraria muito tempo. Em 1979, o Banco Central norte-americano, Federal Reserve, elevou sua taxa de juros abruptamente para enfrentar a inflação e o desequilíbrio da economia norte-americana. O Brasil sentiu os efeitos e a crise econômica se instalou por aqui.

A conjuntura macroeconômica instável ampliou a atuação dos economistas que a todo momento eram questionados sobre mudanças no cenário e – mesmo os não especializados – eram convocados a dar explicações para o que ocorria. Neste momento, os Conselhos Profissionais ganhavam força e os economistas eram freqüentemente chamados a tratar de tais questões, o que foi muito positivo para a classe.

Ao passo que sua importância era inquestionável, os economistas ganharam importantes batalhas para regulamentar a profissão e defender seu mercado. Assim, os Conselhos Regionais se estruturavam física e administrativamente para atender a demanda da classe. Eles discutiam com profissões correlatas, como administração e contabilidade, suas atribuições exclusivas. Ao mesmo tempo, lutavam pela melhoria na qualidade da formação do profissional.

O prestígio profissional e a oferta de emprego aos Economistas, especialmente no período 1950-1980,

fez com que o número de cursos e de Economia crescessem a taxas elevadas, bem acima da média de outras profissões. O número excessivo de economistas e a proliferação de escolas de Economia, com a conseqüente deterioração do nível de ensino, levou o Conselho Federal de Economia (Cofecon) a manifestar ao MEC (Ministério da Educação) sua preocupação sobre a saturação do trabalho profissional do economista e a inadequação dos currículos dos cursos de graduação em Ciências Econômicas em face da realidade do mercado de trabalho. Se nas três primeiras décadas da regulamentação da profissão havia uma completa desvinculação entre os Conselhos de Economia e os órgãos governamentais responsáveis pelo ensino (MEC e Conselho Federal de Educação), a partir de 1982, com a articulação dos Conselhos de Economia, deu-se início a discussão do novo “Currículo Mínimo” que culminou, em 1984, com a Resolução 11/84, do Conselho Federal de Educação, responsável por profundas e modernas modificações no ensino da Economia.

A partir daí criou-se uma nova e histórica área de atuação dos Conselhos de Economia consubstanciada no incentivo para a criação da Ange-Associação Nacional dos Cursos de Graduação de Economia, no apoio à Anpec-Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia e na premiação (por todos os Corecons) dos melhores trabalhos de Monografia – trabalho individual de conclusão do curso de Economia, instituído pela Resolução 11/84.

Essa histórica atuação culminou com expressiva participação dos Conselhos na recente edição, por parte do Conselho Nacional de Educação, das novas Diretrizes Curriculares do Curso de Ciências Econômicas. Além disso, destacam-se as diversas medidas que foram tomadas para prover qualificação aos profissionais por meio de cursos de especialização ofertados pelos Conselhos Regionais e prêmios para aqueles que se destacassem no mercado de trabalho.

A partir de 1977, com o surgimento do “Movimento de Renovação das Entidades dos Economistas”, um grupo de economistas (em nível nacional)

procurava, através da discussão e posicionamento crítico frente à política econômica vigente, dar uma conotação mais política aos Conselhos. Como consequência da Lei nº 6.537, de 19/06/78 (que permitia que os membros dos Conselhos Regionais fossem escolhidos pelo voto direto e secreto dos economistas de seus respectivos conselhos), tivemos em 1979 as primeiras eleições diretas nos Corecons envolvendo a participação de quase 10 mil economistas e que deixaram claras as diferentes vertentes políticas em cada um deles. A conduta e as crenças de cada uma marcaram a história dos Conselhos, especialmente a do Corecon-SP.

Não obstante, a presença dos economistas já era realidade e uma necessidade da sociedade brasileira. Os economistas, por sua vez, participavam cada vez mais ativamente e suas recomendações seriam quase imposições nas décadas de 80 e 90 com o profundo agravamento dos problemas econômicos brasileiros, suas repercussões políticas e sociais, o que, por vezes, transformaram um debate técnico numa questão de opinião pública geral.

Não à toa, o grande tema em pauta para os economistas na segunda metade da década de 80 foi, acima de tudo, como vencer a inflação do período. As heranças econômicas da década anterior eram, por um lado, de uma profunda crise externa provocada pela vulnerabilidade da economia, mas também reflexo de uma crise fiscal do Brasil, condições que reduziam as chances de o governo promover políticas eficazes para contornar a crise.

Conforme planos econômicos eram sucedidos e as cobranças da sociedade por resultados cada vez maiores, houve uma tendência a associar os economistas ao agravamento dos problemas econômicos. Planos com resultados desastrosos se seguiram até a eleição presidencial que culminou com Fernando Collor de Mello na Presidência da República.

Para justificar os resultados catastróficos da política econômica de seu governo, Collor também se voltaria contra os economistas. Certa vez, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, incriminou os economistas pelos problemas do país, considerando-os incom-

petentes, o que se refletiria numa atuação do Corecon-SP solicitando com veemência uma retratação do então presidente com base na ética e no respeito.

Durante a transição entre as décadas de 80 e os primeiros anos da década de 90, tanto o número de filiações de profissionais ao Conselho Regional de Economia quanto a procura de estudantes pelo curso de economia haviam diminuído. Nesse cenário de instabilidade e descrença, porém, os economistas travaram batalhas para não perder espaço.

O movimento que consolidaria essa luta para recuperar o prestígio do profissional frente à sociedade seria a Chapa de Valorização Profissional, formada no início dos anos 90. Graças à iniciativa, ainda que de forma tímida, o número de estudantes voltaria a crescer entre os anos de 1994 e 1995.

Foi neste cenário em que o Plano Real passou a funcionar, com a internacionalização e “financeirização” da economia brasileira e a privatização de algumas empresas e setores considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico. A proposta era reduzir os custos do estado e defender a entrada de capitais estrangeiros para aumentar a eficiência dos serviços públicos. Os antigos cargos dos economistas eram extintos, porém novas oportunidades apareciam e a credibilidade dos profissionais dava sinais de restabelecimento. Em meio a todos esses acontecimentos ainda era preciso reorganizar a estrutura das faculdades de economia para atender às novas demandas do mercado.

Todos esses fatores marcaram a década entre 1995 e 2005 como um período de intensas mudanças, tanto no perfil dos economistas quanto na atuação do Corecon-SP, que trocou o ambiente de disputas políticas e ideológicas pelo da valorização do profissional. Este livro é um condensado da história da economia brasileira e também da história política do Corecon-SP que, assim como o Brasil, ao longo dos anos, também passou por profundas transformações e, hoje, tem a satisfação de olhar para trás orgulhoso das bandeiras que levantou e que levanta especialmente em prol da formação dos futuros economistas e do futuro da profissão.

PESQUISA HISTÓRICA E REDAÇÃO DA 1ª E DA 2ª EDIÇÃO

Alexandre Macchione Saes

(Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP)

Flávio Azevedo Marques de Saes

(Professor Titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP)

Paula Macchione Saes

(Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp)

COLABORADORES DO CORECON-SP NA 3ª EDIÇÃO

Pedro Afonso Gomes (Presidente), Denise Kelen dos Santos,

Julio Cesar Poloni de Goes, Júlia Goggi de Lima e Marcela Sun Lee

REALIZAÇÃO

Narrativa Um - Projetos e Pesquisas de História

EDIÇÃO

Monica Musatti Cytrynowicz

Roney Cytrynowicz

PESQUISA E REDAÇÃO (CAPÍTULO 9) DA 3ª EDIÇÃO

Roney Cytrynowicz

DESIGN E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Ricardo Assis

Tainá Nunes Costa

Negrito Produção Editorial

REVISÃO

Mariangela Paganini



narrativa-um

Editora Narrativa Um - Projetos e Pesquisas de História

www.narrativaum.com.br

editora@narrativaum.com.br

1ª edição: dezembro de 2008

2ª edição: dezembro de 2015

3ª edição: outubro de 2023

Sumário

1	O ECONOMISTA NO BRASIL: O LONGO CAMINHO DA CONSTITUIÇÃO DE UMA CATEGORIA PROFISSIONAL.....	17
2	O CONSELHO REGIONAL DE ECONOMISTAS PROFISSIONAIS DA 2ª REGIÃO NA SUA PRIMEIRA DÉCADA DE EXISTÊNCIA (1953-1963)..	35
3	O CRESCIMENTO DA ECONOMIA INCENTIVA A FORMAÇÃO DE NOVOS ECONOMISTAS (1964-1973)	55
4	O CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 2ª REGIÃO DIANTE DA TURBULÊNCIA DOS ANOS 70 (1974-1983).....	73
5	ACELERAÇÃO INFLACIONÁRIA, PLANOS ECONÔMICOS E A CRESCENTE RESPONSABILIDADE DO ECONOMISTA NA SOCIEDADE BRASILEIRA (1984-1993)	91
6	O CORECON E A LUTA PELA RECUPERAÇÃO DA IMAGEM DO ECONOMISTA NA SOCIEDADE BRASILEIRA (1994-2004).....	109
7	O CORECON NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: NA NOVA SEDE, A PERMANENTE ATUALIZAÇÃO DOS GRANDES TEMAS DA PROFISSÃO (2005-2010)	129
8	O CORECON E OS NOVOS DESAFIOS PARA OS ECONOMISTAS BRASILEIROS (2011-2018)	149
9	O CORECON SE REESTRUTURA E COMPLETA 70 ANOS TRABALHANDO EM PROL DOS ECONOMISTAS (PERÍODO 2019-2023)	166
	<i>Presidentes, vice-presidentes e conselheiros do Corecon-SP (1953-2023)....</i>	<i>214</i>
	<i>Biografias dos Presidentes do Corecon-SP (1953-2023)</i>	<i>224</i>
	<i>Relação de funcionários do Corecon-SP (2023).....</i>	<i>236</i>
	<i>Medalha Ministro Celso Furtado – diplomas entregues (2012-2015).....</i>	<i>237</i>
	<i>Comenda Mário Henrique Simonsen – comendas entregues (2011-2015) ...</i>	<i>240</i>
	<i>Fontes de Pesquisa, Bibliografia e Créditos de Imagens</i>	<i>242</i>

Bacharéis da primeira turma
da Faculdade de Ciências
Econômicas de São Paulo,
instalada na Escola de Comércio
Álvares Penteado, 1934.

BACHAREIS DE 1934



FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
SÃO PAULO

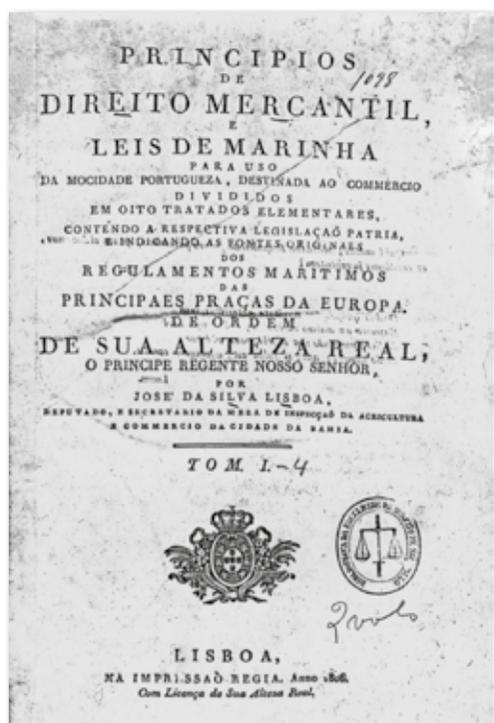
1 | O economista no Brasil: o longo caminho da constituição de uma categoria profissional

Se o leitor já folheou o jornal de hoje ou acompanhou o noticiário na televisão ou no rádio certamente já sabe da opinião de um ou mais economistas sobre temas atuais: como deve se comportar a inflação? E os preços do petróleo? O dólar vai se valorizar ou desvalorizar? A Bolsa vai subir ou descer? E tantas outras questões que nos chamam a atenção até mesmo pelo impacto que podem ter em nossa vida cotidiana. Mas desde quando o economista é chamado com frequência a explicar ou a opinar sobre tais questões? Mais do que isso, desde quando ser Economista se tornou uma profissão no Brasil?

Em 1935, logo após sua fundação, a Ordem dos Economistas de São Paulo requereu ao Departamento Estadual do Trabalho seu reconhecimento como sindicato profissional. O parecer do chefe da Seção de Fiscalização daquele departamento, Vasco de Andrade, expressa como era visto o Economista àquela época:

“Na terminologia profissional, ou seja, a designadora de atividades lícitas, de qualquer função ou mister (Decreto nº 24.694, art. 1º), a denominação economista aparece como uma inovação. Até aqui caracterizava o sabedor de ciências econômicas, o intelectual que se especializava em questões de economia pública. Para indicar agora uma profissão, cujos representantes são titulados por escolas e faculdades que funcionam segundo lei especial. Não vejo inconveniente na novidade, tanto mais quanto o termo ‘ecônomo’, por nós lembrado, foi repellido pelos referidos profissionais, que o julgaram demasiado restrito, não existindo na língua outro qualquer que o substituísse, sem o caráter puramente intelectual emprestado à palavra ‘economista’. Sendo a língua uma formação de uso, não tardará que o ‘economista’ se torne conhecido como uma profissão vulgar.”¹

Esse parecer é expressivo do sentido que se dava a economista até então. Mas também indica duas das principais vertentes do trabalho do economista: a atividade intelectual ou a reflexão teórica que se manifesta em particular (porém não exclusivamente) na área acadêmica e que era vista, até então,



Obra publicada em 1806 por José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, patrono dos economistas brasileiros.

como a forma peculiar de existência do economista; e a gestão de negócios públicos e privados, pelo exercício de atividades que lhe são peculiares seja em empresas privadas, seja em órgãos públicos. A essas duas pode-se agregar uma terceira, cada vez mais evidente: a de formular e executar a política econômica do governo. De algum modo, essas atividades são exercidas há séculos; porém, a identificação de um profissional – o Economista – como o responsável por sua execução é relativamente recente.

No Brasil, um marco fundamental no reconhecimento do economista foi a Lei nº 1411, de 13 de agosto de 1951, que regulamentou o exercício da profissão de Economista e também criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Economistas Profissionais. Essa lei não resultou da mera vontade do Presidente da República – Getúlio Vargas – que a promulgou, e nem mesmo da ação espontânea dos deputados que apresentaram projetos com esse objetivo. Ela foi fruto da coesão e da pressão de um conjunto de pessoas que exercia determinadas atividades e que entendia ser necessário o reconhecimento legal e social da especificidade dessas atividades. Tratava-se de afirmar que a profissão de Economista demandava uma formação educacional específica e que não podia ser objeto do mero diletantismo

de qualquer pessoa. Essa talvez seja a razão pela qual o termo “Profissionais” foi agregado a Economistas no texto da lei de 1951, quando se tratou de criar o Conselho Federal e os Conselhos Regionais da profissão.

No entanto, essa identidade dos economistas foi constituída de modo progressivo na medida em que o desenvolvimento da economia brasileira demandava a crescente especialização de profissionais dotados de certos conhecimentos e habilidades.

Já indicamos as três vertentes principais da atuação do economista. Parece justo lembrar, até por seu valor simbólico, que essas vertentes estavam presentes, de algum modo, em José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, identificado como o Patrono dos Economistas Brasileiros.

Cairu tem uma vasta obra: a mais conhecida, *Princípios de Economia Política*, publicada em 1804, é um livro típico de Economia Política (como a Teoria Econômica seria chamada à época), inspirado principalmente em Adam Smith. Assim, uma das faces do economista Cairu é a do teórico, o que lhe valeu a atribuição da “propriedade e regência” da cadeira de Ciência Econômica criada por D. João em 1808 no Rio de Janeiro.

Na História do Brasil, Cairu é mais conhecido por ter sido o mentor da Abertura dos Portos, decretada por D. João ao chegar ao Brasil em 1808. Trata-se de uma típica medida de política econômica, o que permite identificar Cairu com essa segunda vertente da ação do economista – a formulação da política econômica.

Mas Cairu já ocupava, antes mesmo da vinda da Corte portuguesa ao Brasil, cargos públicos em Salvador. Chamado ao Rio de Janeiro por D. João, Cairu assumiu outros cargos o que permite identificá-lo também como um gestor dos negócios públicos, outra vertente típica do trabalho do economista.²

Nessa direção – a do economista como gestor de negócios públicos e privados – há outro fato importante à época de Cairu. No ano de 1809, por alvará de 15 de julho, D. João fixou as despesas da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fabrico e Navegação. É provável que Cairu tenha influenciado D. João a incluir, entre as despesas previstas, o “estabelecimento de Aulas de Comércio em que se vão doutrinar aqueles dos meus vassallos que quiserem entrar nesta útil profissão, instruídos nos conhecimentos próprios dela”. Não se tem notícia precisa sobre estas Aulas de Comércio; no entanto, o fato em si já mostra a importância que era dada a alguma forma de ensino relacionado à Economia – no caso, o comércio – seja em seus aspectos teóricos, seja em relação às questões práticas da gestão dos negócios.³

Hoje, essas três facetas do economista são plenamente reconhecidas: o economista acadêmico que realiza pesquisas sobre os mais diversos temas econômicos; o formulador da política econômica, que atua em diversos níveis de governo; e o gestor de negócios públicos e privados (com funções na administração direta, em autarquias, fundações e também em empresas privadas do setor produtivo, comercial ou financeiro). No entanto, a associação dessas atividades ao Economista só foi configurada lentamente.

A atividade acadêmica em Economia no Brasil teve início com a implantação, em 1827, das faculdades de direito em São Paulo (já no Largo de São Francisco) e em Olinda (depois transferida para Recife). No quinto ano do curso foi incluída a cadeira de Economia Política. Nessa disciplina se professava essencialmente um ensino teórico, em geral inspirado em autores europeus (principalmente ingleses e franceses). Podemos lembrar dois exemplos característicos: na faculdade de direito pernambucana, o primeiro catedrático de Economia Política, Pedro Autran da Mata Albuquerque, traduziu a obra de James Mill, *Elementos de Economia Política*. Além disso, também publicou obras próprias, incorporando os ensinamentos de Mill. Já na faculdade do Largo de São Francisco, o catedrático João da Silva Carrão traduziu o livro *Elementos de Economia Política*, de Henry MacLeod, um economista inglês menos conhecido. A influência de MacLeod foi reafirmada por um sucessor de Carrão, José Luís de Almeida Nogueira, em seu livro *Curso Didático de Economia Política*. Embora alguns temas mais relacionados aos problemas da economia brasileira fossem tratados – como os monetários e cambiais – de modo geral, o ensino de Economia Política nas faculdades de direito adquiriu caráter eminentemente teórico-doutrinário.⁴

Durante a Primeira República (1889-1930) 14 novas faculdades de direito foram criadas e nelas também se introduziu o ensino de Economia Política, em geral nos mesmos moldes do que se fazia em Recife e São Paulo. Cabe

registrar que na faculdade de Ouro Preto, o catedrático de Economia Política era David Campista, bastante conhecido na história econômica do Brasil por ter sido Ministro da Fazenda e o criador da Caixa de Conversão em 1906.

Outro espaço para o ensino de Economia Política no Brasil até 1930 foi o das faculdades de engenharia e, mais especificamente, o da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, criada em 1873. Na verdade, a origem remota desta escola está na Academia Real Militar, de 1810, que, em 1858, deu origem a três instituições. Numa delas, a Escola Central, foi instituída, em 1864, a cadeira de Economia Política. Quando, em 1873, a engenharia militar foi separada da “civil”, a cadeira de Economia Política foi transferida para a Escola Politécnica que abrigou o curso de engenharia civil. Podemos lembrar dois dos catedráticos dessa Escola: o Visconde do Rio Branco, com participação política em importantes eventos da época imperial; e Vieira Souto, cuja crítica à política de Joaquim Murinho, enquanto Ministro da Fazenda de Campos Sales, é bastante conhecida. Durante a República, novas escolas de engenharia foram criadas (a exemplo da Escola Politécnica de São Paulo), as quais, em geral, também abrigaram cadeiras de Economia Política.

Apesar de alguns exemplos de professores de Economia Política que atuaram na esfera da política econômica, de modo geral, estes mestres se mantiveram mais presos ao plano teórico. A política econômica ficou por conta dos próprios políticos, quase sempre bacharéis em direito; mas também foi objeto das intervenções dos grupos com interesses em determinadas políticas. Em suma, o conhecimento especializado e sistemático de Economia não era visto como condição para se formular a política econômica ou opinar sobre ela. O caso de Joaquim Murinho é o mais emblemático dessa situação: médico homeopata no Rio de Janeiro, implementou, como Ministro da Fazenda, uma política que teve fortes impactos na economia brasileira na passagem para o século xx.

Assim, até o fim da Primeira República, a Economia Política era uma disciplina solitária nos cursos de direito e de engenharia e a política econômica era praticada por políticos sem qualquer formação específica em economia. Pode-se dizer, então, que o economista, como profissional, ainda não tinha sido reconhecido socialmente. Esse reconhecimento virá, de início, não por meio dessas duas vertentes da atividade do economista – o teórico-acadêmico ou a formulação da política econômica – e sim da terceira vertente: a de gestão dos negócios públicos e privados. E o ponto de partida para esse reconhecimento foi o Ensino Comercial, cuja origem remota está nas Aulas de Comércio. Na verdade, as Aulas de Comércio, referidas no alvará de 1809 e regulamentadas em 1846, só ganharam força em 1856 com a criação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, ao qual se somou, em 1864, uma aula de comércio em Pernambuco. Pelo regulamento de 1846, podiam ser admitidos ao ensino comercial os maiores de 14 anos, aprovados em exames de língua nacional, aritmética, francês e inglês (além dos bacharéis do Colégio Pedro II e os aprovados no pri-

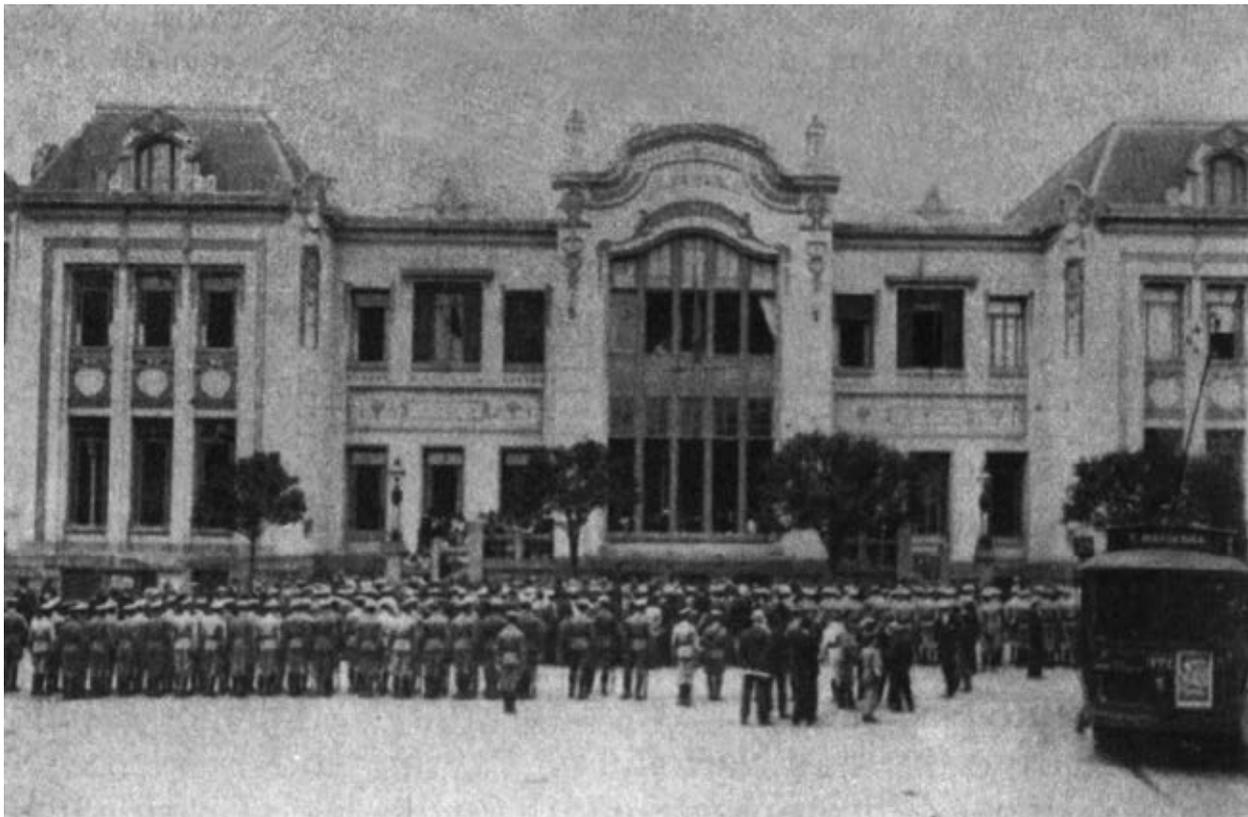
meiro ano da Escola Militar e da Marinha). Apesar das muitas mudanças que sofreu durante o Império, o Ensino Comercial manteve suas características básicas: ao lado de uma cadeira de Economia Política, disciplinas de caráter mais prático como matemática (com foco especial em taxas de juros), estatística comercial, direito comercial, legislação fazendária e alfandegária e escrituração mercantil. Tratava-se principalmente da formação de um profissional voltado à gestão dos negócios: em meados do século XIX, esses negócios eram principalmente os comerciais, já que as propriedades rurais escravistas provavelmente dispensavam uma gestão mais sofisticada.

Durante a Primeira República, o Ensino Comercial teve significativa expansão. A Academia de Comércio do Rio de Janeiro sucedeu ao Instituto Comercial e teve seus diplomas reconhecidos pelo Governo Republicano. Eram dois tipos de diploma: o geral, que habilitava guarda-livros, peritos judiciais e empregados da fazenda; e o superior (que não equivalia aos dos cursos propriamente universitários da época), destinado à formação de agentes consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuários de companhias de seguros e chefes de contabilidade de bancos e de grandes empresas comerciais. Essa especificação, presente no decreto legislativo que reconheceu a Academia de Comércio, demonstra a crescente complexidade da economia brasileira à época, demandando profissionais habilitados à gestão de diferentes tipos de negócios.

A difusão do Ensino Comercial no período respondeu, portanto, a essa necessidade da economia. O exemplo de São Paulo é expressivo: até 1930, pelo menos quatro escolas de comércio foram criadas. Em 1902 foi fundada a Escola Prática de Comércio (da futura Fundação Álvares Penteado), situada no Largo de São Francisco, o mesmo que abrigava a famosa Faculdade de Direito de São Paulo. Além dessa localização simbólica, a origem da Escola de Comércio é significativa: seu fundador, Horácio Berlinck, era contador da empresa de Antonio Álvares Penteado, uma das maiores fábricas têxteis de São Paulo à época. O próprio Álvares Penteado doou recursos para a construção do edifício (que até hoje abriga atividades da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado) e contou com o apoio de outros empresários paulistas, como Antonio de Lacerda Franco, Asdrúbal do Nascimento, Alexandre Siciliano, Conde Prates, e também de empresas, como o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, o Banco de São Paulo e a Casa Prado Chaves, entre outros. É um exemplo claro de como as necessidades de profissionais para a gestão das empresas paulistas induziu uma ação efetiva para a formação desses profissionais. Mas, em São Paulo, outras escolas de comércio também foram fundadas no período: na capital, o Liceu de Artes, Ofícios e Comércio do Sagrado Cora-



Obra de Pedro Autran da Matta Albuquerque, publicada em 1860 para “facilitar o conhecimento da sciencia economia” aos estudantes da Faculdade de Direito do Recife e de São Paulo.



Escola Prática de Comércio (futura Fundação Álvares Penteado), fundada em 1902 no Largo São Francisco.

ção de Jesus; e em Campinas, o Liceu Nossa Senhora Auxiliadora e a Escola Comercial da Sociedade de Educação e Ensino. O mesmo ocorreu em outros estados, somando em 1923 o total de 12 escolas de comércio no Brasil. Igualmente importante é notar que em 1909 a Academia de Comércio do Rio de Janeiro criou um curso superior de Ciências Econômicas que deu origem à Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, embora esse curso não fosse reconhecido oficialmente.⁵

Desse modo, ao longo da Primeira República, as escolas de comércio formavam um número crescente de profissionais voltados à gestão de negócios públicos e privados. Por sua formação comum e pela atividade profissional que desenvolviam, mostraram claras evidências de solidariedade e coesão, por exemplo, na fundação do Instituto Paulista de Contabilidade em 1919. Mas restava uma questão: a do “status” que essas profissões assumiam em relação às demais, típicas da época (como advocacia, engenharia e medicina), pois a nenhum dos cursos ligados ao Ensino Comercial correspondia o título de bacharel. Por outro lado, o ensino comercial não dava acesso, àquele que o completava, aos cursos universitários. Isso estava prescrito, por exemplo, na própria constituição estadual de São Paulo: os cursos técnicos (como o de comércio) e o normal davam um diploma ao aluno que o concluíam, porém esse

diploma não permitia o ingresso na universidade. Um contador, formado no ensino comercial, que desejasse seguir o curso de direito teria de voltar ao ginásio e realizar o chamado curso propedêutico. Deveria, portanto, retomar seis ou sete anos de estudo para poder ingressar na Faculdade de Direito.

Desse modo, embora os formados no ensino comercial já constituíssem uma categoria profissional bem sucedida (a ponto de terem entidades sólidas que publicavam regularmente revistas com conteúdo técnico e profissional), eles se viam prejudicados pela forma de inserção do ensino comercial no conjunto da estrutura educacional do país. Em 1926, um passo na direção de valorizar o ensino comercial foi dado ao ser aprovado, pelo Decreto nº 17.329 de 28 de maio, o regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico-comercial, reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. Mais importante foi a nova Organização do Ensino Comercial estabelecida pelo Governo Federal em 1931.

O curso superior de Administração e Finanças e o bacharel em Ciências Econômicas

Em 30 de junho de 1931, por meio do Decreto nº 20.158, o Governo Federal, pelo então Presidente Getúlio Vargas, estabeleceu a nova Organização do Ensino Comercial: aí constava um curso superior de Administração e Finanças, que dava direito ao título de bacharel em Ciências Econômicas (e ao de Doutor àqueles que defendessem tese diante da congregação da faculdade). Embora atendesse a uma reivindicação da categoria, esse decreto mantinha uma restrição importante: o formado no ensino comercial não poderia ingressar em outras faculdades sem refazer o curso ginásial; mas, por outro lado, o ingresso no curso de Administração e Finanças exigia a conclusão prévia do ensino comercial (isto é, quem concluía o ginásio teria de passar pelo ensino comercial para poder ingressar no curso de Administração e Finanças). Assim, o curso de Administração e Finanças, que formava bacharéis em Ciências Econômicas, aparecia como um complemento ao ensino comercial para aqueles que desejassem ampliar seus conhecimentos e conquistar um título de bacharel.

O ingresso no ensino comercial podia se dar a partir dos 12 anos de idade: após o curso propedêutico (de três anos), se seguia o curso técnico com três opções – secretariado (um ano); guarda-livros e administrador-vendedor (dois anos); atuário e perito-contador (três anos). Para ingresso no curso superior de Administração e Finanças era necessário ter habilitação como guarda-livros/administrador-vendedor ou como atuário/perito-contador.

O currículo do curso de Administração e Finanças se distribuía em três anos e incluía uma variada gama de disciplinas. Na área de Economia: Economia política, Finanças e economia bancária, Política comercial e regime aduaneiro comparado; na área jurídica: Direito constitucional e civil, Direito

internacional comercial, Direito administrativo, Direito industrial e operário, Direito internacional/diplomacia, Legislação consular; na área de contabilidade: Contabilidade pública e Contabilidade de transportes; e ainda Matemática financeira, Administração, Geografia econômica, História econômica e Psicologia.⁶

O mesmo decreto que criou o curso de Administração e Finanças regulamentou a profissão de contador como de nível técnico. Desse modo, dado o vínculo existente entre o ensino comercial e o curso de Administração e Finanças, todo bacharel em Ciências Econômicas era previamente um contador (ou atuário, guarda-livros). O curso de Administração e Finanças comportava substancial ampliação dos conhecimentos obtidos no ensino comercial, em especial na área de economia e de direito. E curiosamente ele criava uma situação ambígua para aqueles que o concluíam: eles eram, até do ponto de vista legal, contadores; mas ao mesmo tempo eram bacharéis em Ciências Econômicas.

Embora muitos deles exercessem efetivamente a profissão de contador (e fizessem até parte da direção de entidades representativas dos contabilistas), a força do título de bacharel, tão importante no Brasil, parece ter dotado a profissão de economista de um *status* superior.

Os dois primeiros cursos instalados sob o regime do decreto de 1931 – o da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro (que já existia, embora sem caráter oficial, desde 1909) e o da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo (instalada na Escola de Comércio Álvares Penteado) – formaram seus primeiros bacharéis em 1934. No Rio de Janeiro, em 1932, antes mesmo dessa formatura, foi organizado o Instituto da Ordem dos Economistas do Rio de Janeiro. Em São Paulo, em 11 de janeiro de 1935, os 34 bacharéis formados pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, reunidos numa sala do Edifício Martinelli, fundaram a Ordem dos Economistas de São Paulo. Essa reunião se deu nas dependências do Instituto Paulista de Contabilidade que também cedeu duas salas para a instalação da Ordem dos Economistas. Muitos dos bacharéis eram associados do Instituto Paulista de Contabilidade, pois já tinham o título de contador obtido no ensino comercial. Aliás, desta primeira turma de bacharéis em Ciências Econômicas de São Paulo fizeram parte, entre outros, conhecidos profissionais como Frederico Hermann Júnior, Américo Oswaldo Campiglia, Paulino Batista Conti, Milton Improta e Attilio Amatuzzi, titulares de importantes empresas e professores universitários.

É provável que nesse momento a distinção entre o economista e o contador fosse pequena: ambos deviam atuar principalmente na gestão de empresas com funções bastante semelhantes. No entanto, a partir de 1930, as atividades peculiares dos economistas ganham maior espaço, especialmente na esfera pública. É sempre lembrada a criação do Dasp (Departamento Administrativo do Serviço Público) como um dos marcos da instalação, no Governo Federal,

de critérios de mérito (como o concurso público) para o ingresso e a ascensão na carreira. Embora a carreira de economista no governo não tenha sido criada nessa época, muitos profissionais que se tornariam conhecidos economistas passaram pelo serviço público nos anos 30 e 40, como Octavio Gouveia de Bulhões, Celso Furtado, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida, Hélio Beltrão. Além disso, nesses anos houve a criação de inúmeros órgãos públicos relacionados à gestão da economia, por exemplo: Departamento Nacional do Café, Instituto do Cacau da Bahia, Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto Nacional do Mate, Instituto Nacional do Pinho, Conselho Federal de Comércio Exterior, Conselho Técnico de Economia e Finanças, Conselho Nacional do Petróleo, Comissão de Defesa da Economia Nacional, Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Esta relação está longe de ser completa, mas é suficiente para ilustrar a crescente importância que a gestão da economia adquiria para o governo. Certamente, os economistas do Rio de Janeiro, pela proximidade do governo, tiveram acesso mais fácil aos cargos públicos criados nesses órgãos. Outro indicador da crescente importância das questões econômicas foi a realização de eventos, como o Congresso Brasileiro de Economia (1943), o Congresso da Indústria (1945) e a Conferência das Classes Produtoras em Teresópolis (1945). A famosa polêmica entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen sobre o planejamento da economia brasileira também atesta que a gestão da economia nacional, uma das vertentes da atividade do economista, ganhava relevo nos anos 40.

Em São Paulo, a criação de órgãos públicos foi mais restrita e, por isso, predominou o exercício de atividades ligadas à empresa privada. Porém, algumas entidades de classe já demandavam o conhecimento de economistas. No Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (de 1928) e na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo havia, além de Roberto Simonsen, um grupo de assessores econômicos do qual fazia parte Heitor Ferreira Lima, entre outros. A Associação Comercial de São Paulo (entidade fundada ainda no século XIX) e a Federação do Comércio do Estado de São Paulo lançaram, em 1944, a revista *Digesto Econômico*. Mais tarde, foi agregado à revista o *Boletim do Instituto de Economia*, instituto esse vinculado às duas entidades como órgão técnico criado em 1944 destinado à discussão de questões relativas à economia brasileira. De 1931 é o Idort - Instituto de Organização Racional do Trabalho: embora mais voltado à gestão da produção industrial, também exigia conhecimentos de economia. Outra iniciativa evidencia o quanto o conhecimento de economia estava sendo demandado à época: nos anos 30, duas pesquisas de orçamentos familiares com o objetivo de calcular índices de custo de vida foram elaboradas em São Paulo, ambas na Escola de Sociologia e Política de São Paulo sob a orientação dos professores Horace Davis (a primeira) e Samuel Lowrie (a segunda), esta com o apoio da Prefeitura do Município de São Paulo e que teve por base os gastos de 308 operários da limpeza pública paulistana.⁷



O empresário Antonio Álvares Penteadado, que doou importantes recursos para a construção da Escola de Comércio Álvares Penteadado.

Capa e editorial de apresentação de *O Observador Econômico e Financeiro*, publicação mensal dirigida por Valentim Bouças, lançada em 1936.



Desse modo, seja pelo *status* conferido pelo título de bacharel, seja pela crescente necessidade dos conhecimentos especializados, afirmou-se, entre os formados nos cursos de Administração e Finanças, a sua identidade como Economistas, procurando estabelecer uma distinção em relação aos contadores, que, aliás, todos eles eram (e que, na verdade, não negavam ser). A criação dessa identidade enquanto Economistas foi fundamental para forjar a coesão da categoria para reivindicar novos avanços que culminaram com a regulamentação da profissão em 1951. No entanto, entre a formatura dos primeiros bacharéis em Ciências Econômicas no final de 1934 e a promulgação da Lei nº 1.411 foi preciso um grande esforço da categoria para atingir seus objetivos.

De bacharéis em Ciências Econômicas a economistas profissionais

Em 1932 foram instalados dois cursos regidos pelo Decreto nº 20.158 de 1931: o da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo (da Escola de Comércio Álvares Penteado) e o da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro (que já tinha um curso de Ciências Econômicas desde 1909, embora não reconhecido). Em 1938, uma nova faculdade foi instalada: a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro, que atraiu para seu corpo docente professores como Francisco San Tiago Dantas, Afonso Arinos de Melo Franco, José Carlos de Macedo Soares e Eugênio Gudin. E mesmo antes do decreto-lei de 1945, que reestruturou o ensino de economia, outras faculdades foram criadas em São Paulo: a Coração de Jesus (1938), a de Economia, Finanças e Administração/Derville Allegretti (1942), a da Universidade Católica de Campinas (1942) e a de Ribeirão Preto (1932).

Desse modo, ao longo dos anos 30 e 40 o número de bacharéis em Ciências Econômicas crescia, o que incentivava a formação de entidades representativas dessa nova categoria: o Economista. Assim, em 1941 havia pelo menos seis entidades que representavam os economistas: além das já citadas Ordem dos Economistas de São Paulo e Instituto da Ordem dos Economistas do Rio de Janeiro⁸, havia a Ordem dos Economistas de Pernambuco, o Instituto de Economia e Finanças da Bahia, o Instituto de Ciências Econômicas de Porto Alegre e a Instituto dos Economistas de Pelotas. Também se registra nessa época a existência de duas entidades voltadas ao estudo de temas econômicos: a Sociedade Brasileira de Economia Política (no Rio de Janeiro) e a Sociedade de Estudos Econômicos de São Paulo. Outro indicador da crescente mobilização dos economistas é o surgimento de várias revistas nos anos 30 e 40 como: *Revista de Ciências Econômicas* (da Ordem dos Economistas de São Paulo), *Revista de Economia e Finanças* (do Instituto de Economia e Finanças da Bahia), *Boletim do Instituto de Ciências Econômicas* de Porto Alegre, *Observador Econômico e Financeiro*, *Economia e O Economista*. Cabe lembrar também as revistas da Fundação Getúlio Vargas/ Instituto Brasileiro de Economia, *Conjuntura Econômica* e *Revista Brasileira de Economia* (ambas dos anos 40).

A conjuntura dos anos 30 e 40 também deve ter sido importante para a afirmação da identidade profissional dos economistas. O crescimento do aparelho do estado, com a constituição de um grande número de órgãos relacionados à gestão da economia, e a própria mobilização em torno do esforço de guerra exigiam profissionais habilitados a lidar com o planejamento e a gestão desses organismos.⁹ Além disso, a expansão industrial no período também podia abrir novas oportunidades de trabalho para os economistas nas empresas privadas.

Tudo isso levou a categoria a se mobilizar em torno daqueles que eram vistos como os grandes problemas da profissão.

O primeiro deles era a situação do próprio curso de Administração e Finanças, entendido como subalterno aos demais cursos universitários. Embora concedesse o título de bacharel, o ingresso naquele curso estava restrito aos estudantes oriundos do ensino comercial, os quais, por seu turno, só poderiam se candidatar ao ingresso nesse curso superior (uma vez que o ensino comercial não habilitava ao ingresso nos outros cursos universitários). Assim, havia a reivindicação de que o curso superior de Administração e Finanças fosse equiparado aos demais cursos universitários e de que o ensino comercial correspondesse ao curso secundário tradicional. Isso foi conseguido por meio do Decreto-Lei nº 7.988 de 22 de setembro de 1945, assinado por Getúlio Vargas, que promoveu várias mudanças que afetavam o ensino comercial e o curso superior. Por um lado, equiparou os cursos técnicos ao curso colegial (agora já com as denominações de científico e clássico), pois aquele que concluía o curso técnico (por exemplo, o comercial, que dava o título de con-

tador ou técnico de contabilidade) podia prestar o vestibular e ingressar em qualquer faculdade. Assim, ao concluir o curso técnico, um jovem, agora já com uma profissão, podia continuar seus estudos universitários em qualquer direção e não mais apenas na de Administração e Finanças.

A outra mudança embutida no decreto foi a nova estrutura do curso universitário. Ele estabeleceu, na verdade, dois cursos no lugar do anterior de Administração e Finanças: o de Ciências Econômicas e o de Ciências Contábeis e Atuariais, ambos com quatro anos de duração. Desse modo, esses cursos, que de certo modo eram um desdobramento do anterior, de Administração e Finanças, foram equiparados aos demais cursos universitários, não só pelo título que concediam, mas também porque qualquer estudante que concluísse o ensino médio (técnico ou colegial) estava apto a ingressar neles.

O novo currículo, além de ampliar a duração do curso, tinha maior número de disciplinas próprias da área de Economia (num total de 12), como Economia Política, Valor e Formação de Preços, Moeda e Crédito, Repartição da Renda Social e Comércio Internacional, entre outras. Adicionalmente havia disciplinas na área quantitativa (Matemática e Estatística), em Direito e Contabilidade (com duas disciplinas cada), em Administração (uma disciplina) e em formação geral (geografia, história e sociologia), num total de 23 disciplinas. Já o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, com 21 disciplinas, concentrava-se em contabilidade (seis disciplinas), na área quantitativa (cinco disciplinas) e na de direito (cinco disciplinas), além de economia e administração.

Na verdade, houve alguma resistência da parte das entidades dos Economistas quanto à criação do curso universitário de Ciências Contábeis e Atuariais. Julgava-se preferível manter a formação do contador no nível técnico de modo a garantir a unidade da formação dos responsáveis pela gestão dos negócios públicos e privados no curso de Ciências Econômicas, o que acabou não prevalecendo.

Na exposição de motivos ao decreto-lei de 1945, o ministro da Educação, Gustavo Capanema, justificava a criação desses dois cursos, refutando, de certo modo, a hipótese das entidades de economistas:

“...o curso de ciências econômicas deixa de ter natureza genérica. Em vez de reunir disciplinas de estudos econômicos, jurídicos, administrativos, numa composição complexa, o novo curso propõe-se especialmente à formação do economista, ministrando para isso completos e altos estudos de ciências econômicas, em disciplinas que contêm a matéria na sua generalidade e fundamentos, assim como nos seus mais importantes e especializados ramos. É de notar que o curso abrange, também, além do estudo dos problemas fundamentais do direito, estudos gerais de administração”.

Em relação à necessidade de um curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, afirmava que o curso técnico de contabilidade do segundo grau

“...não podia, porém, abranger toda a complexidade dos estudos de contabilidade, pelo que foi reconhecida a conveniência de serem eles também

realizados no ensino superior. Reconheceu-se igualmente, quando foi elaborada a reforma do ensino comercial, que os estudos de atuária, pela sua dificuldade, deviam ser feitos no ensino superior”.¹⁰

Sob a legislação de 1945, surgiram os primeiros cursos de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis em universidades públicas (já que estas não haviam criado os cursos de Administração e Finanças). No Rio de Janeiro, isto se deu na Universidade do Brasil (organizada em 1937, hoje a Universidade Federal do Rio de Janeiro) pela incorporação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro, num esquema híbrido público/privado. Somente em 1949 houve a plena estatização da faculdade. Em São Paulo, no interior da Universidade de São Paulo, foi criada em 1946 a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas com os cursos de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais.

Com a legislação de 1945, os economistas alcançaram o objetivo de equiparar o “status” do curso superior de Economia ao dos demais cursos universitários. Restava ainda uma questão: se a profissão de contador, ainda como de nível técnico, já fora reconhecida em 1931, cabia lutar pela regulamentação da profissão de economista. Evidentemente, o crescente número de economistas formados e de estudantes de economia era um importante elemento a impulsionar a campanha para o reconhecimento legal da profissão.

Para tanto, reuniram-se as forças das entidades de economistas, principalmente os sindicatos do Rio de Janeiro e de São Paulo que já abrigavam um número elevado de associados. Em 1943, numa moção enviada ao Presidente e ao ministro da Educação sobre a reforma do ensino, o sindicato de São Paulo conseguiu somar mais de 500 assinaturas de economistas e professores. Estimava-se que, em 1945, as faculdades de São Paulo que ministravam o curso de Administração e Finanças haviam formado cerca de 500 bacharéis. No Rio de Janeiro, esse número deveria ser mais elevado considerando aqueles que haviam ingressado na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (da Academia de Comércio) desde 1909.

Alguns passos para o reconhecimento da profissão haviam sido dados anteriormente. Como já nos referimos, em 1935, a Ordem dos Economistas de São Paulo obteve um parecer favorável do Chefe da Seção de Fiscalização do Departamento Estadual do Trabalho quanto ao seu reconhecimento como entidade sindical dos economistas.



Homenagem do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro ao Barão de Mauá durante a Semana do Economista, 1940.



O Presidente Getúlio Vargas recebe o memorial em que era solicitada a regulamentação da profissão por uma delegação de economistas: Heitor Campelo Duarte, presidente do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro, e Dorilo Queiroz de Vasconcelos, Eduardo Lopes Rodrigues e Mario Orlando de Carvalho, 1945.

Outro passo foi dado em 1940 quando a profissão de economista foi incorporada à relação oficial das profissões liberais por ato do Governo Federal, ato incorporado à Consolidação das Leis do Trabalho pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. Em 1945, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, criou a Comissão Federal de Economia Profissional, embora essa comissão nunca tenha sido instalada.¹¹ (CREP-1ª Região, s/d, p.20)

De qualquer modo, esses fatos indicam o amadurecimento da noção de que ser “economista” constituía efetivamente uma atividade profissional específica e diferenciada de qualquer outra existente. No entanto, o longo e difícil caminho para se chegar à regulamentação da profissão em 1951 sugere que esse reconhecimento também sofria sérias resistências, de modo a exigir ação mais incisiva dos próprios economistas.

Ainda em 1945, os economistas encaminharam um memorial ao Presidente da República solicitando a regulamentação da profissão. O economista gaúcho Fernando Ferrari assim relatou como se deu a entrega do memorial:

“No segundo semestre do ano de 1945 tomamos parte numa Comissão de Economistas do Sindicato do Rio de Janeiro que foi levar ao Presidente Getúlio Vargas as reivindicações mínimas da classe. O memorial apresentado ao Presidente, após algumas palavras suas de estímulo e de solidariedade, mere-

ceu dele um rápido fixar de olhos e, em seguida, estas palavras: *Já é tempo de se regulamentar essa profissão*”.

Apesar dessa declaração de Vargas, o anteprojeto encaminhado junto com o memorial passou por comissões com membros do Ministério do Trabalho, da Educação e Saúde, da Fazenda e da Justiça e dos Negócios Interiores, e acabou engavetado. O economista Fernando Ferrari descreve a reação dos economistas:

“Face o silêncio do Poder Público, os estudantes de Economia e Finanças, em todas as escolas superiores do país, e os bacharéis, reiniciaram a campanha com redobrado ardor. Todas as tribunas universitárias da Pátria repetiram o brado de luta. Era inconcebível que se pudesse mandar para as faculdades centenas e centenas de acadêmicos sem que estes soubessem, pelo menos, que fariam depois de formados”¹² (Ferrari, 1952)

Nessa nova fase da campanha procurou-se encaminhar a regulamentação da profissão por meio do legislativo. Assim, em agosto de 1947, o deputado Pedroso Júnior apresentou projeto sob número 618 dispondo sobre o exercício da profissão de economista. Tratava-se de projeto sucinto, com apenas 13 artigos que definiam quem poderia desempenhar as funções de economista e quais os cargos e as atividades que seriam prerrogativas dos economistas. Em outubro de 1947, o deputado Bertho Conde apresentou o projeto número 802 que criava o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Economistas Profissionais. O economista Ubirajara Dib Zogaib, primeiro presidente do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 2ª Região, assim descreveu o percurso desses dois projetos:

“Seguindo os trâmites normais, o Projeto 618/47 passou pela Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Educação e Cultura, onde sofreu apreciação mais profunda e recebeu parecer favorável de seu relator, o deputado Barros Carvalho, que apresentou um substitutivo, que foi amplamente discutido pelos membros da comissão e aprovado com emendas numa das últimas reuniões da sessão legislativa de 1947. As nossas principais reivindicações foram mantidas.

Fundidos na Comissão de Finanças os dois projetos, o substitutivo foi para o Senado em dezembro de 1948, de onde só voltou para a Câmara em 1950 e com diversas emendas.

Em 2 de junho de 1950, o projeto com as emendas é distribuído ao deputado Carlos Medeiros para receber parecer na Comissão de Educação e Cultura da Câmara. Em 8 de junho de 1950, isto é, seis dias após, a comissão aprovava o parecer do deputado Medeiros, apenas aceitando uma das emendas do Senado.

O ano de 1950 foi o mais renhido da luta para a aprovação do projeto. É que se encerrava a legislatura. O projeto, se não fosse aprovado, seria arquivado e a renovação da Câmara traria a necessidade de começar tudo de novo, perante novos deputados que não haviam acompanhado a matéria.



Capa da primeira edição da revista *Digesto Econômico*, lançada em 1944 pela Associação Comercial de São Paulo e Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Porém, com o parecer da Comissão de Educação e Cultura vai o projeto a Plenário no dia 15 de junho de 1950. Estava no Plenário para discussão única e votação final no dia 22 de junho de 1950, quando as 'forças ocultas' voltaram a agir e são aprovados dois requerimentos no sentido de ser enviado o projeto para audiência às Comissões de Constituição e Justiça e à Comissão de Economia. Eis que 29 de junho assinala um dia negro para a classe dos economistas brasileiros. O projeto de regulamentação profissional é, nesse dia, distribuído ao então deputado Eduardo Duvivier, na Comissão de Constituição e Justiça, para relatar. Esse ex-deputado, cujo nome ficou marcado como do maior inimigo de nossa classe, apesar de todos os apelos que lhe foram dirigidos de todas as partes do país, por todas as classes sociais, só se decidiu a manifestar-se sobre o projeto no dia 3 de novembro de 1950, mais de quatro meses após receber o processo, para proferir o mais nefando parecer contra o projeto e contra a classe dos economistas, injuriando até gratuitamente com torpes ironias o maior batalhador por esta causa, o Dr. Reynaldo de Souza Gonçalves. Nesse mesmo dia foi aprovado o parecer do Sr. Duvivier, no qual se declarava pela rejeição do projeto,

mas como isso era impossível nessa segunda fase de tramitação na Câmara, que se fizesse o maior mal possível ao projeto, que se aprovassem as emendas supressivas do Senado.

Mas, Deus está sempre com as boas causas, e houve prorrogação dos trabalhos da Câmara e, em 15 de janeiro de 1951, foi o projeto a Plenário para discussão e votação final. Mesmo assim o suplício dos economistas não terminara. Estava tendo início a discussão das emendas quando foram encerrados os trabalhos da legislatura.

Reaberta a Câmara, com os novos deputados, tivemos a felicidade de ver entre eles o economista Fernando Ferrari, que desempenhou papel decisivo na fase final de aprovação do projeto que não foi arquivado porque já estava em Plenário ao encerramento da legislatura.

Aprovado finalmente vai à sanção Presidencial, tendo decidido o Sr. Presidente da República apor o seu veto a alguns dispositivos, veto esse que foi aceito pelo Congresso. Assim, no dia 13 de agosto de 1951, o Sr. Presidente da República sanciona a Lei nº 1.411, que dispõe sobre a profissão de economista. No dia 31 de dezembro de 1952 é assinado o Decreto nº 30.353 que cria uma Comissão para regulamentar a Lei nº 1.411 e no dia 17 de novembro de 1952 o Decreto Federal nº 31.794 aprovava esse regulamento. Estava completada a

legislação sobre a profissão de economista e superada no Brasil a fase de empirismo nos estudos econômicos”¹³ (Zogaib, s/d, pp.199-200)

Este longo trecho foi reproduzido do discurso que Ubirajara Dib Zogaib pronunciou na solenidade de instalação do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 2ª Região, no dia 16 de novembro de 1953, na Biblioteca Pública Municipal de São Paulo. Assim, estava concluído o processo de constituição e reconhecimento da profissão de economista que exigiu grande empenho da categoria. Agora tinha início a história do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 2ª Região, identificado à época, e por muitos anos, pela sigla CREP.

Notas

- 1 Este parecer está transcrito em RACY NETTO, Joaquim. “Esboço histórico do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo, 1935-1945” in Conselho Regional dos Economistas Profissionais-1ª Região. *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro: CREP-1ª Região, s/d.
- 2 Depois de exercer funções de professor de hebraico, grego e filosofia em Portugal e na Bahia, Cairu foi designado deputado e secretário da Mesa de Inspeção de Salvador (órgão regulador de preços agrícolas), antes da vinda da Família Real ao Brasil. Depois foi deputado da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (onde elaborou um projeto de código de comércio) e desembargador da Casa de Suplicação.
- 3 O alvará de 15 de julho de 1809 está transcrito em BUENO, Luiz de Freitas. *Coletânea de Legislação do Interesse das Faculdades de Ciências Econômicas. Tomo II. Legislação Federal, Vol. 1º, Brasil Império*. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1964.
- 4 GREMAUD, Amaury Patrick. *Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930)*. Tese de Doutorado, São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1997, Capítulo 1.
- 5 CANABRAVA, Alice Piffer. “As condições sociais, econômicas e políticas da fundação” in CANABRAVA, A. P. (coord.). *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, Volume I*. São Paulo: FEA-USP, 1984.
- 6 O Decreto nº 20.158 pode ser consultado em BUENO, Luiz de Freitas. *Coletânea de Legislação do Interesse das Faculdades de Ciências Econômicas. Tomo II, Volume 2º, Brasil República*. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1964.
- 7 CARMO, Heron C.E. do e RIZZIERI, Juarez B. *Retrospectiva histórica e metodológica do IPC-FIPE*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1995.
- 8 Por força da legislação trabalhista do Estado Novo, em 1941 a Ordem dos Economistas de São Paulo e o Instituto da Ordem dos Economistas do Rio de Janeiro foram transformados em sindicatos. Em 1948, a Ordem dos Economistas de São Paulo foi refundada, passando, a partir de então, a existir ao lado do Sindicato dos Economistas de São Paulo.
- 9 Uma análise minuciosa dos organismos criados nos anos 30 e 40 é encontrada em IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, Capítulo II. Um caso curioso nos foi relatado, em pesquisa anterior, por Symphronio de Souza Campos, contador (pelo ensino comercial) e economista formado na primeira turma, de 1934, da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo (da Escola de Comércio Álvares Penteado): concluído o curso, ingressou, por concurso, no Departamento do Café em São Paulo, onde era responsável, entre outras funções, pelo controle das sacas do produto queimadas para evitar a queda de seu preço durante a crise dos anos 30.
- 10 Citado por BUENO, Luiz de Freitas. *Coletânea de Legislação do Interesse das Faculdades de Ciências Econômicas. Tomo II, Volume 2º, Brasil República*. Citado, pp.129-133.
- 11 CONSELHO REGIONAL DE ECONOMISTAS PROFISSIONAIS DA 1ª REGIÃO. *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro: CREP-1ª Região, s/d, p.20.
- 12 FERRARI, Fernando. “A Profissão de Economista”. *Revista de Ciências Econômicas*. Ano XIII, nº 68, setembro de 1952. São Paulo: Ordem dos Economistas de São Paulo, 1952, pp.25-26.
- 13 ZOGAIB, Ubirajara Dib. “Discurso proferido na solenidade de instalação do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 2ª Região, realizada em 16 de novembro de 1953 na Biblioteca Municipal de São Paulo” in CREP-1ª Região. *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro: CREP-1ª Região, s/d, pp.199-200.

Atividade das entidades de economistas na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, década de 1950.



2 | O Conselho Regional de Economistas Profissionais da 2ª Região na sua primeira década de existência (1953-1963)

Ao fim da década de 1940 já havia no Brasil um grande número de economistas formados. É certo que o âmbito de sua atuação, embora de amplitude cada vez maior, estava restrito aos meios governamentais e empresariais, o que limitava a sua visibilidade pelo grande público. De qualquer modo, pelo menos uma parte da sociedade já identificava a atividade do economista definindo uma profissão específica.

Com a promulgação da Lei nº 1411, em 1951, os economistas obtiveram, além de certo reconhecimento social, o reconhecimento legal de sua profissão: mais do que o registro de sindicatos e associações no Ministério do Trabalho (que ocorrera anteriormente), agora havia um campo legalmente delimitado para a ação dos economistas, especificando suas prerrogativas, e órgãos responsáveis pela fiscalização do exercício da profissão – o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Economistas Profissionais. Para os economistas que assumiram a tarefa de implantar os conselhos, grandes e delicadas responsabilidades os aguardavam em seus primeiros anos de gestão.

O ponto de partida: quem pode obter o registro e quais as atividades privativas do economista

A Lei nº 1.411 foi promulgada em 13 de agosto de 1951. No entanto, passar do papel para a prática era uma tarefa bem mais complexa do que a simples menção ao texto da lei poderia sugerir. Na verdade, as tarefas iniciais dos conselhos – de definir quem podia obter o registro como economista e de verificar quem exercia indevidamente as funções de economista – demandaram grandes esforços dos primeiros economistas que integraram os conselhos de economistas profissionais.

O que estabelecia a Lei nº 1.411?

Primeiro, definia quem teria o direito de ser registrado como Economista e usufruir das prerrogativas legais da profissão, o que era previsto em dois casos: a) os bacharéis em Ciências Econômicas, diplomados no Brasil; b) os

Jantar de confraternização
na Semana dos
Economistas, 1957.



que, embora não diplomados, fossem habilitados. No primeiro caso, não havia qualquer dificuldade para realizar o registro, pois cabia apenas reconhecer aqueles que haviam obtido o título de bacharel em Ciências Econômicas nos cursos de Administração e Finanças (de acordo com o decreto de 1931) ou nos cursos de Ciências Econômicas (de acordo com o decreto-lei de 1945). Já quanto aos não-diplomados, seria preciso estabelecer critérios para definir os que poderiam ser habilitados. Como a Lei nº 1.411 não continha esses critérios, foi preciso aguardar sua regulamentação. Esta veio com o Decreto nº 31.794 de 17 de novembro de 1952 que também admitia, como passíveis de registro, os que tivessem os diplomas obtidos no exterior, revalidados pelo Ministério da Educação e Saúde. Para os que não tinham diplomas de bacharel em Ciências Econômicas era permitido requerer sua habilitação como Economista nos seguintes casos: a) ter exercido por pelo menos cinco anos atividades próprias do campo profissional de economista; b) ser autor de obras consideradas de real valor pelo Conselho Federal de Economistas Profissionais e que versassem sobre economia, finanças ou organização racional do trabalho; c) ter exercido o magistério, ou ter sido aprovado em concurso de provas para o magistério, em cadeira técnica de economia, finanças ou organização racional do trabalho por mais de cinco anos.

Cabia ao Conselho Federal de Economistas Profissionais conceder (ou não) a habilitação, com base na documentação encaminhada e instruída pelos Conselhos Regionais. Esta era uma das primeiras atribuições do Conselho

Federal e dos Conselhos Regionais criados pela Lei nº 1.411: afinal, a eles cabia dizer quem tinha o direito de se designar Economista. Decorrente dessa primeira atribuição, tinham os conselhos a de fiscalizar o exercício da profissão, antes de mais nada para verificar se as atribuições típicas dos economistas estavam sendo exercidas por profissionais registrados nos Conselhos Regionais. E o Decreto nº 31.794, em seu artigo 3º, também definia quais eram as atividades privativas dos economistas:

“A atividade profissional privativa do economista exercita-se, liberalmente ou não, por estudos, pesquisas, arbitragens, laudos, esquemas ou certificados sobre os assuntos compreendidos no seu campo profissional inclusive por meio de planejamento, implantação, orientação, supervisão ou assistência dos trabalhos relativos às atividades econômicas ou financeiras, em empreendimentos públicos, privados ou mistos, ou por quaisquer outros meios que objetivem, técnica ou cientificamente, o aumento ou a conservação do rendimento econômico”.

Definidas as atividades privativas dos economistas seria possível exigir, no plano legal, a presença de profissionais registrados nas empresas dedicadas a essas atividades, fossem elas públicas ou privadas. Tanto a lei quanto o decreto previam casos em que era necessária a presença de um economista (por exemplo, o provimento de cargos técnicos de economia e finanças na administração pública, inclusive bancos em que o governo federal e os estaduais fossem acionistas, e ainda nas concessionárias de serviço público).

É claro, tanto a habilitação dos candidatos sem diplomas de bacharel quanto a fiscalização das atividades profissionais privativas dos economistas eram complexas porque envolviam a interpretação do texto da lei e do decreto de regulamentação. Desse modo, uma grande parte da atividade dos Conselhos, nos seus primeiros anos de funcionamento, foi dedicada a definir e aplicar critérios para o exercício dessas atribuições. Em junho de 1953 foi mesmo criada, no Conselho, uma Comissão de Interpretação do Campo de Atividade Profissional para dirimir dúvidas a esse respeito.¹

Na divisão do trabalho, as tarefas mais imediatas – como o registro profissional do economista, a fiscalização do exercício da profissão, a aplicação de penalidades e a arrecadação de multas, anuidades e taxas – couberam aos conselhos regionais. Além disso, estes deveriam realizar o programa de atividades elaborado pelo Conselho Federal “no sentido da disseminação da técnica econômica nos diversos setores da economia nacional promovendo estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do país.”

Ao Conselho Federal, além do parecer final sobre os pedidos de habilitação e de tarefas administrativas, caberiam ações mais gerais como: “Contribuir para a formação da sadia mentalidade econômica, através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores da economia nacional”, “Promover estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do país”, “Servir de órgão de consulta do Governo em assunto de natureza econômica”.

Para tanto, foi preciso iniciar a construção desses órgãos: as instalações físicas, a estrutura administrativa e, tão ou mais importante, o processo de tomada de decisões.

A instalação do Conselho Federal de Economistas Profissionais e do Conselho Regional da 2ª Região

De acordo com o decreto de regulamentação da Lei nº 1.411, cabia ao Conselho Federal organizar os conselhos regionais. Assim, a constituição do Conselho Federal devia preceder a dos regionais, o que ocorreu em 22 de dezembro de 1951, no Rio de Janeiro. Essa foi a primeira reunião do Conselho Federal para a designação de sua diretoria, por meio dos conselheiros eleitos previamente. Os titulares eram Jamil Zantut, Luiz Fernando Mussolini, Eugênio Lefèvre Neto, Hélio Benedito Fiori (todos de São Paulo), Lafayette Belfort Mattos, Fernando Ferrari, Heitor Campelo Duarte, Reynaldo de Souza Gonçalves e Manoel Francisco Lopes Meirelles. A eles coube eleger o presidente e o vice dessa primeira gestão do Conselho Federal, cargos que foram ocupados por Heitor Campelo Duarte e Hélio Benedito Fiori.²

A instalação do Conselho Regional da 2ª Região – o CREP-2ª Região – teve de aguardar a regulamentação da Lei nº 1.411 (pelo Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952) e as diretrizes emanadas do CFEP. Assim, apenas no dia 29 de maio de 1953 realizou-se a reunião para a constituição do Conselho Regional de Economia da 2ª Região, com sede em São Paulo. Nessa reunião foram eleitos os conselheiros para o primeiro exercício, sendo eleitores os representantes do Sindicato dos Economistas de São Paulo (Rubens Ohl, Ubirajara Dib Zogaib e Geraldo de Souza) e da Associação Profissional de Economistas do Paraná (Lourival de Torres Cardoso). Conforme o Decreto nº 31.794, esses representantes tinham direito a voto de acordo com o número de associados das entidades a que pertenciam (sendo um voto por grupo de 50 associados, ou fração de mais de 25 associados). A reunião contou ainda com a presença dos representantes do Conselho Federal, Eugênio Lefèvre Neto (presidente) e Mário Sinibaldi Maia (secretário-geral). Foram eleitos como titulares: Armando Noschese, Jacinto Martini, Nicolau Antonio Torloni, Rubens Ohl, Lourival de Torres Cardoso, Júlio Gomes Berra, Geraldo de Souza, Joaquim Racy Netto e Ubirajara Dib Zogaib; e como suplentes, João Baptista Cascaldi, Agenor Prado Moreira, João Miotti Sapienza, João Baptista Fernandes, Armando João Caropreso, René Marumbi de Paula, Jacob Salvador Zveibil, Carlos Guerreiro e Lauro Natali. No dia seguinte, 30 de maio, foi realizada a primeira reunião do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 2ª Região. Essa reunião, como a anterior, teve lugar na sede do Sindicato dos Economistas de São Paulo, no 5º andar do edifício da Rua Conselheiro Crispiniano, 344, no centro da cidade de São Paulo. Esse edifício era uma referência importante para os paulistanos porque em seu andar térreo estava instalado o Cine Marrocos, um

dos mais freqüentados em sua época. Aos conselheiros eleitos no dia anterior cabia indicar o presidente e o vice-presidente do Conselho, com mandato de um ano. Ubirajara Dib Zogaib foi eleito presidente e Joaquim Racy Netto, vice. Para cuidar dos serviços administrativos foi indicado o economista Lupércio Rodrigues Haro.³

Nesta reunião também estava presente o então presidente do Conselho Federal, Eugênio Lefèvre Neto, que, assim, participava da instalação do primeiro conselho regional (o segundo a se instalar foi o da primeira região, com sede no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1953). O CREP-2ª Região tinha sua jurisdição sobre os estados de São Paulo, Paraná, Goiás e Mato Grosso, embora, de início, sua ação se limitasse ao Estado de São Paulo. Em reunião de 7 de outubro de 1953, o presidente Zogaib lembrava que era urgente a instalação de uma delegacia no Paraná, pois ali já funcionavam algumas faculdades de economia, havendo inclusive uma Associação Profissional de Economistas (o que não ocorria nos outros dois estados incluídos na 2ª Região). Em janeiro de 1955, o presidente Joaquim Racy Netto comunicou que a delegacia do Conselho em Curitiba seria instalada na Associação Comercial do Paraná; no ano seguinte, Lourival de Torres Cardoso foi indicado como delegado do CREP-2ª Região em Curitiba, com jurisdição sobre o Estado do Paraná.

O funcionamento efetivo do Conselho demandava algumas medidas. A primeira delas era a de definir um local adequado para suas instalações. Na segunda reunião do Conselho, foi decidido encaminhar ofício às diretorias da Ordem e do Sindicato dos Economistas de São Paulo para que o CREP funcionasse provisoriamente na sede daquelas entidades.⁴ No entanto, desde logo, julgou-se necessário conseguir uma sede adequada para o Conselho, tendo em vista suas atribuições. Assim, em junho de 1953 foi criada uma “Comissão de Fundos para a Instalação do CREP”, visando a aquisição de uma sede própria, já que a falta de espaço era referida como um problema para o seu bom funcionamento.⁵

No ano de 1954 foram estudadas propostas para compra de um conjunto no centro de São Paulo. Uma primeira negociação de um andar no Edifício Andradas, na Avenida Ipiranga, não foi bem sucedida, pois a contraproposta do proprietário não foi aceita pelos conselheiros. Uma segunda proposta referia-se aos conjuntos 614 e 616 do Edifício Califórnia na Rua Barão de Itapetininga; esta também não chegou a bom termo pela desistência do proprietário. Mas foi neste mesmo Edifício Califórnia que se concluiu a compra da primeira sede própria do Conselho Regional: em reunião de 30 de junho de 1954 foi aprovada a compra do conjunto 1.314, local que abrigou por muitos anos as atividades do CREP. A proposta envolvia o pagamento à vista de Cr\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil cruzeiros, a moeda da época), mais 22 prestações de Cr\$ 8.303,30 e 114 prestações de Cr\$ 772,60.⁶ O Edifício Califórnia é um marco importante no centro da cidade de São Paulo: com projeto de Oscar Niemeyer, ostenta em seu saguão um painel abstrato de Cândido



O economista Vespasiano Consíglío na entrega a Raul Prebisch do prêmio “O Economista do Ano” de 1960.



Conferência do conselheiro Agenor Prado Moreira na Faculdade de Ciências Econômicas e Atuariais Liceu Coração de Jesus.

Portinari, dois elementos que o distinguiam dos padrões arquitetônicos dominantes à época.

No dia 18 de setembro de 1954 foi realizada a cerimônia de inauguração da sede do Conselho, que contou com a benção, com a fixação de uma placa comemorativa e de um crucifixo. E no dia 22 desse mesmo mês, sob a presidência de Ubirajara Dib Zogaib, teve lugar a primeira reunião na nova sede do Conselho.

Paralelamente, o Conselho se estruturava administrativamente para o exercício de suas atribuições. Ainda em 1953 foi criado o cargo de Diretor Administrativo; ao mesmo tempo se propôs a contratação de um auxiliar e de um “office-boy”. Suas remunerações eram de 3.000 mil cruzeiros mensais para o Diretor e de 2.200, no máximo, para o auxiliar e de 800, no máximo, para o “office-boy”. Em junho de 1954 foi admitido como Diretor Administrativo Waldemar Petersen, que não era conselheiro do CREP, procurando desvincular, dessa maneira, as decisões do Conselho de suas atividades administrativas.⁷

Certamente, esses primeiros anos de construção do Conselho exigiram grande esforço dos conselheiros: em reuniões quinzenais, realizadas quase sempre no final da tarde, havia um grande número de questões a resolver. As exigências mais imediatas referiam-se aos pedidos de registro de economistas; paralelamente, começou a se realizar, embora de forma não sistemática, a fiscalização da profissão. Em geral, isto ocorria pela observação dos conselheiros de situações em que a presença do economista não estava sendo atendida. Além disso, o Conselho também participava de atividades de divul-

gação do trabalho do economista, contando com a colaboração da Ordem e do Sindicato. Para tudo isso contava com reduzida estrutura administrativa e, sem dúvida, com a colaboração dos conselheiros titulares e suplentes que, a par de suas atividades profissionais regulares, dedicavam boa parte de seu tempo às tarefas do Conselho.

Nesses anos iniciais, seis conselheiros assumiram a presidência, em mandatos anuais: Ubirajara Dib Zogaib (1953-4; 1962-64), Joaquim Racy Netto (1955), Júlio Gomes Berra (1956; 1959), Geraldo de Souza (1957), Jamil Zantut (1958; 1961) e Lupércio Rodrigues Haro (1960).

A eles, e aos demais conselheiros (cujos nomes estão registrados nos anexos deste livro), coube a tarefa de não só organizar o Conselho e lhe dar uma estrutura física e administrativa, mas principalmente de definir a postura do Conselho diante de suas atribuições precípuas e das atividades complementares que lhe foram sendo agregadas.

O registro e a habilitação dos economistas e a fiscalização do exercício da profissão

Imediatamente após a instalação do CREP-2ª Região, os pedidos de registro de economistas começaram a ser recebidos. Quando se tratava de bacharéis em Ciências Econômicas formados por faculdades que ministravam o curso de Administração e Finanças (no regime do decreto de 1931) ou o curso de Ciências Econômicas (no regime de 1945) não havia maior dificuldade. Já quando os pedidos de registro envolviam a habilitação de profissionais sem o título de bacharel em Ciências Econômicas, os conselheiros deviam examinar a documentação apresentada e elaborar pareceres de acordo com o disposto no Decreto nº 31.794. Aprovados pelo CREP, estes pareceres seriam encaminhados ao CFEP, que deveria dar a palavra final sobre a habilitação do interessado. O prazo inicial para a apresentação de pedidos de habilitação era de um ano a partir da publicação do decreto de regulamentação. Assim, em ata de 2 de dezembro de 1953, o CREP lembra que o prazo se encerrou e que haviam sido apresentados 1.658 pedidos de habilitação.⁸ Não é difícil imaginar o que isso representou de trabalho para os conselheiros do CREP. A análise do pedido de habilitação não era simples: era preciso avaliar, de início, se as atividades relatadas pelos interessados eram “próprias do campo profissional de economista”. Além disso, no caso do exercício do magistério, cabia definir quais disciplinas se enquadravam como “cadeira técnica de economia, finanças ou de organização racional do trabalho”. Este tema foi recorrente nas reuniões do Conselho em seu primeiro ano de funcionamento, pois se questionava se o exercício do magistério em faculdades de ciências econômicas, porém em disciplinas não diretamente vinculadas às Ciências Econômicas, dariam (ou não) o direito à habilitação. Em reunião de 4 de agosto de 1954, o Conselheiro Geraldo de Souza (que no ano de 1957

Economistas e presidentes do Corecon: Ubirajara Zogaib, Geraldo de Souza e Lupércio Rodrigues Haro da esquerda para a direita.



exerceu a presidência do Conselho) propôs que se encaminhasse ofício ao Professor Dorival Teixeira Vieira para que emitisse um parecer sobre o ato do Conselho, que havia fixado as cadeiras que seriam aceitas para efeito de habilitação.⁹ Isso indica que havia alguma polêmica em torno de um assunto que envolvia grande número de solicitações: em praticamente todas as reuniões quinzenais do Conselho eram votados processos de habilitação relatados pelos Conselheiros. Essa votação aparece pela primeira vez em 30 de setembro de 1953, com a aprovação de 4 dos cinco pedidos analisados.¹⁰ Em reuniões subsequentes sempre havia pedidos aceitos e recusados, a indicar que a questão era bastante delicada. Um novo prazo para pedidos de habilitação foi aberto pelo CFEP em 1955, por meio de sua resolução nº 34. Curiosamente, em reuniões do CREP em 20 de janeiro e 17 de fevereiro de 1960, o tema da habilitação voltou à tona: o presidente do CREP, Jamil Zantut, registrou o recebimento de ofício do Sindicato e da Ordem dos Economistas de São Paulo em que se manifestavam favoráveis à reabertura do prazo para a habilitação como economista.¹¹ Essas referências ao processo de habilitação sugerem haver entre os economistas um espírito bastante aberto a incorporar na categoria aqueles que, sem o diploma de bacharel em Ciências Econômicas, demonstravam conhecimento da matéria e que, na prática, exerciam funções típicas de economista. É claro, nem todos os pedidos podiam ser aceitos, mas um grande número de profissionais foi habilitado. Aliás, esse

espírito foi bem expresso pelo presidente do Conselho, Ubirajara Dib Zogaib, que, ao entregar, em 10 de novembro de 1954, os primeiros 29 títulos de habilitação profissional, afirmava sua satisfação em

“...integrar na classe dos economistas brasileiros um número considerável de destacados e brilhantes autodidatas.(...) plêiade de homens competentes que só poderão prestigiar a nossa profissão. [Os que passaram pelo] apertado crivo dos Conselhos de Economistas são realmente profissionais de valor”¹²

Além dos processos de habilitação havia os registros de bacharéis que eram feitos regularmente: em 8 de janeiro de 1954 foi aprovado no plenário o registro de 169 economistas. Aliás, pelo número do último registro de economista ao final de cada ano podemos ter idéia da dimensão da categoria na área da 2ª Região (concentrada nos Estados de São Paulo e Paraná):

Ano	Número total de registros	Número de registros no ano
1956	743	-
1957	867	124
1958	1.011	144
1959	1.134	123
1960	1.362	228
1961	1.589	227
1962	1.746	157
1963	1.988	242

Esses dados indicam o crescimento regular do número de economistas registrados¹³, formados por um número crescente de faculdades de Ciências Econômicas, especialmente depois da reforma do ensino de 1945 que, de certo modo, havia valorizado a profissão de economista ao equiparar, no plano legal, o curso de Ciências Econômicas aos demais cursos universitários. Nos anos 50 registramos a existência de 12 faculdades de Ciências Econômicas, algumas fundadas ainda no regime de 1931 e outras criadas já no regime de 1945:¹⁴

- Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo (Fundação Álvares Penteado)
- Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo
- Faculdade de Ciências Econômicas Coração de Jesus (do Liceu Coração de Jesus, agregada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
- Faculdade de Ciências Econômicas São Luiz
- Faculdade de Economia, Finanças e Administração (fundada por Derville Allegretti)
- Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Mackenzie

- Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André
- Faculdade de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas
- Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto
- Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos
- Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Franca
- Faculdade de Ciências Econômicas de Marília.

Desse modo, ao longo dos anos 50 o número de economistas formados, habilitados e registrados no Conselho crescia regularmente. Quais as atividades que competiam privativamente a esses economistas? E de que modo o Conselho podia exercer a defesa da profissão?

Certamente, esta foi uma tarefa difícil nesses primeiros anos de funcionamento do CREP, pois a própria definição da profissão, razoavelmente clara no papel, era menos clara na prática: as superposições com outras profissões, estas também na defesa de seus nichos profissionais, geraram muitos conflitos e manifestações do Conselho. No próprio discurso proferido na sessão solene de instalação do CREP-2ª Região, o presidente Ubirajara Dib Zogaib defendia a peculiaridade da profissão de economista:

“Já não se pode agora confundir o campo profissional do economista com a esfera de atividades de qualquer outra profissão. E a própria legislação vigente preceitua que a atividade do economista, realizada por vários processos ou meios, objetiva, técnica ou cientificamente, o aumento ou a conservação do rendimento econômico.

Nenhum dos demais profissionais tem por objetivo específico e primordial o rendimento econômico, embora contribuam para tal fim. Nesse particular, convém desfazer o equívoco mais freqüente de confundir-se a esfera do economista com a do contador. Ao contabilista não interessa o rendimento econômico da entidade que recebe os seus serviços, incumbem-lhe apenas apurar os resultados da gestão com exatidão e apresentá-los com clareza de detalhes. Ao economista interessa fundamentalmente o rendimento econômico, tanto de uma pequena empresa como de uma nação inteira”¹⁵

Esta distinção entre economista e contador é, ao mesmo tempo, curiosa e expressiva. Curiosa porque grande parte dos economistas em 1953 havia se formado nos cursos de Administração e Finanças que exigiam, para o ingresso, a conclusão do ensino comercial: ou seja, eles eram contadores, como o próprio Zogaib (que inclusive fez parte de conselhos do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo). Expressiva porque indica que, sem que houvesse uma marcada rivalidade entre as duas categorias, interessava a delimitação precisa do campo de atuação de cada uma dessas categorias profissionais.

Da parte dos contabilistas também parecia haver acordo quanto à delimitação dos campos de atuação. Em 30 de junho de 1953, o Conselho Regional



Três economistas que foram presidentes do Corecon: Modesto Scagliusi, Ubirajara Zogaib (primeiro presidente da entidade) e Joaquim Racy Netto em jantar de confraternização com outros economistas.

recebeu um parecer jurídico emitido a pedido do Sindicato dos Contabilistas que “conclui não haver cerceamentos de direitos entre essas duas profissões liberais”.¹⁶

Se em relação aos contabilistas não surgiram maiores dúvidas sobre a competência de cada categoria, o mesmo não ocorreu com outras profissões. Assim, em reunião de 8 de maio de 1957, Ubirajara Zogaib fez referência à Resolução 111 do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura que feria interesses dos economistas. Nessa mesma reunião, foi recebido ofício da diretoria do Idort com consulta sobre os limites de ação e dos campos de atribuições dos economistas e dos engenheiros, reiterando a existência de dificuldades para definir as competências privativas de cada profissão.¹⁷ Em 18 de setembro de 1963 era outra profissão que parecia ameaçar as atividades privativas dos economistas; ainda uma vez Zogaib relatava o problema:

“O Senhor Presidente fez ao Plenário uma exposição sobre a apresentação pelo Deputado Guerreiro Ramos à Câmara dos Deputados de um projeto de lei criando a profissão de Técnico de Administração. Apontou o prejuízo que a aprovação do aludido projeto de lei traria para os Economistas que veriam diminuídas as suas atribuições privativas. Submeteu então aos presentes a minuta de projeto de lei substitutivo àquele em apreço, pelo qual é autorizada a transformação das atuais escolas de administração em faculdades de Ciências Econômicas, com o registro nos CREPS de todos os diplomados até agora. Essa proposição foi baseada na idéia de que não pode haver distinção entre Economista e Técnico de Administração.”¹⁸



Debate reúne os economistas
Celso Furtado, Vespasiano
Consiglio e Delfim Neto.

Estas manifestações no plenário do Conselho indicavam a dificuldade de delimitar com precisão as atividades específicas de cada profissão. No caso particular da Administração, a dificuldade era maior, pois tratava-se de uma profissão “nova” que, de certo modo, se desmembrava da profissão de economista. A fundação de escolas superiores de administração – como a Escola Superior de Administração e Negócios (Esan), em 1941, e a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (1955) em São Paulo e da Escola Brasileira de Administração Pública (1952) no Rio de Janeiro – expressa a tendência para essa especialização profissional, colocando em questão quais seriam as atividades privativas de cada profissão. Nos anos 50 foi criado, na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, o curso de Engenharia de Produção, um curso que também tinha certas superposições com o de Economia e o de Administração.¹⁹ Em suma, a dinâmica da economia e do mercado de trabalho trazia (e ainda traz) constantes mudanças nos perfis profissionais, tornando difícil a perfeita delimitação e defesa do campo de trabalho privativo de cada profissão com base em elementos gerais.

Mas a defesa do campo de trabalho do economista pelo CREP se fez mais amiúde pela indicação de empresas, bancos ou mesmo órgãos públicos que não empregavam economistas em funções privativas da profissão. Assim, já em 30 de junho de 1953, registra-se a constituição do Gabinete de Estudos

Econômicos da Secretaria da Fazenda e que alguns dos profissionais que aí ocupavam cargos não eram economistas. Foi indicado o envio de um ofício ao Governador do Estado e ao Secretário da Fazenda, lembrando a lei sobre o preenchimento de cargos nos organismos econômicos. Ainda em 1953, o conselheiro Geraldo de Souza verificou que algumas faculdades (inclusive a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo) não estavam aceitando como candidatos à cátedra de Economia Política os bacharéis em Ciências Econômicas (como estava prescrito na Lei nº 1.411). Em 25 de setembro de 1957, Jamil Zantut pediu que o CREP tomasse providências em relação à nomeação de um profissional não registrado como economista para Assessor Financeiro do Gabinete do Prefeito do Município de São Paulo, “o que contraria as disposições legais que regulamentam a profissão de Economista”. No ano seguinte, a Caixa Econômica do Estado de São Paulo e o Banco do Estado de São Paulo receberam ofício e carta do Conselho reiterando a importância de indicação de economistas para o exercício das funções privativas da profissão. Em 4 de novembro de 1959 foi aprovada resolução do Conselho nos mesmos termos de resolução do CREP-1ª Região indicando que “a designação de Ministro para Assuntos Econômicos do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores é considerada privativa do economista e integrante do seu campo profissional”.²⁰

Assim, houve uma preocupação constante do Conselho em reservar aos economistas as funções definidas como privativas da profissão. Esta ação era mais fácil de ser encetada em relação a órgãos e empresas públicas em que a designação do cargo já permitia identificar a existência de funções específicas dos economistas.

Por outro lado, os conselheiros também se empenharam na campanha pela criação de cargos destinados exclusivamente a economistas. Em 7 de outubro de 1953 o Presidente Zogaib se referiu a projetos de criação de carreira de economista em repartições públicas e sugeriu trabalho conjunto com o Sindicato dos Economistas para lutar por essa criação. Em 22 de março de 1957 há indicação de um decreto (3.496 de 14/3/1957) que criara 15 funções de economista na Prefeitura do Município de São Paulo; em janeiro de 1958, outra referência à Prefeitura do Município de São Paulo registra a apresentação de Projeto de Lei Municipal 781/57 para a criação de carreira funcional de economista.²¹

Em suma, o Conselho agregava às suas atribuições específicas – registro e fiscalização do exercício da profissão – o empenho pela valorização do economista visando buscar a ampliação do seu campo de atividades, em especial na esfera pública. Aliás, no decorrer dos anos 50 os economistas começaram a ganhar maior visibilidade na sociedade: embora sua atuação na esfera privada já estivesse razoavelmente estabelecida, é por sua presença em organismos públicos de crescente importância que o economista passou a ser reconhecido pela sociedade.

O economista, o CREP e a sociedade

Embora as atribuições regulares do CREP demandassem grande esforço de seus conselheiros, a entidade procurou participar da divulgação do trabalho do economista para a sociedade, o que também implicava na reflexão sobre as grandes questões propostas pela economia nacional. É certo que isso se fazia paralelamente às atividades regulares do Conselho, de resto bastante absorventes, o que impedia maior dedicação a elas.

Por isso, o Conselho associou-se às outras entidades de economistas – a Ordem dos Economistas e o Sindicato dos Economistas de São Paulo – que já vinham realizando regularmente várias ações nesse sentido. Assim, um mês após sua instalação, o CREP indicou o conselheiro Geraldo de Souza para participar, a convite da Ordem dos Economistas, da Comissão Organizadora do 1º Congresso de Economistas de São Paulo. Em janeiro de 1954, o Plenário aprovou um adiantamento de Cr\$ 20.000,00 para as despesas a serem realizadas com o congresso.²² O evento teve lugar no prédio da Federação das Indústrias e mobilizou mais de cem economistas. Desse modo, desde cedo se estabeleceu a colaboração entre Conselho, Ordem e Sindicato dos Economistas em São Paulo na promoção de atividades que tinham em vista a valorização da profissão e a difusão do conhecimento da economia para a sociedade em geral.

Essa colaboração ocorreu sistematicamente na organização da Semana do Economista, realizada anualmente pelas entidades da categoria, um evento que repercutia além da própria categoria profissional. Por exemplo, em setembro de 1953, o vereador Horácio Berlinck Cardoso enviou ao Conselho voto de júbilo pela realização da Semana do Economista daquele ano.²³ Os conselheiros do CREP também fizeram palestras em faculdades de economia sobre temas relacionados à profissão e à economia nacional.

Outra manifestação recorrente nas reuniões do Conselho dizia respeito à crescente participação de economistas, muitos deles conselheiros da entidade, por vezes como representantes do CREP, em órgãos e empresas estatais. Assim, na reunião de 18 de maio de 1955 foi feito o registro de que Ubirajara Dib Zogaib fora nomeado pelo Presidente da República para a presidência da Comissão do Salário Mínimo; nessa época, era membro da direção da Coap (Comissão de Abastecimento e Preços), órgão do governo federal bastante conhecido à época. No mesmo ano, Geraldo de Souza foi indicado pelo CREP para ocupar um cargo na diretoria da CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos), empresa da Prefeitura da Capital que operava o sistema de transportes (bondes e ônibus). No ano seguinte, Jamil Zantut, que também fora membro da Coap, assumiu a função de Assistente do Prefeito da Capital para assuntos econômicos, sendo também representante do Conselho na Diretoria da CMTC. Em 1957, Ubirajara Zogaib foi eleito membro do Idort (Instituto de Organização Racional do Trabalho), órgão de grande prestígio à época, em especial nos meios industriais. Em 1964, Vespasiano Consiglio foi



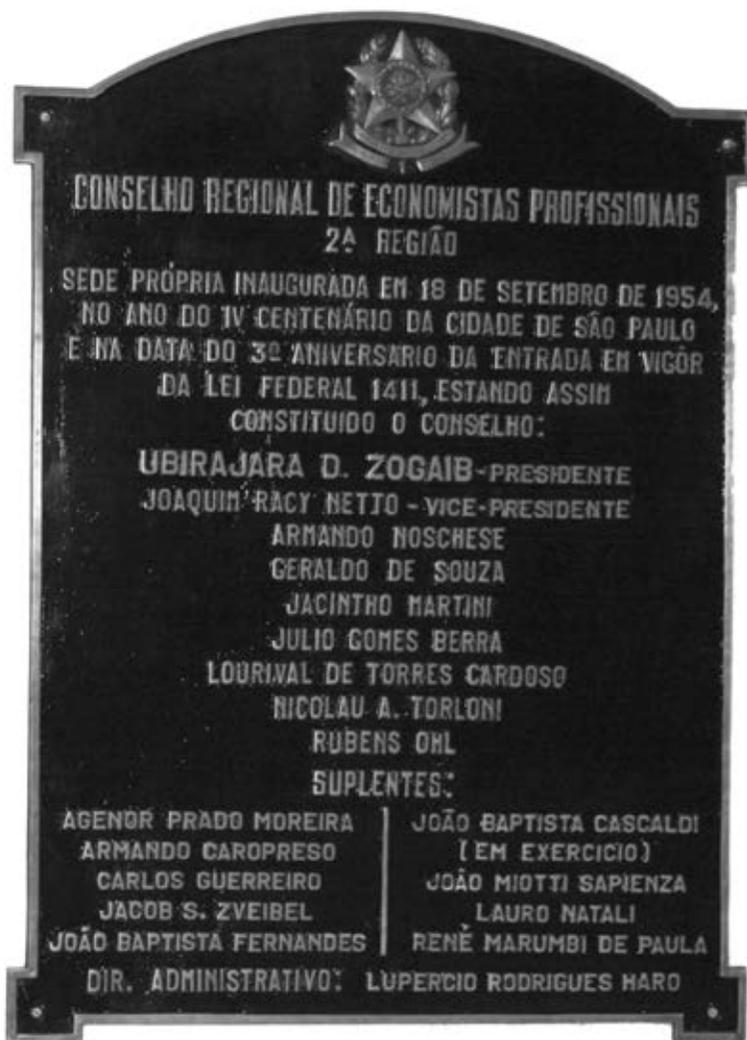
Entrega do prêmio
“Economista Carvalho Pinto”
à Volkswagen do Brasil no
Salão Vermelho do Palácio
Campos Elíseos, 1959.

nomeado Auxiliar de Gabinete do Governador do Estado e, logo em seguida, presidente do Ipesp (Instituto de Previdência do Estado de São Paulo). Estes são apenas alguns exemplos de economistas ligados ao CREP que assumiram cargos em órgãos públicos (por vezes como representantes da categoria) a indicar seu crescente prestígio na sociedade.²⁴

Mas o outro lado desta exposição dos economistas era sua crescente responsabilidade perante a sociedade, fato que o próprio Zogaib havia reconhecido em seu discurso na solenidade de instalação do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 2ª Região:

“De agora em diante, ninguém poderá intitular-se economista sem que esteja devidamente registrado e, portanto, sujeito às penalidades previstas na lei, por dolo, má fé, fraude ou incompetência profissional. De agora em diante, estará a classe preparada para a sua grande missão, humana e generosa de lutar com afinco e com eficiência pela elevação do padrão de vida dos brasileiros. (...) Estarão unidos os economistas numa luta nova, de libertação do povo da miséria, caminhando da atual predominante economia de escassez para uma aspirada e possível economia de abundância, em que os homens despreocupados das necessidades materiais poderão alçar-se às elevadas cogitações espirituais.”²⁵

No âmbito do Conselho, o próprio Zogaib enviou ofício, em reunião de 28 de maio de 1958, para realizar reuniões preparatórias para a Campanha pela Elevação do Padrão de Vida do Povo Brasileiro; esta campanha deveria conduzir à criação do Instituto de Estudos Econômicos de São Paulo, cujo objetivo responderia às inquietações manifestadas por Zogaib anteriormente.²⁶



Placa de inauguração da sede do Conselho Regional de Economistas Profissionais no Edifício Califórnia, na Rua Barão de Itapetininga, no dia 18 de setembro de 1954.

do Estado de São Paulo. Aliás, em sua gestão foi elaborado o “Plano de Ação do Governo” que também mereceu atenção das entidades da categoria: de sua formulação participaram economistas como Antonio Delfim Netto, Rui Miller de Paiva e Diogo A. Nunes Gaspar. Mas sua execução também absorveu vários economistas, a exemplo de Vespasiano Consiglio, responsável pela análise de projetos e pela gestão de um fundo para financiar a indústria de base. Trata-se de um evento emblemático para os economistas paulistas pelo papel fundamental que a categoria assumiu, daí em diante, no planejamento e na gestão da política econômica no Estado de São Paulo. Aliás, outro evento confirma esta tendência: em julho de 1963, foi recebido no Plenário do Conselho o economista e professor Antenor da Silva Negrini, coordenador do Grupo de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo.²⁸

Trata-se de um momento peculiar da economia brasileira: o planejamento não era desconhecido na economia brasileira. Basta lembrar do Plano Sal-

Sob outra perspectiva, a preocupação do Conselho com as questões nacionais surgia, em consonância com o padrão da época, numa série de referências favoráveis à criação de organismos estatais ligados ao planejamento e à gestão da economia. Em parte, essa preocupação refletia o interesse pela ampliação do campo de trabalho dos economistas; mas provavelmente havia também a crença de que o conhecimento dos economistas poderia encaminhar soluções para as grandes questões da economia nacional.

Nesse sentido, em julho de 1958, foi enviado ofício ao Governador do Estado com “aplausos à patriótica iniciativa de restabelecer o Instituto do Café do Estado de São Paulo”. No mês seguinte, o presidente do CREP deu ciência ao Plenário da publicação, no *Diário Oficial*, do ato de criação do Conselho de Pesquisas e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.²⁷

Em outubro do mesmo ano, o presidente do Conselho registrava como “acontecimento jubiloso” a eleição do economista Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto para o cargo de Governador

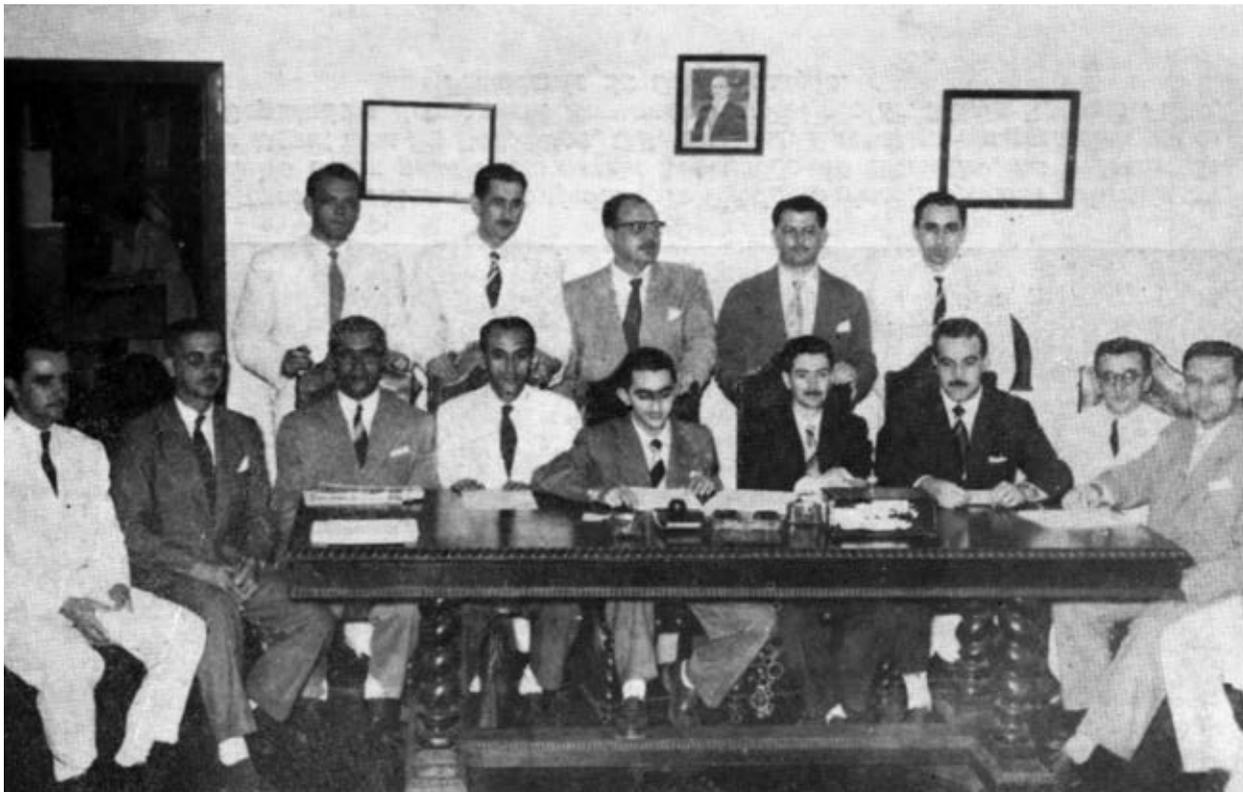
te (saúde, alimentação, transportes e energia) elaborado durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950): no entanto, tratava-se mais de um orçamento de investimentos públicos do que de um efetivo plano de desenvolvimento econômico. O Plano de Metas, do governo de Juscelino Kubitschek, estabeleceu, de forma mais articulada, os objetivos a serem alcançados (as “metas”) e os meios para tanto (em especial, os investimentos necessários). O rápido crescimento da economia brasileira nesses anos gerou um grande otimismo (apesar de certos desequilíbrios, como a inflação crescente) e induziu novas experiências de planejamento nas esferas estaduais e regionais. De certo modo, cada novo governo (federal e mesmo estadual) se via obrigado a formular um plano de desenvolvimento que indicasse os rumos desejados da economia. Evidentemente, grande parte das tarefas do planejamento são inerentes ao trabalho do economista que, por isso, se viu bastante valorizado nos anos 50. Por outro lado, estabeleceu-se um certo consenso em relação à necessidade do planejamento com alguma intervenção do governo na economia, características típicas do chamado “desenvolvimentismo”. O júbilo com que o Conselho recebeu o Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto expressa, sem dúvida, esse consenso em torno da necessidade do planejamento econômico e a perspectiva de valorização da atividade do economista.

De certo modo, esse mesmo consenso quanto ao papel do Estado e dos economistas no planejamento e na gestão da economia estava presente em comunicado do presidente Jamil Zantut, em reunião de 13 de setembro de 1961, de que seria enviado telegrama ao “Dr. Celso Furtado, em Recife, solicitando-lhe que permaneça na Sudene, em favor dos interesses nacionais”, o que foi aprovado pelos conselheiros.²⁹

A postura do CREP – em particular nessa manifestação relacionada a Celso Furtado – parece estar de acordo com uma forte tendência à época de valorizar a intervenção do Estado a favor do desenvolvimento por meio do planejamento econômico, fato que também tendia a valorizar a própria profissão de economista. Se nos anos 50 o economista ainda não tinha a visibilidade e a projeção que ganhou posteriormente, é inegável que sua participação na esfera pública já era considerada indispensável.

O Conselho, talvez por ser um organismo oficial, raramente se manifestou sobre questões políticas ou de políticas econômicas específicas. No entanto, numa situação histórica especialmente grave, encontramos um registro bastante expressivo:

“O sr. Presidente [Ubirajara Zogaib] assinala o infausto acontecimento do dia vinte e quatro de agosto do corrente ano, qual seja o desaparecimento do sr. Getúlio Vargas, Presidente da República, lembrando que esse ilustre brasileiro teve seu nome ligado aos mais importantes atos legislativos que dispõem sobre a profissão de economista. Assinou o Decreto-Lei 20.158 de 30 de Junho de 1931, que criou no Brasil o ensino de Ciências Econômicas; o Decreto-Lei 7.988 que elevou ao grau universitário o mesmo curso e promulgou



Sessão de instalação do Conselho Federal de Economistas Profissionais no Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1951.

também a Lei 1.411 que regulamentou a profissão de economista. Merece o Presidente Vargas a mais profunda gratidão da classe, pedindo o sr. Presidente [do CREP] que se registrasse na ata dos trabalhos um voto de grande pesar pelo seu falecimento”³⁰

Embora se tratasse de evento político da maior importância, o presidente do Conselho preferiu uma manifestação que realçava a ligação dos economistas ao Presidente Getúlio Vargas por meio da legislação por ele promulgada que garantira avanços significativos em relação aos direitos da categoria. Essa postura – de evitar temas políticos polêmicos e se concentrar nos problemas específicos da profissão – prevaleceu durante longo tempo, talvez porque, sendo um órgão público, entendiam os conselheiros não caber manifestações de caráter propriamente político. No entanto, nos períodos posteriores, o Conselho não pôde se eximir de participar dos debates referentes às grandes questões da economia brasileira, como expomos nos próximos capítulos.

Notas

- 1 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 30/6/1953.
- 2 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 1ª Região. *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro: CREP-1ª Região, s/d, pp.181-182.

- 3 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 29/5/1953 para a constituição do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 2ª Região e Ata da 1ª Reunião do Conselho em 30/5/1953.
- 4 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 2/6/1953.
- 5 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 30/6/1953.
- 6 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 30/6/1954.
- 7 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Atas das Reuniões de 16/9/1953 e 23/6/1954.
- 8 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 2/12/1953.
- 9 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 4/8/1954.
- 10 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 30/9/1954.
- 11 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Atas das Reuniões de 20/1/1960 e 17/2/1960.
- 12 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 10/11/1954.
- 13 Os números da tabela indicam, de modo aproximado, o número de economistas registrados no CREP-2ª Região, pois é o número de registro do último economista que o obteve em cada ano. Caberia deduzir desse número os economistas falecidos e os que eventualmente solicitaram o cancelamento de suas inscrições. Por outro lado, o número total de economistas formados certamente era maior do que o de registrados. A Ordem dos Economistas de São Paulo, por exemplo, tinha, em fins de 1953, cerca de 800 associados.
- 14 CONSIGLIO, Vespasiano. “Nota sobre os problemas do ensino brasileiro, principalmente de Ciências Econômicas”. *Revista de Ciências Econômicas*. São Paulo: Ordem dos Economistas de São Paulo, nº 1, 1968, pp. 33-34.
- 15 ZOGAIB, Ubirajara Dib. “Discurso proferido na solenidade de instalação do CREP-2ª Região, realizada em 16 de novembro de 1953, na Biblioteca Municipal de São Paulo”. Conselho Regional de Economistas Profissionais da 1ª Região. *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro: CREP-1ª Região, s/d, p.199.
- 16 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 30/6/1953.
- 17 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 8/5/1957.
- 18 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 18/9/1963.
- 19 O Prof. Ruy Aguiar da Silva Leme foi o criador do curso de Engenharia da Produção em 1958. Engenheiro civil por formação, era registrado como economista no CREP-2ª Região e foi presidente do Banco Central do Brasil (1967/8). Além de professor da Escola Politécnica, foi também professor de Administração da Faculdade de Economia e Administração da USP. É um exemplo curioso de um profissional que atuava nas áreas de engenharia, economia e administração.
- 20 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Atas das Reuniões de 30/6/1953; 21/10/1953; 25/9/1957; 27/8/1958; 3/9/1958; 4/11/1959.
- 21 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Atas das Reuniões de 7/10/1953; 22/3/1957; 15/1/1958.
- 22 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 8/1/1954.
- 23 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 17/10/1953.
- 24 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Atas das Reuniões de 18/5/1955; 30/11/1955; 9/5/1956; 21/8/1957; 15/4/1964 e 20/5/1964.
- 25 ZOGAIB, op.cit., pp.199-200.
- 26 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 28/5/1958.
- 27 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Atas das Reuniões de 23/7/1958 e de 20/8/1958.
- 28 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 8/10/1958.
- 29 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 13/9/1961.
- 30 Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Ata da Reunião de 1º/9/1954.

Na década de 1960, seguindo uma tradição das entidades, os economistas visitavam empresas, como esta à fábrica da Willys Overland do Brasil, em São Bernardo do Campo.

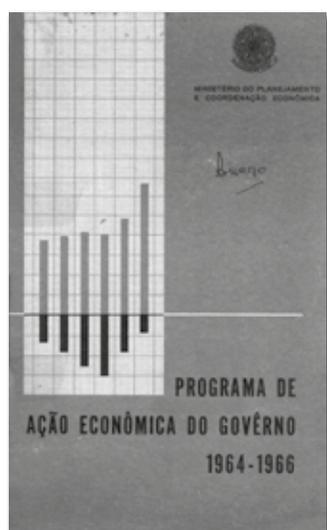


3 | O crescimento da economia incentiva a formação de novos economistas (1964-1973)

Os anos 50 foram de elevado ritmo de crescimento para a economia brasileira. O núcleo desse crescimento foi a industrialização que, no Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, recebeu tratamento prioritário. No entanto, ao fim dos anos 50, a economia brasileira apresentava sérios desequilíbrios: estrangulamento externo e déficits fiscais induziam a elevação das taxas de inflação. A instabilidade política do início dos anos 60 – eleição e renúncia de Jânio Quadros, crise política e instauração do parlamentarismo na posse de João Goulart, retorno do presidencialismo – agravou esses desequilíbrios e reduziu o ritmo de crescimento da economia brasileira.

O governo do Marechal Castelo Branco, que assumiu em abril de 1964 após a derrubada de Goulart por um movimento militar, definiu uma política econômica que procurava, antes de mais nada, debelar a inflação, e também criar condições para a retomada do crescimento. A política antiinflacionária teve impacto recessivo, prolongando por alguns anos o reduzido crescimento da economia brasileira. Paralelamente, foram implementadas várias reformas que visavam instaurar as condições consideradas adequadas para a retomada do crescimento. Sob a liderança de dois economistas – Roberto Campos, no Ministério do Planejamento, e Octavio Gouveia de Bulhões, no da Fazenda – foram elaborados o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo: 1964-1966) e o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social.

A principal inovação de política econômica foi a introdução da correção monetária como um instrumento para combater (e também conviver) com a inflação. Várias reformas promoveram significativas mudanças na economia brasileira desses anos. A reforma fiscal, com ampla mudança no regime tributário, permitiu a elevação das receitas, revertendo a tendência ao déficit público. A criação de um título do Governo – ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), com cláusula de correção monetária – permitiu superar as limitações da chamada Lei da Usura¹ e viabilizou a colocação de títulos da dívida pública no mercado. Como resultado, o Governo Federal pôde contar



Capa do “Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966”, coordenado pelos economistas Roberto de Oliveira Campos, ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, e Octavio Gouveia de Bulhões, ministro da Fazenda.

com um instrumento de financiamento público não-inflacionário (pois não envolvia a emissão de moeda). A reforma monetária, financeira e do mercado de capitais também teve grande impacto: além da criação do Banco Central, definiu-se uma nova estrutura para o sistema financeiro privado (com bancos comerciais, de investimento, sociedades de crédito e financiamento, sistema financeiro da habitação, bancos de desenvolvimento, seguradoras, corretoras e distribuidoras de títulos e valores). Tratava-se de gerar condições adequadas para que o sistema financeiro pudesse remunerar a poupança privada com juros reais positivos e, com isso, atrair recursos para o financiamento do investimento. Outras reformas – como a trabalhista e a do comércio exterior – procuraram ainda criar melhores condições para o investimento privado.

Desse modo, a partir de 1967, como resultado das reformas, mas também de uma conjuntura externa bastante favorável, a economia brasileira retomou acelerado ritmo de crescimento no que, por vezes, foi chamado de “milagre brasileiro”. As taxas de crescimento do PIB brasileiro entre 1958 e 1973 sintetizam as conjunturas acima descritas: crescimento acelerado entre 1958 e 1961, redução do crescimento entre 1962 e 1967, “milagre brasileiro” de 1968 a 1973.

Brasil: Taxas anuais de crescimento do PIB (%)

1958: 10,8	1962: 6,6	1966: 6,7	1970: 10,4
1959: 9,8	1963: 0,6	1967: 4,2	1971: 11,3
1960: 9,4	1964: 3,4	1968: 9,8	1972: 11,9
1961: 8,6	1965: 2,4	1969: 9,5	1973: 14,0

Fonte: Ipeadata

O rápido crescimento da economia, mantido por vários anos seguidos, resultou em substancial ampliação do emprego. Porém, para os economistas, mais do que o crescimento do número de empregos, parece ocorrer nesse período a diversificação de suas áreas de atuação.

Para tanto, contou, em primeiro lugar, o crescimento do próprio Estado brasileiro, tanto pelos órgãos propriamente governamentais quanto pelas empresas estatais. Além do aumento da receita tributária, foram criados vários fundos que geraram recursos substanciais a serem geridos pelo governo – os mais conhecidos o FGTS e o PIS-PASEP. Embora os fundos em si não fossem uma novidade, a partir de 1964 acelerou-se a criação de fundos que absorveram volumes crescentes de recursos. O seu número é bastante expressivo:²

Fundos oficiais

Período de Criação	Número de Fundos
Até 1950	27
1950-56	12
1957-63	34
1964-74	134

Evidentemente, esses recursos demandam sua gestão, seja pela administração direta, seja pela administração indireta ou mesmo por instituições financeiras oficiais. É claro, o economista tem, nessa gestão de recursos financeiros, uma posição importante, abrindo-se espaço para novos postos ocupados pela categoria.

Igualmente importante foi a criação de empresas estatais: como empresas de grande porte, tinham lugar para o trabalho de economistas. Assim, a empresa estatal também passou a absorver parcelas dos economistas presentes no mercado. Em levantamento realizado nos anos 80, houve o registro de 571 empresas de propriedade ou com participação majoritária dos poderes públicos (nos três níveis: federal, estadual e municipal). Dessas, se conhecia a época de fundação de 350: desse total, 210 – ou seja, 60% – foram fundadas entre 1966 e 1976.³

Empresas estatais são, em geral, de grande porte e envolvem tarefas como planejamento econômico e gestão financeira, inerentes à atividade do economista. Um expressivo número de economistas formados nesses anos encontrou nas empresas estatais um amplo campo de trabalho. A pesquisa da revista *Visão* relativa ao ano de 1982 indicava que as 24 maiores empresas não financeiras do país, com base no Patrimônio Líquido, eram estatais e pertenciam a diversos setores: energia (Eletrobras, Cesp, Furnas, Light, Chesf, Cemig, Eletronorte, Eletrosul, Petrobras), transporte (Rede Ferroviária Federal, Fepasa, Metrô-sp, Portobras), telecomunicações (Telebras, Telesp, Telerj, Embratel), mineração e siderurgia (Vale do Rio Doce, Siderbras, CSN, Cosipa). A 25ª maior empresa no Brasil por patrimônio líquido, a primeira empresa privada no ranking, era Indústrias Votorantim, seguida por mais três estatais (Petroquisa, Metrô-RJ, Dersa). Muitas dessas empresas estatais foram constituídas nesses anos e abriram um amplo mercado para os economistas.

Mas algumas das políticas do governo também eram favoráveis à absorção de economistas pelo setor privado: incentivos fiscais exigiam a elaboração de projetos de viabilidade econômica; fundos, como o do Decreto-Lei n° 157 (estímulo para aplicação em ações com redução do imposto de renda devido), exigiram dos bancos a montagem de estruturas para sua gestão; o próprio Sistema Financeiro da Habitação demandava, tanto para a captação das poupanças (por meio de letras imobiliárias ou de cadernetas) quanto para a sua aplicação (a concessão de financiamentos habitacionais), profissionais habilitados a fazer a gestão desses recursos.

O próprio setor privado também necessitou, nesses anos de rápido crescimento, do trabalho do economista. Trata-se de um período em que a dimensão da empresa cresceu substancialmente: os ramos industriais em expansão – como o automobilístico e o eletro-eletrônico – são tipicamente constituídos por grandes empresas (muitas delas, multinacionais), cuja estrutura demanda o trabalho de economistas. Outro exemplo importante foi o dos bancos: no período, houve uma seqüência de fusões e incorporações de bancos (em

parte estimuladas pelo governo federal). O aumento do porte das instituições financeiras, associado às novas funções que a reforma do sistema financeiro lhes havia atribuído (financiamento habitacional, financiamento de longo prazo em bancos de investimento, estímulo ao mercado acionário etc.), geraram uma demanda por profissionais habilitados à gestão dessas atividades, sendo os economistas privilegiados nesse mercado.

Além disso, foi um período em que o economista, enquanto formulador e gestor da política econômica, começou a ganhar maior visibilidade: suas opiniões deixaram de ficar restritas aos meios especializados e a imprensa levou ao grande público as polêmicas relativas à política econômica. Em particular, economistas paulistas tiveram maior projeção nacional no período com a designação de Antonio Delfim Netto como Ministro da Fazenda em 1967. Até então, a direção da política econômica do governo federal estivera, quase sempre, em mãos dos economistas do Rio de Janeiro. Depois de 1967, muitos economistas paulistas ocuparam cargos na esfera federal, ampliando a visibilidade da profissão em São Paulo.

Desse modo, a conjuntura dos anos 60 conjugou um mercado em expansão para o economista, um mercado que certamente podia atrair muitos jovens para essa carreira e também maior projeção dos economistas na sociedade: a profissão de economista passou a ser conhecida do público em geral e despertou o interesse por seu exercício.

Acreditamos que isso explique o grande aumento do número de economistas e das faculdades de economia nesses anos, o que colocava novos desafios para o Conselho Regional de Economistas Profissionais da 2ª Região.

O Conselho Regional de Economistas Profissionais da 2ª Região diante do crescimento da categoria

Entre 1964 e 1973, o número de economistas registrados no CREP-2ª Região praticamente triplicou: em dezembro de 1963, o último economista registrado nesse ano recebeu o número de 1.988 e, em dezembro de 1973, esse número era 6.125. Em reunião do Plenário em 3 de janeiro de 1973, ao transmitir a presidência para Gunther Klaus Greeb, Jamil Zantut se referia a cerca de 6.000 profissionais registrados; porém, afirmava que o Conselho tinha jurisdição sobre cerca de 20.000 bacharéis.⁴

Essa ampliação da categoria expressava o crescente prestígio da profissão entre os jovens que pretendiam ingressar na universidade. O curso de Administração e Finanças, criado em 1931 (e que concedia o título de bacharel em Ciências Econômicas) era uma espécie de complemento do ensino comercial (de nível médio e que formava contadores), pois nele só podiam ingressar os formados no ensino comercial. É provável que durante muitos anos o candidato típico às faculdades de Ciências Econômicas (no regime de 1945) fosse um técnico de contabilidade que optasse pelo curso superior de econo-



Visita dos participantes do I Congresso Brasileiro dos Economistas à Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, 1968.

mia e não de contabilidade (já que o diploma do ensino médio lhe garantia o exercício da profissão de contador). Inúmeros economistas muito conhecidos haviam concluído o curso técnico de contabilidade (então equivalente ao colegial), mas optaram pelo curso universitário de economia, abraçando profissionalmente esta área. Nos anos 60, no entanto, o curso de Ciências Econômicas aparece como uma alternativa interessante a muitos jovens que, em outras épocas, provavelmente teriam optado pelas carreiras tradicionais (em especial Direito, Medicina e Engenharia). Em suma, nesses anos a profissão de economista tornava-se muito atraente pela ampliação do mercado de trabalho, pelo prestígio social que a profissão passava a desfrutar e também pelo desejo de entender e participar dos debates econômicos que agora eram acessíveis ao público em geral.

Um exemplo interessante do aumento da procura pelos cursos de economia é o da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo: até 1960, o número de vagas para ingresso era de 100 (para os dois cursos que ali eram oferecidos: Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais); em 1961, esse número dobrou para 200; em 1964 elevou-se para 300 e em 1968, para 450 (que já incluía agora o curso de Administração de Empresas). Ou seja, em menos de 10 anos a oferta de vagas cresceu quase cinco vezes. Mas é igualmente expressivo do prestígio que o economista desfrutava à época a indicação do número de formandos por curso. A opção dos alunos não era feita no momento do vestibular: isso ocorria ao fim do primeiro ou do segundo ano, básico para todos os cursos. Abaixo indicamos o número de alunos formados por curso a partir de 1964 (alunos que, na maior parte, haviam ingressado a partir de 1960 ou 1961). Nesse ano, formou-se a primeira turma do curso de Administração de Empresas, abrindo-se nova op-

O economista e ministro Delfim Neto, o governador Laudo Natel e o empresário e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Theobaldo de Nigris, em evento na sede da Fiesp.



ção aos alunos da faculdade; porém, havia clara preferência por Economia (embora, em alguns anos, o curso de Administração de Empresas já atraísse um número de alunos semelhante ao de Economia).⁵

Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo
– alunos formados por curso

Ano	Economia	Administração ⁽¹⁾	Contábeis ⁽²⁾
1964	45	23	2
1965	30	15	4
1966	39	28	3
1967	37	31	6
1968	42	49	6
1969	52	55	6
1970	69	40	3
1971	142	79	6
1972	137	86	37
1973	162	98	9

Obs.: (1) Inclui os formados em Administração de Empresas e Administração Pública

(2) Inclui os formados em Ciências Contábeis e em Ciências Atuariais.

Essa crescente atração dos jovens pela Economia também levou à multiplicação das faculdades que ofereciam esse curso. Se em meados dos anos 50 havia o registro de 12 faculdades de economia no estado de São Paulo, em 1968, em artigo publicado na *Revista de Ciências Econômicas*, o economista e conselheiro do CREP-2ª Região, Vespasiano Consiglio, identificou 22 facul-

dades, sendo 8 na Grande São Paulo e 14 no interior do Estado. Vale a pena registrar quais eram essas faculdades com a respectiva localização e data de fundação:

- Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP – São Paulo – 1946
- Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais Coração de Jesus, da PUC/SP – São Paulo – 1938⁶
- Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Mackenzie – São Paulo – 1950
- Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo (Álvares Penteado) – São Paulo – 1902
- Faculdade de Economia, Finanças e Administração de São Paulo – São Paulo – 1942
- Faculdade de Ciências Econômicas São Luís – São Paulo – 1948
- Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André – Santo André – 1954
- Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco – Osasco – 1965
- Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Campinas – Campinas – 1942
- Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto – Ribeirão Preto – 1932
- Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos – Santos – 1951
- Faculdade de Ciências Econômicas de Franca – Franca – 1951
- Faculdade de Ciências Econômicas de Marília – Marília – 1954
- Faculdade de Ciências Econômicas de Bauru – Bauru – 1960
- Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Vale do Paraíba – São José dos Campos – 1961
- Faculdade de Ciências Contábeis e Atuariais de Taubaté – Taubaté – 1961
- Faculdade de Ciências Econômicas de São José do Rio Preto – São José do Rio Preto – 1962
- Faculdade de Ciências Econômicas de São João da Boa Vista – São João da Boa Vista – 1963
- Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administração de Empresas Piracicabana – Piracicaba – 1964
- Faculdade de Ciências Econômicas de Andradina – Andradina – 1966
- Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração de Empresas Padre Anchieta – Jundiá – 1966
- Faculdade de Ciências Contábeis de Itapetininga – Itapetininga – 1966.

A essa relação de faculdades, Consiglio agregava o seguinte comentário:

“A esse grande número de faculdades não se juntaram dezenas de outras mais, tanto na Capital como no interior, em decorrência de um heróico esfor-

ço de resistência por parte das entidades de classe dos economistas de São Paulo que, certamente, sempre entenderam que somente deveriam ser instaladas novas faculdades que possuíssem condições materiais e principalmente humanas para bem desempenhar sua missão”⁷

A preocupação com a qualidade do ensino de economia, expressa por Vespasiano Consiglio, também esteve presente entre os conselheiros do CREP-2ª Região. Em reunião de 16 de fevereiro de 1966, foi relatada reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* a respeito de irregularidades no funcionamento de uma faculdade do interior do Estado, lembrando-se, na ocasião, que problemas semelhantes já haviam sido registrados em outra faculdade. Embora esse problema não fosse diretamente da alçada do Conselho, havia preocupação com o tema, pois muitos alunos formados por tais faculdades já haviam obtido seu registro como economistas. Nessa reunião, “...o Conselheiro Avelino de Oliveira Aranha sugeriu que oportunamente se fizesse um movimento de nossas três entidades alertando o Poder Estatal quanto à proliferação de estabelecimentos de ensino de Ciências Econômicas em que a quantidade vem desvirtuar a qualidade, o que foi aprovado por unanimidade”⁸

Os problemas com a qualidade do ensino superior não eram exclusivas dos cursos de Economia: nesses anos, havia inúmeras referências às deficiências de vários cursos, principalmente os de Direito (muitas vezes com aulas apenas nos fins de semana); e também não eram peculiares às faculdades de São Paulo. O Conselho Federal de Economistas Profissionais, em sua revista *Tribuna do Economista*, tratava com frequência de temas relativos ao ensino de economia. Registrava o enorme crescimento do número de formados em economia no Brasil nos anos 60: se entre 1945 e 1954 a média anual de formados havia sido de 536, entre 1955 e 1964 esse número ascendeu para 1.184. Já para os anos de 1965 e 1966 estimava-se que a média anual seria de 2.200 economistas. A revista também registrava regularmente os decretos que autorizavam o funcionamento de novas faculdades de economia: por exemplo, no Estado de São Paulo, o Decreto nº 65.357 de 14/10/1969 autorizou o funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Botucatu e o Decreto nº 66.603 de 20/5/1970 autorizou o curso de Economia do Instituto Superior de Ciências Aplicadas mantido pela Associação Limeirense de Educação (na cidade de Limeira). Em suma, a expansão do ensino de Economia parece não ter se detido, apesar das preocupações e das ações das entidades dos economistas.⁹

Por outro lado, havia também alguma insatisfação com a estrutura curricular dos cursos de Economia: no II SINCE (Simpósio dos Conselhos Regionais de Economistas Profissionais), realizado em São Paulo em agosto de 1970, foi aprovada a “sugestão sobre a necessidade de uma Reforma do Ensino de Economia, apresentada pelo CREP-4ª Região, através de uma ação junto ao CFE por meio dos reitores das universidades das diferentes regiões do País”¹⁰



Carlos Antônio Rocca,
“Economista do Ano” de 1972,
ao lado do presidente do
Corecon, Jamil Zantut, e de
Victor David.

Assim, embora a qualidade do ensino de Economia não fizesse parte das atribuições do CREP-2ª Região, seus conselheiros viam com preocupação a autorização de novas faculdades: estas formavam número crescente de economistas que iriam se registrar no Conselho, eventualmente sem a qualificação adequada para um profissional.

Mas a demanda por conhecimentos de economia levou a um outro fato que também chamou a atenção dos conselheiros: tratava-se da criação de escolas que ministravam cursos “livres” sobre determinados assuntos relacionados à economia. Em reunião em 10 de outubro de 1972, o Conselheiro Ubirajara Dib Zogaib “citou nominalmente um curso de ‘Comércio Exterior’ funcionando com grande publicidade, mas sem currículo regular e atraindo os incautos”. Nessa mesma reunião, solicitou-se ao Dr. Olavo Baptista Filho, delegado do Ministério da Educação, presente à reunião, as providências cabíveis em relação a esses cursos. Esclarecendo a questão do ponto de vista legal, o Dr. Olavo lembrou que os cursos livres podiam funcionar normalmente, não cabendo nenhuma intervenção a menos que se tornassem “casos de polícia”. Como esses cursos não davam a seus alunos qualquer direito quanto ao registro como economistas, a possibilidade de ação do Conselho também era limitada. Mas o fato reafirma o interesse que a economia gerava nos anos 60, explicada em parte pela crescente demanda dos serviços típicos do economista.¹¹

Outra consequência dessa crescente demanda pelos serviços do economista era a emergência de conflitos com outros profissionais na definição de áreas de atuação. O problema não era novo, mas ganhou novos contornos nesses anos.

Miguel Colassuono, Roberto Campos e Modesto Stama, em homenagem a Campos, ministro do Planejamento no governo Castelo Branco.



O fato mais polêmico foi a regulamentação da profissão de técnico de administração. Em reunião em Conselho de 7 de julho de 1965, o Conselheiro Sérgio Roperto relatou a reunião conjunta de economistas, contabilistas e engenheiros em que se discutiu o projeto de lei, já aprovado na Câmara e no Senado, que criou e regulamentou a profissão de técnico de administração. Como resultado, foi enviado telegrama ao Presidente da República solicitando seu veto total ao projeto. O argumento central era de que “administração” exige conhecimentos específicos de engenharia, de contabilidade, de economia etc., dependendo da área particular em que se desenvolvesse a atividade.¹² Na verdade, esse apelo foi infrutífero, pois em 9 de setembro daquele mesmo ano – 1965 – foi promulgada a Lei nº 4.769 que regulamentou a profissão de Técnico de Administração. E por se tratar de uma profissão nova, era inevitável que seus profissionais procurassem ocupar espaços sob o domínio de outras categorias. É interessante notar que no II SINCE, realizado em agosto de 1970, ou seja, mesmo após a regulamentação da profissão de técnico de administração, uma das comissões tivesse colocado em discussão a “unificação profissional do Economista e do Administrador de Empresa.”¹³ Na verdade, na perspectiva de dois administradores, a questão era mais complexa, pois

“Persistia, até os primeiros anos da década de 60, nebulosidade muito grande quanto ao âmbito e abrangência das atribuições dos profissionais de economia, de administração pública e de empresas, bem como de contabilidade. Ao mesmo tempo as solicitações do mercado de trabalho revelam-se já fortemente tendentes à especialização de tarefas. Em tais circunstâncias, as várias faculdades de Ciências Econômicas formavam profissionais com características de conhecimento híbridas e genéricas, os quais não poderiam,

exceto pelo título obtido, caracterizar-se como profissional de uma área de atuação específica”¹⁴

Diante dessa dificuldade em se delimitar, de modo preciso, as atribuições de economistas e de técnicos de administração, era inevitável o surgimento de conflitos. Uma queixa recorrente nas reuniões do Conselho era de firmas registradas no CREP e que estavam sendo notificadas para fazerem seu registro no Conselho Regional de Técnicos de Administração. Em reunião de 5 de julho de 1972, o presidente do CREP, Jamil Zantut, “...pôs em relevo o problema que vem de certo tempo para cá preocupando o Conselho, qual seja, no seu entender, a invasão de atribuições deste pelo Conselho de Técnicos de Administração”¹⁵

No final desse ano, as divergências se aprofundaram e levaram a uma atitude mais incisiva por parte do CREP, por meio de uma ação judicial contra o Conselho Regional de Técnicos de Administração a respeito do conflito de atribuições. Em maio de 1973, o presidente do CRTA procurou o presidente do CREP para um “diálogo conciliatório” que resultou, por decisão do Plenário, em suspensão da ação judicial.¹⁶

O crescente “conflito de atribuições” parece ter sido uma das razões a sugerir a necessidade de se rever a regulamentação da profissão de economista. Com esse objetivo, em dezembro de 1970 foi encaminhado ao Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, um Anteprojeto de Lei de Regulamentação do Exercício Profissional do Economista. Havia a preocupação em definir de modo mais preciso as atividades privativas dos economistas. Em relação à Lei nº 1.411, acrescentava-se, à definição genérica, um amplo conjunto de atividades específicas: projetos de investimentos; mercado interno; mercado internacional; produção e consumo (exceto os aspectos ligados à administração de pessoal e de material); crédito, investimento e seguro; custos (exceto os aspectos ligados à contabilização); análise econômico-financeira; tributação; planejamento e programação econômico-social; desenvolvimento econômico e econômico-social; análise e pesquisa mercadológica nacional e internacional; política econômica global. Os documentos referentes a essas atividades deveriam ser assinados por economistas registrados em um Conselho Regional. O anteprojeto ainda estabelecia que o magistério das disciplinas de Economia e correlatas seriam privativas de economistas.¹⁷

Embora haja, nos anos 70, a edição de duas leis referentes aos economistas (Lei nº 6.021 de 3/1/1974 e Lei nº 6.537 de 19/6/1978), elas não trataram das atividades privativas dos economistas e sim de aspectos do funcionamento do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais que, aliás, passaram a ser denominados Conselho Federal de Economia (Cofecon) e Conselhos Regionais de Economia (Corecon). Desse modo, a tentativa de ampliar e especificar, por meio de lei, as atividades privativas dos economistas não parece ter sido bem sucedida. Tentando suprir essa lacuna, o Conselho Federal emitiu a Resolução nº 860, em 2 de agosto de 1974, dispondo sobre as atividades do

economista. Constava de três grandes tópicos: 1) Planejamento, Programação e Análise Econômico-Financeira de Investimentos e Financiamentos; 2) Estudos, Análises e Pareceres Pertinentes a Macro e Microeconomia; e 3) Perícias, Avaliações e Arbitramentos. Tratava-se de buscar a reserva de certas atividades ao economista e, conseqüentemente, de ampliar o mercado de trabalho para a crescente categoria.¹⁸

Havia ainda outras ações para garantir ao economista maior espaço para desenvolver sua atividade. No II SINCE foi aprovada proposição para “a criação de Assessorias Econômicas em todos os órgãos da Administração Pública, a fim de prestarem assessoramento em assuntos de Economia em geral, função esta a ser desempenhada por bacharéis em Ciências Econômicas devidamente registrados nos CREPs”. A mesma comissão também aprovou proposição sobre a fixação do Salário Mínimo Profissional do Economista, recomendando às entidades da classe o fortalecimento da campanha pela aprovação de projeto na Câmara Federal com a proposta de fixação desse salário mínimo.¹⁹

Num outro plano também havia a preocupação com a presença dos economistas em órgãos governamentais: em reunião de 1º de setembro de 1965 foi colocada em pauta a composição do Conselho Nacional de Economia “pois, em que pese saber que a indicação de alguns dos membros provém de conveniência estritamente política, a verdade é que mesmo assim a preferência deve ser de Economistas”. Na reunião, lembrava-se da presença de um engenheiro e da indicação de um advogado para o Conselho Nacional de Economia, em detrimento de economistas.²⁰

Embora essas ações demonstrassem o empenho do CREP em valorizar a profissão de economista, é inegável que o crescimento econômico e a maior projeção de economistas foram decisivos para o aumento do número de estudantes e, em conseqüência, dos economistas que ingressavam no mercado. A dimensão das tarefas do Conselho aumentava na proporção do número de economistas, de modo a exigir a sua adaptação às novas demandas da categoria.

O CREP muda de casa e assume novas atividades

No período em foco, reduziu-se a jurisdição do CREP-2ª Região. Pela Resolução nº 140 do Conselho Federal, de 9 de outubro de 1964, foi criado o CREP-6ª Região, com sede em Curitiba e jurisdição sobre o Estado do Paraná; pela Resolução nº 385, de 19 de fevereiro de 1970, Goiás e Mato Grosso foram desmembrados da 2ª Região e incorporados à 11ª Região, com sede em Brasília. Assim, a jurisdição da 2ª Região ficou limitada ao Estado de São Paulo. À redução de sua jurisdição não correspondeu uma redução dos encargos administrativos inerentes às atribuições do Conselho, pois o aumento da dimensão da categoria certamente ampliava as tarefas e as responsabilidades do Conselho.

Em reunião de 7 de outubro de 1970, alguns conselheiros levaram ao presidente um longo relato de dificuldades administrativas que julgavam necessário enfrentar com urgência:

“Senhor Presidente - os conselheiros e suplentes, signatários deste, procedendo ao levantamento e exame de todos os processos existentes no Conselho, chegaram à conclusão que somente através de medidas práticas e urgentes poderão ser solucionados os problemas desse setor. Assim, submetem à apreciação de Vossa Excelência algumas recomendações que julgam oportuno sejam adotadas, para possibilitar a pronta decisão e, conseqüentemente, o rápido escoamento dos processos organizados pela Secretaria. A prática de uma sistemática processual e a definição clara e insofismável das atividades enquadradas no campo profissional do Economista serão fatores importantes para um fluxo normal das obrigações de responsabilidade deste Conselho. Preocupados, assim, os Conselheiros pelo bom desenvolvimento dos trabalhos técnicos e administrativos do Conselho e pela manutenção do alto prestígio deste órgão profissional, propõem: 1º) A imediata paralisação das atividades fiscalizadoras externas referentes a intimações e a autuações a firmas, julgadas infratoras pela prática do exercício profissional do Economista, sem o competente registro neste CREP; 2º) Pleitear de professores catedráticos de Direito pareceres específicos sobre a legislação, resoluções etc., para o fim específico de diminuir definitivamente as dúvidas suscitadas acerca das atividades próprias e exclusivas do Economista; 3º) Autorizar a Diretoria Administrativa do Conselho a suspender todas as providências que vem adotando nos processos dessa natureza existentes no Conselho, aguardando o resultado da medida preconizada no item 2º; 4º) Dentro de uma ação moralizadora, adotar definitivamente uma decisão enérgica e urgente para cobrança a Economistas de anuidades atrasadas, até de vários exercícios, passando a constituir norma disciplinadora.”²¹

Este longo trecho extraído da ata da reunião do Plenário é uma síntese das dificuldades administrativas que o CREP enfrentava, na visão daqueles conselheiros. Além de se referir à falta de pagamento das anuidades por muitos economistas (e de como solucionar o problema), o documento enviado ao presidente do Conselho tocava numa questão fundamental e sempre delicada: como definir as atividades específicas e privativas do Economista, de modo que a fiscalização pudesse impor punições de modo a não gerar dúvidas. Se desde o início essa questão era complexa, a regulamentação da profissão de técnico de administração - e a instalação do respectivo conselho



Capa do *Jornal do Economista* exhibe o prédio que se tornou a nova sede das três entidades representativas dos economistas no Viaduto Nove de Julho; o Corecon se transferiu para o novo endereço em 1970.

Economistas em visita à Usina de Peixoto, década de 1970.



- tornou os conflitos mais agudos, face à possibilidade de ambas as partes considerarem certas atividades privativas de sua profissão. Desse modo, é provável que os processos estivessem gerando contestações por parte das empresas autuadas, dada a dificuldade de definir de modo preciso o que era privativo do Economista. O Conselho Federal, no anteprojeto que enviou à Presidência da República, procurou especificar essas atividades privativas do Economista, porém o anteprojeto não se transformou em lei. Os conselheiros sugeriam um parecer de catedráticos de Direito para dirimir as dúvidas sobre o assunto. De qualquer modo, esse continuou a ser um tema de difícil solução e que tinha de ser enfrentado no dia a dia do Conselho Regional.

O crescimento das tarefas cotidianas do CREP também demandou a ampliação do espaço destinado às suas atividades. Em 1968, foi concluído o pagamento e lavrada a escritura definitiva da sede do Conselho, na Rua Barão de Itapetininga, adquirida em 1954 da Companhia Nacional de Indústria e Construção. Por outro lado, nesses anos da década de 1960, a Ordem dos Economistas de São Paulo encetara a construção de sua sede própria em terreno no Viaduto Nove de Julho, cedido em comodato pela Prefeitura do Município de São Paulo. Em 1968, a Ordem e o Sindicato ocuparam os dois primeiros andares do edifício, faltando ainda a conclusão dos demais andares. No ano seguinte, diante da perspectiva de finalizar a obra, a Ordem dos Economistas ofereceu ao Conselho a locação do primeiro andar, já que a Ordem iria ocupar os andares superiores. Em reunião de 7 de janeiro de 1970, o plenário aprovou a locação oferecida pela Ordem e a mudança das instalações da Rua Barão de Itapetininga para o Viaduto Nove de Julho. O contrato foi firmado algum



Semana do Economista, com a participação de Vitor David, Luiz Carlos Pereira de Carvalho e Jamil Zantut, entre outros, 1972.

tempo depois, estabelecendo o aluguel de NCr\$ 1.707,48 (lembrando que a moeda brasileira nesse momento era o cruzeiro novo). A mudança ocorreu no dia 6 de agosto de 1970, com a ocupação do primeiro andar. Paralelamente, promoveu-se a locação do conjunto da Rua Barão de Itapetininga. Em fevereiro de 1972, o presidente do Conselho, Jamil Zantut, anunciou a conclusão das obras do prédio da Ordem dos Economistas e submeteu ao plenário a locação, pelo Conselho, do andar térreo, o que foi aprovado por unanimidade. Assim, o CREP concluiu sua instalação no prédio da Ordem dos Economistas, local em que permaneceu por longos anos, ao lado da Ordem e do Sindicato dos Economistas de São Paulo.²²

O período marca também a crescente colaboração entre as três entidades na realização de uma série de atividades cujo interesse ia além da própria categoria dos economistas.

O II SINCE (Simpósio dos Conselhos Regionais de Economistas Profissionais) foi realizado em São Paulo, na nova sede do Conselho, de 8 a 12 de agosto de 1970: organizado pelo CREP-2ª Região, sob a direção do Conselho Federal, contou com a colaboração da Ordem e do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo. Tratava-se de um evento voltado aos assuntos específicos dos Conselhos Regionais e dos problemas da profissão de Economista. Alguns temas tratados foram: projeto de reformulação da regulamentação da profissão, abuso da designação do título de Economista, reforma do ensino de economia, formação de centros regionais de pesquisa no âmbito dos CREPs, padrões de rotinas administrativas, alteração da denominação dos conselhos para Conselhos Federal e Regionais de Economia e várias outras, entre elas



Curso de aperfeiçoamento e atualização na sede das entidades, com o prof. Simão Silber, em um período no qual o mercado estava em expansão para a profissão de economista, 1972.

“que seja recomendado ao CFEP que proceda uma definição pormenorizada das empresas que, pela natureza de suas atividades, se enquadrem na obrigatoriedade do registro nos CREPs.”²³

Outros eventos realizados em conjunto com a Ordem e o Sindicato tinham caráter mais amplo, tratando dos problemas gerais da economia e da sociedade brasileira. Em reunião de 21 de julho de 1965, o conselheiro Sérgio Roperto anunciou o programa da Semana do Economista, a ser realizada de 7 a 13 de agosto daquele ano, que incluía: visita à Cosipa, conferências do Embaixador americano, Lincoln Gordon, e do ministro da Fazenda, Octavio Gouveia de Bulhões, homenagem ao e conferência do ministro do Planejamento,

Roberto de Oliveira Campos, e entrega da “Medalha do Mérito” ao economista Vespasiano Consiglio.²⁴

A Semana do Economista se repetia anualmente e durante os eventos passou a ser entregue o prêmio de “O Economista do Ano”. Em 6 de junho de 1973, o presidente do Conselho lembrava que a participação do Conselho na Comissão do Prêmio “O Economista do Ano” “demonstra que Ordem, Sindicato e Conselho dos Economistas caminham sempre juntos”. Aliás, a colaboração do Conselho também se fazia sob a forma de recursos para as atividades das outras entidades: por exemplo, para a publicação da *Revista de Ciências Econômicas* (Ata 447 de 21/10/1970), para o custeio de cursos especializados de acordo com convênio com a Ordem (Ata 507 de 7/3/73) e mesmo para a Semana do Economista.²⁵

O Conselho também participava de outros eventos como o SINCE (realizado em Belo Horizonte em 1972) e o 2º Congresso de Economistas (no então Estado da Guanabara, também em 1972). Desse modo, os conselheiros, embora sobrecarregados com os encargos inerentes às atribuições legais do CREP, também se ocupavam dos grandes temas da economia brasileira por meio da presença em simpósios, congressos e outros eventos. De certo modo, isto era fruto do próprio desenvolvimento da economia brasileira que demandava crescentemente a opinião de economistas, tanto sobre questões gerais como de especialistas em determinados assuntos.

Mas há também outra razão para a crescente projeção do CREP-2ª Região para além de suas atribuições específicas. Como já referido, foi neste período que os economistas paulistas assumiram, com maior frequência, importantes postos na gestão da política econômica e de grandes empresas públicas. Emblemática desse momento foi a indicação do economista Antonio Delfim Netto para o Ministério da Fazenda em 1967, fato registrado em ata do Conselho de 3 de maio de 1967, lembrando que seria realizado um banquete em sua homenagem no dia 13 daquele mês.²⁶ Delfim Netto recebeu o título de

“O Economista do Ano” em 1967. A maior evidência dos economistas paulistas no plano nacional também tornava o Conselho mais exposto ao público, induzindo sua projeção para além dos assuntos específicos de sua atuação. Certamente, essa é uma tendência que nasceu nesses anos e que se impôs, daí em diante, como uma das tarefas do Conselho: a reflexão sobre a economia brasileira e a divulgação dos temas de nossa economia para a imprensa e para o público em geral.

Notas

- 1 A chamada “Lei da Usura” é, na verdade, expressa pelo Decreto n° 22.626 do ano de 1933 que estabelecia 6% ao ano como a taxa de juros legal, e o dobro - 12% ao ano - como a taxa máxima que poderia ser cobrada em qualquer operação financeira. Nos anos 50, com níveis inflacionários superiores a 12%, o governo federal não conseguia colocar títulos no mercado, pois o rendimento máximo de 12% seria inferior à taxa de inflação (de 20, 30 ou 50%). Como a correção monetária eliminava as perdas inflacionárias, a taxa de juros nominal dos títulos da dívida pública gerava um ganho real para os que comprassem esses títulos.
- 2 MARTINS, Luciano. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.53.
- 3 MARTINS, Luciano. *Op.cit.* p.62.
- 4 Conselho Regional de Economistas Profissionais - 2ª Região. Ata da Reunião de 3/1/1973.
- 5 LUNA, F. V. e NOGUEIRA NETO, T. A. “O Corpo Discente”. CANABRAVA, A. P. (coordenadora). *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo*. São Paulo: FEA-USP, 1984, p.181.
- 6 Em 1938, o Liceu Coração de Jesus, no bairro dos Campos Elíseos, em São Paulo, criou a Faculdade de Administração e Finanças, no regime do decreto de 1931. Em 1948, mudou sua denominação para Faculdade de Estudos Econômicos e solicitou sua agregação à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em 1968, tinha a denominação de Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais Coração de Jesus: mantinha no nome “Coração de Jesus” (revelando sua origem), porém já estava integrada à PUC-SP. BORGES, M. A., MELLO, C. H. P. de, GALVANI, C. e GOMES, W. P. *Memória do Departamento de Economia*. São Paulo: EDUC, 1998, pp.37-41.
- 7 CONSÍGLIO, Vespasiano. “Nota sobre o problema do ensino brasileiro, principalmente de Ciências Econômicas”. *Revista de Ciências Econômicas*, n° 1, 1º Semestre de 1968, pp.33-34.
- 8 Conselho Regional de Economistas Profissionais - 2ª Região. Ata da Reunião de 16/2/1966.
- 9 *Tribuna do Economista*. Ano I, n° 2, out/dez 1969, p.8; *Tribuna do Economista*. Ano II, n° 2, abr/jun 1970, p.43.
- 10 *Revista de Ciências Econômicas*. 1970. p.42.
- 11 Conselho Regional de Economistas Profissionais - 2ª Região. Ata da Reunião de 10/10/1972.
- 12 Conselho Regional de Economistas Profissionais - 2ª Região. Ata da Reunião de 7/7/1965.
- 13 *Revista de Ciências Econômicas*. 1970, p.42.
- 14 TOLEDO, G. L. e TREVISAN, G. M. D. “O Departamento de Administração”. CANABRAVA, A. P.(coordenadora). *Op. cit.*, p.72.
- 15 Conselho Regional de Economistas Profissionais - 2ª Região. Ata da Reunião de 5/7/1972.
- 16 Conselho Regional de Economistas Profissionais - 2ª Região. Ata da Reunião de 2/5/1973.
- 17 “Reordenação da Profissão de Economista”. *Tribuna do Economista*. Ano III, jan/mar 1971, pp.5-9.
- 18 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Profissão de Economista (Legislação e Código de Ética). São Paulo: Corecon-2ª Região, 1979, pp.39-42.
- 19 *Revista de Ciências Econômicas*. 1970, pp.46-47.
- 20 Conselho Regional de Economistas Profissionais - 2ª Região. Ata da Reunião de 1º/9/1965.
- 21 Conselho Regional de Economistas Profissionais - 2ª Região. Ata da Reunião de 7/10/1970.
- 22 Conselho Regional de Economistas Profissionais - 2ª Região. Atas das Reuniões de 7/1/1970 e de 2/2/1972.
- 23 “II SINCE”. *Tribuna do Economista*. Ano II, n° 3, jul/set 1970, pp.3-12.
- 24 Conselho Regional de Economistas Profissionais - 2ª Região. Ata da Reunião de 21/7/1965.
- 25 Conselho Regional de Economistas Profissionais - 2ª Região. Atas das Reuniões de 21/10/1970, 7/3/1973, 6/6/1973.
- 26 Conselho Regional de Economistas Profissionais - 2ª Região. Ata da Reunião de 3/5/1967.

Capa do *Jornal do Economista* destaca as eleições dos conselheiros, que passaram a ser diretas e por meio de chapas (em todos os Corecons) por mudança na legislação em 1978; as primeiras eleições em 1979 envolveram cerca de dez mil economistas.

Jornal do Economista

Informativo do Conselho Regional de Economia — 2.^a Região
da Ordem dos Economistas de São Paulo
do Sindicato dos Economistas, no Estado de São Paulo

N.º 4 - 4.º trimestre/1980

Eleições definem os representantes da classe nas próximas gestões



As entidades que congregam os economistas do Estado de São Paulo definiram através de eleições os representantes da classe para os próximos exercícios. Bastante concorridas, as eleições foram realizadas num clima de normalidade, com a participação de grande parte dos eleitores credenciados. O Conselho Regional de Economia - 2.^a Região, a Ordem dos Economistas de São Paulo e o Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo partem, dessa forma, para o cumprimento das novas gestões.

4 | O Conselho Regional de Economia da 2ª Região diante da turbulência dos anos 70 (1974-1983)

O ano de 1974 marca importante inflexão na história da economia e da sociedade brasileira, inflexão que acabaria por se refletir na própria história do Conselho Regional de Economia da 2ª Região.

De 1968 a 1973, o PIB brasileiro crescera a uma média de cerca de 11% ao ano, o que sugeria para o período o rótulo de “milagre brasileiro”. A partir de 1974, o ritmo médio de crescimento da economia brasileira declinou: se em 1973 a taxa de crescimento atingiu 14%, entre 1974 e 1983, a taxa média foi de 4,3%, alternando anos de expansão acelerada (como os 10,3% de 1976) com anos de recessão (como os -4,3% de 1981). A instabilidade da taxa de crescimento era reflexo de profundos desequilíbrios que se instalaram na economia brasileira nesses anos.

Taxas anuais de crescimento do Produto Interno Bruto (%)

Ano	Taxa	Ano	Taxa
1973	14,0	1979	6,8
1974	8,2	1980	9,2
1975	5,2	1981	(4,3)
1976	10,3	1982	0,8
1977	4,9	1983	(2,9)
1978	5,0		

Fonte: Ipeadata

Obs.: taxas entre parênteses expressam valores negativos.

Embora não seja a única causa dos desequilíbrios, é inegável que o primeiro choque do petróleo, ao elevar abruptamente o preço do produto no final de 1973, gerou enorme déficit na balança comercial (já que naquele período o Brasil dependia de grande volume de importação de petróleo) e contribuiu para o aumento da dívida externa.

Ano	Balança Comercial	Dívida Externa
1972	-0,2	11,5
1973	0,0	14,9
1974	-4,7	20,0
1975	-3,5	25,1
1976	-2,3	32,2
1977	0,1	38,0
1978	-1,0	52,2
1979	-2,8	55,8
1980	-2,8	64,3
1981	1,2	74,0
1982	0,8	85,5
1983	6,5	102,1

Fonte: Ipeadata

Obs.: Valores em bilhões de dólares

O aumento da dívida externa, numa época de grande liquidez no mercado financeiro internacional, garantiu recursos para cobrir o déficit na balança comercial. Além disso, o ambicioso programa de investimento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (do Governo Ernesto Geisel) pôde, em parte, ser financiado com recursos externos. Desse modo, apesar do choque do petróleo e da situação recessiva da economia mundial, a economia brasileira ainda manteve taxas razoáveis de crescimento do PIB. No entanto, a partir de fins de 1979, o banco central dos Estados Unidos - Federal Reserve - decidiu elevar abruptamente a sua taxa de juros para enfrentar a inflação e o desequilíbrio externo da economia norte-americana. Como as taxas de juros da dívida externa brasileira eram variáveis e indexadas às taxas de juros internacionais, o efeito sobre o serviço da dívida foi explosivo, levando à suspensão de pagamentos de parte dos juros e amortizações em 1982.

Esses desequilíbrios dos anos 70 também se refletiram no aumento das taxas de inflação, que vinham em declínio mas que voltaram a se elevar em 1974, atingindo no fim do período em foco mais de 200%.

Ano	Taxa de Inflação(%)	Ano	Taxa de Inflação(%)
1970	19,2	1977	38,8
1971	19,4	1978	40,8
1972	15,7	1979	77,2
1973	15,5	1980	118,2
1974	34,6	1981	95,2
1975	29,3	1982	99,7
1976	46,3	1983	211,0

Fonte: Ipeadata

Obs.: Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)



Caricatura de reunião do Corecon em 1980 sob a presidência de Modesto Stama, publicada no *Jornal do Economista*.

Essa conjuntura macroeconômica, de grande instabilidade, colocou aos economistas inúmeras questões; mais do que isso, os economistas – mesmo os não especializados em macroeconomia – eram cobrados a explicar o que ocorria e por medidas que permitissem superar a crise. É claro, a situação era bastante complexa e, mais do que em outras épocas, as análises e propostas envolviam polêmicas bastante agudas. Aliás, o início da abertura política no governo Geisel criava um ambiente relativamente propício para que se travassem polêmicas que colocavam em questão a própria política econômica do governo. Era inevitável que essa conjuntura também chegasse aos Conselhos – Federal e Regionais – de Economia, seja em seu cotidiano, seja nas respostas que eram solicitadas dos economistas pela sociedade. É o que procuramos mostrar a seguir.

O Conselho Regional de Economia da 2ª Região se reestrutura para enfrentar os desafios dos anos 70

Os Conselhos – Federal e Regionais – de Economistas Profissionais iniciaram o ano de 1974 com uma nova denominação, de acordo com a Lei nº 6.021 de 3 de janeiro desse ano: Conselho Federal de Economia e Conselhos Regionais de Economia. Assim, a sigla com que o Conselho ficara conhecida – CREP – foi substituída pela de Corecon. Mais importante do que a sigla era a mudança que a nova denominação parecia antecipar: os Conselhos, além de suas atribuições relativas ao exercício da profissão, seriam crescentemente chamados a tratar das grandes questões da economia brasileira.



Capa do número 1 da publicação *Conselho Regional de Economia Informa*, publicação trimestral que se propunha a destacar “a missão do Economista na Sociedade Atual” com foco nos assuntos profissionais, 1974.

É certo que numa época em que o papel dos economistas se tornava mais evidente, as tarefas relativas ao exercício profissional também se ampliavam. No Relatório de Atividades do ano de 1974, o presidente do Conselho, Ubirajara Dib Zogaib, ressaltava esse fato, ainda na perspectiva da defesa do campo profissional:

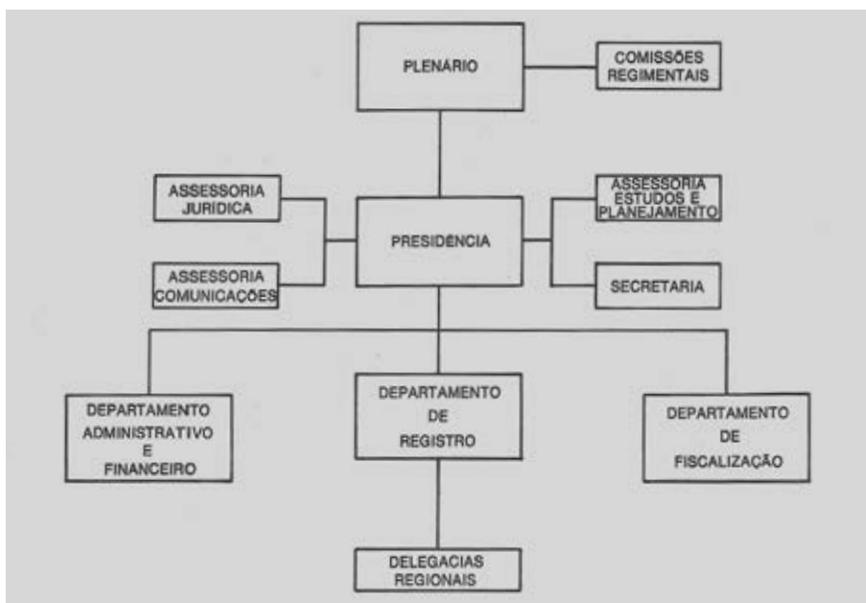
“Cresceu assustadoramente a responsabilidade do Conselho em face dos problemas surgidos com a importância adquirida pela profissão. Tão relevantes se tornaram as atividades dos Economistas no setor público e no setor privado que se multiplicaram as invasões de nossa área por profissionais estranhos à classe e por leigos. A rápida expansão da economia brasileira criou atividades novas que precisavam ser identificadas como privativas do Economista. A participação do Economista passou a ser tão relevante e avassaladora que provocou uma onda de contestação à sua competência de decidir, mesmo no que tange aos problemas econômicos”!

A preocupação com a defesa da profissão e o grande número de novos economistas – entre 1972 e 1974, foram registrados em média, mais de 900 economistas por ano – exigiu a reestruturação e a ampliação administrativa do Corecon. Até 1974, o Conselho contava com apenas 5 funcionários; nesse ano, o quadro foi aumentado para 14 funcionários, além da formação de uma equipe de fiscalização. O Conselho foi estruturado em dois setores: o Deliberativo, incluindo o Plenário, a Presidência e órgãos de assessoramento, e ainda as Delegacias Regionais; e o Executivo, gerido por um Diretor Administrativo em tempo integral e que incluía Serviço de Finanças, Consultoria Jurídica, Secretaria do Conselho e Serviço de Fiscalização. A fiscalização voltou a ser executada em 1974 (pois havia sido interrompida há mais de um ano), agora com uma equipe de estudantes de economia como estagiários. O presidente do Conselho atribuía a essa fiscalização o aumento do número de empresas registradas no Corecon: 33 firmas em 1972, 30 em 1973 e 117 em 1974.²

A reestruturação administrativa continuou a ser executada nas gestões seguintes, com o aumento do número de funcionários – em 1975 já eram 20 – até se completar o quadro estabelecido. Também se registrou a modernização dos equipamentos, por exemplo, com a compra de máquinas de escrever elétricas e, em 1975, de uma máquina “Ascota” de contabilidade para mecanizar esses serviços que, até então, eram executados manualmente. O leitor jovem deverá estranhar esta referência: no entanto, equipamentos que hoje já são “peças de museu” propiciavam, naquela época, importante melhoria das condições de trabalho e por isso mereciam referência especial nos relatórios da entidade.

O aumento dos encargos do Conselho continuou nos anos seguintes: o número médio de economistas registrados passou de cerca de 900 entre 1972 e 1974 para 1.470 entre 1975 e 1977.

Para atender à crescente demanda, o presidente do Conselho, Modesto Stama, incluiu, em seu programa de trabalho para o ano de 1977, uma profunda reorganização administrativa. A Resolução 182 de 6 de julho de 1977 instituiu três Departamentos: de Estudos e Planejamento, de Serviços Administrativos e Financeiros e de Fiscalização, Registro e Controle. Nesse mesmo ano, pela Resolução 185 de 7 de dezembro, o Departamento de Estudos e Planejamento foi transformado em Assessoria e o Departamento de Fiscalização, Registro e Controle foi subdividido em dois, definindo a seguinte estrutura orgânica do Corecon:³



Novo organograma do Corecon de 1977, atendendo a crescente demanda no número médio de economistas registrados, que passou de cerca de 900 entre 1972 e 1974 para 1.470 entre 1975 e 1977.

Essa mudança na estrutura administrativa do Corecon resultava da atuação do Grupo de Trabalho para a Reforma Administrativa do Conselho, criado na gestão do presidente Modesto Stama e contando com a assessoria do economista Ennio Splendore. No mesmo ano, outro consultor – Oswaldo Palomba – preparou um Plano de Reclassificação de Salários, tendo em vista tanto as funções exercidas no Conselho como as condições do mercado de trabalho em geral.⁴

Percebe-se, assim, que as atribuições do Corecon-2ª Região o obrigaram a passar por profundas mudanças nos anos 70, ampliando e modernizando sua estrutura para enfrentar os crescentes problemas de controle e de fiscalização. O elevado número de economistas registrados também implicava em elevado grau de inadimplência: em 1978, foram levantados cerca de 1.100 pro-



Palestra do ministro Reis Veloso durante o VII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, realizado pelo Corecon da 11ª Região, em Brasília, 1977.

cessos de economistas em débito. A nova sistemática de fiscalização permitia realizar mais de 1.000 diligências por ano, com grande número de autuações. A Assessoria Jurídica se via diante de um “insano trabalho” (como caracterizou o presidente Júlio Gomes Berra no Relatório do Exercício de 1978): além da cobrança dos débitos, havia execuções de ações e ainda a defesa diante de mandados de segurança. Estes foram impetrados, em grande número, por distribuidoras de títulos e valores que se julgavam desobrigadas de ter, em seus quadros, economistas registrados no Corecon. Estes poucos dados são suficientes para se avaliar a dimensão que os trabalhos do Corecon haviam adquirido ao longo dos anos 70.

Embora a Reforma Administrativa permitisse maior agilidade aos trabalhos do Conselho, uma parte substancial das tarefas cabia aos próprios conselheiros por meio da participação em comissões: havia as comissões regimentais – a de Contas e a de Ética Profissional – mas também muitas outras responsáveis pelo encaminhamento de questões específicas. Por exemplo, no ano de 1980, na gestão de Modesto Stama, havia 11 comissões de trabalho no Conselho, como: de Avaliação da Reforma Administrativa; de Instruções Eleitorais; de Licitação; de Elaboração do Regimento do Tribunal de Ética; do Concurso de Monografias; de Desburocratização dos Registros; de Seleção dos Trabalhos do VIII SINCE; de Parcelamento de Débitos, entre outras. Como se observa, ao crescimento do número de economistas registrados correspondia o aumento e a complexidade das tarefas que, em grande medida, tinham de ser executadas pelos próprios conselheiros por meio das comissões.⁵

Uma destas comissões tratava do apoio às Delegacias Regionais, cujo funcionamento já vinha sendo objeto de preocupação anteriormente. No ano de 1974, foram realizadas cinco Concentrações Regionais de Economistas (Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Bauru e Campinas) com o objetivo de expor a estrutura e o funcionamento dos órgãos da classe, as atribuições dos economistas e a estratégia de fiscalização. Alguns anos depois, o presidente Júlio Berra, em reunião de 18 de janeiro de 1978, relatou as

conversas que encetou com os delegados regionais com o “objetivo de levantar as razões pelas quais as delegacias não estavam dinamizadas e obter melhor atuação quanto à fiscalização do exercício profissional”. Se algumas já estavam bem organizadas (por exemplo, as de Santos e de São José dos Campos), para outras havia até a falta de uma instalação própria (como a de Bauru que, durante algum tempo, funcionou no escritório do próprio delegado). Assim, foram implementadas ações para dar às delegacias regionais – Santos, São José dos Campos, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e Marília – adequadas condições para o exercício de suas atividades. Certamente, a tarefa dos delegados regionais não era simples, pois tinham vasta área geográfica sob sua jurisdição: por exemplo, a delegacia de Bauru contava com 100 economistas registrados, mas sua competência incluía municípios distantes como Presidente Prudente e Ourinhos, entre outros. Para dar conta da fiscalização, o presidente do Conselho, Gunther Greeb, propôs, em reunião de 7 de janeiro de 1976, o envio de equipes para o interior a fim de dar apoio aos delegados regionais. No ano de 1977, sob a presidência de Modesto Stama, foi realizado o I Encontro de Delegados Regionais com o objetivo de proporcionar orientação e assistência e também estreitar as relações entre o Corecon e as Delegacias Regionais.⁶

Outro tema que atraiu a atenção dos conselheiros dizia respeito ao conflito com outras profissões em relação a atividades privativas do economista. Em outubro de 1976, o Conselheiro Modesto Stama se referia à criação da Associação Brasileira de Engenharia Econômica para lembrar a grande invasão dos engenheiros na área de custos. Paralelamente se discutiu a profissão de Economista Doméstico: por um lado, temia-se a possibilidade de uma nova forma de invasão da área privativa do economista; por outro, questionava-se o título de economista para esse profissional. Em reunião de 4 de janeiro de 1978, o conselheiro Paulo Joel Bruno informava que o Cofecon havia solicitado ao Conselho Federal de Educação que retirasse a expressão economista dessa profissão. No entanto, poucos meses depois, chegou ao Plenário a informação de que o decreto que regulamentava a profissão não havia sido aprovado, encerrando a questão.⁷

Mas também houve alguns conflitos de competência em relação aos contabilistas, cujo conselho exigia exclusividade da perícia judicial para seus profissionais. O Conselho Regional de Contabilidade havia impugnado a validade de alguns serviços considerados contábeis executados na Companhia do Metropolitano de São Paulo por economistas. Conflito semelhante ocorria com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia: este defendia



Jornal do Economista, que, em novo formato, sucedeu o boletim e passou a publicar também temas mais gerais de economia, 1977.

o direito de engenheiros agrônomos realizarem planos de viabilidade econômica, assim como o de engenheiros fazerem a avaliação de imóveis em perícias judiciais. É inegável que continuava a existir um conjunto de atividades em que o caráter privativo de uma ou outra profissão se mostrava bastante difícil de definir.⁸

Talvez por isso tenham surgido propostas de aproximação entre algumas profissões. Uma bastante radical foi objeto de um ofício do Cofecon que se posicionava contra uma proposta de unificação dos currículos de Economia, Administração e Contabilidade para a formação de uma profissão a ser denominada de “Economoadministrabilista”. Opinião menos extremada era a do então Conselheiro José Wilson Saraiva (depois presidente do Corecon). Ao comentar correspondência do Cofecon ao Conselho Federal de Técnicos de Administração, “registrou sua opinião de que deveria haver um esforço, talvez por parte dos economistas, no sentido de unificar as duas categorias profissionais, uma vez que, se examinadas as regulamentações de ambas, constatar-se-á que em várias partes elas são semelhantes”. Alguma semelhança encontramos na manifestação do Conselheiro Nelson Gomes Teixeira quando bacharéis em Comércio Exterior procuraram o Conselho para solicitar seu registro: “... sempre que surgir a possibilidade de serem absorvidos no meio dos Economistas os profissionais válidos com alguma similitude, isso deveria ser feito” pois julgava que devia haver “... a preocupação de não formar uma casta e sim uma certa predisposição à abertura”⁹

Essa diversidade de posições mesmo entre os conselheiros do Corecon sugere que efetivamente havia alguma dificuldade de delimitar de forma precisa as atribuições de cada ofício, sempre restando uma área “cinzenta” em que os conflitos de competência inevitavelmente ocorreriam. Ainda assim, a defesa das atividades privativas da profissão era uma atribuição do Conselho que demandava atenção e trabalho de seus conselheiros.

A reestruturação administrativa do Corecon, o crescimento do número de economistas e empresas registrados, as tarefas de fiscalização, a integração com as delegacias regionais; enfim, um volume crescente de tarefas exigidas dos conselheiros e de um número maior de funcionários também colocava a questão do espaço físico para o desempenho dessas atividades. A transferência do arquivo para o conjunto da Barão de Itapetininga, em 1976, pode ter aliviado temporariamente o problema. Porém, em 1978, o presidente Júlio Berra retomava a questão ao afirmar, em seu relatório, que “face ao crescente aumento das atividades do Co.R.Econ (sic) e tendo em vista que num futuro próximo as instalações da sede do Co.R.Econ não mais atenderão às necessidades do órgão, foi constituída uma comissão para estudar a viabilidade de aquisição de uma nova sede para o órgão”¹⁰

Várias possibilidades foram aventadas: por exemplo, a de obter a cessão, pela Prefeitura, do terreno contíguo ao edifício da Ordem dos Economistas para aí construir as novas instalações do Conselho. Os conselheiros não con-



III Congresso Brasileiro dos Economistas, realizado em São Paulo, ponto de partida da Carta dos Economistas Brasileiros, 1979.

sideraram esta alternativa interessante porque seria apenas a cessão do terreno em comodato. Também foi aventada a hipótese de venda do conjunto da Rua Barão de Itapetininga a fim de gerar recursos para a compra de outro imóvel. Em suma, ao longo dos anos 70, o problema de espaço para os trabalhos do Conselho foi uma constante. No ano de 1982, “diante do excelente comportamento verificado na Receita do Corecon neste exercício, apresentando excesso de arrecadação dos mais apreciáveis... o Plenário do Conselho decidiu pela aquisição da sede própria.”¹¹

Havia, no entanto, algumas dificuldades legais, pois a compra do imóvel dependeria de autorização prévia do Cofecon e do Ministério do Trabalho. Obtidas essas autorizações, foi iniciada a procura do imóvel. A escolha foi pela casa situada à Rua Almirante Pereira Guimaraes, 211, no bairro do Paqueta, pelo preço total de Cr\$ 121.000.000,00, em três parcelas mensais pagas a partir de 1º de novembro de 1983.¹² Modesto Stama, então presidente do Conselho, relatou que essa aquisição também atendia a uma conveniência administrativa: caso o saldo verificado nas contas do Corecon não fosse gasto até o fim do exercício, 70% dele reverteriam para o Ministério do Trabalho. Por isso foi importante efetivar a compra ainda no ano de 1983, apesar do Conselho não dispor do valor total para a aquisição (cujo pagamento foi concluído no exercício seguinte). E essa aquisição pôde ser feita sem a venda do conjunto da Barão de Itapetininga, ampliando, desse modo, o patrimônio imobiliário do Conselho.



Visita de economistas à Sabesp, 1977.

Se as atribuições específicas do Corecon já haviam exigido sua reestruturação administrativa e a ampliação de seu quadro de pessoal, exigindo um espaço maior para sua instalação, outras demandas também impunham o empenho de seus conselheiros e funcionários. A inserção mais visível do economista na sociedade trazia novas responsabilidades para o Conselho.

O Corecon, os economistas e a sociedade

O crescimento do número de economistas, sua maior visibilidade e a demanda por informação econômica do público em geral, numa época de instabilidade, trouxeram maiores responsabilidades para o Corecon-2ª Região. Não eram novas responsabilidades porque, de certo modo, inerentes às atribuições do Conselho; porém, maiores porque os economistas estavam em maior evidência diante da sociedade.

O Conselho, ao registrar um economista, de certo modo dá sua chancela quanto à competência desse profissional. Um economista que cometa erros grosseiros em sua atividade ou que aja de má-fé com seus clientes denigre o conceito da profissão diante da sociedade. O Conselho não é responsável por todos os atos dos economistas registrados – e pode puni-los quando ações incorretas são praticadas. Mas, para preservar a imagem e o prestígio da profis-

são, o Conselho se preocupou em evitar que se formassem economistas sem a devida qualificação.

As reflexões em Plenário sobre a qualidade dos cursos superiores de Economia não eram novas. Porém, nesse período, elas retornam com uma proposta mais forte: o estabelecimento de um exame de habilitação – nos moldes do que estava sendo aplicado pela Ordem dos Advogados – para permitir o registro dos economistas formados nas faculdades. Na reunião de 5 de janeiro de 1977 foi comunicada a criação, dentro do Corecon, de uma Comissão de Estudos para a implantação desse exame de habilitação. Na verdade, esta era uma das frentes em que o Corecon atuava visando melhorar a formação do economista. Em reunião de 10 de julho de 1978, o Conselheiro Modesto Stama sintetizava o conjunto de ações que, no seu entendimento, podiam ser encetadas com esse objetivo: “O conselheiro registrou sua satisfação por ter o Conselho Federal tomado uma posição diante do fato de se melhor qualificar o profissional de economia (...) O Cofecon tem recebido de todo o Brasil uma vasta manifestação de que algo deveria ser feito em termos de melhorar as qualificações do profissional, quer seja criando o exame da ordem, quer seja aprimorando os cursos de Economia ou obrigando as escolas de Economia a manterem o estágio supervisionado”. Acrescentava também que “o Cofecon havia se manifestado ao MEC sobre a saturação do trabalho profissional do Economista, ressaltando ser essa saturação devida à inadequação do currículo atual dos cursos de Ciências Econômicas face às realidades atuais do mercado”. Em sua opinião “...não é só o currículo que se encontra inadequado, mas também as escolas e a proliferação de escolas em todos os lugares”.¹³ Esses três temas – exame de habilitação, adequação do currículo e estágio supervisionado – foram recorrentes nos anos 70 e início dos 80, inclusive dando origem a comissões dentro do Conselho (por exemplo, Comissão de Adequação de Currículos em 1979 e Comissão de Estágio Supervisionado em 1981). Mas outras ações também eram realizadas nessa mesma direção. De um lado, encontros com diretores e professores de faculdades de Ciências Econômicas; de outro, a apresentação de painéis para os alunos dos cursos de economia, em especial para os do último ano, procurando esclarecer sobre os aspectos legais da profissão e informar sobre as entidades dos economistas em São Paulo. Por exemplo, em 1980 esses painéis foram levados a 14 faculdades da capital e ainda a Jundiaí, São José dos Campos e Santos.¹⁴

Também nesses anos foi instalada a Comissão de Ética do Conselho que, com base no Código de Ética do Economista, deveria julgar os eventuais desvios dos profissionais de Economia. Era outra ação para preservar a imagem do economista diante da sociedade, coibindo condutas inadequadas de seus filiados.

No entanto, reconhecendo, em muitos casos, a insuficiência da formação universitária dos economistas e também o grande dinamismo do mercado, sempre exigindo novos conhecimentos, o Corecon, em colaboração com a

Ordem dos Economistas, ofereceu cursos sobre temas específicos que visavam o aperfeiçoamento profissional. Essa cooperação já existia nos períodos anteriores e se solidificou por meio de convênios que propiciavam à Ordem recursos para a realização de “cursos de reciclagem e aperfeiçoamento profissional, publicações de trabalhos de interesse da classe e outros”.¹⁵ No ano de 1976, os cursos realizados foram de Matemática Financeira, Contabilidade e Custos para Economistas e Auditoria para Economistas. Porém, outros cursos foram propostos ao longo do período, como os de macroeconomia, microeconomia, estatística, análise de projetos, finanças das empresas. Desse modo, um grande número de economistas pôde atualizar ou adquirir novos conhecimentos, adequando-se às necessidades do mercado. O apoio financeiro do Corecon permitiu que a Ordem oferecesse os cursos com taxas muito reduzidas a fim de facilitar o acesso dos economistas.

Se o Conselho se ocupava da qualificação dos economistas, também procurou ampliar as oportunidades de trabalho para a categoria. Isso já vinha sendo feito anteriormente, porém de forma quase sempre pontual, por gestões de seus conselheiros principalmente junto ao poder público. Nesse período, passou a haver uma atuação mais sistemática e incisiva nessa direção. Sua expressão foi se ter instituído, em 1982, a Comissão de Valorização Profissional: nesse ano, por exemplo, a Comissão realizou gestões junto à Prefeitura Municipal de São Paulo para que fossem preenchidas as vagas de um concurso para economistas realizado anteriormente, pois vários profissionais aprovados aguardavam sua nomeação.¹⁶

A “valorização profissional” também era estimulada com a concessão de prêmios a economistas por meio do Prêmio Estadual de Economia. Em 1982, na sua primeira edição, o prêmio foi dividido entre Sandra de Negraes Brisolla e Nelson Prado Alves Pinto, inaugurando uma iniciativa que, sob diferentes formas, se tornou uma tradição do Corecon.

Nesses anos também se impôs uma melhor comunicação do Conselho com os economistas nele registrados. Já em 1974, foi lançado o Boletim *Conselho Regional de Economia Informa*, que era assim justificado pelo presidente Ubirajara Zogaib: “Um órgão próprio de comunicação ... com objetivo comum bem definido, principalmente em defesa contra as emergentes e avassaladoras invasões de nossa área privativa de exercício profissional”. Nesse ano foram distribuídos 4 boletins trimestrais, cada um com sete mil exemplares. Em 1976, cada edição já contava dez mil exemplares, com foco em assuntos profissionais.

No ano de 1977, o boletim recebeu o nome de *Jornal do Economista* e, no ano seguinte, passou a contar também com matérias da Ordem e do Sindicato dos Economistas. A pauta desse jornal se ampliou para temas mais gerais, tendo em vista as próprias demandas que a conjuntura econômica gerava. Assim, na reunião de 18 de junho de 1980, o presidente Modesto Stama informou que o jornal publicaria os textos da mesa-redonda “Inflação” e que



José Wilson Saraiva (em pé),
Gunther Klaus Greeb (1º à dir.)
e Avedis Clemente Kerlakian
(último à esq.).

esta seria a primeira de uma série de debates organizada pelas entidades dos economistas que teria espaço no jornal.

Depois de um breve período sob a responsabilidade da Ordem, o jornal voltou a ser publicado pelo Conselho no segundo semestre de 1981; e em 1983, o Conselho assumiu a edição da revista *Economia em Perspectiva*, antes também publicada pela Ordem dos Economistas. Assim, as publicações do Corecon passavam a ter um conteúdo cada vez mais amplo, bem além das questões de interesse estritamente profissional que haviam caracterizado as primeiras edições do boletim trimestral.

Os eventos de que o Conselho participava também ampliavam sua abrangência temática rumo às grandes questões nacionais. Mesmo os SINCE (Simpósios dos Conselhos Regionais de Economia), que se dedicavam tradicionalmente às questões da profissão e da administração dos conselhos, não puderam escapar a essa tendência. Em reunião do Plenário de 16 de junho de 1982, o Conselheiro Paulo Bruno mostrava-se preocupado em relação ao próximo SINCE, a se realizar em Florianópolis, por considerar que no anterior, em Recife, havia predominado a conotação política em detrimento dos interesses da classe. O Conselheiro Wilson Cano discordava, pois entendia que o simpósio de Recife fora realizado em ambiente democrático em que todos puderam se manifestar.¹⁷ Também a Semana do Economista, realizada anualmente em colaboração com a Ordem e o Sindicato dos Economistas, não podia evitar os grandes temas nacionais. Nessa conjuntura em que o debate se tornara muito estimulante, o Corecon programou em 1977, por sugestão do economista Walter Barelli, a realização do I Congresso Estadual de Economia. Embora não tivesse sido realizado por questões organizacionais, a sua proposição e aceitação pelo Plenário do Conselho indicam o desejo que havia

à época de discussão das questões econômicas que se mostravam cada vez mais urgentes.¹⁸ O 3º Congresso Brasileiro de Economistas, organizado pela Ordem dos Economistas, em colaboração com o Corecon e com o Sindicato dos Economistas de São Paulo, e realizado em São Paulo em 1979, caminhou nessa mesma direção, como bem expressou a Carta dos Economistas Brasileiros retirada nesse congresso, a que nos referiremos adiante.

Esse clima de debate das grandes questões nacionais, em ambiente democrático, também esteve presente dentro do Corecon, em parte induzido por uma mudança na legislação referente aos Conselhos de Economia. A Lei nº 6.537 de 19 de junho de 1978 alterou a sistemática de eleição dos conselheiros dos Corecons. Até então, os conselheiros eram eleitos pelos representantes dos Sindicatos e Associações Profissionais de Economistas, representantes estes indicados em assembleias das entidades com essa específica finalidade. A Lei nº 6.537 instituiu o voto direto em chapas previamente inscritas. Assim, cada economista registrado e em dia com suas anuidades poderia (e, de início, deveria, pois o voto foi obrigatório durante algum tempo) votar em uma das chapas inscritas. Também permitiu o aumento do número de conselheiros, estabelecido o mínimo de nove: no Corecon-2ª Região, por decisão do Plenário referendada pelo Cofecon, optou-se pelo número de 12, com igual número de suplentes (com mandatos anuais e renovação por terços).

Em 1979 ocorreram as primeiras eleições diretas, envolvendo um contingente potencial de eleitores de cerca de dez mil economistas. Para tanto, criou-se uma Comissão de Instruções Eleitorais para dar conta das novas tarefas e das dificuldades a elas inerentes (especialmente nas delegacias do interior em que não havia uma estrutura adequada para receber os votos dos economistas registrados).

Como é normal em eleições diretas, a disputa pelo voto estimulou a participação efetiva dos candidatos no processo eleitoral. Um comentário do conselheiro Lupércio Rodrigues Haro sobre as eleições de 1980, em reunião de 5 de novembro desse ano, expressa o empenho com que os membros das chapas defenderam suas posições:

“Referindo-se às últimas eleições, [o conselheiro] destacou o grandioso trabalho dos Economistas da “velha guarda”, os quais compareceram maciçamente ao pleito, e dirigiu agradecimentos especiais ao Conselheiro Federal Jamil Zantut que, ainda sob os efeitos de delicada intervenção cirúrgica a que se submeteu, permaneceu por mais de quinze horas à testa dos trabalhos”.

Nas eleições de 1979, a primeira por voto direto, inscreveram-se duas chapas: a chapa 1, encabeçada por Walter Barelli, e a chapa 2, por Athayde Rosa. Esta última foi vencedora e o economista Athayde Rosa foi eleito, pelos conselheiros, presidente do Corecon para a gestão de 1980. Para as eleições realizadas em outubro de 1981, havia três chapas inscritas. A de número 1 encabeçada por Bassim Farkuh; a chapa 2, com Carlos Eduardo Ferreira Lobo à testa; e finalmente uma chapa de número 3 que mesclava os nomes da chapa

1 e da chapa 2. No entanto, por desistência das chapas 1 e 3, apenas a de número 2, em princípio de oposição à de número 1, concorreu às eleições. Desse modo, no ano de 1982, o Conselho incluía 8 conselheiros titulares eleitos anteriormente e já presentes em 1980 e 1981; e quatro novos conselheiros eleitos por uma chapa de oposição (que se denominava Movimento de Renovação).¹⁹

Era inevitável que as divergências entre as visões dos conselheiros aparecessem nas discussões encetadas no Plenário, seja em relação às questões do cotidiano do Conselho, seja quanto à abrangência dos temas da alçada do órgão. Em particular, colocava-se em questão se o Corecon devia se restringir às suas atribuições precípua – de registro e fiscalização da profissão – ou se havia lugar para o debate de questões mais gerais da economia e da sociedade brasileira. Por exemplo, o conselheiro Paulo Bruno, em reunião de 9 de novembro de 1983, dizia do seu desencanto com a atividade do Conselho por haver maior preocupação com questões políticas do que com “a missão que, por voto direto, a classe delegou: a de defender intransigentemente o mercado de trabalho dos Economistas, sem outras considerações de ordem política e ideológica”.²⁰

No entanto, essas divergências não impediram o desenvolvimento dos trabalhos do Corecon. Na verdade, a tendência à ampliação das atividades do Conselho, já verificada nos anos 70, continuou presente nos 80. Assim, nas várias comissões estiveram presentes conselheiros de grupos diferentes que puderam delinear as ações do Conselho sem a interferência de suas divergências. Aliás, era essa a perspectiva pela qual o economista José Wilson Saraiva, presidente eleito para o exercício de 1982 (o primeiro em que houve a presença de membros da chapa de oposição), via o convívio de diferentes visões dentro do conselho:

“... os membros que passam a participar desta Casa, a despeito de suas formações, de suas posições, de suas convicções quaisquer que sejam, aqui se igualam na luta, no trabalho pela categoria profissional a que pertencemos”.²¹

Nas eleições realizadas em outubro de 1983, novamente duas chapas se apresentaram: a de número 1, “Movimento Unidade e Renovação”, cujos candidatos a conselheiros efetivos eram José Frugis, Vicente de Paula Oliveira, Rogério Gagnani Leite e Sinval Motta Renha, sendo Miguel Colasuonno o Delegado Eleitor Efetivo (para a eleição do Cofecon). E a chapa número 2, “Renovação e Oposição”, que tinha Luciano Galvão Coutinho, Abel Bella, Cláudio Cavalcanti e Sérgio Cimatti como candidatos a conselheiros efetivos e César Henrique Concone como Delegado Eleitor Efetivo. A vitória da chapa 2 permitiu que Luciano Coutinho fosse eleito presidente do Conselho para o ano de 1984, pois o grupo de “Renovação e Oposição” havia conquistado



Nota do jornal *Tribuna* informa a instalação em Araçatuba de uma representação das entidades dos economistas, 1982.

a maioria no Plenário. É claro, essa gestão teria de se desincumbir das atribuições legais do Conselho; mas também seria chamada mais e mais a tratar dos problemas da economia brasileira, agravados com os anos de recessão, de inflação crescente e, em 1982, com a crise da dívida externa. Porém, tratar dessas questões não era uma opção de um ou outro grupo que estivesse na direção do Conselho: era uma imposição da sociedade de então que demandava dos economistas respostas aos problemas econômicos cada vez mais agudos. Aliás, isso já era claro em 1979 por ocasião do 3º Congresso Brasileiro de Economistas, realizado em São Paulo em promoção da Ordem dos Economistas de São Paulo e que obteve o apoio organizacional, técnico e financeiro da Presidência, dos conselheiros e dos funcionários do Corecon. A “Carta dos Economistas Brasileiros”²² emitida pelo Congresso e assinada por Jamil Zantut (presidente da Comissão Executiva), indicava as questões centrais que preocupavam os economistas à época:

- 1) Taxa de crescimento do PIB: ritmo desejável de desenvolvimento econômico;
- 2) Impacto do crescimento nos desequilíbrios monetários e cambiais;
- 3) Preocupação com as tensões inflacionárias e cambiais, resultantes de uma elevada taxa de crescimento do PIB;
- 4) “Economia de guerra” (grandes dificuldades e sacrifícios nos próximos anos);
- 5) Desequilíbrios monetário e cambial como questões cruciais;
- 6) Equilíbrio cambial;
- 7) Contenção da inflação;
- 8) Política salarial;
- 9) Abertura econômica e abertura política;
- 10) Reestruturação fundiária;
- 11) O papel social do Economista.

A leitura da Carta dos Economistas Brasileiros, organizada em torno dos 11 tópicos acima indicados, sugere a grande dificuldade que havia em se conciliar o desejo de manutenção de elevados níveis de crescimento do PIB com o combate aos dois desequilíbrios mais evidentes da época: o inflacionário e o cambial. Em consonância com o clima da época, a Carta também se refere à abertura política, a qual criava espaço para a maior participação social: desse modo, há sempre a sugestão de que se evitasse a adoção de medidas de política econômica que tivessem impacto negativo sobre os salários e sobre os rendimentos dos mais pobres, o que era outra restrição para a adoção de políticas anti-inflacionárias. Ou seja, o documento do 3º Congresso Brasileiro de Economistas não era apenas um texto “técnico”, mas estava profundamente inserido na realidade econômica, política e social daqueles anos em que diferentes visões se confrontavam na busca de uma saída para os dilemas

de então e em que as pressões dos diversos segmentos da sociedade voltavam a se manifestar e a fazer reivindicações. Aliás, a própria Carta reconhecia essas divergências, não como um equívoco de uma ou outra parte, mas como algo inerente ao momento que se vivia. Dizia a Carta que os economistas “recomendam, ainda, amplo debate, em todos os segmentos da sociedade, dos seus problemas políticos e socioeconômicos, para que sejam encontradas alternativas que atentem aos interesses do povo brasileiro”.

Sem dúvida, esta recomendação seria quase uma imposição dos fatos na década de 80 e início dos anos 90: o profundo agravamento dos problemas econômicos brasileiros, com suas repercussões políticas e sociais, transformou um debate por vezes de caráter técnico numa questão da opinião pública em geral.

Notas

- 1 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Relatório de Atividades de 1974, pp. 1-2.
- 2 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Relatório de Atividades de 1974, p.3.
- 3 Jornal do Economista nº 14, 1977, pp.10-11.
- 4 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Atas das Reuniões de 4/5/1977 e de 3/8/1977.
- 5 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Relatório de Atividades do Exercício de 1980.
- 6 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Atas das Reuniões de 7/1/1976 e de 18/1/1978; Jornal do Economista, nº 13, 1977, p.4.
- 7 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Atas das Reuniões de 6/10/1976 e de 4/1/1978.
- 8 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Atas das Reuniões de 15/12/1976 e de 7/11/1978.
- 9 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Atas das Reuniões de 1º/2/1978, de 5/3/1980 e de 5/8/1981.
- 10 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Relatório do Exercício de 1978.
- 11 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Relatório de Atividades do Exercício de 1982.
- 12 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 28/10/1983.
- 13 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Atas das Reuniões de 5/1/1977 e de 10/7/1978.
- 14 Jornal do Economista. Nº 4, 4º trimestre de 1980, p.3.
- 15 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Relatório de Atividades do Exercício de 1976.
- 16 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Relatório de Atividades do Exercício de 1982. Faziam parte da Comissão de Valorização Profissional Bassim Farkuh, Maurício Abdalla, Carlos Eduardo Lobo, José Juliano de Carvalho Filho, Vicente de Paula Oliveira, Klaus D. Alvarez, Odilon Guedes Pinto, entre outros.
- 17 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 16/6/1982.
- 18 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Atas das Reuniões de 1º/6/1977 e de 19/10/1977.
- 19 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Atas das Reuniões de 14/10/1981 e de 15/10/1981.
- 20 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 9/11/1983.
- 21 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 13/1/1982.
- 22 A “Carta dos Economistas Brasileiros” foi distribuída aos conselheiros do Corecon na reunião de 22 de agosto de 1979. Cópia dessa “Carta” encontra-se nos arquivos do Corecon-2ª Região.



A fita foi cortada, conforme a praxe

Sede dos economistas

A Associação dos Economistas de Santos inaugurou ontem a sua sede própria, localizada na Rua Silva Jardim, 445, onde também foi instalada a delegacia do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo, que terá como titular, em Santos, Alberto da Costa Filho. A inauguração foi realizada ontem, em virtude de ser o Dia do Economista, data comemorada anualmente pela classe, pois em 13 de agosto foi promulgada a lei que regulamenta a profissão de economista. Entre os presentes encontravam-se o presidente da associação, Marco Antônio Moraes da Silva Loureiro, o presidente do Conselho Federal de Economia, Jamil Zanut, e o presidente do órgão de classe no Estado, Victor David. Os economistas também visitaram a estação de tratamento de água da Sabesp, em Cubatão, e as obras do emissário submarino, pela manhã, e participaram de um almoço oferecido pela Sabesp. Na parte da tarde fizeram um passeio na lancha *Loirinha* e terminaram na inauguração da sede.

Inauguração da sede da Associação dos Economistas em Santos, década de 1970.

Prefeita Luiza Erundina assina o projeto de lei que cria cargos para Economistas na Prefeitura de São Paulo, 1992.



5 | Aceleração inflacionária, planos econômicos e a crescente responsabilidade do economista na sociedade brasileira (1984-1993)

O grande tema em pauta para os economistas na segunda metade da década de 1980 foi, acima de tudo, o de como debelar o persistente processo inflacionário do período. As heranças econômicas transmitidas pela década anterior eram, por um lado, de uma profunda crise externa provocada pela vulnerabilidade da economia, tanto frente à elevação das taxas de juros norte-americanas como face à redução da liquidez internacional e, por outro lado, de uma crise fiscal do estado brasileiro, condições que reduziam bastante as possibilidades dos governantes promoverem eficazes políticas econômicas para o país. Os economistas, das mais diferentes escolas do pensamento, foram requisitados para combater esse duro cenário de crise econômica. Entretanto, conforme planos econômicos eram sucedidos e as cobranças da sociedade por resultados cresciam, houve uma tendência a associar os economistas ao aprofundamento dos problemas econômicos.

Os planos de estabilização adotados entre 1981 e 1984 haviam seguido preceitos ortodoxos e, se haviam avançado na promoção do ajustamento externo da economia, poucos resultados eram observados no plano de conter a inflação. As análises sobre a inflação brasileira cada vez mais tendiam a considerá-la como um processo com uma dinâmica própria, que resistia inclusive às pressões deflacionárias da recessão e do desemprego. Nasceram nesse contexto as teses sobre a inflação inercial brasileira, expressas em artigos como os de Francisco Lopes, “Inflação inercial, hiperinflação e desinflação”, de 1984, de Pêrsio Arida e André Lara Resende, “Inflação inercial e reforma monetária no Brasil”, de 1985, e de Luiz Carlos Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano, “Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação” de 1983. Mais do que nunca, a crise econômica brasileira exigia resoluções internas e particulares para romper com o mais severo processo inflacionário do Brasil republicano e, por isso mesmo, os economistas brasileiros tinham que romper com os esquemas de estabilização de inspiração ortodoxa e avançar em soluções que respondessem às especificidades da economia brasileira. Em grande medida, essa tendência inercial da inflação brasileira era resultado dos me-



Eleições no Corecon, que tiveram uma concorrida disputa entre duas chapas; a oposição venceu no Corecon e a situação venceu na Ordem e no Sindicato, 1983.



Jornal do Economista discute a conjuntura brasileira, abril de 1991.

canismos de indexação, presentes na correção monetária, nos salários, na taxa de câmbio e nos ativos financeiros, que tendiam a propagar a inflação passada para o futuro.¹

Os planos heterodoxos de combate à inflação, dessa maneira, somente passaram a ser implementados com a transição para a “Nova República” em 1985. Era o momento de redemocratização do país, em que a eleição de Tancredo Neves permitiria que grupos antes alijados do poder pudessem apresentar novas propostas para a condução da política econômica brasileira. O súbito falecimento de Tancredo levou seu vice, José Sarney, à Presidência da República num período em que a recuperação da atividade econômica gerava expectativas de uma nova aceleração inflacionária. Como primeiro ministro da Fazenda de Sarney, Francisco Dornelles manteve uma política ortodoxa que seria bastante criticada por João Sayad, ministro do Planejamento. As divergências entre ministros passavam por questões como a renegociação da dívida externa, o controle dos preços, a prática das taxas de juros elevadas, o ajuste fiscal, as correções cambial e monetária, entre outras. A

substituição de Dornelles por Dílson Funaro na Fazenda sedimentava a vitória das políticas heterodoxas propostas por Sayad, que entrariam em vigor no início de 1986. A primeira dentre estas tentativas heterodoxas de estabilização foi o Plano Cruzado, seguido por outros, como o Bresser, o Verão e o Collor.

Na essência, o Plano Cruzado, de 28 de fevereiro de 1986, buscou promover um congelamento nos preços com a implantação de uma nova moeda (o Cruzado em substituição ao Cruzeiro). Se durante alguns meses a economia parecia apresentar uma boa recuperação, com o crescimento do consumo por causa do aumento do salário real, a crescente demanda passou a pressionar novamente a elevação dos preços. Com as medidas do governo que tentavam manter o congelamento e incentivavam o crescimento econômico, houve um grande desequilíbrio fiscal. A pressão inflacionária e o crescente endividamento levaram o ministro Funaro a liberar os preços em fevereiro de 1987. O Plano Cruzado estava condenado.

Em abril de 1987 Funaro deixou o cargo e o novo ministro, Luiz Carlos Bresser Pereira, meses depois colocaria em funcionamento o Plano Bresser. O ministro desvalorizou a moeda, e tentando controlar a inflação novamente congelou os salários e preços, e ainda adotou uma política fiscal e monetária ativa com juros elevados e redução do déficit público. Mas não tendo grande êxito, sem romper com a lógica da moeda indexada e as restrições externas, um novo Plano, o Verão, sob o comando de Maílson da Nóbrega, foi apresentado em janeiro de 1989. Tentando conter a inércia inflacionária, Maílson instituiu o Cruzado Novo, além de medidas ortodoxas, como corte nas despe-

sas públicas e política de juros elevados, e heterodoxas, como o choque de desinflação, suspendendo os mecanismos de realimentação da inflação (como o reajuste automático dos salários). Entretanto, sem controle fiscal e com a piora das contas da União, o plano demonstrou a fraqueza das políticas econômicas frente à rolagem da dívida interna. Nesse curto período da gestão de Maílson da Nóbrega no Ministério da Fazenda observaram-se as mais elevadas taxas de inflação da economia brasileira (chegando a superar, em um mês, o nível de 80%). Embora essas taxas fossem muito inferiores, por exemplo, às da economia alemã no começo da década de 1920, o conceito de hiperinflação já começava a ser aplicado à economia brasileira.

A vitória de Fernando Collor de Mello no restabelecimento das eleições diretas em 1989 abriu uma fase de modificações estruturais na economia do país: de um lado, uma violenta reforma e enxugamento das funções do estado e, de outro, uma crescente abertura comercial e financeira. O Plano Collor, com relação ao controle da inflação, instaurou o Cruzeiro e promoveu o congelamento dos saldos bancários (inclusive da caderneta de poupança), com o intuito de frear a liquidez da economia. O controle da inflação não foi alcançado, com uma rápida recomposição da liquidez após o plano. Porém, as propostas de privatizações e de mudança estratégica do comércio exterior, com a abertura comercial, seriam marcas que permaneceriam no governo seguinte.²

De maneira geral, a década de 1980 foi um período de crise econômica e, por conseguinte, de desafios para os economistas brasileiros. Mesmo com o crescimento das cobranças da sociedade pela ineficácia dos sucessivos planos econômicos de estabilização, o período foi extremamente profícuo no debate de diferentes projetos para a recuperação econômica do país. Esse panorama de debates foi ainda mais facilitado com a política de redemocratização em curso já no início da década de 1980, permitindo um cenário de maior divulgação de idéias nos meios de comunicação. Tanto os desafios econômicos como a abertura política estimularam os economistas de diferentes correntes a voltar ao debate econômico num país em que as rupturas políticas gerariam invariavelmente transformações na condução da política econômica. Nesse sentido, como respostas ao novo cenário, representado tanto internamente pelas mudanças na composição dos membros do Conselho Regional de Economia, como externamente, pela crescente participação dos economistas nos fóruns de discussão, houve uma tendência de alteração na postura e na atuação do Corecon frente à sociedade durante a década de 1980.



Posse do economista Luciano Coutinho como presidente do Corecon em 1983, tendo ao lado Maria Dolores Sobral Mayan, atual gerente executiva da entidade.

Mudanças nas diretrizes de atuação do Corecon

Em fins de 1983, como visto anteriormente, a renovação do corpo de conselheiros do Conselho Regional de Economia – 2ª Região e das diretorias do Sindicato e da Ordem dos Economistas havia suscitado grandes expectativas por causa de sua concorrida disputa entre grupos opositores. Conforme destacava o editorial da publicação do Conselho, *Economia em Perspectiva*: “Deve ser registrado também a ocorrência de um resultado ‘salomônico’: os opositores saíram vitoriosos no Conselho e a situação manteve suas posições na Ordem e no Sindicato”.³ O editorial ainda relatava uma grande presença dos economistas filiados ao Conselho na votação, cuja presença de 75% de eleitores era expressiva levando-se em consideração que o voto não era mais obrigatório, com um resultado disputado que dava vitória à Chapa II, liderada por Luciano Coutinho, com cerca de 60% dos votos.

Apesar da acirrada eleição e de uma cisão entre grupos dominantes das entidades dos economistas de São Paulo, o discurso era de conciliação. A conselheira Renata Miceli Zoudine, por exemplo, ao informar o resultado que levava a oposição, representada por Luciano Coutinho e Carlos Eduardo Ferreira Lobo, à presidência do Conselho afirmaria: “Acredito que a expressiva votação possa representar a postura de todos nós, economistas da Casa. De fato, diante de divergências de caráter político ou de princípios – diante dos problemas da classe, nós aqui nos reunimos como profissionais, todos unanimemente trabalhando em prol da classe dos economistas. O voto unânime ao presidente e vice-presidente eleitos representa o nosso voto de confiança para o movimento de renovação, aqui expresso em sua maioria. Acredito que os colegas, como profissionais, merecem o nosso apoio, pois o valor é muito grande”.⁴

As divergências políticas eram ilustradas especialmente no projeto idealizado pelos diferentes grupos para o tipo de atuação que o Conselho deveria ter frente à sociedade. Enquanto os representantes da antiga situação sustentavam uma participação do Corecon como regulador e fiscalizador da categoria, isto é, assumindo, sobretudo, suas atribuições legais, o movimento opositor, que chegava pela primeira vez ao controle de um dos órgãos representativos dos economistas, defendia maior posicionamento com relação aos eventos políticos e econômicos do país.

A primeira divergência rapidamente se materializaria com relação ao processo de redemocratização do país. Já em fevereiro de 1984, um mês após Luciano Coutinho assumir a presidência do Conselho de Economia, o Conselheiro José Juliano de Carvalho Filho levantou uma proposta que causou certa polêmica. Conforme o conselheiro, o Conselho Federal de Economia havia agido de maneira correta ao subscrever com outras dez entidades de profissionais liberais, de âmbito nacional, um manifesto à Nação pelas eleições diretas, defendendo que o Conselho Regional deveria adotar postura similar em favor das diretas.

A polêmica em si não dizia respeito à legitimidade do restabelecimento das eleições diretas, considerada por unanimidade pelos conselheiros como uma medida correta, necessária e urgente. Contudo, a discussão se pautaria no tipo de inserção que o Conselho deveria assumir frente à sociedade: um órgão representativo e político, ou apenas um órgão com funções administrativas e técnicas. “Submetida à discussão e votação, após várias manifestações dos presentes, a proposta foi aprovada (com a redação de um manifesto em defesa das eleições diretas), com voto contrário dos Conselheiros Modesto Stama, Fauzi Aily e Renata Miceli Zoudine”. O argumento dos conselheiros era justamente que o Corecon deveria manter-se como um órgão técnico, em sua função autárquica e, conseqüentemente, não deveria se pronunciar quanto a essas questões políticas. De qualquer maneira, seguindo a decisão do plenário, o Corecon levaria para a próxima reunião dos Conselhos Regionais de Profissões Liberais de São Paulo, que seria sediado pelo próprio Conselho de Economia, a proposta de redigir um documento em defesa das eleições diretas. A reunião entre os conselhos de profissionais liberais de São Paulo, cuja pauta principal era justamente a manifestação dos conselhos a respeito das eleições diretas, acabou por tirar um texto final em defesa da democracia, encaminhado dias mais tarde para a Câmara dos Deputados.⁵

Mas é importante enfatizar que já se realizava algum tipo de mudança na atuação do Corecon inclusive pelas antigas diretorias. Modesto Stama, predecessor de Luciano Coutinho na diretoria do órgão, seguindo a linha de ampliar a discussão sobre a realidade da economia brasileira, que vinha sendo implantada também pelas outras entidades, a Ordem e o Sindicato, sugeriria que nas quartas-feiras em que não houvesse reuniões ordinárias do Conselho estas fossem usadas para debate de tais questões.⁶ E ainda durante sua diretoria, a incorporação da publicação *Economia em Perspectiva* pelo Corecon, anteriormente veiculada sob responsabilidade da Ordem dos Economistas, também poderia ser encarada como uma preocupação do Conselho em se aproximar das questões econômicas em destaque no país. Além de viabilizar, consolidar e ampliar sua distribuição, o Conselho garantia que a revista manteria sua função de oferecer aos profissionais de economia, à comunidade científica, ao poder público, à classe empresarial e ao público em geral a “discussão dos grandes temas da realidade socioeconômica do país”⁷.

Mas, ao menos durante cerca de dois anos, as relações entre o Conselho de Economia e os outros órgãos representativos, a Ordem e o Sindicato, ficaram ligeiramente estremecidas. Em fins de dezembro de 1984, a Ordem dos Economistas remeteria ofício indicando o cancelamento do contrato de locação



Lançamento da Carta de Conjuntura e Boletim Economia em Perspectiva, nº 1, abril de 1984.

Carlos Alberto Longo,
Andréa Calabi, Carlos Lobo
e Paul Singer em debate no
Corecon, 1986.



que o Corecon mantinha para permanecer no prédio da Ordem, considerado “símbolo dos economistas de São Paulo” por agregar todas as entidades da categoria. Como Fauzi Aily esclarecia, não havia nenhuma pendência judicial que pudesse levar a Ordem a tomar tal atitude. Contudo, como afirmava o conselheiro, “a pendência se referia à última eleição da Ordem dos Economistas”, em que Luciano Coutinho e Miguel Colasuonno novamente encabeçariam a liderança de grupos opositores.⁸ O Sindicato, por sua vez, seguindo as determinações de outros sindicatos em seminário sobre contribuição sindical, passou a defender a extinção dos Conselhos, considerando que a fiscalização profissional era sua função.⁹

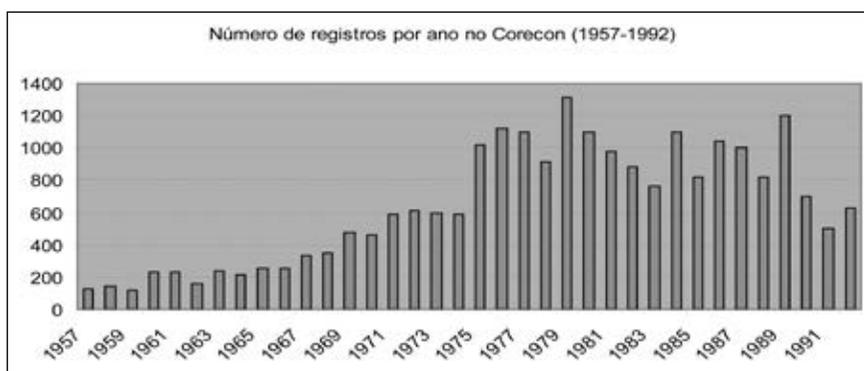
O desentendimento com a Ordem exigia que o Corecon buscasse soluções para a adequação de seus espaços físicos. Já no início da nova gestão, Carlos Eduardo Ferreira Lobo, vice-presidente em 1984, considerava importante que o Conselho adequasse a utilização de seus espaços, principalmente diante do crescimento da entidade. Se a saída da entidade do prédio da Avenida Nove de Julho não foi levada a cabo, outras mudanças ocorreram na utilização dos imóveis do Conselho. Enquanto o arquivo morto seria transferido para o imóvel do Pacaembu, com uma comissão encarregada inclusive da incineração de parte do arquivo, o imóvel da Rua Barão de Itapetininga receberia a contabilidade e a assessoria jurídica do Conselho.¹⁰ Entretanto, tal decisão não chegava numa solução definitiva sobre o uso do imóvel do Pacaembu, que poderia abrigar cursos e escritórios da entidade, caso fossem realizadas algumas custosas reformas.

Frente à impossibilidade de a entidade arcar com tamanhos custos naquele momento, em setembro de 1985 a decisão do Conselho foi de alugar o imóvel do Pacaembu para a Autorama Administração de Consórcios, de maneira a garantir uma renda extra para o Corecon e dar utilização à casa. Desse

modo, a assessoria jurídica e a de contabilidade foram levadas para as salas 131 e 132 alugadas no edifício da Rua Xavier de Toledo, 266, enquanto o arquivo morto voltava para a Rua Barão de Itapetininga.

Em meados de 1986 os desentendimentos entre entidades haviam arrefecido e uma nova aproximação já podia ser percebida. Conforme comunicação da presidência do Corecon, o órgão havia “encaminhado ao presidente da Ordem dos Economistas, Miguel Colasuonno, e presidente do Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo, Geraldo de Souza, propondo alguns entendimentos no sentido de criar facilidades e integração do trabalho das entidades no desenvolvimento do processo eleitoral, inclusive colocando nossas Delegacias Regionais à disposição daquelas entidades para realização da eleição.”¹¹

As delegacias regionais do Corecon eram as principais pontes para a comunicação da classe no interior e, por isso, vinham desempenhando importante papel na ampliação do número de registros no Conselho (gráfico abaixo). Em 1985 seria inaugurada a delegacia de Jundiaí, enquanto outros estudos estavam em andamento para a implementação de delegacias em Santo André, Mogi das Cruzes e Piracicaba, das quais apenas a delegacia do ABC entraria em funcionamento. No mais, existia uma preocupação de melhor equipar as delegacias já existentes, em seu espaço físico, nas condições materiais e em relação ao pessoal. Assim, políticas para equipar adequadamente as já formadas delegacias de Santos, Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauru, Marília e Andradina ganhavam destaque nas reuniões do Conselho como forma de garantir o diálogo com os economistas do interior. Essa cooperação entre Corecon e delegacias seria reforçada já a partir de 1984, por meio do Encontro de Delegados Regionais do Conselho de Economia – 2ª Região, retomando uma prática que, sob diferentes formas, já existia em gestões anteriores.



Outra importante inovação introduzida durante a década de 1980 no intuito de ampliar o número de registros de economistas foi a criação do “registro provisório” para economistas recém-formados. A proposta era aproveitar a



Capa do número 1 do *Boletim do Economista*, agosto de 1986.

tendência de ampliação do número de estudantes em economia ocorrida no Estado de São Paulo na transição da década de 1970 para a década de 1980, para estimulá-los, assim que estivessem formados, a se filiarem ao Corecon. Essa medida buscava também ampliar o percentual de economistas registrados no Estado de São Paulo: estimava-se que, em média, apenas 15% a 20% do total de formados solicitavam seu registro. Segundo decisão do conselho, o registro provisório, com valor reduzido da anuidade, deveria ser entregue ao formando na própria colação de grau.

Com isso, a presença dos conselheiros em atividades das faculdades de Economia tendeu a crescer consideravelmente. Conforme relatório do presidente José Carlos de Souza Braga: “As preocupações com o aumento do número de registros que indica um maior índice relativo de participação dos concluintes de cursos no universo de economistas registrados foi aperfeiçoado visando acompanhar as turmas de últimos anos das faculdades de Economia localizadas na capital e no interior do Estado”¹²

Além da presença nas colações de grau dos economistas, o Conselho passou a promover e cooperar mais proximamente com a organização de eventos para os alunos dos cursos de economia. A redução da distância entre órgão e estudantes de economia atendia a dois importantes objetivos do Corecon durante a década de 1980: ao mesmo tempo em que eram possibilitadas melhores condições para recém-formados se registrarem no Conselho, esta proximidade poderia também ampliar os debates sobre a conjuntura econômica, seguindo a postura enfatizada pelas novas diretorias.

A aproximação das faculdades era medida necessária, uma vez que as discussões sobre a Constituinte trariam mais um desafio para os Conselhos Regionais de Economia: o discurso democrático e liberal, presente na elaboração da nova Constituição, incentivaria a desregulamentação das profissões. O Conselheiro Carlos Roberto de Castro, ao narrar os debates ocorridos no Since de 1986, tendo em vista a análise do anteprojeto da Constituição, dizia que a tendência era de exigir registros profissionais somente para aquelas profissões que colocassem em risco a vida humana. Em defesa dos registros de outras profissões, e especialmente do economista, relatava a colocação de um colega da classe no simpósio: “Em discussão numa das Comissões, um colega nosso foi muito feliz em sua colocação, dizendo que um médico quando erra, mata uma pessoa, e um economista, se toma uma medida econômica desastrosa, mata um grande número de pessoas”¹³



1º Congresso Estadual de Economia, com a participação de Luiz Gonzaga Beluzzo, Luciano Coutinho, Maria da Conceição Tavares, Dílson Funaro, Gilson Schwartz e Walter Barelli, 1986.

Se já era difícil definir, de modo incontestado, as atividades privadas de um economista, seguindo os preceitos de liberação profissional, tornar-se-ia quase impossível aos Conselhos garantir determinadas áreas exclusivas para a atuação da classe. Por isso, o conselheiro (e, em 1987, presidente do Corecon) Carlos Eduardo Ferreira Lobo seria um dos líderes na defesa do mercado de trabalho e da valorização profissional. Coordenando reuniões com representantes de entidades privadas, financeiras, industriais e públicas, o conselheiro buscava definir critérios que garantissem a atuação do economista no mercado de trabalho. Nas palavras de Carlos Eduardo Ferreira Lobo: “Constatou-se a importância de se manter reunião com o Prefeito Municipal, objetivando os dados relativos à proporção de cargos existentes na Prefeitura para economistas e outros profissionais, como medida de impacto, solicitando àquela autoridade empenho no sentido de determinar seja efetuado levantamento do número de economistas necessários às várias secretarias e conseqüente realização de concursos públicos para a abertura de maior espaço para os economistas”.¹⁴

Além de reuniões com órgãos públicos e empresas privadas, uma comissão chamada de “Desenvolvimento do Mercado de Trabalho” procuraria criar, ou reformular, projetos de carreira para economistas. Anos mais tarde, com a promulgação da nova Constituição, considerariam que os economistas deveriam ter especial participação na elaboração dos Planos Diretores (frente à nova lei orgânica dos municípios) que estavam em elaboração nas Câmaras Municipais.

Ao mesmo tempo, o Conselho estava atento e se posicionava frente as medidas tomadas pelos governos e instituições públicas, como, por exemplo, contra o Prefeito Jânio Quadros em 1986: “O Conselho Regional de Economia manifesta preocupação com as medidas arbitrárias de dispensa de funcionários na Prefeitura do município de São Paulo e que atinge um grande número de economistas”,¹⁵ ou ainda, anos mais tarde, em setembro de 1990, contra o Banco Central, ao encaminhar solicitação à Diretoria Administrativa do Ban-

A economista Lenina Pomeranz coordena reunião do Centro de Conjuntura, 1987.



co que esclarecesse a medida tomada pelo órgão de ter eliminado a carreira de economista do quadro de cargos da instituição.¹⁶

Mais que a luta para assegurar a inserção em instituições públicas, o economista durante a década de 1980 teria de enfrentar um novo tipo de concorrência com outros profissionais diante das mudanças tecnológicas. Com a crescente informatização, com a disseminação do uso de computadores para armazenamento e processamento de dados, por meio de programas desenvolvidos especialmente para aplicação no campo da economia, engenheiros, matemáticos, físicos, e até mesmo profissionais da área de informática, passaram a concorrer com os economistas tanto em empresas como em instituições financeiras.

O Corecon, por exemplo, buscou arduamente incorporar essa nova tecnologia durante a década de 1980. A informatização era um processo de custo elevado, mas que garantiria não somente maior agilização na organização interna do Conselho, como também poderia facilitar a disponibilidade de índices econômicos para a comunidade. Em fins da década de 1980, já era o Conselho Regional de Economia - 2ª Região o mais adiantado nesse processo, sendo, por isso mesmo, escolhido pelo Cofecon para auxiliar na informatização dos Conselhos de Economia de outras regiões. A partir de então, já estavam em processo convênios, como com a Fundação Seade, para a apresentação de novos índices econômicos.

Entretanto, foi em 1990 que o Conselho conseguiu definitivamente avançar no processo de informatização de sua sede. Tendo em vista as dificuldades para manter as reformas administrativas em função do Plano de Reajuste Econômico do governo recém-empossado de Fernando Collor de Mello, a presidência do Corecon decidiu criar uma campanha para que os economis-

tas auxiliassem na modernização do Conselho por meio de contribuições facultativas.¹⁷ O apelo à classe redundou em grande êxito e, já na passagem para o ano de 1991, o Corecon ampliava consideravelmente sua informatização.

Economistas e Corecon no debate sobre a crise econômica

A crise econômica dos anos 1980 deu aos economistas a oportunidade, e também a responsabilidade, de expor ao público o seu entendimento dos graves eventos econômicos da década. Enquanto propostas de planos econômicos eram apresentadas pelas mais diferentes correntes de economistas, a sociedade buscava formas de compreender os argumentos que sustentavam essas propostas. Ao mesmo tempo em que os economistas no governo precisavam apresentar e explicar suas propostas para a sociedade, um corpo técnico e jornalístico buscava instrumentos para compreender e estimular o debate econômico. Portanto, na década de 1980 os economistas tomaram espaços centrais nos programas televisivos, rádios, jornais e revistas, enquanto debates, cursos e novas publicações divulgavam avaliações e perspectivas sobre o andamento da economia.

Foi neste cenário que o Corecon, como uma das entidades representativas dos economistas de São Paulo, ampliou significativamente sua participação nos debates econômicos. Nas palavras de José Carlos de Souza Braga, no ano de 1985: “As entidades dos economistas em São Paulo, antes imersas no silêncio, começaram a mudar em 1984, quando o movimento de Renovação passou a dirigi-la, com a expectativa de resgatar a imagem da profissão, com uma participação mais ampla e democrática na discussão e encaminhamento das questões relativas à condução da Política Econômica pelo Governo Federal”.¹⁸ O posicionamento do Conselho em questões fundamentais para o desenvolvimento do país era, na perspectiva do Movimento de Renovação que assumiu a presidência em 1984, não somente uma forma de fazer valer a experiência e o conhecimento de seus membros, como também de defender a classe dos economistas.

Já em 1985, os conselheiros do Corecon redigiram a Carta de Brasília, junto com o Cofecon e outros Corecons, expedida para o presidente da Câmara dos Deputados, Ulisses Guimarães, com a análise das questões econômicas do país e idéias para a condução da política econômica. Ainda durante o decorrer do ano de 1985 ocorreram debates preparatórios para a elaboração da Constituinte, com economistas e políticos convidados a participar das sessões na sede do Corecon, debates esses sintetizados por uma grande semana de discussão durante o segundo semestre na PUC de São Paulo.

No que diz respeito à condução da economia, a partir de então, cada pacote ou plano econômico seria discutido e analisado pelo Conselho, tanto por meio de debates com destacados personagens das ciências econômicas, como por meio de pareceres dos próprios conselheiros. Sobre o pacote tribu-

tário promulgado pelo Presidente José Sarney em 1986, o Conselheiro Sérgio Fonseca consideraria em reunião: “Devemos ficar alertas para interferir nas decisões de política econômica que são emanadas da equipe econômica do governo”.¹⁹

A Conselheira Lenina Pomeranz, por sua vez, assumira em 1987 a coordenação da Comissão sobre a conjuntura econômica, propondo temas de discussão como mercado financeiro, mercado de trabalho e salário, situação externa, setor público.²⁰ No ano seguinte, a conselheira seria a organizadora do ciclo de debates “A ordem econômica na Constituição”, discutindo temas como a empresa nacional e o Estado na ordem econômica, introduzindo a problemática das privatizações, além de temas como a questão tributária e o mercado de trabalho e sua regulamentação.

Na passagem para a década de 1990, num contexto de ampliação das relações políticas e econômicas com outros países, o Conselho organizou o seminário “A inserção internacional do Brasil nos anos 90”, em março de 1990, no Centro de Convenções Rebouças, com participação de 34 conferencistas estrangeiros e 70 nacionais. A organização do evento esteve a cargo dos Conselheiros Octavio de Barros e Lenina Pomeranz, com ampla divulgação pelos meios de comunicação.²¹ Anos mais tarde, com outra grande mobilização da sociedade sobre o plebiscito relativo ao regime político brasileiro, novamente o Corecon se adiantaria com o debate “parlamentarismo x presidencialismo”.

Concomitantemente, durante todo o período o Conselho de Economia manteve suas publicações preocupadas em fomentar a discussão tanto de questões conjunturais como de questões próprias da classe dos economistas. Em abril de 1984 seria criada a *Carta de Conjuntura*, que cumpriria justamente o papel de realizar análises sobre os principais acontecimentos econômicos do momento com destacados economistas. Os lançamentos das Cartas de Conjuntura tornaram-se, por longos anos, eventos concorridos com a participação de grandes nomes da economia brasileira, uma ampla cobertura na mídia e grande repercussão na sociedade.²² A *Carta de Conjuntura*, como uma publicação menor, mais barata e de maior circulação, tomaria o lugar da revista *Economia e Perspectiva* já em meados da década de 1980. Enquanto isso, o *Jornal do Economista* continuaria sua ininterrupta circulação.

Entre os articulistas estavam sempre presentes, além dos conselheiros, importantes economistas. E, conforme pesquisa realizada pelo Conselho em fins da década de 1980, os dois principais meios de comunicação da entidade tinham elevada aceitação entre seus leitores. Se 60% dos leitores da *Carta de Conjuntura* a consideravam boa, 11%, excelente, e apenas 29%, regular, o *Jornal do Economista* também era bem avaliado, com 62% dos leitores considerando-o uma boa publicação, 22%, regular, e 13%, excelente.²³

Outras formas crescentes de atuação do Conselho de Economia de São Paulo se deram mediante a organização de eventos e de cursos para a comunidade. A Semana do Economista, anualmente comemorada pela entidade



Corecon promove o seminário “A Inserção Internacional do Brasil nos Anos 90”, em um contexto de ampliação das relações políticas e econômicas com outros países, 1990.

no mês de agosto, passou a ter uma cobertura mais direta pelo Conselho. A partir de 1986, as três entidades de economistas de São Paulo gradualmente voltariam a colaborar mais ativamente entre si na organização de encontros e atividades com a classe. O Congresso Estadual de Economia, antes idealizado e realizado pelo Corecon, em 1988 seria organizado por uma comissão composta por dois membros de cada entidade: Sindicato, Ordem e Conselho.

Durante as gestões de Pedro Ronald Braga Borges e Sideval Aroni, de 1988 e 1989, essa aproximação não somente com a Ordem dos Economistas e o Sindicato como também com o Cofecon parecia ainda mais sedimentada. Enquanto no plano federal o Corecon seria peça fundamental no apoio para a realização de eventos como o Sinc e o Prêmio Brasil de Economia, no plano estadual as Semanas de Economia e os Congressos Estaduais de Economia seriam definitivamente eventos das três entidades dos economistas. Nas palavras de Pedro Ronald Braga Borges: “O relacionamento (entre Corecon, Ordem e Sindicato) foi mais harmonioso e produtivo, proporcionando a realização conjunta de eventos de interesse da categoria.”²⁴ O importante resultado dessa colaboração entre entidades poderia ser observado na Semana do Economista de 1993, quando o esforço conjunto levou o debate para 37 faculdades, da capital e do interior do Estado, por meio de um único tema: “Reformas e condição para a retomada do desenvolvimento econômico”.

Ainda por iniciativa do Conselho foram promovidos o Prêmio Estadual de Economia, com objetivo de laurear trabalhos de economistas e estudantes de economia, e, em 1986, o I Simpósio sobre Ensino de Economia, assim como o II Congresso Brasileiro de Cursos de Graduação em Economia. O Prêmio Estadual de Economia, cujas primeiras versões ocorreram entre 1983 e 1985, ficaria temporariamente suspenso, voltando numa nova versão com prêmios

Concorrido lançamento da *Carta de Conjuntura* com Celso Furtado, Luciano Coutinho e José Maria Arbex, 1984.



para monografias já na década de 1990. A retomada contou com grande interesse dos conselheiros em estimular a produção de monografias, inclusive com a produção e distribuição, por parte do Conselho, de um vídeo e de uma cartilha para orientar os alunos na elaboração de uma monografia.

Com relação aos cursos promovidos pela entidade, estes seguiam o bem-sucedido caso dos cursos oferecidos pela Ordem dos Economistas. Já em 1984 seriam criados os cursos, no bojo da proposta do Conselho de “ampliação e descentralização dos cursos de extensão profissional”, de Análise de mercado de capitais, de Análise de projetos e sobre Sistema financeiro (com os professores Saulo Krichanã Rodrigues, Alkimar Moura e Luiz Carlos Mendonça de Barros). Os cursos, que eram oferecidos inicialmente na sede do Corecon, seriam também levados para instituições, como o curso de Orçamento público para a Prodesp, além de cursos organizados juntamente com as delegacias regionais para serem ministrados no interior do Estado. Nos anos 1990, com novas questões em pauta, foram criados os cursos Rima (Relatório de Impacto Ambiental) com apoio do sindicato, e o workshop “Competitividade das indústrias brasileiras”, com o apoio do Cofecon.

Os numerosos cursos, palestras, seminários, publicações, correspondiam às crescentes demandas da sociedade por informações sobre questões econômicas. Mas independentemente de toda a visibilidade adquirida pelos economistas durante a década de 1980, o poder da classe na condução de áreas estratégicas da política econômica do país assumia uma feição contraditória. Afinal, se eram os economistas enaltecidos por serem os principais coordenadores das ações governamentais, eram eles também considerados como os responsáveis por planos e políticas econômicas mal sucedidas.

Já no início da década de 1980, o presidente da Ordem dos Economistas, Miguel Colasuonno, em editorial da publicação *Economia em Perspec-*

tiva, questionava a cobrança que vinha sendo atribuída aos economistas ao considerar as repercussões da crise dos anos de 1980: “A economia é uma ciência social. Os economistas são seres humanos. Por mais óbvias que sejam essas afirmações, elas devem ser repetidas exaustivamente neste momento em que os economistas e a ciência econômica estão colocados no banco dos réus. (...) Dizer que os economistas são responsáveis pela atual crise econômica é superdimensionar o papel de uma categoria profissional no contexto da civilização. Outras vezes, as acusações são dirigidas a esta ou aquela escola do pensamento econômico, em função de postulados ideológicos, político-partidários, acreditando-se que existe uma fórmula mágica capaz de realizar o bem-estar social unicamente através de modelos econômicos. (...) E nem a economia traz no seu bojo ‘a resposta’ aos anseios das diversas coletividades e nem os economistas são os interlocutores da sociedade. Aquela resposta deve ser dada, democraticamente, pela comunidade que, via seus representantes legais, expressa seus desejos e viabiliza os meios de realizá-los. Como se vê, o papel do interlocutor cabe aos políticos”²⁵

O Corecon também estava atento em rebater as críticas proferidas aos economistas. Em 1988, o Conselheiro Cláudio Freire Cavalcanti comentou que o jornal *O Estado de S. Paulo* havia publicado matéria sobre os economistas, considerando que estes faziam uma “série de planos e propostas, às vezes até meio mirabolantes, inoportunas ou fora de contexto, o que denota que a profissão não tem muita responsabilidade social”²⁶ Conforme sugestão do Conselheiro Cavalcanti, era necessário que o Conselho se responsabilizasse pela propaganda e marketing da profissão, para arrefecer as acusações direcionadas à classe.

O Presidente Fernando Collor de Mello seria mais um personagem a se manifestar contrariamente à atuação dos economistas. Em entrevista ao *Jornal do Brasil* o presidente teria incriminado os economistas pelos problemas do país, considerando-os como incompetentes; numa pronta resposta, a presidência do Corecon expediria uma correspondência pedindo que o presidente reconsiderasse as declarações “em nome da ética e do respeito”²⁷ Segundo alguns conselheiros, era por meio da defesa e da revisão do Código de Ética do Economista que o Conselho poderia moralizar a atuação da classe.

De qualquer maneira, a economia entrava numa época de crise na passagem para a década de 1990. Fosse pelas crescentes cobranças da sociedade pelas más condições econômicas do país, fosse pela crescente competição com outras áreas do conhecimento, como a administração e a engenharia,



Nova série do *Jornal do Economista*, nº 11, março de 1989.

Reunião da Comissão da Mulher Economista do Corecon, com a participação de Maria Aparecida, Elci Dantas, Laura Guarnieri, Cândida Maria e Lourdes Gutierrez, 1987.



existia uma tendência de redução do número de alunos interessados em economia. Em síntese, “o ponto comum é a dificuldade que o economista está encontrando em colocar-se, oferecer-se no mercado de trabalho, em fazer com que seu currículo chegue àqueles eventuais responsáveis pelas contratações”.²⁸ E para piorar, segundo estudo elaborado pelos próprios conselheiros, em 1978 o salário médio dos economistas equivalia a 8,5 salários mínimos, enquanto em 1993 equivalia somente a 1,7 salário mínimo.²⁹

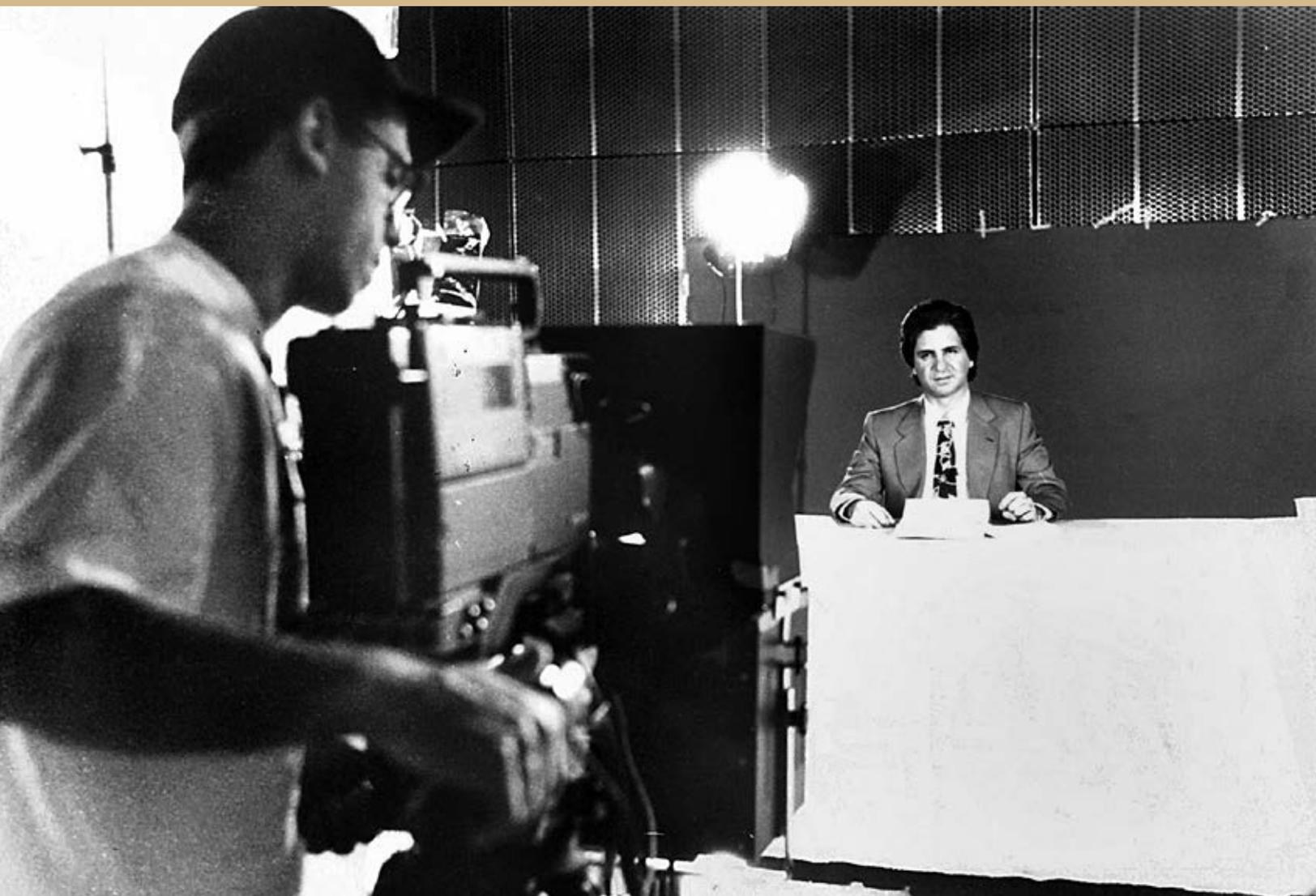
Em reunião de 1988, a presidência do Corecon já informava sobre essa grande dificuldade que o curso de economia vinha enfrentando em fins da década. Observava-se que a concorrência por vagas nas universidades públicas vinha diminuindo e também havia uma considerável redução do número de alunos nos cursos de economia; algumas faculdades particulares começavam a enfrentar problemas para manter seus cursos em funcionamento. Paralelamente, outros cursos, em especial de administração, mostravam crescente demanda por parte dos candidatos ao vestibular. Talvez o relativo declínio do prestígio do economista nos anos de crise tivesse contribuído para esse resultado. No entanto, havia razões mais imediatas que atuavam nessa direção. A reforma do currículo de economia, aprovada em 1984 pelo Conselho Federal de Educação, havia, entre outras mudanças, estabelecido que, nos cursos noturnos, o prazo mínimo para a conclusão seria de cinco anos, ao passo que os cursos de administração permitiam sua conclusão em apenas quatro anos. É claro que para o vestibulando que se inscrevia em uma faculdade particular, este era um dado importante para a escolha do curso (pois, no curso de economia, teria de pagar um ano a mais de mensalidades e atrasaria também em um ano o acesso, como profissional, ao mercado de trabalho). Tendo em vista a redução do interesse pelos cursos de economia, o Corecon se dedicou à promoção de debates sobre a reestruturação do curso. Além da duração de

5 anos para os cursos noturnos, outros problemas eram levantados, como a ausência de disciplinas de caráter instrumental e ainda a falta de exames de qualificação profissional. Concluía que era necessário melhorar o ensino pela mudança do currículo e da obrigatoriedade da monografia, mas “o Conselho Regional de Economia – 2ª Região, por sua vez, defendeu a posição de melhorar a qualidade do ensino dentro das faculdades, entendendo que o exame da ordem por si só não qualifica melhor os profissionais”.³⁰ Discutir um novo currículo para os economistas significava, para a comissão, que se pudesse valorizar não somente a formação teórica e histórica, mas também uma formação instrumental e prática. O movimento que consolidaria essa luta para recuperar o prestígio do economista frente à sociedade seria a chapa de Valorização Profissional formada no início dos anos 1990.

Notas

- 1 MODIANO, E. “A ópera dos três cruzados”. ABREU, M. P. (org.). *A Ordem do Progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- 2 GREMAUD, A., SAES, F., TONETO JR., R. *Fornacão Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.
- 3 *Economia em Perspectiva*, Nº 23, out/nov, 1983.
- 4 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 4/01/1984.
- 5 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 15/02/1984.
- 6 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 18/01/1984.
- 7 *Economia em Perspectiva*, Nº 22, agos/set, 1983.
- 8 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 5/12/1984.
- 9 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 29/05/1985.
- 10 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 18/01/1984.
- 11 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 18/08/1986.
- 12 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. *Relatório Anual da Presidência de 1986*.
- 13 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 1º/09/1986.
- 14 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 20/03/1985.
- 15 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 20/01/1986.
- 16 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 3/09/1990.
- 17 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 12/07/1990.
- 18 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. *Relatório Anual da Presidência de 1985*.
- 19 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 6/01/1986.
- 20 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 5/01/1987.
- 21 *Jornal do Economista*, Nº 22, fevereiro, 1990.
- 22 Esse papel da Carta de Conjuntura foi ressaltado em entrevista com ex-presidentes do Corecon-sp, como com José Carlos de Souza Braga, entrevista realizada em 22 de outubro de 2008, Heron Carlos Esval do Carmo, entrevista realizada em 23 de outubro de 2008, e Carlos Roberto de Castro, entrevista realizada em 24 de outubro de 2008.
- 23 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 4/01/1989.
- 24 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. *Relatório Anual da Presidência de 1988*.
- 25 *Economia em Perspectiva*, Nº 16, dez/jan, 1982-3.
- 26 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 17/08/1988.
- 27 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 26/09/1990.
- 28 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 6/01/1993.
- 29 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 7/08/1993.
- 30 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 1º/02/1989.

O economista e professor
Reinaldo Polito em
gravação de vídeo sobre
monografia, para concurso
do Corecon-SP, 1994.



6 | O Corecon e a luta pela recuperação da imagem do economista na sociedade brasileira (1994-2004)

Podemos dizer que a carreira do economista foi sensivelmente penalizada pelos longos anos de crise econômica iniciados na década de 1980. Mesmo que a crise tivesse colocado o economista na ordem do dia nos meios políticos e jornalísticos, a profissão foi perdendo seu proeminente papel alcançado anos antes. De um lado, os próprios insucessos econômicos e as cobranças da sociedade ajudavam a manchar a carreira do economista. De outro lado, a tendência a uma desregulamentação profissional ampliou a concorrência às funções de economistas no mercado de trabalho. Assim, na transição para a década de 1990, tanto a procura de estudantes pelas faculdades de economia como a filiação de profissionais no Conselho Regional de Economia estavam sendo reduzidas.

Entretanto, a transformação da economia nacional durante a segunda metade dos anos 1990 abriria novas oportunidades para os economistas, de maneira que, gradualmente, a credibilidade dos economistas seria restabelecida na sociedade. No que diz respeito ao cenário macroeconômico do país, finalmente a inflação seria controlada, enquanto uma abrupta abertura do mercado brasileiro para a economia internacional marcaria a consolidação de um novo modelo de desenvolvimento. A necessidade de modernizar as estruturas produtivas e a produtividade da economia brasileira na direção dos padrões competitivos das economias avançadas colocaria novos desafios para a categoria dos economistas.¹

O Plano Real foi pensado ainda durante o governo de Itamar Franco e, apesar de seu sucesso, não era um plano de estabilização profundamente inovador. Em grande medida, o Plano Real se apropriava das idéias desenvolvidas durante a década de 1980 por Pêrsio Arida e André Lara Resende e ainda matinha semelhanças ao Plano Cruzado. O diferencial entre os planos foi seu contexto de implantação; o Plano Real se beneficiava da expansão da liquidez internacional, assim como seguia as metas propostas pelo Consenso de Washington, com a renegociação das dívidas por meio do Plano Brady e com apoio do FMI.² Isto é, da maior integração econômica entre os países.

Amaury Bier, Antonio Correa de Lacerda, Eduardo Lundberg, Juarez Rizzieri e Luciano Coutinho em debate no lançamento da Carta de Conjuntura, 1999.



Dividido basicamente em três fases, o Plano Real teve em sua primeira fase a implementação de uma política ortodoxa, cujo objetivo era equilibrar o orçamento público. Desta maneira, um grande ajuste fiscal, a criação de dois impostos, o IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira) e o FSE (Fundo Social de Emergência) deveriam auxiliar a composição da receita do governo. Ao mesmo tempo, o governo tentava acumular reservas cambiais para que o Banco Central tivesse condições de administrar as políticas monetária e cambial. A segunda fase, heterodoxa e com preceitos similares aos do Plano Cruzado, deveria implementar uma nova unidade de conta, com o objetivo de eliminar a inflação inercial. Essa fase de indexação da moeda antiga à URV (Unidade Real de Valor) faria os preços serem cotados na nova unidade. Por fim, na terceira fase, a URV seria transformada na nova moeda, o real, rompendo com a indexação existente até então. Mas o sucesso desse programa de estabilização dependia das condições do mercado e da política econômica, que deveriam garantir a manutenção da estabilidade, sem uma expansão da demanda e do crédito como visto nos planos anteriores. Diante dessas exigências, o governo adotou uma política de juros reais elevados (financando-o acima de 40% no início do plano e nos momentos de instabilidade mundial), e aumentou o depósito compulsório junto ao Banco Central, de maneira a diminuir a liquidez da economia. A grande liquidez internacional autorizou o país a acumular reservas de aproximadamente US\$ 40 bilhões, permitindo tanto a valorização do real como auxiliando o processo de importações que, além de suprir a demanda interna de produtos, evitava o aumento dos preços internos por meio da concorrência.³

O início do Plano Real foi visto com grande entusiasmo pela população, afinal, por causa do fim do imposto inflacionário, a população de baixa renda



Da esq. p/ a dir.: Raul Cristóvão dos Santos, Rudinei Toneto Jr., Carlos Roberto de Castro, Marco Antonio Vasconcellos, Alexandre Sartoris e Amaury Gremaud no IV Simpósio do Ensino de Economia de São Paulo, 1999.

aumentou seu consumo, e com a valorização do real e a entrada de produtos importados, os consumidores se abarrotaram de “novos” produtos. Ao final do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, com a problemática manutenção da valorização cambial, o governo teve que se desfazer por meio das privatizações de algumas empresas e setores estratégicos para o desenvolvimento econômico, no intuito de aumentar suas reservas nacionais. A justificativa era de reduzir os custos do Estado e defender a entrada de capitais estrangeiros para aumentar a eficiência dos serviços públicos.

Assim, a segunda metade dos anos 1990 seria o momento da financeirização e internacionalização da economia brasileira. A financeirização como síntese do processo de globalização financeira, com o acúmulo dos recursos financeiros pelas empresas e pelos governos acompanhada pela alta liquidez dos ativos. E a internacionalização como representação de uma brusca entrada de empresas e capitais estrangeiros na economia nacional.⁴

Neste cenário, um novo perfil de economista passou a ser valorizado: o economista que ocuparia os cargos tanto de empresas relacionadas ao sistema financeiro como de grandes corporações internacionalizadas. Assim, com a expansão da participação dos bancos e das empresas multinacionais na economia brasileira de transição para o século XXI, novos campos de trabalho foram abertos para economistas recém-formados.

Por outro lado, excluindo casos como Petrobras, BNDES, IPEA e algumas outras posições do governo, os cargos públicos para economistas tiveram uma considerável redução no período, especialmente como resultado do engajamento das atividades das empresas estatais no novo modelo de desenvolvimento econômico. Isso não quer dizer que, por sua vez, a participação do economista teria menos relevância dentro dos governos tanto de Fernan-

do Henrique Cardoso como de seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva. Pautados por uma rígida política de controle de indicadores econômicos, especialmente as metas de inflação, os economistas assumiram ainda mais a posição de principais gestores da nação. Por exemplo, as decisões do Banco Central estariam no centro da política econômica dos governos tanto de Fernando Henrique como de Lula, com as reuniões mensais do Copom para definir as taxas de juros, tendo sempre em vista o controle da inflação.

Ensino de Economia: redução na procura pelos cursos de economia

Processo iniciado já em fins da década de 1980, a queda na inscrição dos economistas no Corecon seria uma das principais preocupações em pauta nas plenárias do Conselho em meados da década de 1990. Já em março de 1994, no início do segundo mandato de José Roberto Araújo Cunha Jr., o gerente executivo Tomio Nikaedo esclarecia que conforme pesquisa realizada com economistas, o crescente cancelamento das inscrições no Conselho era resultado da tendência de grande parte da classe não assumir o exercício da profissão.⁵ Assim, se de um lado o número de cancelamentos era ampliado, de outro, o número de inscrições vinha sendo reduzido. Entre os anos de 1975 e 1989 eram inscritos anualmente no Conselho cerca de mil economistas, taxa que foi sensivelmente reduzida durante os anos 1990, como pode-se verificar no gráfico abaixo.



No entendimento dos conselheiros existiam duas grandes causas que, conjugadas, podiam explicar essa tendência de desvalorização da profissão do economista em fins do século XX. Num contexto mais geral, a economia estava em pleno processo de transformação – uma profunda substituição da economia de planejamento e de decisiva participação do Estado, para uma nova economia, mais dinâmica, em que o sistema financeiro e as empresas multinacionais absorveriam cada vez mais novos profissionais. Logo, os antigos cargos de economista estavam em extinção, mas, por outro lado, abriam-

-se tantas outras oportunidades. Desta forma, num contexto mais específico sobre os cursos de economia, considerava-se urgente reorganizar a estrutura das faculdades, para que estas atendessem as demandas de uma nova sociedade. Na síntese de Antônio Corrêa de Lacerda: “Repensar o curso de economia no Brasil exige-nos um esforço de reflexão que implica necessariamente em considerar as grandes transformações em curso na economia mundial. Se há uma área onde o processo de globalização se mostra mais evidente é na economia. O espetacular crescimento dos fluxos internacionais, aliado à revolução no campo das telecomunicações e informática, tornou os mercados nacionais cada vez mais vulneráveis aos movimentos especulativos. (...) É preciso manter o caráter generalista do curso, ao mesmo tempo dando condição do economista especializar-se em um nicho específico”⁶

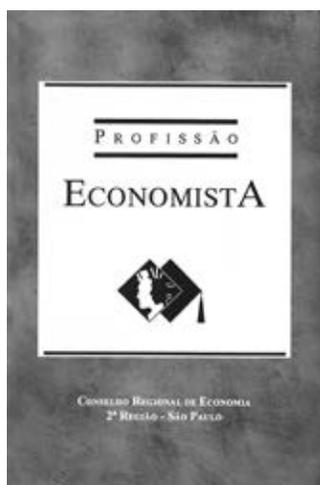
Em suma, o Conselho precisava agir na base, na formação de seus profissionais, no intuito de sedimentar uma oferta mais adequada de economistas bem preparados para a realidade de uma sociedade e economia “globalizada”. Assim, durante a segunda metade de 1994 foram iniciadas reuniões com as chefias dos departamentos das faculdades de economia do Estado de São Paulo para discutir amplamente a questão do currículo do curso de economia, a necessidade de sua adaptação às exigências do mercado, a questão da monografia, a redução de candidatos no curso de economia, entre outros assuntos.⁷

As reuniões preparatórias conduziram os debates para o I Simpósio Estadual de Ensino de Economia realizado no início de 1995, com apoio da Ange (Associação Nacional de Graduação em Economia). Organizados durante a presidência de Antônio Corrêa de Lacerda, os três primeiros Simpósios de Ensino de Economia seriam uma das principais marcas do presidente do Conselho na luta pela valorização profissional.

Com 84 participantes, representando 34 faculdades de todo o Estado de São Paulo, o sucesso do I Simpósio atestava a importância e a necessidade de se discutir a estrutura do curso de economia. Dentre os pontos mais polêmicos estavam os termos da Resolução 11/84 do extinto Conselho Federal de Educação: a obrigatoriedade da monografia, de cinco anos para cursos noturnos, e de uma estrutura rígida de disciplinas. Como o Conselheiro José Aníbal defendia, o curso deveria atender as demandas do mercado de trabalho. Carlos Roberto de Castro, por sua vez, estava convencido de que o problema da evasão do curso de economia não estava nos cinco anos de duração para o período noturno e nem tampouco na obrigatoriedade da monografia. Ele considerava-se contra uma antiga discussão de dentro da categoria no sentido de se estabelecer o exame de ordem e entendia que a melhor forma de elevar o nível do ensino do curso seria exigir nota de corte nos vestibulares, especialmente nas instituições de ensino particular.⁸ Com o objetivo de identificar as causas da queda na procura de alunos para o curso de economia e, apontar possíveis soluções, o Conselho assumiu a responsabilidade de organizar uma ampla pesquisa com as faculdades de economia do Estado.



Capa do manual de Orientação para Monografia de Economia, elaborado para auxiliar os graduandos de economia em todo o Estado, 1995.



Capa de brochura sobre a profissão, 1993-1994.

A pesquisa aplicada ao longo do ano de 1995 foi apresentada no II Simpósio de Ensino de Economia, realizado no ano seguinte. Conforme os resultados da pesquisa, seguindo já a tendência de redução do número de economistas inscritos no Conselho de Economia de São Paulo, a quantidade de alunos formados em economia também vinha sendo reduzida consideravelmente. Conforme dados da pesquisa do Corecon-SP realizada em 1996, em uma década o número de formandos havia caído para menos da metade: em 1982 eram 2.541 alunos formados nas faculdades de economia no Estado de São Paulo, em 1986 já eram 2.056, caindo para 1.007, 1.031 e 1.017, respectivamente nos anos de 1991, 1992 e 1993, com uma pequena elevação nos anos de 1994 e 1995 com 1.281 e 1.157 alunos formados. No mais, todos os outros indicadores recolhidos dentre a maioria das faculdades do estado também apontavam para uma tendência de uma diminuição relativa do curso de economia frente aos mais diversos cursos de graduação (tabela abaixo).

Resultados da Pesquisa Corecon-SP sobre os cursos de economia do estado

	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Inscritos no vestibular	8.538	6.948	6.371	7.012	7.390	5.929
Vagas oferecidas	4.390	4.320	4.170	4.170	4.140	4.010
Matrículas	3.847	3.362	3.681	3.478	3.614	3.408
Matriculados em todos os anos	10.823	10.204	10.201	11.059	9.778	10.366

Prêmio Excelência em Economia do Corecon, 1997.



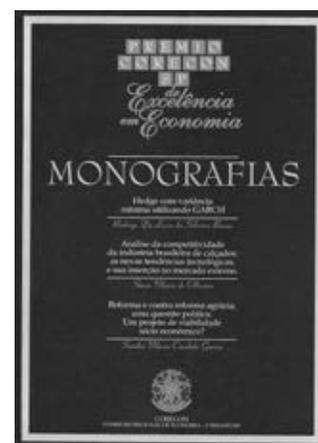
Assim, ao comparar a evolução do número de faculdades e de alunos matriculados nos cursos de Administração e Contabilidade – cursos considerados como “concorrentes” entre as escolhas dos vestibulandos de economia –, a queda de alunos em economia parecia ser ainda maior. Em todo o Brasil, no ano de 1994, eram cerca de 70 mil alunos matriculados no curso de economia, enquanto Administração mantinha quase 200 mil, e Contabilidade, perto de 100 mil. Cenário esse compreensível pelas maiores exigências que o curso de economia cobrava de seus alunos, tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista histórico, passando inclusive pela difícil formalização matemática, de forma que sua “massificação” durante os anos de 1970 e 1980 foi menos expressiva que em cursos como Administração (tabela abaixo).

Evolução dos cursos de Economia, Administração e Contabilidade no Brasil⁹

	1955	1968	1976	1988	1990	1994
1. Evolução do número de cursos						
Economia	38	84	121	154	168	189
Administração	3	38	214	278	320	388
Contabilidade	20	35	158	233	255	320
2. Alunos matriculados (%)						
Economia	83,9	65,4	26,5	21,4	20,7	18,5
Administração	3,5	17,2	51,2	50,6	51	53,4
Contabilidade	12,6	17,4	22,3	28	28,3	28,1

A discussão vinha em momento apropriado, já que o MEC havia lançado em 1996 proposta de novas diretrizes curriculares, com uma possível redução da carga horária, com maior flexibilização no currículo mínimo e suprimindo a obrigatoriedade da monografia. Independentemente da já densa estrutura curricular do curso, os representantes das faculdades de economia exigiam a incorporação de novas cadeiras, como Administração financeira, Matemática financeira, Engenharia econômica, Análise de alternativas de investimento e Economia de mercado, buscando, assim, atender ao novo cenário macroeconômico e às novas exigências do mercado de trabalho. No geral, cerca de 75% das faculdades admitiam a necessidade de se repensar o currículo, contudo 97% destas defendiam a manutenção da monografia como atividade obrigatória para os alunos.

O discurso para a flexibilização dos currículos do curso de economia vinha se tornando hegemônico. Em fins da década de 1990, o MEC aprovou medida para ampliar a flexibilização do curso, acabando com a idéia de um currículo mínimo. Isso levou a uma ampla mobilização das entidades dos economistas para discussão da proposta do MEC, que foi rejeitada pela categoria. Essa posição foi levada por Armando Dias Mendes, Carlos Roberto de Castro, naquela



Edição das monografias premiadas em 1996.



Cartaz de divulgação da Gincana de Economia, 2004.

circunstância como presidente do Cofecon, e membros da Ange, ao ministro Paulo Renato de Souza, que aceitou a argumentação dos economistas e barrou a aprovação de tal medida.¹⁰

Vale lembrar que o Corecon já vinha enfatizando a importância da monografia na formação dos alunos de economia. A retomada dos prêmios de monografia, encabeçada pelo Conselheiro Manuel José Nunes Pinto, cedo tornou-se um projeto respeitado por todo Corecon. Já no ano de 1994 era comemorada a edição de um manual e de um vídeo para os graduandos em economia, distribuídos gratuitamente para as faculdades da capital e do interior, com diretrizes para a elaboração da monografia.

De maneira geral, o discurso dos Conselheiros do Corecon e de representantes das mais diversas faculdades de economia do Estado de São Paulo era praticamente hegemônico em manter uma formação ampla e teórica para o curso. Mas, pensando em ampliar a procura pela área, além de manter a qualidade do curso de economia, acreditava-se na necessidade de divulgar as oportunidades na carreira e na profissão de economista para os futuros vestibulandos.

Para apoiar essa divulgação da carreira, o Conselho havia criado a publicação “Profissão Economista” já em 1994, um boletim para estudantes que apresentava a estrutura do curso e as oportunidades de emprego no setor público, no mercado financeiro, em consultorias, institutos de pesquisa, na indústria, no comércio e na agroindústria e na área acadêmica. Nas palavras do presidente José Roberto de Araújo Cunha Júnior: “O Conselho Regional de Economia – 2ª Região – SP, que é um órgão de fiscalização e de representação da carreira de economista, elaborou esta publicação intitulada Profissão Economista com o propósito de auxiliar os estudantes universitários de ciências econômicas no conhecimento de sua futura profissão, com informações sobre os diversos setores de atuação do economista. (...) Aos jovens do 2º grau, que ainda deverão fazer a escolha por um curso universitário – e uma profissão –, esta publicação poderá orientá-los para maior esclarecimento sobre esta interessante e promissora carreira”¹¹

Ainda com a preocupação de apresentar experiências positivas implantadas nos cursos de economia, o *Jornal do Economista* passaria a publicar a série “Faculdades”, com depoimentos de professores, diretores e alunos. A justificativa desse olhar para a educação era explicada pelo editorial: “O Conselho Regional de Economia tem dedicado toda a atenção possível ao setor de ensino, porque considera que ele é o ponto de partida e a base de todo desenvolvimento”¹² Em 1996, como outra forma de valorizar a profissão de economista, o Conselho Regional de Economia de São Paulo criaria o Prêmio Corecon Excelência em Economia. Além de incorporar o prêmio para as melhores monografias, o evento passaria a premiar também economistas pelo “conjunto

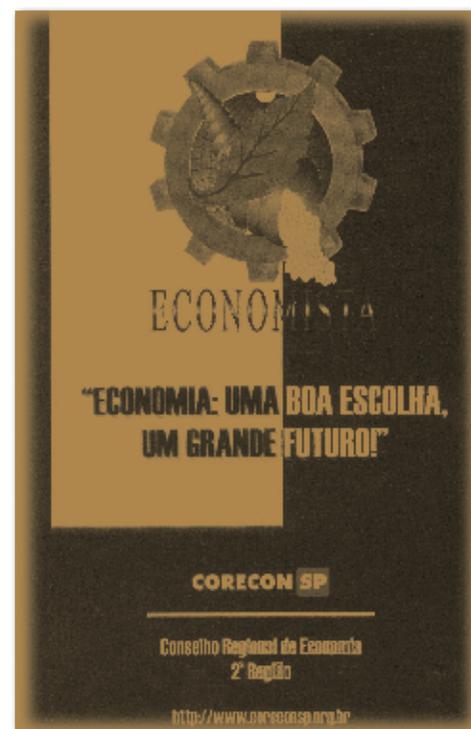
da obra” escolhido por votação pelos economistas registrados. Na primeira versão do prêmio, entregue em 1997, Celso Furtado receberia a homenagem do Conselho em cerimônia conjunta com o lançamento do livro das monografias vitoriosas em 1996.

Anos mais tarde, também buscando estimular o ensino, na presidência de Luiz Alberto Machado, o Conselho passou a premiar nas colações de grau, com menção honrosa, o melhor aluno de cada turma das faculdades de economia.¹³ Já durante a presidência de Synésio Batista da Costa, em outubro de 2003 ocorreu a I Gincana de Economia. Para os organizadores, “o grande objetivo do Corecon-SP ao promover a Gincana de Economia é buscar a interação com os futuros profissionais, contribuir para sua formação e também para a troca de experiências entre alunos de instituições e regiões diversas do Estado.”¹⁴ Por meio do “Jogo da Economia Brasileira”, elaborado por Paulo Sandroni, alunos eram incentivados a usar o arcabouço teórico apreendido nos cursos de economia para resolver simulações de problemas econômicos práticos.

Em suma, se existia uma preocupação de ampliar a procura de alunos interessados nos cursos de economia, inclusive com campanhas promovidas pelos Conselheiros nos colégios de 2º grau e cursinhos do Estado,¹⁵ também existia uma tendência importante de valorizar a qualidade da formação dos graduandos. Mas a pluralidade da formação existente entre as diferentes instituições era um assunto delicado que colocava em questão a relação entre os currículos das faculdades e o perfil que se pretendia exigir do economista como profissional depois de formado. Com a aprovação do Exame Nacional de Cursos, o Provão, medida do ministro da Educação, Paulo Renato, tal debate foi ainda mais acentuado.

O presidente Carlos Roberto de Castro acreditava que tal medida era coerente com os objetivos da valorização da profissão, tão defendida pelo Conselho nos últimos anos, pois seria uma forma de aprimorar e exigir pré-requisitos mínimos na formação dos economistas.¹⁶ O Conselheiro Marco Antônio Sandoval Vasconcellos aprovava a medida do Conselho Regional de Economia - 2ª Região que, logo após a publicação da portaria do Provão, realizou o IV Simpósio do Ensino de Economia, com membros das Comissões do MEC para orientar as escolas paulistas.

Assim, de maneira geral, o curso de economia estava sendo amplamente pensado e discutido com o objetivo de atender às novas demandas da sociedade e apaziguar a competição com outras áreas do conhecimento. Todavia, outro gargalo a ser resolvido pelas comissões curriculares estava na pós-graduação. Como alertava o Conselheiro Claudemir Galvani, os resultados do exame da Anpec (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia), exigido para alunos ingressarem nos cursos de pós-graduação



Vídeo institucional do Corecon-SP apresentado aos estudantes de economia e do ensino médio para estimular a escolha pela profissão.

em Economia, apontava uma certa incoerência. Conforme o conselheiro: “O que se constata é que na Anpec os melhores candidatos, os primeiros lugares, são ocupados por engenheiros, já que os cursos da Anpec estão voltados bastante para os métodos quantitativos”, e concluía, “ou nosso currículo não está adequado às atuais tendências, ou o curso da Anpec está voltado para profissionais não-economistas”.¹⁷

E a preocupação com o perfil dos cursos de pós-graduação respondia à maior importância que estes vinham adquirindo na sociedade. Essa era uma mudança fundamental que marcaria o perfil dos economistas durante os anos 1990. Os cursos de pós-graduação passariam a fazer parte da realidade dos alunos formandos e a atualização profissional tornar-se-ia cada vez mais exigida pelo mercado de trabalho. Se até a década anterior os cursos de pós-graduação eram ainda uma realidade daqueles profissionais que dialogavam com o mundo acadêmico, no novo contexto, tanto cursos de mestrado ou doutorado como, principalmente, de MBAs aumentariam suas vagas para preparar esses novos profissionais para o mercado de trabalho. Conforme editorial do *Jornal do Economista* de 1998: “Ao fantasma da globalização – fenômeno ainda pouco esclarecido, ainda que muito referido em palestras e artigos –, a primeira idéia que ocorre como resposta é a especialização ou o aprofundamento nos estudos; ou, em outras palavras, a pós-graduação”.¹⁸ Na mesma linha, Luís Carlos Delorme Prado, presidente do Cofecon e professor da UFRJ, justificando a explosão dos cursos de pós-graduação, divulgava pesquisa apontando que os salários dos profissionais em economia aumentava na proporção direta à qualificação profissional.

Não restam muitas dúvidas de que os economistas formados a partir dos anos 1990 vinham assumindo um novo perfil. Já não era freqüente que um economista recém-formado ingressasse na carreira pública, passando longos anos em empresas estatais ou em cargos do governo. A graduação tornou-se um ponto de partida na formação, e cada vez mais a pós-graduação fundou-se como complemento necessário. Por meio do mais diversificado leque de cursos de MBAs os alunos conseguiam assegurar a verticalização de sua formação, abordando temas mais específicos e conhecimentos mais pragmáticos. Enquanto isso, nos cursos de mestrado e doutorado a formação teórica da graduação continuava sendo reforçada. Mas, de maneira geral, foi também por meio dessa formação contínua que economistas puderam se recolocar no mercado de trabalho, de forma que o cenário nos anos 2000 deixava de ser tão pessimista quanto no início da década anterior.

Por exemplo, ao final de seu segundo mandato, Luiz Alberto Machado comemorava: “Conseguimos estancar o processo de esvaziamento que vinha se verificando nos últimos anos” no Conselho de Economia, estreitando relações com a Ange e a Anpec.¹⁹ Essa era uma vitória não somente da gestão do presidente Luiz Alberto Machado, mas das gestões anteriores que também durante todo os anos 1990 se voltaram para a valorização profissional do eco-



XVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, Gramado/RS, 1996.

nomista. Ademais, o século XXI mostrava-se mais promissor para a entrada do economista no mercado de trabalho: o perfil do economista vinha se adequando às exigências de uma economia globalizada, assumindo ainda mais cargos centrais em empresas, bancos, consultorias e, até mesmo, nas funções públicas restantes.

Corecon e o movimento de valorização profissional

Na passagem para a década de 1990 o Movimento de Valorização Profissional chegaria ao Conselho Regional de Economia de São Paulo. Formado no Sindicato dos Economistas, “a defesa, na época, era pela valorização profissional do economista, inseri-lo no mercado de trabalho, fazer as entidades se voltarem mais para a categoria, torná-las menos engajadas partidária e politicamente”, afirmava o presidente do Conselho em 1989, e um dos líderes do movimento de Valorização, Sideval Aroni.²⁰ Pode-se dizer que, a partir de então, as atividades do Conselho foram direcionadas para as questões mais específicas da classe, respondendo às demandas de serviços dos economistas e firmando a posição do Conselho como órgão fiscalizador da categoria.

Se a luta pela qualidade da educação e pela estrutura do currículo havia sido central durante os últimos anos do século XX, o Corecon buscava também melhorar sua relação com os economistas inscritos, oferecendo serviços e benefícios que pudessem não somente mantê-los registrados, mas estimular novas inscrições. Acima de tudo, buscava-se a valorização da profissão, como ilustraria o adesivo elaborado pelo Conselho: “Valorize seu patrimônio: contrate um economista”.²¹

Curso de Economia para jornalistas promovido pelo Corecon, apoiado por Sindicato e Ordem, com a presença de seus presidentes Luciano Coutinho, José Roberto Araújo Cunha Jr. e Carlos Antônio Luque, 1994.



Em maio de 1994, seguindo antigas solicitações de economistas aposentados, entrava em vigor a inscrição remida para economistas do Estado de São Paulo. Tal determinação isentava o pagamento das taxas anuais do Corecon para economistas mulheres com mais de 60 anos e homens com mais de 65. Anos mais tarde, o registro provisório, distribuído para alunos formandos, também deixaria de ser cobrado.²² Outras duas determinações refletiam a vontade de tornar o Conselho um órgão mais próximo à categoria: em 1994 os conselheiros abririam a plenária a todos os economistas que tivessem propostas e quisessem participar das reuniões; e, em 1996, por decisão do XVI SINCE, o voto para eleição dos conselheiros seria realizado também por correspondência. Tal decisão dava maior legitimidade às eleições, cuja participação seria expressivamente aumentada. Na primeira eleição em que o voto por correspondência havia entrado em vigor o resultado era comemorado: "... salientando que percentualmente foi o maior índice de participação já obtido no Conselho (...) graças ao voto por correspondência".²³

Seguindo essa linha de melhorar o funcionamento e atendimento do Conselho, em 1996 o Presidente Antônio Corrêa de Lacerda lançou o projeto "Qualidade Total". Com apoio do Imes, Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano, o projeto inicialmente realizou uma reforma administrativa no Conselho, elaborando um novo organograma de trabalho e adequando cargos e níveis salariais dos funcionários com aqueles oferecidos no mercado. Treinamento e cursos de aperfeiçoamento também estavam previstos para os funcionários. Com essas medidas almejava-se não somente cumprir melhor

com os deveres autárquicos do Conselho, mas também ampliar os serviços oferecidos à comunidade.

Dessa reforma uma nova comissão de fiscalização do exercício profissional foi formada. A meta era reduzir a inadimplência de pessoas físicas e jurídicas e enrijecer a fiscalização sobre empresas que atuavam em atividades características daquelas de economia. Em setembro de 1997 era anunciada a contratação de três novos fiscais, da aquisição de um veículo e da informatização do departamento, para agilizar o controle. No que diz respeito aos economistas, buscava-se reduzir a inadimplência de 39% para a margem de 20%; enquanto isso, referente à fiscalização das empresas, pretendia-se ampliar a identificação e atuar com rigor nas empresas de consultoria de economia e finanças e nas empresas vinculadas ao sistema financeiro, como bancos, corretoras e financeiras.²⁴ A fiscalização deveria seguir o novo Código de Ética da Profissão de Economista, cujos preceitos haviam sido aprovados durante o XVI SINCE realizado em Gramado, RS, seguindo determinação do Cofecon nº 1.628 de 2 de agosto de 1996.²⁵

Contudo, existia um sentimento de que a função de fiscalização do Conselho poderia se esgotar a qualquer momento. A Lei nº 9.649/98 havia transformado o Conselho em uma entidade de direito privado, e não mais uma autarquia; contudo, o Conselho Regional de Economia - SP ainda mantinha todas suas prerrogativas de órgão de registro e fiscalização, por delegação do poder público, e continuaria funcionando com recursos próprios recolhidos dos profissionais e das empresas registradas.²⁶ Mesmo assim, a tendência ao processo de desregulamentação do mercado de trabalho reduzia a função primordial do órgão e, por isso, o Conselheiro José Aníbal alertava: “Considerando a futura desregulamentação da profissão, a Comissão (de fiscalização e serviços) tem desenvolvido estudos no sentido de tornar o Corecon um prestador de serviços ao economista, principalmente levando-se em conta que condensa as duas principais atividades do Conselho: a fiscalização, que gera recursos, e os serviços, que são o seu futuro”²⁷

Dentre os serviços oferecidos pelo Conselho, os produtos do Centro de Conjuntura seriam um dos seus principais. O Centro de Conjuntura foi inaugurado em fevereiro de 1997, com o objetivo de tornar disponíveis informações estatísticas de caráter socioeconômico (como indicadores demográficos, do produto nacional bruto, da produção industrial e agropecuária, do setor de serviços, da formação bruta de capital fixo, da política monetária, do comércio exterior e da inflação, entre outros) para economistas associados, estudantes e público em geral, por meio do Banco de Indicadores Econômicos e Sociais (Bies) coordenado por Edmilson Costa.²⁸ Os dados compilados pelo Bies eram apresentados nas *Cartas de Conjuntura* mensalmente, além de ficar à disposição dos interessados para consulta. Em 1997 a média de consultas diárias atingia cerca de 10 usuários. O *site* do Corecon, em funcionamento a partir de 1997, anos mais tarde colocava à disposição o banco de dados do

Centro de Conjuntura por meio do *Bulletin Board System* (BBS). Em 2003 o *site* sofreria uma profunda reformulação: em sua nova versão multiplicaria assuntos, seções, *links* e informações.

Entretanto, a maneira mais eficiente de interação do Corecon com seus filiados, e a comunidade em geral, ainda era a publicação e distribuição gratuita do *Jornal do Economista* e da *Carta de Conjuntura*. Em 1994 essas publicações já atingiam 25 mil exemplares, passando para 30 mil exemplares do *Jornal do Economista* em 1997. O *Jornal do Economista*, ainda em 1997, receberia iniciativa pioneira entre as entidades de classe, com um ombudsman, o jornalista Humberto Kinjô. No ano seguinte, o jornal passaria a receber duas páginas de informes do Sindicato e mais duas páginas da Ordem. Para Carlos Roberto de Castro: “Afim, de quem é o *Jornal do Economista*? Então, para que um informe do Sindicato e outro da Ordem? Por que não unificar tudo?”²⁹

E para manter maior inserção no debate teórico e de conjuntura, o Conselho criou na passagem para 1994 a coluna “Destaques do Corecon”, em que notícias e artigos produzidos por economistas eram veiculados nos jornais do interior do Estado de São Paulo e de bairros da capital. Destaques do Corecon era uma forma para que economistas pudessem debater os mais diversos temas, enquanto comunidades locais se beneficiavam de diversificados artigos sobre economia. Em um ano de funcionamento já eram cerca de 70 jornais participantes, com mais de 600 artigos de economistas publicados por intermédio do Conselho de Economia.

Outro importante serviço prestado pelo Conselho de Economia era sua variedade de cursos de atualização. Em 1994, grande destaque foi dado ao concorrido “Curso Básico de Economia para Jornalistas”. Com o curso, o Conselho e a Ordem pretendiam apresentar panoramas e indicadores econômicos, além de análises sobre economia brasileira e internacional. Ministrado por conselheiros e professores da USP e Unicamp, entre os temas constavam: Jornalismo econômico e ética na imprensa; Evolução da economia brasileira; Análise de conjuntura; Inflação e mercado financeiro; e o Plano Real. Mas foi o Conselheiro Marco Antônio Sandoval Vasconcellos que desempenhou importante papel na organização de outros cursos, como o de Macroeconomia aplicada à economia brasileira, Curso de mercado de commodities agrícola e de Reciclagem de professores, entre outros. Por fim, o curso de Reciclagem de economistas, iniciado em meados da década de 1990 e posteriormente conhecido como Curso Preparatório para Exame da Anpec, organizado em conjunto com a Ordem, tornou-se rapidamente referência. Em 2000, na Fecap, teve início o curso de atualização para economistas com módulos de Macroeconomia, Microeconomia, Metodologia, História do pensamento econômico, Econometria e Economia internacional. Mas podemos dizer que o Conselho teve um papel secundário na organização de cursos, inclusive para evitar uma desavença com a Ordem dos Economistas. Isso porque, diferentemente do Conselho, a Ordem dependia quase que exclusivamente da renda desses



Inauguração da “Casa do Economista” na cidade de São José dos Campos, 1996.

curso. O Corecon poderia se responsabilizar por aqueles cursos na área mais acadêmica, mais “economia pura”, enquanto a ordem ficaria com os cursos profissionalizantes.³⁰

E essa foi a tendência tomada pelas duas entidades. A Ordem dos Economistas oferecia um rol mais amplo de cursos do que o Corecon, contudo, por diversas vezes, a entidade acabava recorrendo ao suporte do Conselho Regional de Economia. De maneira geral, a relação entre as três entidades, Conselho, Ordem e Sindicato, foi bastante harmoniosa durante esse período e, em 2003, reuniram esforços para realizar a inauguração da reforma da sede, bem como a inauguração do novo auditório, José Maria Arbex. O prédio do Corecon da Rua Barão de Itapetininga recebeu o consultório odontológico do Sindicato, com a transferência do arquivo morto do Conselho para a casa do Pacaembu. Tal sintonia era resultado da política liderada pelo presidente do Conselho Regional de Economia - SP, Synésio Batista da Costa, com o apoio de Juarez Alexandre Baldini Rizzieri, presidente da Ordem dos Economistas, e Jamil Zantut, do Sindecon, garantindo pela primeira vez a organização de plenárias unificadas e uma agenda única para as entidades de economistas de São Paulo.

Novas questões para os economistas no início do século XXI

As transformações ocorridas na economia mundial nas duas décadas finais do século XX engendraram substanciais mudanças tanto na inserção do economista no mercado de trabalho como nos temas para os debates econômicos. O desenvolvimento dos meios de comunicação, com destaque para a internet, a expressiva reorientação da política econômica das mais diversas



Reunião conjunta entre Conselho, Ordem e Sindicato de São Paulo, 2004.

nações para a maior integração comercial e financeira e a tendência da redução do intervencionismo estatal delineavam o que seria chamado de *globalização*. No Brasil, por sua vez, essas mudanças passaram a ser sentidas mais sistematicamente em meados dos anos 1990, quando os resultados da abertura comercial e financeira podiam ser observados nos mais diversos setores da economia brasileira. Aumento de empresas multinacionais, privatização, crescimento das operações financeiras eram facetas diferentes que expressavam essa nova inserção da economia brasileira no sistema mundial.

O Conselho Regional de Economia – 2ª Região não poderia deixar de encarar tais importantes transformações. Assim, já em 1994 o Conselho iniciou o ciclo de debates “O Brasil e os blocos regionais” com o intuito de compreender o processo de globalização e pensar as possíveis e melhores formas de posicionar o Brasil no comércio internacional.³¹ Entretanto, foi durante o ano de 1996 que essa preocupação de compreender o processo de globalização tornou-se central para as entidades e instituições de economistas. Para tanto, o Corecon apoiou em maio o debate “Globalização” na Faculdade de Economia e Administração da USP e, em setembro, o Seminário Internacional “Macroeconomia face à Globalização” na Unicamp. E ainda, tanto no XVI SINCE como no XI Encontro da Ange, o Corecon-SP, representado por seus conselheiros, levou questões para se pensar o profissional na área de economia em tempos de globalização.

Seguindo tal tendência, a Semana de Economia de 1998, organizada pelo Corecon em várias faculdades de economia do Estado de São Paulo, teve como temas centrais o processo de globalização e suas opções de emprego para economistas. A justificativa do presidente Carlos Roberto de Castro era



Odilon Guedes (ao centro) coordena reunião do Fórum de Orçamento Público, junto com José Aníbal Gonçalves de Almeida e Luiz Alberto Machado.

de que: “Vivemos uma época de mudanças na economia, na organização do trabalho, nas sociedades. A tecnologia transforma aceleradamente os parâmetros do mundo do trabalho e as relações econômicas entre países e sociedades globalizam-se (...). Precisamos, assim, repensar, analisar e entender a nova economia do mundo. Precisamos reavaliar nossas ferramentas de trabalho e discutir o ensino dessas ferramentas para as novas gerações de economistas. Precisamos, finalmente, pensar sobre nossa colocação no mercado, sobre nossos desafios como profissionais.”³²

Assim, durante a transição para os anos 2000 a globalização tornou-se um dos grandes temas nos debates travados pelos economistas brasileiros. Pensar a globalização era pensar nas formas de inserção do país na economia internacional, era pensar em variáveis econômicas determinantes como câmbio, taxa de juros e de inflação, em suma, pensar nas principais variáveis macroeconômicas. Não obstante, o Corecon desempenharia decisivo papel ao encabeçar a discussão de uma outra temática. A descentralização política e econômica, características deixadas pela Constituição de 1988, autorizando a gestão financeira de estados e municípios, abriu mais uma oportunidade importante de atuação dos economistas na condução de políticas públicas.

Já em fins de 1997 os primeiros projetos seriam iniciados com a participação do Corecon-SP na discussão do orçamento público das cidades de São Paulo e Ribeirão Preto. Era o momento em que as discussões sobre reforma tributária entravam na ordem do dia no Conselho Regional de Economia. O presidente eleito para o mandato de 1998, Carlos Roberto de Castro, enfatizaria ainda mais esse projeto, especialmente buscando maior participação dos economistas do interior nos fóruns de decisão. Os Encontros de Delegados do Interior delineariam as principais atividades das Delegacias, que

Debate com economistas
candidatos a vereador na
cidade de São Paulo, em 1996.



deveriam incentivar o aperfeiçoamento e a atualização dos economistas por meio de cursos e palestras e estimular maior participação destes nos processos de fiscalização das contas públicas municipais.³³ O fortalecimento do interior era uma das bandeiras dessa gestão que, mediante as resoluções 381 de 20 de maio de 1998, permitia que cidades sem sedes de delegacias e com faculdades de economia pudessem nomear representantes do Conselho Regional de Economia.

Em Osasco, a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Corecon ajudou na formação da Comissão Municipal de Economia no ano de 1998. No ano seguinte, ano da formação de uma nova delegacia, agora em Sorocaba, o Conselheiro Odilon Guedes constituiria um grupo para acompanhar o orçamento da cidade de São Paulo. Em 2000, a liderança do grupo de acompanhamento do orçamento da cidade de São Paulo pediria a revisão e renegociação da dívida do município. Essa era uma nova forma de atuação bem sucedida do Conselho, na função fiscalizadora das contas públicas. O editorial do *Jornal do Economista* de 2003 comemora a 50ª reunião do Fórum do Orçamento da cidade de São Paulo: “Há quatro anos os participantes do Fórum acompanham e fiscalizam as contas do município, num trabalho voluntário e não remunerado, que representa o exercício da cidadania e da participação da sociedade nos assuntos público-orçamentários”.³⁴

Assim, os anos entre 1994 e 2005 marcam um período de intensas mudanças tanto no perfil do economista como na própria atuação do Corecon. O Conselho deixaria para trás o ambiente de intensas disputas políticas e ideológicas características da década de 1980 para investir no movimento de valorização profissional. Preocupadas com as questões internas ao funcionamento do próprio Conselho, as plenárias passaram a refletir a necessidade de ha-

ver uma aproximação entre entidade e economistas, reforçando velhos meios de atuação como a organização de palestras e cursos e a distribuição de jornais, mas incorporando novas ações como a criação do Centro de Conjuntura e o estreitamento da relação com as delegacias regionais. Para o economista, por sua vez, foi um período de identificar novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, investindo mais tempo na formação, com a busca de cursos de pós-graduação, e aproveitando a expansão de novos setores vinculados especialmente à expansão do sistema financeiro. O cenário poderia não ser totalmente otimista para todos os economistas, mas certamente a economia como profissão, no início do século XXI, recuperava seu antigo prestígio.

Notas

- 1 BELLUZZO, L. & ALMEIDA, J. *Depois da queda*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.373.
- 2 BACHA, E. "O Plano Real: uma avaliação". MERCADANTE, A. (Org.). *O Brasil pós-Real*. Campinas: Unicamp, 1997.
- 3 BACHA, 1997.
- 4 BRESSER-PEREIRA, L. *Macroeconomia da estagnação*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.39.
- 5 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 2/03/1994. Estudo realizado anos mais tarde confirmou essa tendência, em que 65% dos economistas justificavam se desligar do Conselho por não exercerem a profissão. Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 10/03/1999.
- 6 *Jornal do Economista*, nº 90, julho de 1996.
- 7 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 03/08/1994.
- 8 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 05/07/1995.
- 9 *Jornal do Economista*, Suplemento Especial, nº 92, setembro de 1996.
- 10 Entrevista realizada com Carlos Roberto de Castro em 24 de outubro de 2008.
- 11 *Profissão Economista*. Conselho Regional de Economia - 2ª Região - São Paulo, 1994.
- 12 *Jornal do Economista*, nº 70, setembro de 1994.
- 13 *Jornal do Economista*, nº 154, dezembro de 2001.
- 14 *Jornal O Economista*, nº 170, setembro de 2003.
- 15 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 15/10/1997.
- 16 *Jornal do Economista*, nº 125, julho de 1999.
- 17 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 20/03/1996.
- 18 *Jornal do Economista*, nº 110, março de 1998.
- 19 *Jornal do Economista*, nº 154, dezembro de 2001.
- 20 *Jornal do Economista*, nº 150 - Suplemento Especial, agosto de 2001.
- 21 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 22/03/1995.
- 22 *Jornal do Economista*, nº 66, maio de 1994, e nº 111, abril de 1998.
- 23 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 4/11/1998.
- 24 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 15/10/1997.
- 25 *Jornal do Economista*, nº 93, outubro de 1996.
- 26 *Jornal do Economista*, nº 121, março de 1999.
- 27 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 7/10/1998.
- 28 *Jornal do Economista*, nº 97, fevereiro de 1997.
- 29 *Jornal do Economista*, nº 110, março de 1998.
- 30 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 20/03/1996.
- 31 *Jornal do Economista*, nº 63, março de 1994.
- 32 *Jornal do Economista*, nº 109, fevereiro de 1998.
- 33 *Jornal do Economista*, nº 111, abril de 1998.
- 34 *Jornal O Economista*, nº 166, maio de 2003.

O presidente do Corecon-São Paulo, Heron do Carmo, e o prefeito de São Paulo, economista Gilberto Kassab, na inauguração da nova sede do Corecon, na Rua Libero Badaró, nº 425, 14º andar, 2006.



7 | O Corecon no início do século XXI: na nova sede, a permanente atualização dos grandes temas da profissão (2005-2010)

Ao completar 55 anos de regulamentação da profissão de economistas no ano de 2006, o Conselho Regional de Economia – 2ª Região inaugurou sua sede própria na Rua Líbero Badaró. Após décadas dividindo espaço com a Ordem e o Sindicato dos Economistas no prédio “dos economistas”, no Viaduto 9 de Julho nº 26, e buscando ampliar seu espaço físico para melhorar o atendimento à classe, o Corecon-SP foi transferido para o centro da capital. Em meio às confraternizações que celebravam a conquista da categoria, velhos desafios e debates permaneciam para os conselheiros: como pensar a evolução da economia brasileira e como melhor inserir o economista nessa sociedade? Duas questões que, ora mais acentuadas, ora menos, nortearam os trabalhos dos conselheiros do Corecon-SP em sua história e dificilmente vão deixar de preocupá-los, pois esses problemas são recolocados continuamente sob novas formas, em função da própria dinâmica da economia e da sociedade.

No dia do economista de 2005, 13 de agosto, o Conselho Regional de Economia – 2ª Região lançou sua campanha em defesa do crescimento sustentado. Era uma aposta em novos tempos recheados de boas expectativas. Com ampla divulgação na mídia, com *outdoors* na capital e no interior e painéis nos aeroportos e metrô de São Paulo, o Corecon-SP queria expressar “as aspirações de toda a sociedade brasileira” sobre um futuro promissor. Para os conselheiros, aquele era um momento apropriado para acelerar o crescimento da economia brasileira, mas fazendo-o de maneira sustentada.¹ No debate econômico, críticas já eram direcionadas ao governo federal em decorrência dos baixos índices de crescimento da economia, principalmente em comparação àquelas taxas de outros países emergentes. Se o Plano Real havia proporcionado maior estabilidade econômica com o controle da inflação, faltaram condições para garantir um crescimento contínuo e mais intenso. A palavra de ordem para os economistas era a retomada do crescimento econômico, ou do desenvolvimento econômico e social, tendo em vista o momento de expansão da economia mundial.

Inauguração da nova sede do Corecon-SP com a presença do presidente Heron do Carmo e dos ex-presidentes Jamil Zantut (que deu nome ao Auditorio) e Vespasiano Consiglio.



Assim, a campanha “Promover o Crescimento Sustentado: um dos objetivos da atuação dos economistas” seria um dos marcos da gestão do presidente do Conselho de Economia, Heron do Carmo, que justificava ao final de seu mandato: “Neste período de dois anos, o Corecon-SP teve iniciativa e visão de lançar a campanha publicitária pelo crescimento sustentado no Brasil, iniciada já em 2005 e que prosseguiu por 2006, antecipando em dois anos aquela que seria a semente da ideia que hoje domina o país: de que o verdadeiro caminho para o desenvolvimento econômico e social é crescer, e crescer de modo sustentado e perene”²

Dentre as atividades da campanha, o Conselho buscou garantir o espaço para o debate sobre as possibilidades e vias para esse crescimento sustentado. A coluna “Opinião & Pensamento Econômico”, do jornal do Conselho Regional de Economia de São Paulo, *O Economista*, seria um desses importantes espaços para a publicação de artigos e entrevistas com economistas sobre a temática do crescimento sustentado. No número de dezembro de 2005, em edição especial, o Conselho realizava uma síntese do debate e comemorava a colaboração dos 18 depoimentos de “notáveis economistas” ao longo do ano para *O Economista*. Eram contribuições de diferentes linhas de interpretação, por vezes focando em aspectos específicos da economia brasileira, mas todos com um único objetivo: pensar em estratégias para o crescimento sustentado nacional.

Tais questões sobre o crescimento sustentado, contudo, não ficaram restritas ao jornal. Cumprindo com o objetivo de disseminar os grandes temas para os economistas paulistas, no período de lançamento da campanha o Corecon-SP realizou teleconferência para todas as 47 faculdades de economia

da capital e do interior. Essa estratégia de comunicação com as faculdades já fazia parte da agenda do Conselho desde 2002 e seria ainda mais ampliada nos anos seguintes com o site e a TV Economista. Ao mesmo tempo, a entidade daria ampla cobertura para evento organizado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, cujo objeto era “Desafios e agendas para o Desenvolvimento Brasileiro”, com participação de João Sayad, Antonio Delfim Netto, Pêrsio Arida e Adroaldo Moura da Silva. Na oportunidade, Delfim Netto exaltava: “A coisa que mais me alegrou hoje é que voltamos a falar em crescimento. Isso tem sido proibido no Brasil nos últimos 25 anos”³

E as expectativas para a retomada do crescimento eram reafirmadas com a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Conforme o editorial de dezembro de 2006 do *Jornal O Economista* “a perspectiva é de que a economia brasileira entre num processo de maior crescimento, que aliado ao aperfeiçoamento do processo democrático (...) constituirá um conjunto virtuoso, fatores que poderão nos aproximar dos fins almejados da Sociedade: a redução das desigualdades sociais e a promoção do Bem-estar de todos os cidadãos”⁴ Em entrevista ao jornal, o ex-presidente do Corecon-SP, Luciano Coutinho (dias antes de ser nomeado como Presidente do BNDES) enaltecia o papel do PAC para impulsionar o crescimento sustentado, programa que deveria atuar na expansão do crédito para o investimento com obras de infraestrutura e para grandes empresas nacionais.⁵

Assim, de maneira geral, mais uma vez o Conselho Regional de Economia - 2ª Região cumpria com seu papel de fomentador de espaços de análise sobre a economia brasileira. Fortalecendo ainda mais esse papel, em 28 de março de 2007, o Corecon-SP inaugurou outro espaço para a transmissão de informações e para o debate de ideias entre economistas: a TV Economista. Para instalação dos estúdios da TV Economista, foi celebrado um contrato de locação do 5º andar no Edifício Sede da Ordem dos Economistas do Brasil e de um convênio de aproveitamento múltiplo do espaço pelas entidades de representação dos economistas.

Tratava-se de um canal via *web*, com acesso aberto para toda a sociedade, sua programação era composta de diversos assuntos de interesse dos economistas e de outros tantos profissionais, contendo desde palestras e discussões sobre a conjuntura. O canal também oferecia informes do Conselho e cursos à distância, como os cursos de Perícia Econômica e Financeira, de Reestruturação e Recuperação de Empresas e Contas Públicas. A palestra piloto, ministrada por Heron do Carmo, mostrou que a nova mídia era um sucesso: contando com enquete e *chat* como meio de estabelecer comunicação com os economistas e interessados, a palestra teve mais de mil e seiscentos acessos.⁶ A partir de então, a TV Economista seria formada por uma programação tanto com apresentações dos conselheiros como de autoridades, tais como o prefeito Gilberto Kassab e o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada – IPEA, Márcio Pochmann. Outro relevante material disponibilizado no site foi o Seminário “Brasil do século XXI: desafios do futuro”, coordenado por Delfim Netto e realizado na Faculdade de Economia da FEA/USP, que contou com uma ampla gama de economistas debatendo temas sensíveis para o desenvolvimento da economia brasileira.

Uma outra novidade do período foi a realização do I Congresso Paulista de Economia (CPECON) no ano de 2008. O congresso teve como tema: “Os diferenciais competitivos da economia paulista: crescimento e desenvolvimento”. O evento procurou enaltecer o papel central desempenhado pela economia paulista dentro da economia brasileira, e discutir “o potencial e as possibilidades de negócios que a riqueza e o grande desenvolvimento econômico do interior paulista oferecem atualmente”. Ao final do encontro foi lançada a Carta do Congresso Paulista de Economia, que afirmava um conjunto de cinco ajustes prioritários para os próximos governos: redução da pobreza, reformas institucionais, qualidade de vida, políticas setoriais e papel do governo.⁷

Para além de pensar o papel da economia paulista, no que diz respeito ao cenário internacional, a realidade de uma economia crescentemente globalizada exigia um novo esforço de integração dos economistas brasileiros com o mercado mundial. Idealizado por Synésio Batista da Costa, o Corecon-SP incentivou que economistas e conselheiros, por custas própria, participassem de missões anuais ao exterior para fortalecer os laços com órgãos e entidades decisivas nos intercâmbios econômicos. Entre 2002 e 2004 o Corecon-SP já havia realizado a I Missão ao Exterior, participando de plenárias com membros do Parlamento Europeu, da Organização Mundial do Comércio, da Organização Internacional do Trabalho e da *United Nations Conference on Trade and Development* (Unctad); a II Missão ao Exterior foi realizada nos EUA, mediante reuniões com técnicos do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, do Federal Reserve, do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e do Bando Interamericano de Desenvolvimento. Finalmente, a III Missão ao Exterior buscou a aproximação com a China, parceiro comercial de significativa expressão naquela oportunidade pela demanda de produtos primários brasileiros.

Em 2005, a gestão de Heron do Carmo deu continuidade ao projeto de aproximar o Corecon-SP de entidades internacionais, com o envio de delegações para outros importantes centros econômicos. Em 2006, a IV Missão ao Exterior visitaria a Rússia e a Inglaterra, enquanto a V Missão ao Exterior seguiria rumo a Índia em 2007. Já na diretoria de Wilson Roberto Villas-Boas Antunes, a VI Missão foi enviada à Turquia e Egito 2007, descobrindo as potencialidades daqueles países que passaram a integrar o *new eleven*, isso é, bloco dos onze países considerados novos emergentes, com a previsão de que assumiriam a posição de dinamizadores da economia mundial nas próximas décadas. Essas missões foram inteiramente custeadas pelos seus respectivos integrantes.



Roberto Macedo, Heron do Carmo e o prefeito Gilberto Kassab durante a inauguração da nova sede do Corecon-SP

O Corecon-SP esteve presente também nos encontros da Associação de Economistas de Língua Portuguesa (AELP), em Angola, e no IX Encuentro Internacional de Economía, realizado em Cuba, reafirmando o acordo de intercâmbio existente entre o Corecon-SP e a Associação dos Economistas da América Latina e Caribe.⁸

Mas as ações do Corecon-SP não ficaram restritas aos “grandes” temas da economia nacional e mundial. Mais uma vez, os conselheiros estariam atentos para acolher as demandas da entidade: realização de cursos, de atividades para graduandos em economia e de fóruns para pensar o curso de Economia e o profissional no mercado de trabalho.

Assim, em 2005 foi organizada a 3ª Gincana de Economia do Corecon-SP, pela primeira vez recebendo participantes de todo o Brasil que, anos mais tarde, em sua 5ª versão, somaria 44 faculdades de 12 estados. Em 2008, a Gincana reuniria 116 alunos de 58 universidades, que, disputando o “Jogo da Economia Brasileira”, desenvolvido pelo economista Paulo Sandroni especialmente para o Corecon-SP, podiam colocar em prática o conhecimento adquirido em seus cursos de graduação. Nesse contexto e considerando a formação dos economistas ainda como uma das principais preocupações do Conselho, mais um prêmio foi criado no intuito de incentivar os jovens economistas: além das anuais gincanas e concursos de monografias, a partir de 2008 foi instaurado o Prêmio Jovem Economista, para profissionais com no máximo 15 anos de

TV Economista, canal via web criado pelo Corecon, 2007.



carreira e que atuavam no campo da economia em empresas privadas, públicas, instituições acadêmicas ou ONGs. O prêmio era voltado aos jovens que apresentassem inovações em suas atribuições como economistas. O primeiro vencedor foi o diretor-presidente do Instituto Aequitas, Rodrigo Furgieri Mancini, pelo projeto implantado na instituição fundada por ele em 2006 em Araraquara, cuja meta era agilizar o processo de transferência e difusão de tecnologia para as empresas da região.⁹

O Corecon-sp também foi o organizador do 2º Encontro Brasileiro de Perícia, Avaliação e Auditoria Econômico-Financeira no ano de 2008. Área de crescente importância para os economistas, a profissão de perito, auditor e avaliador econômico e financeiro incorporou-se à realidade do Conselho, tanto por conta da nova oportunidade aberta para os profissionais, como também para a definição da atividade como específica dos economistas. Por isso, nos pressupostos que levaram a regulamentação da área, tanto o conhecimento da teoria econômica como a atualização técnica do profissional de perícia aparecem como sólidos pilares na formação desses profissionais: “Os argumentos e análises constantes do trabalho pericial devem ser fundamentados em conceitos e precedentes encontrados na ciência econômica e na literatura técnica aplicável ao objeto da perícia, devendo as premissas e hipó-

teses utilizadas serem explicitadas no produto final da perícia ou em papel de trabalho associado”.¹⁰

Outro plano que trouxe importantes mudanças nesse curto período foi no tocante ao patrimônio do Corecon-SP. Na versão da Gincana de Economia do Corecon-SP de 2005, a sede para tal competição foi a casa do Pacaembu – celebrando a reutilização e a inauguração provisória do novo espaço do centro Cultural do Conselho. A inauguração definitiva do espaço ocorreria meses mais tarde, no dia 2 de dezembro de 2005, com a presença do ex-presidente Modesto Stama, o responsável pela compra do imóvel.

O Conselho estava crescendo e, assim, além da reutilização do imóvel do Pacaembu, a presidência de Heron do Carmo, no dia 29 de setembro de 2006, inaugurou a nova sede do Conselho Regional de Economia – 2ª Região na Rua Líbero Badaró, 425, no centro de São Paulo. Com cerca de vinte mil inscritos, o Conselho, por meio do editorial de seu jornal, comemorava a compra do imóvel meses antes com a seguinte afirmativa: “Cumpre-se, desse modo, um dos principais itens do Programa de Trabalho da Gestão 2006 do Corecon-SP: a compra de um imóvel destinado a ser a sua sede própria, conquista de todos os economistas profissionais do estado, fato que vai na direção exata do objetivo de todos e principalmente da atual gestão: a valorização profissional de economista e de seus profissionais”.¹¹ Para o presidente Heron do Carmo, a compra do 14º andar do condomínio Grande São Paulo, feita com recursos próprios do Conselho, garantiu o aumento do patrimônio imobiliário do Corecon-SP, aproveitando a existência de imóveis relativamente baratos na região, porém com boa perspectiva de valorização pelas campanhas de recuperação do centro da cidade de São Paulo.¹²

A cerimônia de inauguração da nova sede reuniu nomes de economistas que de alguma forma estiveram presentes na história do Corecon-SP, tais como Jamil Zantut, Vespasiano Consíglío, Antonio Delfim Netto e Roberto Macedo. Gilberto Kassab, o então prefeito da cidade de São Paulo, prestigiou a inauguração da nova sede. Como economista, o prefeito representava a importância da classe na atuação do poder público.

Outro imóvel do Corecon-SP, o conjunto da Rua Barão de Itapetininga, foi cedidos ao Sindicato dos Economistas que instalaria, no centro de São Paulo, seu consultório odontológico. No Pacaembu, a casa da entidade foi locada pelo Conselho para ser a sede do Sindicato. No ano de 2008, houve a oportunidade de adquirir um conjunto no 20º andar no mesmo edifício da Rua Líbero Badaró. A compra desse conjunto foi concluída, com a proposta de se ampliar e melhorar as instalações dos serviços administrativos do Conselho, e de oferecer aos economistas um espaço com salas de aula e área social. Por conta do cenário incerto aberto pela crise econômica internacional, o espaço não foi reformado, mas permanece como parte do patrimônio do Conselho.



Plenária do Conselho Regional de Economia – 2ª Região, 2008.

Globalização e novas demandas na formação dos economistas brasileiros

Os economistas brasileiros tiveram, desde cedo, de adaptar-se às profundas mudanças que a economia sofreu ao longo de décadas. Correção monetária, mini e maxidesvalorizações, hiperinflação, crises externas, planos de combate à inflação, mudanças de moeda, são exemplos de situações que exigiram dos economistas esforços para sua compreensão e para adequação dos seus instrumentos às novas condições. O economista acadêmico, o analista macroeconômico, o gestor financeiro, o economista de empresa, enfim todos os economistas passaram pelo desafio de enfrentar situações muitas vezes inéditas, até mesmo na história da economia mundial.

Nesse sentido, os anos iniciais do século XXI sugeriam que a economia brasileira avançava em direção a uma nova posição na economia mundial, de maneira que novos desafios se colocavam aos economistas. A inflação, um “vilão” presente na memória das últimas gerações de economistas, já não parecia mais uma ameaça, sendo mantida em níveis reduzidos durante a primeira década do século; o setor externo da economia, outra fonte de preocupações, adquiriu novo dinamismo pelo crescimento das exportações das *commodities* – especialmente se valendo da demanda chinesa –, como também pelo ingresso de recursos externos. As reservas internacionais do país, como consequência, elevaram-se, alcançando em setembro de 2008 mais de

200 bilhões de dólares; vivia-se, até a deflagração da crise de 2008, um ambiente de crescimento moderado, mas de grandes expectativas quanto ao caminho que a economia poderia seguir nos anos próximos.

Em suma, o valor crescente das exportações, os expressivos saldos da balança comercial, as volumosas reservas internacionais e as taxas de crescimento do PIB bastante razoáveis eram alguns indicadores que sugeriam uma nova conformação, mais sólida, da economia brasileira em sua inserção na economia mundial.

Ano	Exportações (us\$ bi)	Balança Comercial (us\$ bi)	Reservas (us\$ bi)	PIB (% anual)
2001	58,2	2,6	36,3	1,3
2002	60,3	13,1	33,0	3,1
2003	73,0	24,7	37,8	2,1
2004	96,4	33,6	49,2	5,7
2005	118,3	44,7	52,9	3,1
2006	137,8	46,4	53,7	4,0
2007	160,6	40,0	85,8	6,0
2008	197,9	24,8	180,3	5,0
2009	152,9	25,2	193,7	-0,2
2010	201,9	20,1	238,5	7,6

Fonte: Ipeadata; Banco Central do Brasil. Dados para o mês de janeiro.

Todas essas mudanças, referidas em grande parte à nova inserção da economia brasileira na economia mundial, tinham sido sintetizadas com base na noção de “globalização”, e nos benefícios que a nova inserção do Brasil na economia mundial podiam oferecer. A questão que restava ao Conselho nesse ambiente era de como se situaria o economista diante dessa nova realidade da economia brasileira?

O conselheiro Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos via no economista um profissional preparado para uma economia brasileira mais integrada ao mercado mundial: “Essa mudança de panorama, fruto da integração dos mercados, conferiu mais notoriedade ao economista. Hoje, ele pode até ser considerado o profissional da globalização. Graças à formação ampla que recebe na universidade, ele está preparado para as mais diferentes situações do mercado.”¹³

Nos anos dois mil, o economista não seria mais apenas o profissional que deveria avaliar os indicadores negativos da economia, como a questão da inflação do país e a trajetória do endividamento do Estado. O país voltava a crescer e abrir interessantes e novas oportunidades de inserção dos economistas no mercado de trabalho. O Jornal *O Economista* reafirmava a ideia de que os cursos de economia formavam profissionais capazes de se adaptar à globalização e, citando a reportagem do *Wall Street Journal*, mostrava a tendência de crescente disputa por diplomas de Ciência Econômica nos Estados Unidos: “numa economia



Campanha Corecon-SP, 2005: “Promover o crescimento sustentado: um dos objetivos da atuação dos economistas”.

À direita, teleconferência “Promover o crescimento sustentado”, realizada na sede da Fiesp, com Gesner Oliveira, Heron do Carmo, Martus Tavares e Geraldo Quevedo, 2005.



global, recheada de incertezas, muitos estudantes veem na economia o melhor veículo para se obter emprego que prometa bom salário e segurança”¹⁴

Nesse sentido, num ambiente de crescimento da economia brasileira, com abertura de oportunidades em atividades como nos bancos, consultorias, empresas, institutos de pesquisa, órgãos públicos, entre outras, os profissionais formados em economia mostravam-se extremamente capacitados para enfrentar o ambiente competitivo e de maior interação com o comércio internacional. Uma formação composta por instrumentos de análise tanto teóricos, como quantitativos e históricos, teria gerado um mercado de trabalho particularmente favorável para a área. O presidente do Corecon-SP em 2008, Waldir Pereira Gomes, lembrava que: “O mercado aquecido tem ampliado as oportunidades de trabalho que vão desde bons cargos no setor público – dependente da economia para obtenção de resultados – como o setor privado, pois grandes corporações têm contratado economistas para ajudar a definir suas estratégias competitivas”¹⁵

Heron do Carmo, de certo modo, reiterava essa noção ao lembrar a figura cada vez mais presente, em especial nas instituições financeiras, do “economista-chefe”. Trata-se de um profissional que deve ter boa formação teórica, principalmente em macroeconomia (além do conhecimento dos instrumentos quantitativos, de finanças etc.), que o habilite à interpretação dos movimentos mais gerais da economia e à formulação de cenários. A crescente internacionalização ou globalização da economia tornou esse tipo de economista essencial para a formulação do planejamento e das políticas das empresas, inclusive, ou especialmente, as do setor produtivo, diante da dinâmica da economia internacional. A ampliação do espaço para as consultorias econômicas, que também tornaram-se instituições demandantes de muitos economistas, refletia essa necessidade crescente de informação, análise e projeção de dados econômicos.¹⁶

Apesar dessa situação favorável do mercado para o economista, ainda se colocavam algumas dúvidas sobre as reais condições de inserção do profissional no mercado de trabalho: tanto pelas possibilidades de atuação do profissional como economista, como pela tendência de queda na oferta de cursos de economia.

Em pesquisa realizada pelo Corecon-SP com economistas registrados no conselho e publicada em 2006, apenas 40% responderam que trabalhavam na área de sua formação.¹⁷ O Prof. Roberto Macedo, em Seminário Internacional organizado pelo Corecon-SP, era ainda mais pessimista, afirmando que “... atualmente apenas 10% dos economistas trabalham na área”.¹⁸ Esses índices sugeriam que, apesar das novas oportunidades e de um cenário bastante favorável para a inserção do economista no mundo globalizado e de novos projetos de desenvolvimento econômico, o profissional formado em economia também poderia enfrentar alguma dificuldade para se integrar ao mercado de trabalho enquanto economista.

A outra face dessa questão estava na redução do número de candidatos às vagas oferecidas pelos cursos de graduação em economia. O jornal *Folha de São Paulo*, em sua edição de 10 de abril de 2005, publicou matéria com o título “Estudantes fogem de cursos de economia”. O jornalista responsável pela reportagem mostrava o declínio das matrículas em cursos de graduação em Economia, ao passo que verificava grande aumento dos alunos dos cursos de direito e de administração.¹⁹ Quais as razões para esse decrescente interesse dos jovens pela profissão de economista?

O Prof. Roberto Macedo expunha sua visão do problema ao indicar basicamente três motivos que afastariam os vestibulandos dos cursos de economia. Primeiro, a imagem de que o curso de economia era mais teórico e exigente do que o de administração; segundo, que a profissão de economista não tinha mais o *charme* de décadas anteriores, quando o economista se destacava pela discussão de problemas muito visíveis, como a inflação; terceiro, porque as escolas se acomodaram à formação tradicional (incluindo teoria econômica, história econômica e métodos quantitativos), sem fornecer a seus alunos conhecimento de disciplinas como administração, contabilidade e finanças, indispensáveis no mundo empresarial.²⁰

Dois dos problemas acima apontados – o do trabalho de economistas fora de sua área de formação e o declínio do interesse dos jovens pelo curso de economia – foram enfrentados pelo Corecon-SP sob diferentes perspectivas. Não podemos deixar de lado, que o aumento da inserção de matérias e de carga horária, elevou o curso noturno para uma duração mínima de cinco anos, enquanto as profissões correlatas de Administração e de Contabilidade permaneceram com a duração mínima de quatro anos, o que veio a contribuir muito na hora da escolha do curso pelos alunos interessados nas áreas.

Diante tal contexto, o Conselho encetou, no ano de 2005, a “Campanha de Valorização da Profissão”. Cartazes com esclarecimentos sobre o significado



Fachada do prédio onde se localiza a nova sede do Corecon, 2006.

e as áreas de atuação da profissão de economista foram afixados em estações do metrô, em prédios públicos e em faculdades. Com chamadas que procuravam atrair a atenção do público (tais como “Um dos principais trabalhos dos economistas é promover o crescimento do país e de seus cidadãos” ou “Economistas – presentes em todos os aspectos da vida”), os cartazes incluíam breves textos sobre o que faz e qual a importância do economista para a sociedade. Ao mesmo tempo, procurou-se fixar uma imagem mais adequada do economista diante da sociedade e atrair jovens para uma profissão que quase não conheciam e que poderia lhes parecer pouco atraente.²¹ Porém, a campanha também se dirigia aos próprios economistas, em especial àqueles não registrados no Conselho: seria uma forma de atrair os economistas para a entidade, não pela obrigatoriedade do registro, mas pelo reconhecimento de que pertence a uma categoria valorizada pela sociedade. Assim, no entendimento dos conselheiros, o registro no Conselho de Economia seria fonte de respeito e prestígio pessoal e profissional.²²

Outra iniciativa foi a de buscar conhecer melhor os economistas registrados no Corecon-SP. Conforme pesquisa realizada em 2006, os economistas inscritos no

Conselho ainda estavam muito concentrados na cidade de São Paulo. Eram 7.124 economistas inscritos da cidade de São Paulo, contra 2.405 do interior e outros 493 da Baixada Santista. As três principais instituições que formaram economistas que estavam inscritos no Conselho eram: Universidade de São Paulo com 1.192 egressos; PUC-SP com 1.121 egressos; e Mackenzie com 923 egressos.²³ Essa concentração refletia, nesse sentido, a concentração dos cursos de economia existentes no estado de São Paulo, mas também é preciso considerar que a concentração refletia as oportunidades de empregos existentes em bancos, empresas e órgãos públicos existentes na capital. Mas será que tão poucas oportunidades existiam aos economistas do interior?

Ao que parece não. Com o crescimento econômico daquela década, associado à tendência de desconcentração industrial, estimulou-se a ampliação de vagas de emprego no interior do estado. No 1º Congresso Paulista de Economia, organizado pelo Conselho, em Julho de 2008, o tema receberia destaque com a palestra “A Força do Interior Paulista,” proferida por Guilherme Afif Domingos, então secretário do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo e ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo. A importância do interior seria reforçada com outras palestras ministradas por delegados municipais e regionais. Apresentando um painel do interior Estado, os delegados discutiram o potencial econômico de regiões e cidades como a Baixada

Santista, Vale do Paraíba, Sorocaba, Bauru, Ribeirão Preto, Araçatuba, Campinas e São José do Rio Preto. O presidente Waldir Pereira Gomes reforçava o diagnóstico: “São Paulo é o ‘motor’ da economia brasileira, seu interior é um polo de crescimento econômico com seus parques industriais, centros comerciais, agricultura, pecuária e tecnologia” e, continuando, “Só o PIB do interior paulista, descontando os 39 municípios da região Metropolitana de São Paulo, é de aproximadamente 135,9 bilhões de dólares, maior que o PIB do Chile. Também é maior que o PIB das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil somados e representa 15,3% do PIB nacional”²⁴

Nesse contexto o Conselho procurou se aproximar ainda mais dos economistas do interior. Com a Força Econômica do Interior Paulista e os *Road Shows*, coordenado pelo economista Modesto Stama, os conselheiros do Co-recon-SP podiam compreender as demandas tanto das delegacias regionais de economia, por meio de reuniões administrativas, como dos estudantes, por meio da interação mediante as palestras nas faculdades de economia.²⁵ Outra atividade iniciada em 2005, mas que se intensificou nos anos seguintes, era a promoção de cursos projetados nas delegacias regionais voltados para a gestão municipal, com o intuito de credenciá-los como economistas e de capacitá-los para a inserção no mercado de trabalho por meio da atualização dos profissionais. Atento ao problema da falta de profissionais capacitados nos municípios do interior, o Conselho Regional de Economia de São Paulo, com apoio de seu presidente, Antonio Luiz de Queiroz Silva, desenvolveu o projeto “Economistas nas Prefeituras,” como ferramenta da Força Econômica do Interior Paulista (FEIP), para ajudar prefeitos com um corpo técnico capaz de lidar com a nova realidade de crescimento.²⁶

Mas afinal, a formação dos economistas vinha atendendo às demandas do mercado? Essa seria outra preocupação do Conselho, que, por meio de seus grupos temáticos sobre educação, buscava avaliar os cursos de economia, em particular seus currículos e a qualidade do ensino ministrado nas faculdades. A figura do Delegado Municipal foi criada justamente para que o Economista, em cooperação com os poderes públicos executivo, legislativo e judiciário integrados com a sociedade civil organizada – tais como as associações comerciais e industriais, os órgãos e as associações de classe profissionais, dos sindicatos, entre outros –, promovessem o debate e a análise da economia num projeto para o crescimento e o desenvolvimento da sua cidade e a integração na região, assim como traduzissem para a opinião pública os seus resultados, esse ainda é um campo a ser explorado pelos economistas.

Evidentemente que definir o currículo de um curso implica em dizer que tipo de formação o economista deve ter, o que está longe de ser consensual. Privilegiando o confronto de opiniões, em julho de 2008 a revista *O Economista* propôs essa questão aos professores Armando Dias Mendes (da Universidade Federal do Pará) e Roberto Macedo (da FAAP e da FIPE-USP). Como já indicamos, Macedo entendia que a graduação em economia deveria estar

voltada “principalmente para o trabalho em empresas, ampliando o espaço dessas disciplinas [como administração, contabilidade e finanças] no currículo”. Numa visão oposta, Armando Dias Mendes entendia que “a discussão do perfil profissional do economista desejado pelo mercado é acanhada”. E em relação ao papel do economista acrescenta: “Não o reduzamos à condição de simples operador de mercados. Devemos, antes, alçá-lo a um patamar de condutor de sociedades – seu servidor. Ao serviço, portanto, não tanto do *privatus*, mas da *res publica*”.²⁷ Podemos dizer que essas eram propostas situadas em extremos opostos e que entre elas encontravam-se muitas composições possíveis do currículo. Ao trazer para o debate diferentes concepções do que devia ser o curso de economia, o Conselho contribuía para o esclarecimento dos inúmeros aspectos que uma mudança curricular devia contemplar. Esse debate viria à tona ainda mais forte já na década de 2010, quando novos modelos de curso de Economia seriam estabelecidos.

Igualmente polêmica era a questão da qualidade dos cursos de economia. Desde cedo, o Conselho preocupou-se em acompanhar a expansão do ensino de economia no Estado de São Paulo e verificar as condições em que se processava a formação dos economistas. Embora não tenha a atribuição de fiscalizar as instituições de ensino, ao efetivar o registro de um economista de certo modo ele dá seu aval sobre a competência desse profissional. Por isso, sempre importou ao Corecon-SP conhecer a qualidade dos cursos de graduação em economia. Nesse sentido, muitas vezes foi sugerida a introdução de um exame para permitir o registro dos economistas no Conselho (nos moldes do que é feito pela Ordem dos Advogados do Brasil), sem que, contudo, tal avaliação fosse efetivada. Essa ideia chegou a constar na proposta de revisão de lei dos economistas encaminhado ao Senado Federal por meio do apoio do Senador Inácio Arruda, onde se previa que o Conselho Federal de Economia poderia instituir exame de proficiência como condição para o registro do Profissional, não prosperando o assunto nas comissões onde o projeto tramitou e que ainda está em curso naquela casa legislativa.

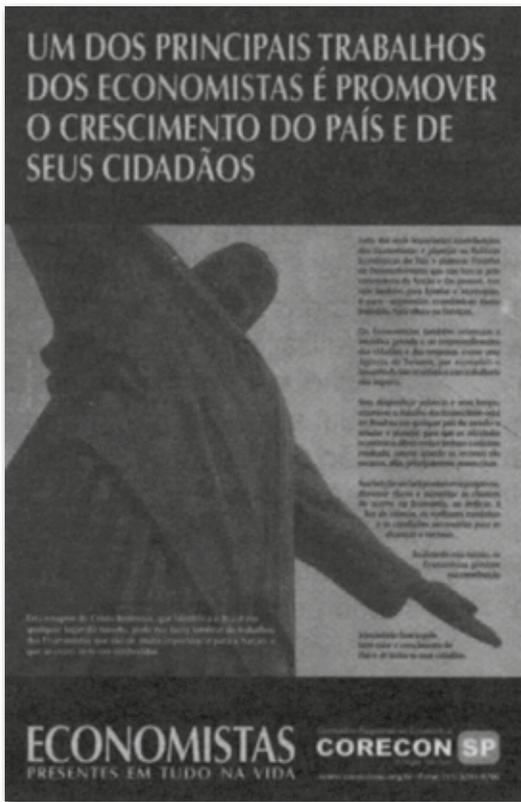
Em paralelo, ainda em 2007, durante a Presidência do Economista Wilson Roberto Villas Boas Antunes, surgiu a proposta de adoção de um selo de qualidade a ser atribuído às faculdades que preenchessem certos requisitos. Essa era uma proposta levada pelo Corecon-SP no Encontro de Coordenadores de Curso de Economia do estado de São Paulo, promovido pelo Corecon-SP e Cofecon naquele ano.²⁸ A intenção era, inserir o conselho de representação profissional no contexto da qualidade do curso de graduação da Ciência Econômica, a infraestrutura física e pedagógica oferecida assim como avaliar a empregabilidade de seus formandos na área da Economia, e promover a divulgação de seus resultados a alunos interessados em ser um economista. O conselheiro Modesto Stama lembrava, por exemplo, que o crescimento de cursos à distância podia colocar em questão a qualidade dos cursos e, nesse sentido, um selo de qualidade poderia ser um instrumento importante para



Seminário Internacional Formação e Profissão do Economista no Brasil e no Mundo, realizado pelo Corecon em 2008.

garantir a formação dos alunos.²⁹ Em torno dessa proposta de avaliação dos cursos existia grande polêmica, pois, novamente dada a diversidade de visões do que deve ser o curso de economia, a fixação de um padrão para atribuir o selo de qualidade poderia criar grandes divergências.

A decisão tomada pelo Conselho na gestão de Waldir Pereira Gomes foi, por fim, a de considerar a função de avaliação dos cursos de graduação como atribuição do Ministério da Educação e não de um órgão profissional. Por isso, decidiu-se criar um prêmio em que as faculdades interessadas em concorrer ao “selo de qualidade” deveriam se inscrever. Não caberia ao Corecon-SP, portanto, o papel de percorrer e avaliar todos os cursos do estado de São Paulo, mas sim de avaliar os interessados no concurso. Os critérios de avaliação analisados pela comissão do prêmio eram: “a infraestrutura da universidade – levando em conta a disponibilidade de títulos sobre ciências econômicas na biblioteca e de softwares para estatísticas e econometria –, o projeto pedagógico, além dos atributos dos coordenadores, professores e alunos”.³⁰ Na primeira edição do selo de qualidade, entregue em dezembro de 2008, o curso da FGV-SP foi o agraciado com o reconhecimento da excelência de seu ensino na graduação. Na cerimônia o di-



Cartaz da campanha de Valorização Profissional nos metrô de São Paulo, 2005.

retor da Escola de Economia, Yoshiaki Nakano defendeu: “Não há nação sem desenvolvimento nem intelectualidade própria. Precisamos formar profissionais próximos ao que o mercado exige, aliás, é um objetivo comum que nós temos com o Corecon-SP, além de valorizar a profissão. Acredito que estamos no caminho certo”³¹

O caráter polêmico dessas questões – currículo do curso de economia e qualidade do ensino nas faculdades de economia – não impediu que o Conselho propusesse e estimulasse sua discussão sob uma ótica que valorizasse a pluralidade de visões. Essa perspectiva prevaleceu na organização do “Seminário Internacional Formação e Profissão do Economista no Brasil e no Mundo” realizado pelo Corecon-SP no dia 18 de agosto de 2008. Contando com a presença de economistas dos Estados Unidos, da França, de Portugal e do Brasil, foram realizadas duas mesas redondas que trataram do ensino de economia nesses países, das principais áreas de atuação dos economistas e do futuro da profissão diante das transformações da economia e do mercado de trabalho.³²

Estas preocupações do Corecon-SP refletiam mudanças em sua atuação que foram se impondo ao longo do tempo. Suas atribuições legais, de acordo com o estabelecido na Lei nº 1411 de 1951, relativa à regulação da profissão de economista,

diziam respeito ao registro dos profissionais e à fiscalização do exercício da profissão, entendida como a defesa do campo profissional dos economistas em suas áreas privativas de atuação. No entanto, a defesa da profissão comportava também a responsabilidade do Conselho em relação à competência e à ética dos economistas nela registrados. Ou seja, a defesa do campo profissional do economista tinha sua outra face na defesa da sociedade, contra os profissionais com formação profissional ou padrões éticos inadequados.

Crise internacional e novos desafios para os economistas

O cenário favorável de crescimento econômico mundial, somado aos indicadores positivos de elevação dos investimentos e de tendência de redução da desigualdade social do país, pareciam indicar um caminho seguro de transformação da sociedade brasileira. Mas, num curto espaço de tempo, um ambiente de desconfiança voltou a pairar no ar. Com a crise internacional, cuja gestação se deu no interior do sistema financeiro norte-americano e que se faz sentir de forma aguda no segundo semestre de 2008, colocava-se em questão a possibilidade de manutenção dos níveis de desempenho da economia brasileira dos últimos anos. Entre os analistas econômicos, existia certo consenso de que o impacto da crise internacional, embora inevitável, encon-

trava naquele momento uma economia brasileira numa posição suficientemente sólida para evitar repercussões mais profundas.

Em 2008, a crise assustava pelo seu tamanho e intensidade, pela rápida repercussão para os mais diversos países da economia mundial e, ainda, por ter sido iniciada no centro do capitalismo. Internacionalmente o debate econômico explodiu: teses e mais teses sobre as causas da crise eram publicadas, enquanto economistas e homens públicos se reuniam incessantemente para traçar planos de combate à crise. Os economistas de inspiração keynesiana, que por quase uma geração toda estavam longe dos cargos centrais da economia mundial ou numa posição marginal do debate econômico, voltaram a ter importante acolhida, tanto na tentativa de indicar quais teriam sido os determinantes que levaram a crise, como para recomendar políticas anticíclicas como meio de superação a depressão econômica. Autores mais identificados com as perspectivas liberais, por outro lado, acusavam o governo norte-americano de ter cometido erros tanto pela implementação de políticas populistas, como pelo estímulo ao *boom* imobiliário, ou de um fraco sistema de informação sobre o sistema financeiro, induzindo os atores econômicos ao risco.

Tal polêmica não passaria imune no debate econômico nacional, especialmente quando Lula foi aos meios de comunicação para tranquilizar os brasileiros, alegando que a crise não passaria de uma “marolinha” na sólida economia do país. O então Presidente da República podia desprezar alguns sinais de que aquela crise era muito mais séria do que se imaginava, contudo compreendia que a economia possuía um espaço para políticas ativas para sustentar o crescimento e o emprego. Em fins de 2008, o Brasil era credor líquido do exterior, tendo sua posição de reservas internacionais superior à dívida externa bruta. Com reservas acumuladas nos anos anteriores, decorrentes tanto de saldos positivos da balança comercial como de entrada de investimentos estrangeiros, a flutuação de capital decorrente da crise, de fato, teve consequências muito menos graves em 2008. Não significa que os indicadores de 2009 fossem positivos, a economia teve uma retração de 0,6% do PIB, com queda significativa das exportações, mas, desta vez, por determinantes internos a economia poderia se recuperar mais rapidamente.

De fato, foi o que aconteceu. Em 2010 a economia brasileira já voltava a crescer e, neste momento, em função de seu mercado interno. A revista norte-americana *The Economist* daria destaque para a recuperação da economia, com uma famosa capa tendo o Cristo Redentor decolando como metáfora para o momento favorável do país. O mercado interno, fundado na ampliação da chamada nova classe média, juntamente com os estímulos do governo para ampliação de crédito e investimento em setores de infraestrutura, permitiu que a economia se mantivesse aquecida, num momento em que ainda grande parcela das economias mundiais não vislumbrava saídas para a crise econômica.

Nesse novo ambiente em que os economistas eram chamados para desvendar os desafios que estavam sendo colocados pela crise internacional, o



Entrega do Prêmio Excelência em Economia pelo presidente do Corecon/SP, Carlos Alberto Saflate em 2010.

Corecon-SP, na gestão de Antonio Luiz de Queiroz Silva, lançou o Fórum Permanente de Análise de Conjuntura Econômica logo no início de 2009. A primeira edição não deixava dúvidas sobre a prioridade do debate econômico nacional: com o título de “Corecon-SP discute saídas da crise”, o evento contou com a participação de Simão Silber, Fernanda Della Rosa e Manuel Enriquez Garcia. Nos meses seguintes, um grande número de economistas se colocou ao debate fomentado pelo Corecon-SP, que pautava os temas conforme a conjuntura exigia. Temas como a estrutura financeira ou fiscal da economia brasileira seriam analisados por especialistas como Roberto Luis Troster, Maria Helena Zockun, José Francisco de Lima Gonçalves, Roberto Fendt, entre outros.

Além dos debates promovidos pela série Fórum Permanente de Análise de Conjuntura Econômica, o Corecon-SP voltou a realizar campanhas na mídia para estimular que o exercício dos profissionais de economia pudesse pensar as questões do país nesse novo cenário. Num dos cartazes da “Campanha de Valorização da Profissão” havia a frase: “Economistas presentes em tudo na vida.” Ou seja, eventos econômicos, por vezes ocorridos no outro lado do mundo, são capazes de afetar a vida de todos nós. Os economistas deviam ser capazes de entender e de explicar os efeitos desses eventos ao público e, sempre que possível, indicar o melhor caminho para que as pessoas pudessem se beneficiar do que acontece na economia ou evitar seus efeitos negativos. Esta formulação, embora simplista, pretendia sugerir que os economistas, pela própria natureza de seu ofício, assumiam uma responsabilidade perante o conjunto da sociedade. E o Corecon-SP, como uma entidade pública que, de certo modo, representa os economistas diante da sociedade, acabava por incorporar essa responsabilidade.

Em janeiro de 2010, Pedro Afonso Gomes e Gilson de Lima Garófalo foram regularmente eleitos, respectivamente como Presidente e Vice-Presidente do Corecon-SP, e tiveram seus mandatos indevidamente cassados em março daquele ano em medida liminar pedida pelo conselheiro Manuel Enriquez Garcia, decisão que seria anulada apenas em 2018 pelo Tribunal Regional Federal de São Paulo. Pedro Afonso tornou-se Vice-presidente do Sindicato dos Economistas de 2011 a 2014 e depois Presidente de 2014 a 2022, retornando ao Corecon como Vice-Presidente em 2020 e 2021 e como Presidente em 2022 e 2023, conforme veremos no Capítulo 9.

O Corecon-SP, além do exercício regular de suas atribuições legais, desenvolveu crescentemente uma série de atividades que visavam refletir sobre a economia brasileira, suas possibilidades de crescimento, as condições necessárias para o crescimento e, em especial, de que modo esse crescimento poderia distribuir seus benefícios para melhorar o padrão de vida da parcela

mais pobre da população brasileira. Em fins de 2009, especialmente por causa do cenário de crise econômica internacional e do ambiente de incertezas, o Conselho voltou sua atenção para as estratégias de recuperação econômica e da centralidade do papel do economista nessa conjuntura. Conforme o entendimento dos conselheiros, os economistas deviam se valer do Corecon-SP como meio para servir à sociedade, por meio de ações, parcerias e também pelo esclarecimento das grandes questões econômicas nacionais, oferecendo as informações e as análises econômicas para sua compreensão. Essa dimensão sobre os projetos de futuro que perpassam o debate econômico tornar-se-ia ainda mais intensa nos últimos anos, pela polarização das posições sobre a política econômica nacional: o Corecon-SP novamente estaria atuante como fomentador e divulgador de análises econômicas.

Notas

- 1 *Jornal O Economista*, nº 192, julho de 2005.
- 2 *Jornal O Economista*, nº 210, janeiro de 2007.
- 3 *Jornal O Economista*, nº 195, outubro de 2005, p.18.
- 4 *Jornal O Economista*, nº 209, dezembro de 2006, p. 3.
- 5 *Jornal O Economista*, nº 214, maio de 2007, p.4.
- 6 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 07/03/2007.
- 7 *O Economista*, edição especial CPECON 2008, p. 15.
- 8 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 11/03/2009.
- 9 *O Economista*, nº10, dezembro de 2008, p.10.
- 10 COFECON. Regulamentação de Perícia Judicial e Extrajudicial Econômica e Financeira. Anexo XIII à Resolução nº 1.773/2006. <http://www.cofecon.org.br/dmdocuments/4.2.1.pdf>
- 11 *Jornal O Economista*, nº 200, março de 2006.
- 12 Entrevista do Presidente Heron Carlos Esvael do Carmo, concedida no dia 23 de outubro de 2008.
- 13 *O Economista*, nº 5, julho 2008, p.12.
- 14 *Jornal O Economista*, nº 192, julho 2005, p.10.
- 15 *O Economista*, nº 5, julho 2008, p.4.
- 16 Entrevista do Presidente Heron Carlos Esvael do Carmo concedida em 23 de outubro de 2008.
- 17 *Jornal O Economista*, nº 189, abril 2005, p.12
- 18 *O Economista*, nº 6, agosto 2008, p.13.
- 19 *Jornal O Economista*, nº 190, maio 2005, p.12.
- 20 *O Economista*, nº 5, julho 2008, p.11.
- 21 *Jornal O Economista*, nº 190, maio 2005, p. 14. É interessante notar que um dos lugares escolhidos para a fixação dos cartazes foi a proximidade dos cursinhos para vestibulares a fim de atrair os jovens para a profissão.
- 22 Entrevista do Presidente Heron Carlos Esvael do Carmo concedida em 23 de outubro de 2008. Em entrevista realizada no dia 24 de outubro de 2008, o conselheiro Carlos Roberto de Castro, que foi presidente do Corecon-SP e do Cofecon, também expressou essa opinião sobre o Conselho, lembrando que há uma tendência à desregulamentação das profissões em geral, o que poderia transformar em não obrigatório o registro no Conselho.
- 23 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 04/10/2006.
- 24 *O Economista*, Edição especial CPECON, 2008, p.4/5.
- 25 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 01/04/2009.
- 26 *O Economista*, nº 14, abril de 2009, p.2.
- 27 *O Economista*, nº 5, julho 2008, p.10-11.
- 28 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 04/07/2007.
- 29 Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Ata da Reunião de 07/07/2008.
- 30 *O Economista*, nº 10, dezembro de 2008, p.10-11.
- 31 *O Economista*, nº 10, dezembro de 2008, p.12.
- 32 *O Economista*, nº 6, agosto 2008, p.10-13.

Integração das entidades,
Corecon-SP, OEB, Sindecon,
Cofecon.



8 | O Corecon e os novos desafios para os economistas brasileiros (2011-2018)

Em 2015 o Corecon-SP comemorou seus 62 anos de existência. Ao longo de sua história, a atuação do Conselho foi marcada por períodos de maior presença em questões estritamente profissionais, com debates sobre a formação dos economistas e suas áreas de atuação, ou por períodos de maior engajamento nos temas de política econômica. De maneira geral, podemos acreditar que as alterações tomadas pelo Corecon-SP na forma de se relacionar com sua categoria foram, e ainda são, importantes sintomas das transformações da economia brasileira e do papel desempenhado pelo economista em cada conjuntura.

Esse perfil de atuação do Corecon-SP foi construído ao longo de suas seis décadas de vida. Na apresentação do *Jornal do Economista*, referente às comemorações dos cinquenta anos da regulamentação da profissão de economista, afirmava-se: “Da regulamentação até a década de 1970, as entidades dos economistas estiveram centradas no foco principal, o institucional, voltado às questões legais, como consolidação da categoria e fiscalização do exercício da profissão. No final dos anos 70 e começo dos 80, desencadeou-se a nível federal e regional um movimento de renovação, que tinha como proposta tornar as entidades mais participativas, envolver a categoria nos debates dos grandes temas nacionais”¹.

É aceitável afirmar que a história do Conselho de Economia – 2ª Região pode ser caracterizada por essa dupla posição da entidade entre os “desafios profissionais dos economistas”, como de questões mais gerais voltadas aos projetos para pensar a “economia brasileira”. Se essas áreas de atuação chegaram a ser posições quase antagônicas nas décadas de formação da entidade, ao que parece, nas últimas décadas, as gestões do Corecon-SP têm buscado se equilibrar entre suas funções mais administrativas, para cuidar das especificidades da profissão, mas ao mesmo tempo disseminando espaços para fomentar o diálogo e a análise sobre a política econômica brasileira.

Assim, o Conselho entrou no novo século exercendo esse duplo papel, se posicionando tanto em relação as propostas de valorização do profissional,

assim como mostrando posição em importantes debates econômicos da época. E o que não faltou nos últimos anos foram temas para análise dos economistas brasileiros.

Se a primeira metade da década dos anos 2000 foi marcada por incertezas econômicas e políticas, já no início da segunda metade parecia que a economia brasileira teria conseguido reverter a desconfiança e se aproveitava do momento favorável do cenário internacional para crescer e reduzir alguns de seus históricos indicadores de desigualdade. Mas o período de euforia frente aos bons indicadores econômicos e de ascensão de grupos sociais ao mercado interno logo se reverteu: internacionalmente a crise econômica rompeu com um dos pilares do crescimento da economia nacional; de outro lado, as apostas do governo em superar a crise mostraram-se insuficientes, levando a economia num cenário de estagnação que passaram a marcar os últimos anos de nossa história.

A oscilação entre cenários econômicos otimistas e pessimistas permitiu que os economistas estivessem no centro do debate brasileiro nos projetos de Brasil. Enquanto a economia crescia, os profissionais formados nas faculdades de economia foram chamados para realizar diagnósticos das opções de investimento e para assumir cargos em postos estratégicos do governo e nas empresas. Mas certamente foi a partir das ações de política econômica em direção a uma visão nacional-desenvolvimentista, iniciadas ainda durante o governo de Lula e, aprofundadas durante o primeiro mandato de sua sucessora, Dilma Rousseff, que a polarização sobre os caminhos do crescimento tomou conta do debate público brasileiro. Como entidade representante dos economistas, o Corecon-SP não poderia se furtar a enfrentar os dilemas recentes do desenvolvimento econômico brasileiro, mas, ao mesmo tempo, teria um desafio de fazê-lo sem perder de vista seu papel de órgão representante de toda uma classe.

Economistas em tempo de polarização política

A análise da história econômica brasileira recente parece caminhar num consenso de considerar os anos iniciais do governo Lula como caracterizados pela continuidade no que diz respeito às diretrizes da política econômica construída durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso. Uma reorientação da política econômica em direção a uma estratégia desenvolvimentista, em que o Estado voltaria a assumir papel central na condução da política de crescimento econômico, teria ocorrido posteriormente e a partir de dois fatores. Em primeiro lugar, com a entrada de Guido Mantega no Ministério da Fazenda, marcando a ruptura com a postura mais austera de Antonio Palocci; e, em segundo lugar, pela confiança alcançada na economia brasileira depois do relativo sucesso da política anticíclica assumida após a eclosão da crise de 2008.² Durante o governo de Dilma Rousseff, sucessora de Lula e eleita como



a mãe do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, a opção “desenvolvimentista” foi ainda mais incentivada, com uma política ativa de expansão da demanda. O novo governo eleito se firmava nos resultados positivos da recuperação econômica brasileira, enquanto a economia internacional ainda vivia um período de incertezas, como também da melhora dos indicadores sociais, sustentados pelas políticas redistributivas, de elevação do salário mínimo real e da manutenção de um cenário de quase pleno emprego.

O cenário otimista de 2010 foi se desmanchando ao longo do primeiro mandato da presidente Dilma. As críticas quanto a condução da política econômica foram crescendo conforme alguns indicadores mostravam a deterioração da economia, apesar da crescente intervenção do governo. Eram críticas contra o frouxo controle da inflação, contra o crescimento do endividamento do Estado, contra a intervenção em setores com resultados questionáveis – como no setor elétrico e de petróleo –, e, finalmente, contra o que passou a ser chamado de “contabilidade criativa”. A defesa de Dilma Rousseff estava na manutenção da renda e do emprego, o que até 2014 realmente garantiu uma base de sustentação para a política econômica do governo. Contudo, em fins do primeiro mandato, a economia já demonstrava sinais de enfraquecimento, chegando ao fim de um ciclo de consumo e a capacidade do Estado de sustentar o crescimento no curto prazo passou a ser questionada. Os projetos do pós-2014 colocaram em debate dois modelos de política econômica muito distintos durante o processo eleitoral para a presidência.

O embate entre economistas, muito antes de alcançar a intensidade dos meses finais de 2014, já era devidamente acompanhado dentro do Conselho Regional de Economia de São Paulo. Se nas questões internas, como veremos, o Conselho buscou reaproximar os economistas deste órgão, com relação aos grandes temas da economia brasileira, o foco da entidade foi de aproximar os conselheiros do debate econômico, permitindo que os representantes da entidade vocalizassem os problemas da sociedade, dando maior visibilidade ao economista enquanto profissional e ao Corecon-SP enquanto órgão de representação desse profissional.

O Desembargador Dr. Carlos Henrique Abrão ministrou palestra “A Prova Pericial no Processo Judicial”, no Fórum de Perícias presidido pelo Conselheiro do Corecon-SP Francisco Prisco Neto, realizado no dia 18/10/2012, no auditório Jamil Zantut, na sede do Conselho Regional de Economia de São Paulo.

Palestra do economista José Marcos de Campos no Workshop Fórum de Perícias nas dependências do Corecon-SP.

Para atender essa preocupação, os principais veículos de diálogo entre o Conselho e a sociedade passaram a ser a TV Economista, em convênio com a Ordem dos Economistas do Brasil, e o site do Corecon-sp. Desde a sua criação, a TV exerceu esse importante papel de comunicação da entidade com seus profissionais e com a sociedade em geral, ao propor uma programação composta de assuntos de interesses próprios dos economistas, como cursos de aperfeiçoamento, e de programas de interesse público, como debates sobre conjuntura.

A partir de 2011, durante a gestão de Heron do Carmo, o conselho passou a fortalecer o papel do canal televisivo e do portal do Corecon-sp como meios de comunicação para proporcionar o processo de formação continuada dos economistas e como um facilitador do contato com o Conselho. As edições de *O Economista* deixavam de ser publicadas em 2011, mas com uma nova programação na TV Economista e com as notícias sendo veiculadas pelo novo site, a capacidade de circulação das informações noticiadas pelo Corecon-sp era consideravelmente ampliada.

A modernização do portal permitiu que, para além das atividades cotidianas do Corecon-sp, entrevistas e palestras pudessem ser armazenadas, sendo material para contínua consulta. No site, os conselheiros passaram a dispor de um espaço para artigos, que seriam publicados juntamente com trabalhos de outros renomados economistas convidados a escrever para o Conselho. Em parceria com a Ordem dos Economistas do Brasil, área especial do site vem sendo dedicada ao trabalho de coleta de notícias e análises econômicas mais recentes, assim como um *clipping* para que os economistas e interessados possam se informar dos principais acontecimentos econômicos do país e do mundo. E ainda, criou-se uma área específica para consulta de indicadores econômicos, com índices de preços, financeiros, de atividade econômica, indicadores sociais, entre outros.

A grande novidade da tv Economista se deu em 2013 quando passou a ser transmitida na TV Aberta. Com um programa apresentado pelo Presidente Manuel Enriquez Garcia, o Prof. Manolo, convidados especiais eram chamados para discutir e analisar de forma didática e com linguagem acessível assuntos de economia brasileira e mundial. O Prof. Manolo seria também responsável pela análise semanal do Relatório Focus, compêndio de projeções econômicas de analistas do mercado e da academia, para os próximos dois anos, fornecidas pelo Banco Central. Esse instrumento de análise deu grande visibilidade para a TV Economista, pois, às segundas-feiras, jornalistas e analistas econômicos passaram a ter acesso ao balanço das previsões da economia brasileira.

A liderança do Prof. Manolo, ainda como Presidente do Corecon-sp e da Ordem dos Economistas do Brasil, na forma de parceria das entidades, foi decisiva também na realização dos almoços mensais sobre conjuntura econômica no Terraço Itália, no centro de São Paulo. Economistas das mais diversas

tendências e com especialidades para os mais diversos temas da economia brasileira foram convidados nos últimos anos para debater os desafios de nossa da economia para professores, empresários, consultores e estudantes de economia.

Se no plano macroeconômico a atuação do Corecon-SP no fomento de espaço de debate e análise da conjuntura econômica foi bastante intensa nos últimos anos, não menos importante foi seu papel em questões mais práticas e locais. Na tentativa de atender às demandas das prefeituras, e de dar maior visibilidade ao órgão, foi criado em 2011 o Fórum do Orçamento. Sob responsabilidade do conselheiro Odilon Guedes Pinto Jr., a iniciativa recebeu ampla cobertura na mídia e apoio da Rede Nossa São Paulo. Esta medida tinha como meta acompanhar e avaliar o orçamento público da Capital e do estado de São Paulo e criar, dessa forma, uma cultura de gestão do processo orçamentário, possibilitando a criação de uma legislação mais clara e que respondesse melhor as demandas da sociedade.³

O Fórum surgiu a partir da criação da Comissão de Acompanhamento do Orçamento Público, dentro do próprio Conselho, mas o projeto já havia sido realizado na década de 1990, com o objetivo de oferecer aos cidadãos informações e contextos da gestão pública em cada região. A retomada dessa proposta, em 2010, fortaleceria o papel do Conselho na sociedade e abriria um campo de oportunidades de trabalho aos economistas nas prefeituras. Os resultados do Fórum foram bastante positivos, permitindo que os participantes pudessem acompanhar a dívida pública do município de São Paulo, sendo estes defensores e entusiastas da Lei de Transparência. Além de amplo relatório apresentado ao Conselho, o responsável pela coordenação do Fórum, Odilon Guedes, acabou por publicar o livro *Orçamento e Cidadania*, sedimentando o aprendizado conquistado durante as atividades promovidas pelo Conselho Regional de Economia – 2ª região.⁴

Em suma, a atuação do Corecon-SP nesse período, no que diz respeito aos problemas da economia brasileira, conseguiu ultrapassar a polarização tomada pela sociedade brasileira, garantindo que o espaço de debate pudesse manter-se democrático e voltado para fundamentar a análise dos economistas de maneira geral. Tanto por meio das novas mídias, como pelos debates patrocinados pelo Conselho, os economistas encontraram na entidade instrumentos para a compreensão dos dilemas do desenvolvimento econômico e social brasileiro.

O Corecon e o registro de novos economistas

Em seu discurso de posse à Presidência do Corecon-SP em janeiro de 2015, Marco Antônio Sandoval de Vasconcellos expôs a preocupação de sua gestão aos colegas por meio de discurso na TV Economista: “o objetivo é valorizar cada vez mais a Classe dos Economistas, bem como promover e agilizar a in-



O Presidente do Corecon-SP, Manuel Enriquez Garcia, entrega a Medalha Ministro Celso Furtado a economistas de Santos.

Almoço-Palestra no Terraço Itália, do mês de agosto de 2014, com a Economista Elizabeth Farina.



serção destes profissionais destacadamente no mercado de trabalho”⁵ Nesse sentido, o novo presidente reafirmava seu compromisso com as ações voltadas a atender os profissionais, seguindo o lema de seus antecessores: *Conselho forte, economista valorizado*.

Nos últimos cinco anos, portanto, o Corecon-SP reforçou sua proximidade com os economistas por meio de atividades, entre outras, nos cursos de 2º Grau e Cursinhos, para divulgar a importância da área na atuação profissional; com eventos voltados para os alunos das faculdades de Economia, destacando o papel dos futuros economistas; com parcerias para realização de cursos de pós-graduação e serviços de empresas para valorizar os inscritos no Conselho; com cursos do próprio Corecon-SP para reciclar o conhecimento e divulgar novas áreas de atuação do profissional; e, ainda, com ações voltadas aos economistas do interior do estado de São Paulo.

Tais ações também refletem, no fundo, uma preocupação comum aos mais diversos conselhos profissionais: como poder representar sua classe, sendo mais do que um órgão legal para registro e fiscalização das atribuições dos economistas conforme suas atribuições presentes na Lei nº 1.411 de 1951? Assim, ao longo desses anos, muito se debateu sobre a necessidade de atualização da lei.

Tratando-se de uma lei que completou sessenta e quatro anos, a atribuição circunscrita a função de um economista tem sido sofrido mudanças ao longo dos anos. Por exemplo, depois das privatizações, quando as empresas estatais perderam espaço na economia, o cargo de economistas foi sendo substituído por de analistas nas empresas privadas. De outro lado, para muitos egressos dos cursos de Economia, sua colocação no mercado de trabalho já não se realiza mais em atividades estritamente delimitadas para funções de economistas. Por isso, a “Campanha de Valorização da Profissão”, lançada em 2005 para incentivar tanto a procura de alunos pelo curso de Economia como a inscrição de profissionais no Corecon-SP, em certo sentido tornou-se parte da preocupação de todas as gestões posteriores.



Em 2009, com objetivo de aproximar os estudantes ao seu órgão de classe, foi aprovada a Resolução nº 518 do Conselho Regional de Economia – 2ª Região, que regulamentou a emissão de credencial para estudantes com isenção de custos na primeira inscrição. Além disso, a resolução buscava atender aos alunos recém-egressos dos cursos de Economia, estimulando sua inscrição no Conselho, para responder aos objetivos: de aproximar as faculdades e os estudantes aos colegas de profissão inscritos no Conselho.⁶ Essa medida era tomada em conjunto com a intensa participação dos conselheiros do Corecon-SP em formaturas. Somente no mês de setembro de 2009, teriam sido vinte e três colações de grau, em faculdades de todo o estado, em que a entidade se mostrou presente.

Se existia a preocupação em estimular novos profissionais para se inscreverem como economistas, por outro lado, o Corecon-SP também esteve preocupado em regularizar a situação de seus inscritos. Durante a gestão de Carlos Alberto Safatle, em 2010, o Corecon-SP procurou reverter o quadro de inadimplência dos filiados para trazer os economistas de volta à entidade, e evitar também a prescrição de débitos. Essa medida seria uma forma do Conselho se posicionar de maneira atenta às dificuldades dos colegas de profissão, e com isso poderia vir a fortalecer todo o sistema Cofecon/Corecons. Para isso, o Conselho aderiu ao Programa Nacional de Recuperação de Créditos do Cofecon. A inclusão no plano implicava em “confissão irrevogável e irretirável dos débitos do devedor e por ele indicados para compor o parcelamento, configurando confissão extrajudicial nos termos da legislação federal pertinente”, de acordo com o documento do Cofecon. A depender do número de parcelas atrasadas, os economistas teriam condições de obter desconto de 50 a 100% no valor de multas e juros.⁷

Mas certamente a batalha mais difícil das entidades dos economistas sempre foi em torno de atualizar a lei de regulamentação de sua profissão e de área de atuação dos economistas. Por meio da articulação realizada pelo Conselho Regional de Economia – 2ª Região em parceria com o Conselho Fe-

Da esquerda para direita: economista Alair Orlando Barão, presidente do Corecon-SP e da OEB, Manuel Enriquez Garcia, conselheiros Heron do Carmo e Modesto Stama na inauguração da Casa do Economista em Araçatuba, dia 24 de maio de 2012.

A Comissão do Interior do Corecon-SP inaugurou a Casa do Economista em Bauru, dia 30 de maio de 2012. .

deral de Economia, foi possível construir um projeto de reformulação da lei voltada à regular a profissão de economista. No ano de 2007 o Cofecon com base nas deliberações ocorridas no SINCE de 2006 ocorrida no Estado do Espírito Santo e aprovada pela plenária do Conselho Federal encaminhou uma proposta de alteração da Lei nº 1.411 de 1951, para definir novas atividades que seriam específicas da atuação de economistas. Conforme a justificativa apresentada para o Projeto de Lei: “O projeto que ora submetemos à apreciação de nossos pares é resultado de uma profunda discussão promovida pelo Conselho Federal de Economia e realizada pela categoria profissional dos economistas. Trata-se da atualização e reformulação da Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951. Essa norma, há tanto tempo em vigor, regulamenta o exercício da profissão de economista. Infelizmente, a evolução do contexto em que se realiza a atividade está exigindo modificações legais. Essas precisam atender aos novos anseios e demandas da categoria, manifestados em inúmeros encontros”.⁸

A polêmica em torno do Projeto de Lei levado ao Senado – PLS nº 658/2007 – se deu, em duas questões. A primeira questão era o embate com contadores e administradores, que entendiam que a proposta favorecia os economistas em áreas que deveriam ser compartilhadas e não específicas da profissão de Economista. Na verdade estes queriam que os Economistas abrissem mão de atividades que já estavam previstas na Lei nº 1.411/51. O projeto de lei pretendia apenas demarcar e atualizar um texto legal defasado pelo tempo, o que, de fato, é privativo e inerente às atividades profissionais dos economistas, e assim assegurar o exercício profissional e a fiscalização, muitas vezes contestado até judicialmente por outras categorias.⁹

A outra questão presente na proposta de alteração se referia a estrutura e organização das autarquias, em especial a forma de representação e sobre o processo eleitoral. Nessa parte, o projeto eliminava a eleição indireta e substituía o processo para eleição direta dos economistas para a escolha do Presidente e Vice Presidente dos Conselhos Regionais, como do Federal. Em compensação, ampliava a participação do Plenário do Conselho Federal de Economia para participação de todos os Conselhos Regionais, de modo a garantir a efetiva participação de todos os Estados, em respeito ao próprio princípio federativo. Dada a representatividade os Conselhos Regionais dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro pelo critério da proporcionalidade de profissionais economistas registrados, passariam a integrar o Conselho Federal de Economia com 3 (três) e 2 (dois) Conselheiros Federais, respectivamente. Os demais estados teriam um conselheiro federal, sendo um titular e seu respectivo suplente. A eleição direta observava o preceito constitucional inscrito no art. 14 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.” Outro ponto dessa mudança, era a substituição das custosas eleições anuais para eleição de 2 (dois) em 2 (dois) anos, onde os mandatos deixariam de ser de 3 (anos) e passariam a 4 (quatro) anos, e a

renovação da plenária seria em processos eleitorais que renovariam 1/3 em momento e 2/3 no subsequente.

O projeto, no seu Art.8º, parágrafo 1º, prevê eleições que “Os membros efetivos e suplentes e o presidente e o vice-presidente do Cofecon serão escolhidos por sistema de eleição direta, mediante voto pessoal e secreto, pelos Economistas registrados nos Corecon como pessoa física e quites com as suas anuidades”.¹⁰ Tal modelo de eleição, mesmo antes da existência do PLS, já era praticado nas eleições em São Paulo. No período de 2006 a 2008, além das eleições dos Conselheiros efetivos e suplentes e de delegado eleitor, eram praticadas consultas diretas com os Economistas registrados no Corecon-sp, pois havia pleno entendimento da necessidade dessas mudanças e os Conselheiros e Delegados Eleitores respeitavam e homologavam os resultados obtidos no processo de eleição e da consulta eleitoral.

Até hoje, a PLS nº 658/2007 continua em curso no Senado Federal.¹¹ Com o término do mandato do Senador Inácio Arruda, o autor do projeto, o processo foi descontinuado. Em 2015, por iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, a tramitação do projeto PLS nº658/2007 voltou à discussão no Senado, com o atual acompanhamento delegado ao Conselho Federal de Economia. O Conselho de São Paulo, por sua vez, preserva seu papel de debater o significado dessa possível mudança, a fim de poder estabelecer as áreas de atuação exclusivas dos economistas e das chamadas “áreas cinzentas”, compartilhadas por outras categorias, como contadores, administradores, advogados e até engenheiros, para poder eliminar, dessa forma, os atritos entre as categorias profissionais.

A pericia, a lei e os economistas

Uma das atividades em disputa era a de economistas atuando como Peritos Judiciais. Desde 2006, com a aprovação da Resolução nº 468 do Corecon-sp, em acordo com o convênio celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Conselho tornou-se responsável pelo registro e pela disponibilização do cadastro dos Peritos Judiciais aptos a exercerem a função de perito economista. Conforme a definição do Código Civil, a “perícia econômica ou econômico-financeira consiste em exame, vistoria ou avaliação para constatação minuciosa dos fatos de natureza técnico-científica em qualquer matéria inerente ao campo profissional do economista, podendo ser desenvolvida tanto em processos judiciais, mediante determinação de autoridade judicial competente”, quanto extrajudicialmente, por solicitação de qualquer pessoa ou autoridade administrativa.¹² Em suma, tratava-se de uma ampla área para atuação dos economistas. Se a perícia econômico-financeira não passou a ser uma área exclusiva para economistas, por outro lado, alcançou o status de uma área prioritária para o Conselho. Desde então, seriam oferecidos cursos de formação na sede da entidade.



Presidente do Tribunal de Justiça de SP, dr. Ivan Sartori, recebe o Presidente do Corecon-SP e OEB em audiência, 24 de Janeiro de 2012.

Os Peritos mais atuantes em prol da área no Conselho eram os conselheiros Francisco Prisco Neto e Pedro Afonso Gomes e o economista José Marcos de Campos. Os três foram responsáveis pela organização dos Fóruns de Perícias, Mediação e Arbitragem e Avaliações Patrimoniais, em que profissionais especialistas da área de Perícia ministravam palestras na sede do Corecon-SP. O fórum voltado aos profissionais das áreas em tela, visava a discussão de assuntos que pudessem colaborar com a evolução profissional dos economistas dos referidos segmentos e, por isso, tornou-se referência para interessados em atuar em Perícias

Econômico-Financeiras. Em 2014, Francisco Prisco Neto deixou a Presidência do Fórum, que já completava dez anos de atividades, para que o conselheiro José Eusébio Cruz assumisse os trabalhos.¹³

Outra ação relevante do Corecon-SP em defesa da área de Perícia foi a audiência com o Desembargador Dr. Ivan Sartori, realizada no Tribunal de Justiça de São Paulo em 2012. Na comitiva estavam o Presidente da Corecon-SP e da Ordem dos Economistas do Brasil, Manuel Enriquez Garcia, e os economistas Francisco Prisco Neto, José Dutra Vieira Sobrinho e Afonso Arthur Neves Baptista, que buscavam ratificar o Convênio entre o Tribunal e a entidade, tendo em vista a ampliação do mercado de trabalho para os economistas. Na oportunidade, Prisco Neto discorreu sobre a atuação dos economistas nas áreas de perícias, avaliações e orçamentos, enquanto José Dutra apresentou seu trabalho na Comissão de Estudos de Padronização de Taxas Bancárias, atuando junto ao Ministério Público, a Escola Paulista de Magistratura e a Febraban.¹⁴

Especialmente no que diz respeito à Escola Paulista de Magistratura, o Corecon-SP conseguiu estabelecer um proveitoso convênio que abria as portas para novas áreas de atuação. Não somente os economistas do Conselho podiam oferecer cursos de perícia – numa perspectiva de cooperação acadêmica entre as instituições –, como a Escola também oferecia uma Vara especializada em recuperação das empresas. Esse seria um tema recorrente entre os cursos oferecidos pelo Conselho para economistas, atendendo uma oportunidade profissional disseminada nos últimos anos no mercado.¹⁵

Além dos debates em torno da atualização da Lei nº1.411/51, conforme exposto acima, o Corecon-SP participou ativamente da proposta de criação da profissão de consultor econômico financeiro independente. Esse projeto ganhou força tendo em vista o papel que exercia o setor financeiro na economia brasileira, e a difícil inserção de economistas nesse setor, pois, de acordo com o Conselheiro Luiz Barsi Filho, as instituições financeiras não permitiam uma maior aproximação desses profissionais por não possuírem uma certificação específica¹⁶. A proposta de instituir uma profissão como essa corro-

borava com o debate sobre a necessidade de atualização da Lei nº1411 sobre a profissão Economista. Dos inúmeros debates realizados no Conselho nos últimos anos, no sentido de possibilitar a regularização dessa profissão como atividade típica dos economistas, em fevereiro de 2014 foi aprovada a resolução número 601/2014 que criou a atividade denominada Consultor Econômico Financeiro Independente. Essa resolução determina que os economistas inscritos nesse Conselho pudessem atuar junto a Bolsa de Valores de São Paulo e sociedade corretoras, uma vez que a sua formação teórica forneceria o conhecimento no cenário de mercado de capitais.¹⁷

Nesse sentido, se o Corecon-SP não conseguiu alterar a Lei nº 1.411/51, ou nem mesmo ampliar o escopo dos profissionais inscritos com a autorização da inscrição no Conselho de Doutores em Economia, isso não significa que suas atividades realizadas em defesa da classe não tenham ganhado legitimidade entre os profissionais da área. Especialmente por meio do Convênio com o Tribunal de Justiça do estado de São Paulo e da divulgação da área de Perícia e das atribuições do Consultor Econômico Financeiro Independente, o Conselho tem conseguido oferecer aos economistas, assim como prepará-los, para novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho.



Palestra de Delfim Netto, organizada pelo Corecon-SP, em homenagem aos 60 anos da profissão Economista no Brasil. Na foto, Laudo Natel e Delfim Netto, junho de 2011.

Os economistas se encontram no Corecon-SP

Muito além das preocupações mais diretas com o campo profissional, isto é, das atribuições legais desempenhadas pelos economistas, do regulamento para inscrição de novos profissionais, o Corecon-SP pode ser considerado um espaço de encontro dos economistas do estado de São Paulo. Por meio das atividades e dos eventos promovidos pelo Conselho Regional de Economia - 2ª Região, os economistas podem usufruir de um espaço de encontro tanto para o debate de ideias econômicas, de divulgação de informações relevantes à classe, como para celebrar as conquistas dos economistas nas últimas seis décadas.

A preocupação de se aproximar com os economistas filiados no Conselho teve um importante ato simbólico em 2010. As eleições que eram antes realizadas apenas por meio de votação na sede do Conselho e das delegacias, passaram a ser feita por meio de voto por carta. Essa proposta de reaproximação obteve resultados positivos, que pode ser observado pelo aumento significativo de economistas participantes no processo eleitoral. Ao final do ano de 2010, houve um aumento de 40% na participação dos economistas para as eleições de seus conselheiros, evidenciando essa maior proximidade dos representantes da entidade com sua classe.¹⁸

Outra ação que suscitou profundo impacto entre os economistas foi a criação de homenagens na forma de medalhas e diplomas para celebrar o papel dos profissionais de destaque. A proposta era dar maior visibilidade à profissão de Economista, mediante o oferecimento de dois prêmios que prestariam homenagens a esses profissionais, buscando dar ampla cobertura pela mídia. O primeiro foi instaurado em 2011, no ano de comemoração de 60 anos da profissão Economista. O Corecon-sp instituiu a Comenda Ministro Mário Henrique Simonsen, idealizado pelo conselheiro Afonso Arthur Neves Baptista. O objetivo era homenagear os economistas que tivessem se destacado ao longo dos 60 anos de regulamentação da profissão. Nas comemorações de seus 60 anos de registro profissional, os economistas puderam participar de palestra ministrada por Antonio Delfim Netto no Hotel Renaissance. A cerimônia comemorativa de 60 anos da criação da Profissão de Economista foi realizada na Assembleia Legislativa, por iniciativa do Deputado Estadual Edmir Abi Chedid, ocasião em que houve homenagem a economistas com a entrega da medalha, insígnia se referia a comemoração.¹⁹

Em 2012 foi criada a Medalha Ministro Celso Furtado, também proposta pelo Conselheiro Afonso Arthur Neves Baptista, e aprovada pela plenária do Conselho que passou a ser oferecida preferencialmente aos economistas com mais de 30 anos de registro provisório ou definitivo no Corecon-sp. A partir de então, anualmente personalidades e instituições nacionais ou estrangeiras com destacada atividade no meio econômico, empresarial, acadêmico ou com serviços relevantes ao conhecimento de Ciência Econômica ou de outro ramo do conhecimento relacionado ao desenvolvimento socioeconômico, passaram a ser homenageados.²⁰

Não somente os economistas já reconhecidos seriam objeto de ações do Corecon-sp. A questão da qualidade dos cursos também não deixou as pautas das reuniões do Conselho. Como observado acima, o surgimento de novas áreas de atuação profissional para os economistas acabou retomando uma antiga preocupação da entidade com a formação dos economistas. Nas últimas décadas, o Corecon-sp tinha enfrentado temas como a reforma da estrutura curricular ou, até mesmo, a criação de um Selo de Qualidade para as faculdades com reconhecidos méritos acadêmicos. Agora, por outro lado, a atenção se voltava para outras duas questões: em primeiro lugar, a necessidade de atualizar os cursos de economia de forma a contemplar as novas áreas profissionais demandadas pelo mercado e, em segundo lugar, a preocupação com o fechamento de cursos de Economia no interior do estado de São Paulo.²¹

Um tema bastante debatido pelos conselheiros era do *trade off* de garantir uma qualidade mínima aos cursos, mas ao mesmo tempo estimular certa autonomia para permitir uma diversificação do perfil dos cursos de graduação. Em certo sentido, a aprovação das novas diretrizes curriculares para os cursos de Economia pelo Ministério da Educação, de 2006/2007, avalizava às faculdades espaço para inclusão em seus cursos disciplinas que estivessem



ligados a questões atuais, podendo, dessa forma, aproximar o conteúdo acadêmico com os problemas que refletissem a realidade. O desafio era permitir uma formação com conteúdo teórico e prático para que os egressos pudessem desfrutar de habilidades, tanto para seguir para o mercado, ou para área acadêmica.

Essa discussão intensificou-se quando foi levantada a questão se os egressos do curso de Economia Empresarial e Controladoria da Faculdade de Economia da USP de Ribeirão Preto poderiam se registrar no Corecon-sp. O curso, que partia de uma estrutura curricular tradicional de um curso de Economia, acaba mantendo uma forte interface com disciplinas de contabilidade e finanças, permitindo ao aluno maior conhecimento prático para atuar no mercado. Como defendia o conselheiro Heron do Carmo, era preciso pensar na flexibilização dos cursos, seguindo as experiências da Europa e dos EUA.²² E foi nessa direção que o Cofecon acabou por entender a questão do curso de Ribeirão Preto: por meio da Deliberação Cofecon nº 4.730, foi permitido que os egressos do curso de Economia Empresarial e Controladoria fossem registrados no Conselho de Economia.

Nessa mesma direção, o Conselho tem exercido um papel de opinar e sugerir a inclusão de disciplinas mais práticas e aplicadas nos cursos, como perícia, auditoria e finanças, uma vez que quase metade da carga horária é de livre escolha das faculdades. De acordo com o Conselheiro Pedro Afonso Gomes, o papel do Conselho de sugerir mudanças na grade curricular se daria, pois “praticamente a única disciplina de integração de conhecimentos é ‘análise e elaboração de projetos’, ficando quase todas as outras estanques, sem uma conexão mais imediata”²³. Conforme a posição do conselheiro, essa alteração no currículo poderia trazer mais alunos para os cursos economia, como forma de enfrentar a queda na procura pela profissão entre os alunos do Ensino Médio.

De fato, em 2012 o Conselho passou a discutir a notícia do fechamento de cursos no interior do estado de São Paulo. Para alguns conselheiros, era pre-

Alunos durante a 13ª Gincana de Economia realizada em agosto de 2015.

13ª Gincana de Economia realizada em agosto de 2015.



O Estande do Corecon-SP no Congresso Brasileiro de Economia em 2015, com o presidente Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos e alunos de economia. Lema da camiseta: “Economista é uma profissão legal”.

ciso relativizar a notícia, pois ao mesmo tempo estavam sendo abertas novas vagas em cursos de Universidades Públicas, como por exemplo, nos cursos de Economia na Unifesp-Osasco e da Ufscar-Sorocaba, o que pressionariam naturalmente a procura pelas escolas privadas. De qualquer forma, o conselheiro Francisco Prisco Neto reforçou a necessidade de se repensar o currículo dos cursos de Economia, para promover uma atualização do conhecimento prático do economista – aumentando assim, sua interface com as demandas do mercado de trabalho.²⁴

Entretanto, foi a partir de 2014 que o Conselho começou a atuar de maneira mais ativa no sentido

de reforçar a procura pelos cursos de Economia. Como forma de estimular o aumento de inscritos nos vestibulares para economia, o Conselho lançou o projeto “Economista do Amanhã”, que foi implantado efetivamente em 2015. A ideia do projeto era de divulgar e despertar o interesse dos estudantes de segundo grau quanto à carreira na área de ciências econômicas, por meio de visitas às escolas. O Presidente Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos passou a ser um grande defensor desse projeto, participando ativamente de feiras de profissão e eventos voltados para os alunos pré-vestibular.²⁵

Outra ação da gestão foi a de garantir a presença dos representantes do Corecon-SP em eventos voltados para as Faculdades de Economia, no sentido de discutir temas da conjuntura econômica. A presença da entidade, em especial de seus presidentes, em feiras, congressos e palestras nas faculdades não somente de São Paulo, como de todo o país, é uma marca da importância do Corecon-SP como referência para o debate dos temas brasileiros para todos os economistas. No Congresso Brasileiro de Economia, realizado em Curitiba em 2015, a preocupação com os jovens economistas estava estampada na camiseta do Conselho: “economista é uma profissão legal”.

Igualmente voltado aos estudantes de economia, a Gincana de Economia chegou a sua décima terceira edição em 2015, tratando-se já de um evento esperado pelos alunos das faculdades de economia de São Paulo, para testar seus conhecimentos e interagir com colegas de outras instituições.

Em 2015 foi organizado o II Encontro Paulista de Economia, na cidade de São José dos Campos, cuja primeira edição do Encontro ocorrera no ano anterior em Campinas. O evento, organizado pelo delegado regional Jair Capatti, teve o intuito de reunir profissionais da área e estudantes de economia para discutir temas sobre o cenário econômico do estado e do país. O tema do encontro de Campinas, por exemplo, foi “Desafios para o crescimento econômico com inclusão social”, e o evento incluía minicursos como o da Prof.^a Carmem Aparecida Feijó, “Por que a economia brasileira está estagnada?”; e os dos conselheiros do Corecon-SP, Ricardo Tadeu Martins, “Muito além da

poupança”, e Luiz Barsi Filho, “Como acabar com o medo de investir em ações”. O II Encontro, em São José dos Campos, teve como tema “Inovação, competitividade e desenvolvimento econômico”, e, segundo o coordenador do evento Jair Capatti, o objetivo do encontro era “promover a exposição de temas fundamentais para a atualização, valorização e integração de soluções inovadoras e abrir oportunidades para viabilizar o desenvolvimento econômico social da Região do Vale do Paraíba e Litoral”.²⁶

No Congresso Paulista de Economia, realizado pelo Corecon em 2008, essa ênfase com os temas do interior já se fazia presente. Nas gestões seguintes, essa preocupação com os economistas do interior se materializou com a construção de novas sedes ou reformas de sedes antigas das Casas dos Economistas de diversas cidades do estado de São Paulo. Especialmente durante os mandatos dos Presidentes Heron do Carmo e Manuel Enriquez Garcia a valorização das sedes no interior mostrou-se como uma das prioridades. Somente no curto espaço de alguns meses, o Conselho inaugurou novas sedes das delegacias do interior (ou de antigas reformadas), tais como São José do Rio Preto, em março de 2012, da Delegacia Regional do ABC em abril de 2012, e das Casas dos Economistas em Araçatuba, Santos e Bauru em maio de 2012.

Nesse período, o Conselho conseguiu proporcionar proveitoso espaço para o debate de ideias, para a contínua formação de economistas e para a construção de rede de profissionais. Para isso, sua atuação tem se voltado seja por meio da comunicação cotidiana pelos meios de comunicação do Corecon-SP, seja pelos eventos promovidos pela entidade para economistas profissionais, para economistas em formação, para aqueles que almejam cursar economia ou, inclusive, para aqueles que são apenas interessados em temas de economia; seja pelos cursos de aperfeiçoamento e pelo estreitamento da relação com os profissionais de todo o estado de São Paulo. Nesse sentido, a entidade tem conseguido ir muito além de seu papel de instituição de registro e fiscalização da profissão, mas se legitima frente aos interesses de classe com esse espaço não somente de defesa da profissão, mas de efetiva valorização do Economista.

* * *

Ao longo dessas seis décadas de história, o Corecon-SP ganhou crescente visibilidade por meio da ampliação de suas atividades, da renovação de seus meios de comunicação e da atualização de sua infraestrutura. O respeito e a credibilidade da entidade foram reiterados ao longo do tempo, na medida em que seus representantes se projetaram para atender aos dilemas referentes à profissão, como também aos grandes temas de interesse da sociedade brasileira, sempre pautado pela pluralidade de posições e por um ambiente democrático. Assim, o Corecon-SP contribuiu de forma relevante para a reflexão



O presidente do Corecon-SP, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos, foi o convidado especial na comemoração da Semana do Economista no Ceará, dia 14/08/2015, onde falou para estudantes do curso de Ciências Econômicas sobre conjuntura econômica brasileira e, também, sobre a profissão Economista.



Economista Mansueto Almeida Jr ministrou palestra dia 3 de maio de 2013, no Terraço Itália, em evento promovido pela parceria entre o Corecon-SP, a OEB e o Grupo Comolatti, sobre o tema: “Crescimento econômico, riscos fiscais e políticas setoriais”.

Wilson Roberto Villas Boas Antunes, Conselheiro do Corecon-SP, no 4º Seminário Nacional de fortalecimento e valorização profissional..

sobre os caminhos do desenvolvimento brasileiro, reflexão tão mais importante e necessária quando as transformações, que se processam na economia mundial e no próprio Brasil, são extremamente rápidas e profundas.

Vivemos naqueles anos um momento em que o cenário de crise econômica colocou nas mãos dos economistas um papel relevante para pensar sobre o futuro do país. Tanto no debate público como nos órgãos de decisão, mas inclusive nas empresas, nas consultorias, no sistema financeiro e nas faculdades, o conhecimento do economista torna-se estratégico para lidar com tais desafios que se apresentam em nossa realidade. O Corecon-SP – entidade com 20 mil inscritos, 10 delegacias regionais além de sua sede e atuação na principal região econômica do país – tem conseguido desempenhar seu papel de elo entre o economista e sociedade civil: ao construir o espaço para que economistas possam dialogar, aprimorar seu conhecimento, obter informações e posições sobre os principais assuntos econômicos do país, a entidade fomenta a interlocução dos economistas, mas também entre eles e a sociedade.

O Corecon-SP, após mais de sessenta anos de história e mantendo seus princípios fundamentais, tornou-se uma instituição muito mais complexa e robusta daquela de outrora. Se o registro e a fiscalização foram instrumentos necessários para atender uma sociedade de meados do século XX, o economista do século XXI tem demandado de seus representantes tantas outras ações para garantir sua posição de destaque no desenvolvimento da sociedade brasileira. O Conselho Regional de Economia – 2ª Região, nesse sentido, buscando atender às demandas de uma profissão cada dia mais dinâmica, tem conseguido acompanhar e compreender as mudanças do perfil do economista como da própria economia brasileira. Enquanto a história continuar a exigir respostas dos economistas brasileiros, o desafio do Corecon-SP será permanecer compreendendo e atendendo as novas demandas de seus profissionais.

Notas

- 1 *Jornal do Economista*, nº 150, agosto de 2001.
- 2 Para o tema, cf.: WERNECK, Rogério. "Alternância política, redistribuição e crescimento, 2003-2010". ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p.371.
- 3 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 06/04/2011.
- 4 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 07/12/2011.
- 5 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. "Novo Presidente do Corecon-SP, Marco Antônio Sandoval de Vasconcellos, fala aos Economistas após a posse". *Site do Corecon-SP*. Notícia de 15.01.2015. Acesso em 27.09.2015. http://www.coreconsp.org.br/noticias_detalhada.php?pg=1032
- 6 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 06/05/2009.
- 7 *O Economista*, nº 31, setembro 2009, p.13-4. Conforme a medida, o profissional que se encontrar desempregado (sem qualquer atividade profissional remunerada), afastado de suas atividades profissionais por doença ou temporariamente ausente do país, poderá requerer a suspensão do registro nos termos do item 8 do Capítulo VI da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista, que desobriga o profissional do pagamento das anuidades relativas ao período pelo qual foi deferida. <http://www.coreconsp.org.br/index.php?pg=112>
- 8 BRASIL. *Diário do Senado Federal*. Ano LXII, nº 184. Brasília, 14 de Novembro de 2007, p. 40156.
- 9 *O Economista*, nº 7, setembro 2008.
- 10 BRASIL. *Diário do Senado Federal*. Ano LXII, nº 184. Brasília, 14 de Novembro de 2007, p. 40155.
- 11 A Deputada Federal Yeda Crusius, em 2002, a pedido do Cofecon, chegou a registrar o Projeto de Lei 7166/2002, mas que, após três anos de tramitação, foi declarado inconstitucional, sendo arquivado na Câmara dos Deputados.
- 12 Artigos nº 145 e nº 421 do Código de Processo Civil, Lei nº 5869/73.
- 13 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. "Fórum de Perícia, Mediação, Arbitragem e Avaliações Patrimoniais do Corecon-SP tem novo coordenador". *Site do Corecon-SP*. Notícia de 21.02.2015. Acesso em 27.09.2015. http://www.coreconsp.org.br/noticias_detalhada.php?pg=790
- 14 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. "Presidente do Tribunal de Justiça de SP recebe o Presidente do Corecon-SP e da OEB". *Site do Corecon-SP*. Notícia de 24.01.2012. Acesso em 27.09.2015. http://www.coreconsp.org.br/noticias_detalhada.php?pg=327
- 15 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 03/10/2012.
- 16 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 05/09/2012
- 17 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 05/02/2014.
- 18 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 03/11/2010.
- 19 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 01/06/2011 e 06/07/2011.
- 20 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 04/04/2012.
- 21 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 06/06/2012.
- 22 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 09/01/2013.
- 23 *O Economista*, nº 28, julho 2010, p. 11.
- 24 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. Ata da Reunião de 06/06/2012.
- 25 Entrevista com o Presidente Marco Antônio Sandoval de Vasconcellos concedida em 8 de setembro de 2015.
- 26 Conselho Regional de Economia - 2ª Região. "Corecon-SP realiza com sucesso II Encontro Paulista de Economia, em S. J. dos Campos". *Site do Corecon-SP*. Notícia de 04.09.2015. Acesso em 27.09.2015. http://www.coreconsp.org.br/noticias_detalhada.php?pg=1244

Sessão solene na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em homenagem aos 70 do Corecon-SP, 11 de agosto de 2023, Dia do Economista.



9 | O Corecon se reestrutura e completa 70 anos trabalhando em prol dos economistas (período 2019-2023)

Ao completar 70 anos de atuação do Corecon-SP e reconhecimento da profissão de economista, a entidade paulista e os economistas têm muito a rememorar e a celebrar. São sete décadas nas quais o Conselho tem atuado incansavelmente em prol dos profissionais deste campo, como mostrado ao longo deste livro.

São sete décadas nas quais a profissão de economista e as ideias econômicas têm estado no centro, no Brasil e no mundo, das grandes discussões e das profundas transformações políticas, econômicas e sociais desde o pós-Segunda Guerra Mundial. São debates relativos a estratégias e políticas de desenvolvimento, papel do Estado e do mercado, políticas sociais e de distribuição de renda, organização do sistema financeiro, sistema bancário e política monetária, formação de blocos econômicos e acordos de comércio, questões de desigualdade e pobreza e assim por diante.

Ou seja, os economistas e a suas entidades, como o Corecon-SP, vêm participando, direta ou indiretamente, dos grandes temas que definiram os rumos dos países e das sociedades no pós-guerra e nas duas primeiras décadas do século 21. Mesmo uma mirada superficial nos temas em debate no País em 2023 – políticas sociais, papel dos bancos públicos, desenvolvimento sustentável da Amazônia, gastos públicos e âncora fiscal, reforma tributária, papel do Banco Central e taxa de juros, endividamento público e privado, reforma tributária, Banco dos Brics, acordo Mercosul-Europa, precarização do trabalho, pobreza e outros – evidencia assuntos cruciais que têm uma natureza econômica ou requerem a presença de economistas para a sua compreensão, para a discussão, a formulação e a implementação de políticas públicas e também de iniciativas privadas.

No entanto, apesar da expressiva participação de economistas nos grandes debates nacionais e mundiais, os economistas e as suas entidades, como o Corecon-SP, seguem trabalhando e lutando intensamente no dia a dia pelo reconhecimento e dignificação profissional do trabalho destes especialistas. Lutam pela preservação de seu mercado de trabalho, pela ampliação de pos-



O Corecon-SP sempre presente no diálogo com recém-formados, estudantes de Economia e jovens do Ensino Médio, incentivando-os a seguir a profissão de economista.

sibilidades e horizontes de carreira, de opções e oportunidades, pelo aperfeiçoamento da formação, pela manutenção das faculdades de Economia e abertura de novas graduações em amplas regiões nas quais não existe sequer um curso, e assim por diante. O Conselho trabalha para informar a população, as empresas, o setor público e a sociedade em geral sobre o que faz o economista, seus conhecimentos e ferramentas e a sua relevância como profissão para o desenvolvimento dos negócios e do País. Nas palavras do seu atual Presidente, Pedro Afonso Gomes, o Corecon-SP “reúne, une, qualifica e apoia” os seus associados.

Representando cerca de dezesseis mil profissionais no Estado de São Paulo, a atuação do Corecon-SP e seus eixos de atuação e atividades – baseados no pilar que é o registro e a fiscalização profissional – têm se mantido e se renovado a cada período ao longo das últimas sete décadas de existência da entidade. Neste sentido, a atuação do Corecon e do sistema de entidades representativas é um espelho da própria profissão de economista, seu perfil, suas necessidades, seus desafios, suas dificuldades. Ao conhecermos a trajetória da entidade, estamos ao mesmo

tempo narrando a história da profissão em cada momento, seja os profissionais envolvidos nos grandes debates e decisões nacionais seja os economistas lidando com as questões do emprego e do cotidiano do mercado nas mais diversas regiões do estado de São Paulo. São economistas, homens e mulheres, que trabalham no setor público ou privado, como funcionários, como autônomos ou como empresários.

Se cada época tem as suas peculiaridades, já que a atuação da entidade e o desempenho da profissão depende de múltiplos fatores, pode-se dizer que os anos entre 2019 e 2023 foram marcadamente um período de reconstrução institucional e política no qual a entidade se voltou para a defesa e a ampliação do mercado de trabalho, realizando inúmeras parcerias e encontros com outras entidades. Neste período, o Conselho ofereceu aos economistas cursos de formação e de aprimoramento com ênfase em áreas com novas oportunidades de trabalho, além do setor público e de grandes empresas. Procurou aproximar os associados e promoveu confraternizações, reforçou a inclusão de estudantes e de jovens profissionais e também valorizou a diversidade com ações que reconhecem e destacam economistas mulheres e economistas negros. Uma reestruturação administrativa e financeira permitiu multiplicar as atividades em prol dos economistas.

O período mais recente, do ponto de vista da história do País – passando pelos governos Temer, Bolsonaro e Lula – foram anos nos quais estiveram no comando da economia os mais diversos e contrastantes perfis e correntes de



Jovens economistas presentes nos eventos e no cotidiano do Corecon-SP.

política econômica. Primeiro, com Henrique Meirelles, que, embora tenha sido diretor do Banco Central nos dois governos de Lula, foi um dos mentores do chamado “teto de gastos”, da austeridade fiscal, da reforma trabalhista, da Lei da Terceirização, da privatização da Eletrobrás, mas também de estabilização da situação de crise que se agravava no final do governo de Dilma Roussef. Depois, com o economista Paulo Guedes, criou-se a figura de um superministro, concentrando todas as decisões de economia, com a proposta de reduzir ao máximo o papel do Estado em todos os níveis e revogar políticas desenvolvimentistas e sociais atribuídas aos governos do PSDB e do PT. Com a eleição de Lula, retornaram, com o ministro Fernando Haddad, a prioridade às políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, as iniciativas estruturadas para reduzir a pobreza, a importância dos investimentos públicos e o papel dos bancos de desenvolvimento.

Novos rumos no Corecon-SP

No que se refere à trajetória institucional do Corecon-SP, em 4 de janeiro de 2019 Benjamin Teixeira Dourado foi eleito Presidente, tendo José Eduardo da Rocha Velho como Vice-presidente, mandato que durou apenas de janeiro a abril daquele ano, dado que a eleição havia transcorrido sem o quórum mínimo necessário de Conselheiros Efetivos. Em 18 de abril de 2019, em reunião plenária extraordinária, ocorreu nova eleição e Luiz Barsi Filho (que havia sido eleito Conselheiro Efetivo em 2016 e depois Vice-presidente em 2018)

Luiz Barsi Filho, presidente do Corecon-SP de 2019 a 2021, e Pedro Afonso Gomes, de 2022 a 2023.



concorreu à Presidência e venceu, tendo como Vice-presidente José Eduardo da Rocha Velho.

Luiz Barsi Filho foi reeleito Presidente em 2020, tendo como Vice-presidente Pedro Afonso Gomes. Para demonstrar apoio à eleição e à chapa única que concorria, Antônio Corrêa de Lacerda, Presidente do Cofecon e ex-Presidente do Corecon-SP (1995 a 1997), esteve presente na primeira reunião plenária da nova gestão, em 8 de janeiro de 2020, e destacou a importância da integração Corecon-Cofecon, enfatizando que é “fundamental essa união para a missão para a qual todos foram eleitos, que é representar a categoria”.

A reaproximação do Conselho paulista com o Conselho Federal, com a eleição de Luiz Barsi e Pedro Afonso, teve um significado muito mais importante do que um reatamento meramente formal, como veremos em detalhes por meio de depoimentos a seguir. Demonstrava que a entidade paulista fora assumida por um grupo que expressava um novo consenso entre diversos economistas, de visões políticas e áreas profissionais muito distintas, que se uniram e decidiram recolocar a entidade novamente e com intensidade no eixo do trabalho em prol dos economistas paulistas.

A gestão de Luiz Barsi foi importante para essa realocação política da entidade, sobretudo na reaproximação com o Sistema Cofecon/Corecons. Também regularizou as contas do Conselho, negociando e saldando o passivo, inclusive o trabalhista. O Vice-presidente Pedro Afonso coordenou o trabalho de recuperação de créditos, o que garantiu ótimos resultados em termos de arrecadação.

Entre as iniciativas desse período estão ainda uma reestruturação da área de comunicações, com o lançamento do novo site, da página no Facebook, Instagram, adoção de uma *newsletter* e mensagens por SMS. A TV Economista foi recuperada e reinaugurada em setembro de 2020 e logo começou a transmitir as palestras promovidas pela entidade. Foi um período de intensa atividades das comissões, inclusive a da Mulher e a da Integração Racial (atual Equidade Racial).

“Controlar a pandemia, preservar a economia”

A pandemia, naturalmente, impôs diversos desafios institucionais e administrativos ao Corecon-SP. O órgão, em proteção aos seus colaboradores, concedeu férias coletivas no período de pico de contaminações e teve que lidar com um forte aumento da inadimplência no período, o que exigiu muito planejamento estratégico para não comprometer o futuro da entidade.

A própria eleição para 2021 foi realizada de forma virtual, devido às restrições impostas pela pandemia, com o envio de uma senha que garantia o sigilo, conforme assessoria dada pelo Cofecon.

A pandemia, em diversos momentos, praticamente monopolizou o debate público. O Corecon-SP nunca esteve alheio aos acontecimentos do mundo e possui entre seus objetivos estratégicos ser uma entidade com voz no debate econômico. O debate a respeito dos posicionamentos políticos das entidades sempre se deu em torno de uma linha tênue entre a manifestação de visões mais amplas que expressem consensos e, de outro lado, uma perspectiva considerada mais partidária, mesmo que não atrelada a uma força política específica.

Um exemplo de amplo consenso se deu em 27 de abril de 2021 com o “Posicionamento do Corecon-SP sobre a atual crise econômica brasileira”. Houve um intenso debate no interior do Plenário sobre o conteúdo da carta, sobre o grau de crítica às ações do governo federal diante da pandemia e da crise social e se deveria haver propostas concretas. Assim, se chegou a uma síntese com o seguinte documento, que marcou a possibilidade de a entidade se posicionar politicamente de forma plural e assertiva em um momento crítico do País:

“Os membros do Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo – Corecon-SP – vêm a público externar sua enorme preocupação com a atual crise brasileira e expressar profunda consternação e solidariedade diante do sofrimento da nação.

A pandemia do Covid-19 é um desafio global. As novas ondas de contágio e as variantes do vírus preocupam todo o mundo. Mesmo com a vacinação, o risco de infecção não será extirpado.

No Brasil, os impactos da pandemia são relevantes. Os dados do Ministério da Saúde mostram que, no início de abril de 2021, mais de 13 milhões de



A presença do presidente e de conselheiros do Corecon-SP em formaturas de alunos de Ciências Econômicas é uma tradição, momento em que a entidade se faz presente na vida dos futuros economistas e reafirma seu compromisso de acompanhá-los em sua trajetória.

brasileiros foram contaminados e cerca de 350 mil perderam a vida. A taxa de desemprego do IBGE alcançou 14,2% em janeiro de 2021, o que equivale a 14 milhões de pessoas sem emprego e contribui para o aumento da pobreza. Pelos dados da FGV, a parcela da população que vivia com menos de R\$ 246 por mês aumentou de 11,0% em 2019 para 12,8% no primeiro trimestre deste ano, ou seja, cerca de 27 milhões de pessoas. Com maiores incertezas econômicas, fiscais e políticas, a confiança no futuro vem caindo.

Nesta fase mais grave da pandemia, a responsabilidade social do economista exige um posicionamento claro, ajudando a formular diagnósticos e soluções. Para impedir a continuidade da tragédia que assola o País, é fundamental o esforço do Estado em acelerar a vacinação e defender os protocolos sanitários sugeridos pela OMS, como o distanciamento social e o uso de equipamentos de proteção individual.

Após o governo federal ter gasto 7,0% do PIB para apoiar a economia em 2020, será preciso agora maior efetividade dos programas sociais, ampla transparência de informações e uma comunicação mais assertiva, capaz de dialogar com toda a sociedade.

O Corecon de São Paulo está à disposição para fazer parte do esforço coletivo de superação da crise e conclama as lideranças políticas para, urgentemente, implementar mecanismos que controlem a pandemia e preservem a economia.”

Com a pandemia, um dos efeitos mais negativos foi a demissão em massa de professores dos cursos de Economia. Uma única universidade demitiu 320 professores, dos quais 10% eram economistas. Este processo já indicava uma tendência de migração para cursos EAD e um decréscimo na procura pelos



curso presenciais, o que de fato ocorreu com o fim da pandemia. Nos limites de sua atuação neste caso, inclusive porque a maioria dos professores não eram economistas, o Conselho discutiu formas de, ao mesmo tempo, oferecer apoio aos docentes e de fortalecer os cursos desta especialidade.

Devido à pandemia não houve possibilidade de eventos presenciais, mas, mesmo assim, o Conselho assumiu para si a tarefa de realizar, de forma virtual, o Congresso Brasileiro de Economia (CBE) em 2021. Esta foi mais uma oportunidade que o Corecon-SP aproveitou para fornecer à sociedade diagnósticos e propostas econômicas em meio ao cenário pandêmico.

Com o tema “Economia Brasileira Pós-Pandemia”, o Congresso contou com a participação de mais de 100 palestrantes e 80 horas de programação, com mesas-redondas, workshops, encontros temáticos e apresentação de dezenas de trabalhos científicos. O Presidente da comissão organizadora foi o ex-Presidente do Corecon-SP (2008) e do Cofecon (2010-2011) Waldir Pereira Gomes.

O evento, que foi o primeiro CBE virtual da história do Sistema Cofecon/Corecons, foi considerado um enorme sucesso, permitindo a participação de 1.200 estudantes e profissionais de todo o País. O Congresso foi um marco extremamente positivo da gestão e coroou a volta do protagonismo do Corecon-SP dentro do Sistema Cofecon/Corecons.

Durante toda a gestão de Luiz Barsi, eram comuns nas Sessões Plenárias os Conselheiros debaterem sobre a baixa procura por cursos de Economia e o fechamento de graduações. Tradicionais faculdades de Economia do ABC

O Congresso Paulista de Economia e o Congresso Brasileiro de Economia foram realizados de forma virtual durante a pandemia, acelerando o processo de criação de ferramentas digitais no Corecon-SP.



não estavam conseguindo abrir turmas. Na região de São José do Rio Preto, em um raio de 230 km, não havia nenhuma faculdade. Na região de Araçatuba, com 83 municípios, tampouco. O Presidente Barsi afirmou, em 5 de fevereiro de 2020, que “a percepção que se tem sobre a função do economista é de um horizonte perdido, pois não está conseguindo sensibilizar os estudantes a fazer o curso de Economia”. Para ele, conforme registro de reunião de diretoria de julho de 2020, “o curso forma acadêmicos, não economistas e os economistas têm que ter formação sobre o mercado” e, por isso, defendia a formação nesta área, o que viabilizaria “mostrar e proporcionar esse horizonte de trabalho, onde o profissional poderá optar por entrar num segmento de economia, que é entrar no mercado de capitais”, uma realidade mais efetiva. Os alunos precisam se ver, ponderou ele, como elementos integrantes do mercado e tendo iniciativa, já que cargos públicos e outras funções consideradas exclusivas dos economistas estariam escasseando.

Outros Conselheiros, no entanto, procuravam fazer um contraponto, enfatizando que a formação deve ser ampla e que é essencial também olhar para o setor público, para o campo da macroeconomia e do desenvolvimento econômico como áreas de trabalho. O Conselheiro Odilon Guedes Pinto Junior afirmou, de forma crítica, que o “o curso de Economia não forma ninguém para a área pública, que é preciso reformular o currículo”, para os profissionais aprenderem a fazer orçamento e planejamento, e registra ainda “que a maioria das Prefeituras não tem economistas, que a Alesp não tem assessor econômico”, colocação que teve o apoio do Presidente Barsi. Na mesma reunião, a conselheira Fernanda Della Rosa acrescentou que “quem vai escolher uma profissão pensa: onde eu irei trabalhar, quanto irei ganhar, qual o meu mercado de trabalho, quais são as minhas possibilidades”. Ela ressaltou que

as empresas privadas não têm, em geral, a função “economista”, mas têm a de gerente financeiro e ponderou que era importante estabelecer a relação entre o curso de Economia e as opções de trabalho.

O Presidente do Corecon-SP, Luiz Barsi Filho, entendia que o trabalho de consultor econômico independente, que estava em fase de avaliação pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), era um campo promissor para os economistas como trabalho autônomo e como fonte de renda e que o próprio Conselho poderia oferecer um curso nesta área. O processo de integral regularização da função de consultor econômico independente se completaria depois com o trabalho da Comissão de Mercado de Capitais do Corecon-SP, coordenada por Ricardo Tadeu Martins e a colaboração de Pedro Afonso Gomes e de outros Conselheiros, que fizeram os ajustes necessários e uma precisa descrição das atribuições dos economistas para adequar a atividade às normas da CVM.

Outro importante plano da gestão de Barsi era a inauguração de um Espaço do Economista, que poderia abrigar associados trabalhando como consultores, no 20º andar do prédio no qual, desde 2006, se localiza a sede própria da entidade e naquele andar possui um conjunto, mas a ideia não se concretizou e se optou por alugar comercialmente o espaço.

Entre as iniciativas daquela gestão, em 2021 foi empreendido o projeto “Ranking de Ações”, que se tratava de um tipo de jogo em que os participantes podiam simular negociações na Bolsa de Valores. O projeto envolvia uma premiação em torno de R\$ 30.000,00, para que os estudantes e economistas simulassem de forma efetiva negociações no mercado de capital e mercado acionário com uma Carteira Teórica de Ações (CTA) na qual cada participante direciona suas preferências.

A renovação do Corecon-SP com novas vozes

Em janeiro de 2022, Pedro Afonso Gomes liderou a chapa tendo como Vice-presidente Gilson de Lima Garófalo e venceu as eleições, coroando uma longa trajetória e atuação no Conselho e no Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo (Sindecon-SP). Após um período em que presidiu o Corecon-SP em 2010 (e teve seu mandato cassado por uma liminar que seria judicialmente anulada e revogada em 2018), Pedro Afonso tornou-se Vice-presidente do Sindicato dos Economistas de 2011 a 2014 e depois Presidente de 2014 a 2022. Neste período, trabalhou para valorizar a profissão, oferecer cursos aos estudantes e profissionais formados e realizar inúmeras iniciativas de sucesso. Sua trajetória nas entidades teve início, de fato, em 2008, quando foi eleito Conselheiro e integrou e coordenou a Comissão de Perícia e de Tomada de Contas do Conselho. Ao ser eleito no Corecon-SP em 2022, Pedro Afonso renunciou à Presidência do Sindicato, assumindo em seu lugar naquela entidade Waldir Pereira Gomes.



Evento 50+, realizado na sede do Corecon-SP em agosto de 2023, reunindo economistas com mais de cinquenta anos de idade. Na ocasião, aconteceu o lançamento de livro *Resgatar a Função Social da Economia – uma questão de dignidade humana*, do economista Ladislau Dowbor. Na foto acima, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Jr., Fernanda Della Rosa e Odilon Guedes Junior.

A eleição do novo Presidente foi saudada pelos Conselheiros, que viram nesta escolha a superação definitiva dos tempos difíceis que a entidade havia passado até 2019, e entendiam que o Conselho teria dali em diante uma gestão mais equilibrada e representativa dos profissionais em todas as áreas de atuação. Estava presente na reunião o Presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, que afirmou que esta diretoria representava uma “fase de avanços importantes, pois é a primeira vez em muito tempo que o mesmo grupo político assume de forma integral os Conselhos Federal e Regional de São Paulo”.

Com a experiência e o conhecimento da realidade do mercado de trabalho e do cotidiano profissional, Pedro Afonso focou esforços em ampliar os serviços prestados aos economistas, principalmente com o objetivo de oferecer aprimoramento em sua formação, com cursos em áreas práticas que propiciem possibilidades de emprego ou de atividade autônoma. Também foram realizadas inúmeras iniciativas para divulgar e promover o conhecimento e o reconhecimento da profissão. Mas diferentemente de outros momentos, não foram apenas campanhas gerais, mas ações específicas, dirigidas e de cunho prático.

“Na sociedade e na imprensa em geral, os economistas se destacam e são valorizados por seu trabalho, mas isto ocorre de fato com apenas uma pequena parcela. Por isso, a importância de a entidade mostrar quais são as oportunidades de trabalho e de nós oferecermos cursos de formação e abrir novos campos de atuação. Os economistas de maior envergadura sempre nos apoiaram e apoiam, como a expressiva participação, por exemplo, no Congresso Paulista de Economia e no Congresso Brasileiro de Economia. Eles querem associar o nome deles à marca Corecon-SP. Assim, temos que unir os dois aspectos: a força das marcas ‘economista’ e ‘Corecon-SP’, apoiando também o Sindicato”, afirma o Presidente Pedro Afonso.

De sua atuação no Sindecon-SP, o atual Presidente destaca a continuidade em relação ao trabalho que já vinha sendo realizado desde 2011: “O Sindicato

é o porta-voz do economista, representa o trabalhador. O Sindicato realiza as convenções e apoia os profissionais em qualquer processo de negociações. O foco daquela entidade se desdobrou em dois. O primeiro é a formação, o aperfeiçoamento e a atualização por meio de cursos que são oferecidos no Sindicato desde 1991. O segundo foco são os benefícios, especialmente para aqueles que, por algum motivo, têm uma renda menor, estão aposentados há muito tempo e, portanto, tiveram a sua renda degradada. Na presidência do Sindicato, ampliamos os convênios de pouco mais de trinta para mais de quatrocentos, com descontos e benefícios em todas as áreas: saúde, educação, lazer e outras. Além disso, participamos de iniciativas para a melhoria do mercado de trabalho e sempre valorizamos muito o contato com as faculdades de Economia.”

Independência e pluralidade

A eleição de Luiz Barsi Filho e depois de Pedro Afonso Gomes foi o resultado de um amplo movimento de economistas de diferentes grupos e filiações, que se uniram para recuperar ideais e valores do Corecon-SP em prol da categoria, como já mencionado. É um grupo plural que inclui ex-Presidentes e ex-Conselheiros do Corecon, do Cofecon e do Sindicato. Parte dos participantes desse grupo já havia integrado o Movimento de Renovação das Entidades dos Economistas nos anos 1970 e 1980 e que também era multifacetado. Um dos objetivos agora era reinserir o Conselho paulista no sistema nacional das entidades, liderado pelo Cofecon, revertendo o processo no qual a entidade estadual praticamente se apartou da entidade federal e, inclusive, deixou de manter a obrigatória contribuição financeira à entidade nacional.

Sobre o processo que levou à eleição que renovou a gestão do Corecon-SP, Waldir Pereira Gomes, ex-Presidente do Corecon-SP e do Cofecon, conta: “Nós criamos um grupo em São Paulo que denominamos de GESp, Grupo de Economistas de São Paulo, do qual participavam eu, o professor Gilson Garófalo, Pedro Afonso Gomes, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Jr., Carlos Roberto de Castro, Nancy Gorgulho, Antonio Luiz de Queiroz Silva, Vicente de Paula Oliveira e vários outros. Antônio Corrêa de Lacerda, Carlos Alberto Safatle e Odilon Guedes Junior ingressaram depois. Nós não concordávamos com a forma como o Corecon-SP vinha sendo dirigido. Montamos esse grupo e começamos a concorrer às eleições. Num primeiro momento assumimos a diretoria do Sindicato, Pedro Afonso tornou-se Presidente e eu assumi como Vice-Presidente para Assuntos Institucionais. Depois passamos a concorrer com uma chapa ao Conselho Regional de São Paulo até que ganhamos a eleição, com a adesão de Luiz Barsi Filho, que passou a nos apoiar”.

A nova gestão, afirma Carlos Roberto de Castro, ex-Presidente do Corecon-SP (1998-1999), “tinha como objetivo renovar as entidades no sentido de dar voz a outras opiniões e tendências. Esta é a função de uma entidade, deve

50+

O Corecon-SP convida os (as) Economistas com **50 anos ou mais** para um encontro em comemoração ao **70º aniversário** da entidade. Venha receber essa homenagem!

E MAIS: lançamento do livro 'Resgatar a função social da economia', do professor e economista Ladislau Dowbor

03 DE AGOSTO DE 2023 ÀS 10H
(quinta-feira)

CORECON - SP
Rua Libero Badaró, 425
14º Andar (Centro)

Confirme sua presença pelo
WhatsApp (11) 99601-4443.

ter a preocupação de ser plural e estar sempre isenta de coloração política partidária. Deve ser independente do governo de plantão e não deve ter compromisso com governo nenhum. Ela deve ter sempre um posicionamento crítico e independente. É isso que eu sempre defendi e defendo até hoje. Temos que ter uma postura independente e plural e reunir todas as tendências presentes no movimento”.

Tal independência, no entanto, não pode ser confundida com omissão ante fatos importantes do nosso tempo. Foi assim com a pandemia, como relatado nas páginas anteriores; e foi assim, também, com o período de ataques à democracia pelo qual o Brasil passou recentemente. Então, em 2022, o Plenário do Corecon-SP, seguindo proposta do Conselheiro Odilon Guedes Pinto Junior, decidiu, por 10 votos a 2, a adesão da entidade à “Carta pela Democracia”, documento elaborado por estudantes da Faculdade de Direito da USP em defesa do Estado Democrático de Direito.

Em 2023, Pedro Afonso foi reeleito Presidente, tendo como Vice-presidente Sergio Eduardo Arbulu Mendonça. Em fevereiro, Mendonça assumiu um cargo na Secretaria da Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Econo-



mia, o que ensejou a sua renúncia ao cargo de Conselheiro e levou a uma nova eleição para Vice-presidente. Odilon Guedes Pinto Junior assumiu o cargo.

Comissões e fóruns temáticos

O trabalho liderado pelo Presidente Pedro Afonso, com os Conselheiros, Delegados e uma gama ampla e variada de comissões, mantém atividades e discussões em áreas relevantes para a profissão e as suas contribuições à sociedade. Entre outras atribuições, as comissões temáticas têm o objetivo de cumprir as tarefas do Plano de Atividades. A delegação e a divisão de trabalhos com os Conselheiros e as comissões têm sido uma marca forte da atual gestão.

São estas as Comissões: Comissão Economia e Debate (coordenada por Haroldo da Silva); Comissão de Valorização Profissional (Luiz Paulo Rosenberg); Comissão de Políticas Públicas de Superação da Desigualdade Social (Antonio José Corrêa do Prado); Comissão de Perícias, Avaliação, Meios de Solução de Conflitos, Reestruturação e Recuperação de Empresas (José Marcos de Campos); Comissão Mercado de Capitais (Ricardo Tadeu Martins); Comissão de Equidade Racial (Gil Marcos Clarindo dos Santos); Comissão da Mulher Economista (Fernanda Della Rosa); Comissão de Educação (Júlio Manuel Pires); Comissão de Economia do Setor Público (Odilon Guedes Junior); Comissão de Delegacias Regionais (Welinton dos Santos); Comissão de Comunicação (Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior) e Comissão de Assuntos Institucionais (Pedro Afonso Gomes).

Os eventos 60+ e 70+ reuniram economistas registrados na sede da entidade com homenagens aos presentes em cada uma destas faixas etárias, que receberam um certificado como agradecimento aos serviços prestados na categoria.



Eventos 70+ com homenagens aos presentes e entrega de certificados comemorativos.



Também existem os Fóruns, que permitem uma composição mais ampla, inclusive com pessoas não associadas ao Conselho: Fórum de Coordenadores de Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (Rodrigo da Silva Mariano); Fórum de Economia Solidária e Responsabilidade Social (Carlos Alberto Cordeiro da Silva); Fórum de Conjuntura Econômica (Alessandra Cocarelli Alves Ribeiro); Fórum Corecon Acadêmico (Antonio Fernando Gomes Alves) e Fórum Economia e Planejamento Estratégico (Ricardo Ferreira Gennari).

As comemorações dos 70 anos do Corecon-SP

Durante todo o ano de 2023, o Corecon-SP cumpriu uma intensa agenda de eventos em comemoração aos 70 anos da entidade. Na sede, foram realizados encontros em homenagem a economistas com grande tempo de contribuição à profissão; no interior, aconteceram os “Cafés com Economistas”, ocasião em que também foram homenageados economistas. As comemorações dos 70 anos tiveram como ponto alto uma sessão solene na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), no dia 11 de agosto de 2023. Integraram a mesa o economista e deputado estadual Luiz Claudio Marcolino (PT), responsável pela iniciativa dentro da Alesp; o Presidente do Corecon-SP, Pedro Afonso Gomes; o Vice-Presidente do Corecon-SP, Odilon Guedes Junior; o Presidente do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Jr; o economista e professor Carlos Luque, ex-Presidente do Corecon-SP na gestão 1991-1992, e a economista e professora Lenina Pomeranz, com 90 anos de idade e registro na entidade em 13 de setembro de 1961, representando os profissionais homenageados.



Mais de cem pessoas compareceram à cerimônia, entre elas alguns dos profissionais com os registros mais antigos no Corecon-SP, que foram homenageados por dedicarem suas vidas à profissão e ao bem-estar da sociedade. Conforme a divulgação oficial da entidade: “Eles testemunharam todas as transformações e os desafios econômicos que surgiram ao longo do caminho, especialmente os relacionados aos avanços tecnológicos”. O registro mais antigo é o de Victor David, 93 anos, de 5 de dezembro de 1956, que foi representado na cerimônia por Maurício Abdalla. O economista Natalício Candido da Silva, de 78 anos, registro em 18 de fevereiro de 1976, representou os economistas negros vinculados ao Conselho.

Outros três eventos, +50, +60 e +70, reuniram associados na sede da entidade e realizaram homenagens aos presentes em cada uma destas faixas etárias, que receberam um certificado comemorativo. Como em todos os eventos que vêm sendo realizados pela entidade, o Corecon-SP tem procurado aproximar e envolver ao máximo os associados, valorizar a categoria e também enfatizar a diversidade de gênero, raça e a etária, criando um espaço na entidade de efetiva congregação e confraternização. “As celebrações têm sido muito especiais, permitindo o reconhecimento e a valorização daqueles que dedicaram décadas de suas vidas pela profissão, ajudando a moldar políticas econômicas, orientando governos e empresas e promovendo um melhor entendimento dos complexos sistemas econômicos”, defende o Presidente do Corecon-SP, Pedro Afonso Gomes.

No evento 50+, realizado em 17 de agosto de 2023, foi lançado o livro *Resgatar a Função Social da Economia – uma questão de dignidade humana*, do professor e economista Ladislau Dowbor. Em todas as ocasiões, o Corecon-SP

Na Sessão Solene da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo foram entregues honorarias de reconhecimento ao trabalho realizado por profissionais que durante décadas dedicaram-se à Economia.

Mais de 100 pessoas participaram do evento comemorativo aos 70 anos do Corecon-SP realizado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.



destaca a presença de economistas mulheres e de economistas negros. No evento 60+, Shirley Basílio, em entrevista ao site do Corecon-SP “compartilhou a sua alegria em participar do evento sendo uma mulher economista e preta. Ela enfatizou a importância da presença feminina na profissão e expressou a sua esperança em encontrar, num futuro próximo, um cenário com mais mulheres pretas no mercado e nos encontros do Conselho”.

No Mês do Economista foram realizados ainda outros eventos presenciais: um Painel de Conjuntura Econômica com a presença de Thaís Marzola Zara, Lucas Souza Silva e Roberto Padovani; a palestra do economista Cláudio Moura Castro, que abordou questões que envolvem Educação e Meio-Ambiente refletindo sobre os desafios da sustentabilidade e do desenvolvimento, e uma mesa de debates com os jovens economistas Bruno Gomes, Marcos Ferreira e José Henriques, coordenadores da REPP – Rede de Economistas Pretas e Pretos –, que discutiram os rumos da economia no Brasil, abordando especialmente as questões raciais, e com a Rede Desajuste, grupo também de jovens com uma visão social inclusiva.

No dia 16 de novembro de 2023, exata data em que, 70 anos atrás, ocorreu a cerimônia oficial de instalação do Corecon-SP, será realizada uma solenidade especial no mesmo local em que essa história começou: o auditório da Biblioteca Mário de Andrade. Participarão do evento os atuais Conselheiros, ex-Conselheiros e ex-Presidentes da entidade; os atuais e antigos funcionários; além de economistas e autoridades públicas e de instituições importantes para a trajetória do Corecon-SP.

Reformas administrativas

Em 2022, assim que assumiu a Presidência, Pedro Afonso Gomes empreendeu uma reforma administrativa, reestruturando e reorganizando a equipe de trabalho do Conselho. De início, nomeou um Gerente Executivo, Júlio Poloni, para coordenar o trabalho dos departamentos e conduzir a execução do plano de atividades da entidade. Com isso, os processos administrativos, de compra e contábeis foram aprimorados.

A atual gestão reduziu as despesas e racionalizou os gastos, a partir de uma revisão minuciosa dos contratos e dos serviços então prestados ao Corecon-SP. Assim, foi possível aumentar a eficiência do expediente do Conselho ao mesmo tempo em que se reduziu custos. Este trabalho teve o importante apoio da recém-nomeada Coordenadora Administrativa, Elisabeth Richter, funcionária efetiva com mais de 20 anos de casa, que passou a ser responsável pelos contratos e processos de compra do Conselho.

No início de 2022, a gestão tomou ciência de um processo do Tribunal de Contas da União (TCU) que apontava diversas irregularidades no quadro de pessoal, como o comissionamento indevido de determinadas funções; a desproporção do número de comissionados de empregados não efetivos; a ausência de um Plano de Cargos e Salários (PCS) válido, entre outras irregularidades.

A partir do trabalho do Gerente Executivo, Júlio Poloni, junto aos advogados Dr. Diego Luiz Rodrigues Freitas e Dr. Delano Coimbra, então recém-contratados do Corecon-SP, ainda no primeiro trimestre de 2022, as principais irregularidades foram sanadas, como a redução do número de funcionários comissionados não efetivos de 12 para três e o comissionamento dos chefes de departamento, estes, sim, empregados efetivos. Em agosto, foi promulgado o novo PCS do Corecon-SP, que, além de regularizar o quadro funcional do Conselho, desfez diversas distorções salariais existentes até então. O Plano passou a prever, ainda, possibilidades de progressão e promoção, estruturando a carreira de todos os cargos efetivos da entidade e estimulando o desempenho profissional.

A contratação do advogado Dr. Diego Luiz Rodrigues de Freitas também foi fundamental para organizar o contencioso, os processos judiciais em que o Corecon-SP é parte. Assim que se identificou considerável inoperância no Departamento Jurídico, com a ausência de controle de processos, perdas de prazo e, conseqüentemente, de receitas, entre outras graves ineficiências, o Dr. Diego Luiz Rodrigues de Freitas foi contratado com a missão de reestruturar o departamento, criar um controle de processos judiciais e tirar o atraso dos processos. A ação se mostrou essencial para a garantia do recebimento dos haveres do Corecon-SP e para o aumento da receita da entidade, que bateu recorde em 2022, atingindo a marca de R\$ 10.999.797,21, quase R\$ 1,5 milhão a mais do que a receita máxima registrada anteriormente em um exercício (2016): R\$ 9.596.885,81. O resultado do primeiro semestre de 2023

aponta para um novo recorde: R\$ 8.870.656,28 apenas nos seis primeiros meses do ano.

Também tem responsabilidade pelo aumento da arrecadação o Departamento de Cobrança do Corecon-SP, chefiado pelo Coordenador Rafael Rodrigues, que, desde o início de 2022, tem empreendido novos procedimentos e estratégias de cobrança, acelerando o ritmo das renegociações com os economistas inadimplentes.

Todas as melhorias pelas quais o Conselho vem passando não perderam de vista a sua atividade-fim: a fiscalização do exercício profissional. A atividade é coordenada por Bruna Koski, que, além de conduzir os processos de fiscalização, garantindo os direitos e os deveres dos profissionais que atuam no mercado de Economia e Finanças, tem conseguido reverter diversos processos seletivos e concursos que preveem vagas para a área, mas não segmentam a concorrência aos bacharéis em Ciências Econômicas devidamente registrados, como preconiza a lei.

Após mais de dez anos sem investimentos na área de Tecnologia da Informação (TI), a atual gestão concretizou um ousado projeto de modernização tecnológica. Hoje, o expediente do Conselho opera em nuvem híbrida, conferindo maior segurança aos dados sob sua responsabilidade. Também foi implantado o Office 365, ampliando a eficiência do expediente, com mais funcionalidades administrativas, bem como o novo provedor de e-mails Azure Exchange, que findou uma era de falhas de comunicação ocorridas nas mensagens eletrônicas do Conselho. A internet do Corecon-SP também foi fortalecida, potencializando as operações do expediente. O sistema informacional que concentra os dados do arquivo do Corecon-SP, onde são gerenciados os dossiês de todos os economistas e empresas registrados na entidade, também foi modernizado, substituído por um sistema mais moderno, prático e confiável. Outra importante inovação foi a troca do sistema de telefonia, do antigo PABX para o VOIP, que opera e armazena as ligações em nuvem, pela internet. Por fim, até o final de 2023 serão substituídos todos os computadores das estações de trabalho do Corecon-SP. Atualmente, as máquinas a serviço da entidade possuem 8, 12 e 16 anos de idade, apresentando lentidão e ineficiências próprias de equipamentos muito usados. Os novos computadores, além de “o km”, possuem configuração moderna, sendo capazes de executar com grande eficiência e agilidade. Todo o projeto de modernização tecnológica, cujas premissas são compatíveis com as melhores práticas de mercado, foi planejado e executado pelo Coordenador de TI, Marco Aurélio Martins de Freitas.

A primeira etapa do projeto de modernização tecnológica, como se vê, é basilar, preparatória para a segunda e prioritária etapa: a modernização dos serviços prestados pelo Corecon-SP aos economistas e empresas registrados. E essa etapa já começou a partir da troca do sistema informacional que armazena os dados dos economistas e empresas registrados. O novo sistema, além



de fazer todo o trabalho de registro dessas informações, possibilitará a implementação de diversos serviços *on-line*. Em breve, os profissionais poderão se registrar, emitir certidões, solicitar segunda via de carteira profissional, entre diversos outros serviços diretamente pelo site do Conselho. Para fazer essa substituição de sistema, o Corecon-SP se preparou durante meses. Primeiro, foi preciso adequar os dados dos registrados aos requisitos da Resolução 1.883/2012/COFECON, revogada pela Resolução 2.116/2022/COFECON, com novas disposições. O Corecon-SP estava há mais de dez anos gerenciando seus dados de forma diversa do que dispõem as normas do Sistema Cofecon/Corecons. Portanto, o primeiro passo foi a regularização desses dados. O segundo estágio foi a formulação de um projeto de parametrização capaz de estruturar as informações como eram e como deveriam ser migradas para o novo sistema. A terceira fase foi a migração, propriamente, e o acompanhamento da adequação dos dados migrados. O quarto – e último – estágio será a implantação dos serviços *on-line*.

Todo esse trabalho, quase que cirúrgico, de troca de sistema foi liderado pelos coordenadores dos departamentos envolvidos, caso da Cobrança, chefiado por Rafael Rodrigues; da Fiscalização, coordenado por Bruna Koski; Jurídico, do advogado Dr. Diego Luiz Rodrigues Freitas; e, principalmente, do Departamento de Atendimento e Registro, coordenado por Márcia Godoy, que foi a responsável pelas duas primeiras fases da implantação e também será a capitã da quarta e última. É sob a coordenação de Márcia Godoy que também foi implantado o atendimento via WhatsApp. Hoje, os economistas já conseguem conversar com os Departamentos do Corecon-SP e requisitar quaisquer serviços da entidade pela ferramenta.

Café com Economistas em Ribeirão Preto, que promoveu o trabalho do Corecon-SP e reforçou as parcerias para intensificar as oportunidades de trabalho aos economistas.

O Corecon-SP está atuando em conjunto com o Cofecon para implantar até o final de 2023 as carteiras profissionais digitais; o Sistema Eletrônico de Informações, que digitalizará, aos poucos, todos os processos administrativos, dossiês dos registrados e processos de compras do Conselho; a diversificação das formas de pagamento disponíveis aos economistas; entre outras ações que visam, a partir da modernização tecnológica, facilitar a vida dos profissionais registrados e ampliar a transparência da entidade.

Por falar em transparência, este é um valor norteador da atual gestão do Conselho. Uma das primeiras medidas, ainda no início de 2022, foi a regularização do Portal da Transparência do Corecon-SP, que se encontrava desatualizado e incompleto, não contendo nem um quinto das informações necessárias, segundo levantamento da Comissão de Governança do Cofecon.

Assim, o Portal da Transparência do Corecon-SP foi regularizado, atualizado e completamente reformado, com vistas a, além de atender às leis e normas concernentes ao tema, proporcionar aos economistas, aos órgãos de fiscalização e a toda sociedade o acesso mais amplo, simples e irrestrito possível aos dados do Conselho: atas de Sessões Plenárias; atos normativos (Resoluções, Portarias, etc); prestações de contas; relatórios de gestão; licitações e contratos; entre muitas outras informações que fornecem ao leitor um panorama bastante amplo sobre a gestão do Corecon-SP. A reforma do Portal da Transparência e sua manutenção e atualização diária com as informações da gestão foi e é um trabalho da Assessora da Presidência Júlia Goggi.

Hoje, a prestação de contas do Corecon-SP é totalmente pública e diária. A Gerência Executiva criou um relatório orçamentário de fácil entendimento para apresentar os gastos do Conselho de forma completa e acessível, para que todos os economistas e a sociedade acompanhem o destino de cada centavo que sai dos cofres da entidade. O arquivo é atualizado diariamente, sendo possível ver os gastos praticamente em tempo real. O relatório fica exposto na seção de Finanças, no Portal da Transparência, e é mantido e atualizado pela Assessora da Presidência Néia Sá Teles, que é a responsável pela gestão financeira do Conselho. Os dados também ficam expostos em banner na recepção do Corecon-SP, sendo atualizado, neste caso, sempre ao final do mês.

Os projetos de valorização profissional são prioridades da atual gestão. Desde 2022, o Corecon-SP tem realizado diversas *lives*, palestras, debates e discussões sobre os mais variados campos da Economia. Além disso, em 2023, o Conselho lançou a Plataforma de Educação Continuada, contando com a parceria de diversas instituições de notável respeitabilidade no mercado, oferecendo descontos em cursos de extensão, especialização e pós-graduação. Na plataforma também estão disponíveis diversos cursos gratuitos, tudo para que os economistas possam atualizar continuamente seus conhecimentos, ampliando suas oportunidades profissionais. Esse projeto tem a coordenação da Assessora da Presidência Marcela Sun Lee, que também é peça-chave na retomada da qualidade e da amplitude do relacionamento institucional

do Corecon-SP e de sua Presidência com outros Conselhos de Fiscalização Profissional, associações e federações setoriais, instituições de ensino, autoridades públicas, entre outros atores econômicos importantes.

Outro ponto relevante da modernização dos serviços do Corecon-SP é a reabertura do imóvel localizado no bairro do Pacaembu. Antes de explicar o porquê, um breve histórico: o espaço encontrava-se sem utilização há muitos anos. A gestão Barsi fez uma profunda reforma no local, recuperando o imóvel e suas condições de uso. Na gestão Pedro Afonso, o imóvel tornou-se a sede do Sindecon-SP, a partir de uma parceria entre as duas entidades em benefício dos economistas, que tiveram ampliado o seu acesso aos cursos fornecidos pelo Sindicato.

O próximo passo, sim, será um marco na modernização do Conselho. O projeto prevê ampliar a utilização do espaço, que passará a ser intitulado “Casa do Economista”. O local deve abrigar serviços como cursos, palestras, encontros de economistas, além de funcionar como espaço *coworking*, em que os economistas terão computadores e internet disponíveis para trabalhar e até receber clientes e fazer reuniões de pequeno porte.

Mudança no formato das Delegacias Regionais

As Delegacias Regionais do Corecon-SP são as instâncias responsáveis por atender os economistas do interior e do litoral do Estado de São Paulo. Também é da atribuição delas promover a valorização profissional em suas jurisdições, bem como representar o Conselho antes as instituições, autoridades e atores econômicos locais.

Até 2022, as 11 Delegacias Regionais do Corecon-SP (ABC, Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Santos, Jundiaí, Ribeirão Preto, Bauru, Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente) contavam com pequenos escritórios instalados em salas alugadas, onde trabalhava um colaborador por sede.

Essa operação consumia pouco mais de R\$ 1,2 milhão anuais. A atual gestão fez um estudo geral sobre a situação das Delegacias Regionais e notou que poucos atendimentos eram feitos nesses escritórios. Constatou-se uma situação de subutilização da força de trabalho alocada nas regiões, bem como a ineficiência do montante investido nesse formato de atendimento.

A partir de então, a atual gestão do Conselho investiu em um projeto de modernização tecnológica, como mencionado nas páginas anteriores, digitalizando o atendimento e diversos dos serviços prestados aos economistas. Assim, o Corecon-SP conseguiu melhorar e

Tecnologia: Corecon-SP moderniza contato com economistas de todo o estado de São Paulo, oferecendo atendimento digital.



ampliar os seus serviços ao tempo em que se fez uma economia de recursos que possibilitou investimentos fundamentais, principalmente na área de tecnologia de informação e em projetos de valorização profissional.

Paralelamente, o Corecon-SP fortaleceu a sua equipe de Delegados Municipais e Distritais, multiplicando seus representantes por todo o estado. Esse trabalho foi fundamental para garantir a atenção ao Economista do interior e do litoral e os interesses da categoria nas regiões.

Agora, até mesmo o processo de registro é praticamente todo feito remotamente. E são os Delegados do Corecon-SP que fazem o atendimento do profissional que está se registrando. A entidade aluga, pelo período de uma hora, uma sala de *coworking* confortável e estruturada na cidade onde reside o profissional, sempre em local próximo e de fácil acesso para quem está se registrando, e promove o encontro do novo economista com algum dos Delegados da região. Esse encontro, com a apresentação dos devidos documentos, já basta para o processo de registro.

A ideia de o atendimento passar a ser feito pelos Delegados tem um intuito central: os Delegados são economistas, em geral, bastante experientes, com atuação profissional em sua área de jurisdição. Eles aproveitam esses encontros com os novos economistas para instruí-los sobre o mercado de trabalho local, as possibilidades de atuação profissional, entre outros assuntos que fazem do ato do registro uma acolhida extremamente útil para a carreira do profissional.

Além do registro de novos profissionais e do atendimento dos economistas em geral, os Delegados do Corecon-SP estão sempre buscando oportunidades para a categoria. Entre 2022 e 2023, diversos convênios foram fechados com empresas, instituições de ensino, parques tecnológicos e centros de inovação das regiões, pensando no desenvolvimento e na empregabilidade dos economistas. Outro trabalho eminente foi o apoio à reabertura de faculdades de Economia em regiões que há muito tempo não tinham mais oferta do curso, como Araçatuba e São José do Rio Preto.

Portanto, a mudança no formato de funcionamento das Delegacias Regionais do Corecon-SP representou para a entidade a ampliação de sua atuação e do alcance de suas ações em benefício da categoria.

A Comunicação e os economistas no mundo digital

Nos últimos dois anos, a visibilidade do Corecon-SP tem aumentado significativamente. A área de Comunicação do Conselho passou por uma profunda reestruturação. A jornalista Denise Kelen dos Santos foi contratada em julho de 2022 e, desde então, tem empreendido uma série de inovações que ampliaram o acesso dos economistas às notícias do Corecon-SP para os seus registrados.

Entre as transformações recentes, intensificadas na atual gestão, encontra-se a consolidação da utilização intensiva das plataformas e dos meios digitais como ferramenta de gestão, administração, comunicação, ensino e formação e de promoção de atividades. As próprias sessões plenárias passaram a ser em formato híbrido – presencial e virtual – a partir de 2022.

O site institucional passou por uma reforma completa. O portal hoje disponível traz todas as informações a respeito dos serviços do Conselho, bem como a divulgação das *lives*, dos cursos de extensão da Plataforma de Educação Continuada, dos eventos de valorização profissional, dos convênios e benefícios aos quais os economistas têm direito, das campanhas e projetos, entre muitas outras informações e oportunidades que estão à disposição dos profissionais registrados.

Além do site, os economistas conseguem se informar e aproveitar as ações da entidade por meio do aplicativo Economistas, ambiente em que estão reunidas todas as notícias, informações e publicações do Conselho. O Corecon-SP também está presente em todas as principais redes sociais: Instagram, Facebook, LinkedIn, X e YouTube. Neste último, está a TV Economista, canal oficial do Corecon-SP, onde estão disponíveis todas as *lives* e palestras realizadas nos últimos anos, bem como a programação integral do Congresso Brasileiro de Economia de 2021 e do Congresso Paulista de Economia de 2022. São informações e conhecimentos essenciais para os economistas que buscam ampliar seus horizontes e oportunidades profissionais. Na TV Economista também são exibidos semanalmente os programas Economia Dia a Dia, que a cada edição aborda uma técnica econômica diferente, e o Palavra do Presidente, em que são comentadas pelo gestor as principais notícias da entidade. A TV Economista passou dos 11 mil inscritos no canal no YouTube, atingiu meio milhão de visualizações e disponibiliza mais de 250 vídeos. Por ser uma plataforma aberta e acessível aos estudantes, o conteúdo da TV Economista tem sido frequentemente indicado pelos professores de graduação como forma de complementar e ampliar a formação.

A importância central das ferramentas digitais ficou ainda mais marcante no período da pandemia de Covid-19, em 2020 e 2021. As *lives* tornaram-se uma ferramenta não apenas de sobrevivência das atividades durante a pandemia como se mostraram, em seguida, instrumentos fundamentais para alcançar um público maior. Se, de um lado, muitos lamentam a falta de encontros presenciais, por outro lado a atividade virtual tem uma abrangência, inclusive territorial, muito expressiva. No caso do Corecon-SP, efetivamente permite chegar a todos os municípios do estado.



O Corecon-SP está presente em todas as redes sociais, aplicativo, site e WhatsApp, levando informações importantes e oportunidades para os estudantes e economistas.

O Congresso Paulista de Economia, evento que o Corecon-SP não realizava há muitos anos, voltou a ser realizado em 2022, também em formato virtual. O Congresso apresentou um panorama da economia do Estado de São Paulo, em suas vertentes regionais e setoriais, sob o tema geral “Economia Paulista Pós-Pandemia”. Além da contribuição à sociedade, visou mostrar o importante papel do economista no processo de desenvolvimento e de crescimento das empresas e dos demais agentes econômicos. O Congresso Paulista, realização já tradicional do Conselho, é um importante elo de contato com profissionais, estudantes e autoridades em todo o estado e o formato virtual permitiu uma audiência ampla nas mais variadas regiões.

Ainda na direção de aperfeiçoar o atendimento com ferramentas virtuais, a comunicação entre o Conselho e os associados passou a contar um novo instrumento: o WhatsApp. A medida tornou mais direto e dinâmico o atendimento, tanto para a comunicação ativa do Conselho como para solicitações dos associados. Registro, fiscalização e cobrança agora são realizados por meio do aplicativo.

Educação

O Corecon-SP possui atualmente como um dos seus principais focos de atuação oferecer cursos de aperfeiçoamento, especialmente com conhecimentos e técnicas para o economista poder trabalhar em novas áreas de atuação que estão se abrindo. Nesta mesma direção, a entidade realiza uma série de iniciativas para ampliar o mercado de trabalho, com visitas, reuniões e parcerias para divulgar a importância da profissão e desenvolver novas possibilidades e oportunidades profissionais.

Um dos desafios atuais mais intensos do Corecon-SP é atrair os jovens formados e os profissionais em geral em seus primeiros anos e décadas de atuação. Em 2022 apenas cerca de 1/3 dos associados com registro definitivo tinha menos de 50 anos. Isto pode sugerir não apenas um menor interesse pela profissão, com o decréscimo do número de profissionais, mas que os formados não exercem efetivamente trabalho de economista (e, por isso, não se filiam ao Corecon-SP). Os números por faixa etária em 2022 dos filiados são: 3,35% tinham até 30 anos de idade. 12,99% entre 31 e 40 anos; 17,79% entre 41 e 50; 37,45% entre 51 e 60; 27,34% entre 61 e 70 e 11,08% de mais de 71 anos. Do total, apenas 22,61% são mulheres.

Por isso, nos últimos anos tem se procurado aprofundar também o vínculo do Conselho com os estudantes de graduação e os recém-formados. O Conselho deve estar próximo dos jovens e dos futuros profissionais em sua formação e início de carreira, justamente os momentos em que eles mais precisam de apoio, reforços de formação, especializações, orientações sobre oportunidades e carreira. E, ao mesmo tempo, é nesse período que se estabelecem e consolidam os vínculos entre os jovens profissionais e o seu Conselho.



Desde 2022, várias iniciativas têm sido empreendidas no sentido de buscar uma reaproximação do Corecon-SP com as faculdades de Economia. Desde então, o Conselho retomou o contato com os Coordenadores de cursos de Ciências Econômicas. Hoje, a Secretaria da Presidência e o Departamento de Comunicação tem contato direto com todos eles, de todas as regiões do estado. Assim, as ações do Corecon-SP passaram a contar com amplo apoio das faculdades, como, por exemplo, a Gincana Nacional de Economia e o tradicional Concurso de Monografias. De igual modo, as ações das faculdades passaram a contar com amplo apoio do Corecon-SP. A entidade tem participado de diversas palestras, feiras de profissões e colações de grau das instituições de ensino superior em todo o estado, sempre representada pelo Presidente, pelos membros da Comissão de Educação e/ou pelos Delegados Regionais, Municipais e Distritais da jurisdição da faculdade em questão.

Em maio de 2023, o Conselho reuniu 25 coordenadores de cursos de graduação em Ciências Econômicas do Estado de São Paulo em um encontro online para debater a formação, as demandas do mercado e as perspectivas da profissão. O intuito do Corecon-SP foi contribuir com as instituições de ensino compartilhando o seu conhecimento sobre a realidade dos milhares de economistas do estado em sua busca por trabalho e emprego, seus desafios e dificuldades e, a partir daí, possibilitar às faculdades de Economia planejarem de modo mais eficaz os seus cursos e ementas e grades curriculares.

Evento no Corecon-SP sobre Economia, Educação e Meio ambiente reúne Claudio Moura de Castro, Luis Paulo Rosenberg e Pedro Afonso Gomes.

Estiveram presentes no encontro, além dos coordenadores de curso, o Presidente do Corecon-SP, Pedro Afonso Gomes; o Presidente da ANGE (Associação Nacional dos Cursos de Graduação), professor Paulo Sérgio Fracalanza; e os Conselheiros que fazem parte da Comissão de Educação do Corecon-SP, Júlio Manuel Pires (coordenador), Antônio Fernando Gomes Alves e Salete Aparecida Rossini Lara.

Outro projeto fundamental na área é a Plataforma de Educação Continuada, iniciada em 2023, que conta com diversos convênios para fornecer aos economistas cursos gratuitos ou com descontos. Os cursos proporcionam aprimoramento e atualização profissional com foco em áreas que permitem maior empregabilidade ou que representem oportunidades de explorar novos campos dentro da Economia. A Plataforma elenca cursos de extensão, pós-graduação, oficinas e outras atividades mantidas por diversas instituições, entre elas: PUC-SP, FIA Business School, Anibma, Fecap, UFSCAR, Eleve, USP, Cruzeiro do Sul e FGV.

Em 2023, o Corecon ofereceu o MBA em *Value Investing*, com Luiz Barsi Filho, oferecendo desconto para os profissionais registrados no Conselho. O *Value Investing* “é a técnica utilizada pelos maiores investidores da Bolsa para encontrar as grandes barganhas do mercado acionário”. Os que se inscreveram no primeiro dia ganharam como bônus o direito de participar de um evento presencial com Barsi, um dos maiores investidores do País. O Conselho assinou convênios com cursos de mercados de capitais, como MBAs, em especial os que são credenciadas pela CVM e fornecem certificação.

A entidade também tem apoiado diversos cursos que inserem e posicionam o economista em um mercado multidisciplinar com profissionais com formações variadas. Um exemplo é o apoio ao Seminário Internacional FACPC Normas Internacionais de Contabilidade e de Sustentabilidade, realizado em outubro de 2023, que – mostrando como o economista pode trabalhar ao lado de muitas outras especialidades – contou com Conselheiros de administração e fiscais; membros de comitês de auditoria; profissionais de investimentos em geral; analistas do mercado de capitais e de crédito; administradores e gestores de carteiras de investimentos; profissionais de relações com investidores; executivos financeiros, de controladoria e de sustentabilidade; profissionais da contabilidade e auditores; investidores institucionais; consultores e especialistas em finanças corporativas; advogados, professores e estudantes universitários de finanças, de contabilidade e de sustentabilidade. A organizadora do Seminário foi da FACPC – Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com realização do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS). O programa oferece uma visão do atual estágio de adoção das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS – International Financial Reporting Standards), dos Relatórios de Sustentabilidade no Brasil (ISSB – International Sustainability Standards Board) no Brasil e das



Acordo celebrado com as Faculdades Oswaldo Cruz (FOC) para oferecer cursos de graduação e pós-graduação com descontos aos economistas, extensivo a colaboradores do Conselho e a alunos do ensino médio indicados por economistas.

mudanças mais relevantes que estão em andamento. Entre inúmeras outras iniciativas de apoio aos economistas, foram ainda organizadas palestras sobre como otimizar a utilização do LinkedIn para ampliar oportunidades profissionais e sobre como calcular a remuneração do trabalho.

Em agosto de 2023, Corecon-SP e Faculdades Oswaldo Cruz (FOC) assinaram uma parceria para divulgar o curso de Ciências Econômicas e oferecer descontos nos cursos de graduação e pós-graduação, extensivo a colaboradores do Conselho e a alunos do ensino médio indicados por economistas. A parceria foi uma iniciativa do Vice-presidente do Corecon-SP, Odilon Guedes Pinto Junior, que é professor das FOC há mais de 40 anos. A ideia é atrair jovens que estão em dúvida sobre qual carreira seguir, apresentando a área da Economia e estimulando o estudo da área.

Vínculo com estudantes de graduação e de Ensino Médio

A entidade também tem buscado reforçar seus vínculos e programas com estudantes de Economia. Alunos de graduação, além de poder se registrar com um Registro de Estudante sem custo na primeira inscrição, podem usufruir de descontos em cursos, plano de saúde, escolas de idiomas, plano previdenciário e praticamente todos os outros benefícios do Corecon-SP para os economistas.

O Registro de Estudante também dá acesso às palestras, às *lives* e aos eventos promovidos pelo Corecon-SP, além de conferir credibilidade aos futuros profissionais que estão buscando estágio na área. O registro é gratuito e tem validade de um ano, podendo ser renovado até a conclusão do curso. O Corecon-SP também mantém contato constante com os estudantes regis-



No Mês do Economista foi realizado um Painel de Conjuntura Econômica com a presença de Thaís Marzola Zara, Lucas Souza Silva e Roberto Padovani. Na foto à esq, os palestrantes ao lado do presidente do Corecon-SP, Pedro Afonso Gomes, e de Luis Paulo Rosenberg.

trados para divulgar projetos do interesse desse público, como a Gincana Nacional de Economia, o Prêmio Brasil de Economia, o Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas, o Concurso de Monografias, além da Plataforma de Educação Continuada.

Além disso, a entidade intensificou os contatos com alunos de Ensino Médio, divulgando as perspectivas da formação e da carreira. O “Desafio Quero Ser Economista” é um projeto fundamental no movimento de aproximação com esse público. O Desafio é uma competição em ambiente virtual para que os jovens do Ensino Médio, que ainda não se definiram profissionalmente, conheçam mais sobre Economia. O jogo apresenta conceitos básicos de Economia de forma divertida e descomplicada, com vídeos e enigmas; os vencedores ganham prêmios em dinheiro.

Os dilemas da graduação e da formação em Economia

Há mais de uma década, o número de faculdades de Economia tem diminuído mesmo no estado de São Paulo, com instituições tradicionais na capital e no interior sem conseguir abrir turmas, como já mencionado. Com isso diminui o número de formados e de economistas em geral. Há regiões do estado de São Paulo onde inexistem uma única faculdade de Economia, dado que é uma realidade em outras regiões do País, até mesmo em capitais de estados, o que já tem dificultado a manutenção dos próprios Conselhos Regionais.

Apesar da notoriedade e da visibilidade de inúmeros economistas que estão no primeiro plano dos debates nacionais e internacionais, a entidade segue tendo que reafirmar diariamente a relevância destes profissionais e lutar para que sejam reconhecidos e respeitados no mercado de trabalho, seja no setor

público, no privado ou no terceiro setor. Setenta anos após o reconhecimento da profissão, pelas próprias características multifacetadas de sua formação e de suas habilidades, o economista ainda tem que conquistar seu lugar. Por isso, a importância da atuação do Corecon-SP e de seu atual Presidente, iniciando e consolidando o campo de trabalho de perícia, mediação, avaliação patrimonial e reestruturação de empresas, entre outras áreas promissoras.

A formação e a grade curricular oferecidas pelos cursos de Economia é objeto de permanente debate no Corecon-SP, como já referido neste capítulo e ao longo deste livro. O curso vive sempre uma concorrência com outras graduações consideradas mais “práticas” do ponto de vista das empresas, entre elas Administração, Contabilidade e Engenharia e outras graduações novas mais recentes. As graduações em Economia oferecem uma combinação de disciplinas de ciências humanas e ciências exatas, além das disciplinas de teoria econômica propriamente ditas, embora os cursos venham nos últimos anos acentuando o número de matérias dos chamados métodos quantitativos (econometria, cálculo, matemática). O que é o ponto forte do curso, a variada combinação de métodos e ferramentas entre as ciências humanas e as exatas, a capacidade de analisar as questões econômicas, históricas e sociais e ter ferramentas matemáticas e estatísticas para formular decisões e políticas, pode também ser visto pelo mercado de trabalho como excessivamente amplo e pouco aplicável às questões mais rotineiras das empresas.

“Muitas vezes os alunos consideram o curso pouco prático e com pouca empregabilidade”, afirma Waldir Pereira Gomes, com uma longa trajetória de professor e coordenador de curso na UMC e na PUC-SP. “Qual é a questão concreta que leva à preferência pelos cursos de Administração ou Ciências Contábeis? Nós temos que rever um pouco o curso de Economia. Se o aluno quer trabalhar no mercado de capitais ou no mercado financeiro, não é o curso de Economia que vai dar esta formação. Ele faz um curso de seis meses e se capacita. Economia é uma ciência social, não é uma ciência exata, e na estrutura curricular há disciplinas de ciências humanas e também métodos quantitativos. Ao mesmo tempo, os estudantes ingressam na faculdade sem base matemática e de métodos quantitativos e, diante disso, muitas vezes desistem de cursar Economia. Por isso, temos que olhar para o Ensino Médio e priorizar a apresentação da profissão para estes estudantes. Sempre batalhamos para ampliar o mercado de trabalho, como no caso da perícia, que não é ensinada na graduação. Porque no interior do estado, por exemplo, o formado em Economia não tem muita expectativa de ir para um ministério ou órgão público de planejamento. Ele quer terminar o curso e abrir em sua cidade ou região um escritório próprio de assessoria, de consultoria para empresas. Para isso, ele precisa de conhecimentos de perícia, de mediação, de recuperação de empresas, de mercado de capitais, mercado financeiro, conhecimentos que na verdade não são oferecidos pela universidade. Na minha visão, é em parte por isso que muitas vezes os estudantes não fazem opção



Nesta página e na seguinte, lançamento de livros integram o cotidiano de atividades do Corecon-SP com o debate plural de ideias e perspectivas.

por Economia. Mas a academia é independente, ela não tem que seguir o que nós, nas entidades, sinalizamos. Nos conselhos profissionais nos colocamos à disposição para dialogar e contribuir, para sensibilizar o estudante. E cada vez mais o Corecon-SP tem oferecido cursos de aperfeiçoamento”.

O economista Gilson de Lima Garófalo, Vice-presidente do Sindecon-SP e professor da FEA-USP, considera muito importante a atuação do Corecon junto ao setor educacional e entende que a formação está distante do mercado de trabalho. “Tem que haver um elo muito estreito com as faculdades de Economia no estado de São Paulo. Esse vínculo é muito importante. O problema é que, infelizmente, as grades curriculares não têm se amoldado às necessidades do mercado de trabalho. Então o estudante de Economia hoje pensa que a principal forma de atuar como tal é na área financeira. No entanto, o campo de atuação é muito mais amplo e, hoje, quando se procura um economista que seja especializado em teoria dos jogos e tecnologia da informação, por exemplo, não se encontra. E tecnologia de informação é muito importante. Também encontramos pouca ênfase nas estruturas curriculares à economia agrícola, que é um campo promissor de atuação, muito pouca preocupação também com o setor de análise setoriais e assim por diante. Quando leio as monografias, particularmente de estudantes de faculdades do estado de São Paulo, vejo que eles se ocupam principalmente com temas ligados ao mercado financeiro. Como tenho participado em várias comissões de premiação a nível nacional observo que estudantes de outras regiões do País abordam com muita propriedade e profundidade temas atinentes a ou-



tras áreas, como desenvolvimento regional, economia do meio-ambiente, a importância do mercado de carbono que está em ascensão devido à questão de reflorestamento, economia do turismo, do desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional e assim por diante”.

“Nos anos 1970, 1980, épocas do milagre econômico, o curso de Economia possuía um encanto especial e um apelo muito intenso com os jovens. E esse apelo foi caindo e recentemente estamos com poucas faculdades. O profissional de Economia tem na sua formação uma amplitude de disciplinas muito grande, é uma formação profissional bastante ampla e eclética. E a Economia foi perdendo espaço principalmente para os cursos de Administração”, afirma Carlos Alberto Safatle, ex-Presidente do Corecon (2010) e professor da PUC-SP, que enfatiza também a questão da duração do curso: “Durante muito tempo, a graduação permaneceu com duração de cinco anos e quase só com período diurno. Administração começou com um curso de quatro anos, com opção de período noturno, o que permitia fazer faculdade e trabalhar ao mesmo tempo. Enquanto isso a situação era difícil para os jovens que cursavam Economia. No máximo conseguiam um estágio, porque só teriam disponível o período da tarde. Só muito tempo depois, a graduação em Economia passou para quatro anos e criou-se também a opção de curso noturno. Só que a Administração já tinha tomado o espaço do economista. E nós estamos enfrentando essa dificuldade até hoje, embora a profissão tenha um alcance social muito grande. Há estados com apenas uma faculdade de Economia na capital, outros estados estão com pouquíssimas graduações nesta área. Um outro fator que dificulta a opção por Economia é que os cursos estão tendendo agora para uma formação quantitativa muito rígida, aprofundando muito a aplicação da matemática e da estatística na teoria econômica. Isso está selecionando e restringindo a procura, porque a formação de exatas dos nossos alunos que saem do Ensino Médio não é muito forte. Então eles

optam por outros cursos profissionalizantes que não utilizam tanto essa base quantitativa. Além disso, a grande maioria dos estudantes de Economia precisa trabalhar durante o dia para pagar o curso à noite. E a mensalidade do curso foi aumentando muito enquanto os salários foram baixando. Com isso, temos uma dificuldade de conciliação entre mercado de trabalho, faculdade e mensalidade”.

Waldir Pereira Gomes também discute a formação e cita uma experiência europeia que conheceu: “Quando estava no Conselho de São Paulo e depois no Conselho Federal tive a oportunidade de viajar à Europa, representando os nossos Conselhos, e conhecer o protocolo de Bolonha, que na Europa mudou especificamente o curso de Economia. Os cursos têm o que eles chamam de ‘três mais dois’. Três anos de licenciatura e dois anos com mestrado. O aluno já sai com mestrado. E após esse mestrado ele pode prosseguir e cursar o doutorado. Trouxe esta ideia para o Brasil e cheguei a discuti-la em algumas instituições e foi muito bem recebida, porque as nossas universidades já têm a estrutura para isso, têm corpo docente qualificado, instalações, biblioteca, e esse estudante já sairia com o mestrado. Quero retomar este debate, porque senão hoje, com o mercado globalizado, estamos colocando bacharéis enquanto os países europeus estão colocando mestres”.

Recordando que, quando Presidente do Corecon-SP, entre 1995 e 1997, promoveu um debate sobre currículo e formação nos cursos de graduação em Economia, Antonio Corrêa de Lacerda afirma: “Nos aproximamos dos coordenadores dos cerca de cinquenta cursos de Economia, começamos a interagir e fizemos encontros a cada seis meses, realizando uma discussão sobre o currículo. Isto foi realizado a partir de uma articulação nacional com os demais Corecons, com o Cofecon, entidades como a Ange (Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia) e a Anpec (Associação Nacional dos Cursos de Pós-graduação em Economia) para influenciar junto ao MEC e a Capes com o objetivo de manter o curso atualizado e sem descaracterizá-lo. Na época havia duas vertentes em debate: uma que queria a modernização, que era necessária, mas havia também quem defendesse uma simplificação, que eu entendia como um apequenamento, porque se é algo que diferencia o economista é exatamente a qualificação e a abrangência. É formar pessoas com conhecimento e uma visão de mundo de uma amplitude fantástica. Por outro lado, isso exige um esforço hercúleo, estudar história da economia brasileira, história do pensamento econômico, métodos quantitativos, estatística, matemática, econometria, cultura econômica e assim por diante”.

Com uma trajetória de 60 anos como economista, Marcel Domingos Solimeo, atual Conselheiro suplente da entidade, mostra a sua visão da profissão e do perfil dos profissionais com quem vem trabalhando em seis décadas na Associação Comercial de São Paulo: “Eu valorizo muito os estudos teóricos de Economia, mas procuro enquadrar estes conhecimentos na realidade e o uso da matemática, da estatística e da econometria é fundamental. O desafio

aos economistas é que nesses sessenta anos nós tivemos três constituições, oito moedas, oito planos econômicos, uma moratória da dívida externa, um confisco de poupança. Tantas mudanças e evoluções exigem perfis muito diferentes e o bom economista tem que ser teórico e prático ao mesmo tempo. Acima de tudo, tem que possuir uma visão analítica, ter uma concepção teórica consistente e capacidade de processar os dados e entender a realidade. E depois explicar para a sociedade as mudanças do seu dia a dia. Há economistas que permanecem só no campo teórico e desenvolvem teorias e isso é muito importante. Atualmente, para fazer análises econométricas basta o computador e agora a inteligência artificial. Mas nós temos que pensar no ser humano e, com este salto tecnológico, avaliar como isso pode servir para melhorar a situação da população. Mais do que o advento da inteligência artificial me preocupa a decadência da inteligência humana. Porque, com este hábito de ficar muito nos aparelhos eletrônicos, no celular, tudo isso está mudando a linguagem e a capacidade de pensar. E nós pensamos por meio da linguagem. E na medida que começamos a utilizar os aplicativos, por exemplo, estamos perdendo um pouco dessa inteligência que é a comunicação, escrita, elaboração, o que me preocupa em relação ao futuro. E outro aspecto é que nós não estamos preparando a geração futura o suficiente para poder usar essas tecnologias a favor do emprego. Esses são os desafios que não são exclusivos dos economistas, são dos estadistas, mas como economistas temos que participar e cumprir a nossa função como cidadãos”.

O ex-Presidente do Corecon-SP e do Cofecon, Carlos Roberto de Castro, por sua vez, defende que “o que nós temos que fazer, e o Conselho vem fazendo e é muito importante, é promover a profissão junto ao Ensino Médio, mostrando as possibilidades de ingresso na graduação e, especialmente, no mercado de trabalho. Temos que pensar nos desafios de ser economista hoje, nos jovens que estão ingressando em um mundo globalizado. Estes jovens têm de estar muito atentos e sempre buscando novos conhecimentos e têm que dominar várias capacidades em várias frentes. Tem que ser leitor atento, assíduo. Então o mundo hoje é muito mais desafiador do que na minha época. O curso de Economia dá essa visão de conjunto e abre a cabeça das pessoas”.

Empregabilidade do economista

Pensando na empregabilidade dos economistas, o Corecon-SP criou um Catálogo de Economistas, segmentado por áreas de atuação e cidade, para divulgação ativa dos profissionais autônomos dirigida aos tomadores de serviços (associações e federações representantes de empresas de determinado setor; sindicatos patronais, entre outros). A ação visou a empregabilidade e a ampliação do mercado de trabalho e o melhor aproveitamento dos talentos da categoria.

O presidente do Corecon-SP, Pedro Afonso Gomes, visitou em julho de 2023 a presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo (OAB-SP), Patrícia Vanzolini, para estreitar o relacionamento entre as entidades e projetar ações em conjunto que beneficiem economistas e advogados. Acompanharam o encontro os conselheiros José Marcos de Campos, Ricardo Gennari e Welinton dos Santos.



As realizações para divulgar a profissão com iniciativas concretas se multiplicam. Um exemplo foi a visita, em julho de 2023, a dois importantes centros do Vale do Paraíba: o Parque Tecnológico de São José dos Campos, com mais de 200 empresas, e o Centro de Inovação e Empreendedorismo de Jacareí. No Parque de São José dos Campos constatou-se que os empreendedores ali instalados poderiam contar com o apoio, uma mentoria, por parte de economistas para realizar o plano de desenvolvimento de seus negócios. Além disso, há campo de trabalho associado à promoção da ciência, da tecnologia, da inovação e do empreendedorismo.

O presidente do Corecon-SP visitou em julho de 2023 a Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo (OAB-SP), Patrícia Vanzolini, para estreitar o relacionamento entre as entidades e realizar projetos em conjunto que beneficiem economistas e advogados. Acompanharam o encontro os Conselheiros José Marcos de Campos, Ricardo Gennari e Welinton dos Santos. “Um dos principais assuntos foi a colaboração entre a OAB-SP e suas quase 250 subseções municipais/distritais e o Corecon-SP e o entrelace do Direito com a Economia, que pode se concretizar em um trabalho profissional colaborativo entre os mais de 400 mil advogados paulistas e os cerca de 16 mil economistas registrados no nosso Conselho”, explicou o Presidente Pedro Gomes.

Dentre as pautas da visita, foi destaque a proposta de uma aliança entre as duas categorias de profissionais com ênfase na educação continuada. A ideia é que ambas as entidades possam compartilhar cursos, palestras e fóruns que agreguem valor para todos. Os Conselheiros colocaram-se à disposição para



contribuir com os economistas e advogados em áreas de atuação tais como criptomoedas, a normatização dos ativos virtuais e o marco legal dos criptoativos, a recuperação e reestruturação de empresas, os meios alternativos de solução de conflitos, a perícia econômico-financeira, a inteligência estratégica e a gestão de crises para a proteção de negócios.

Outro assunto de destaque neste encontro foi a economia do setor público e os aspectos tributários e orçamentários desse segmento, com foco na transparência. “A colaboração entre economistas e advogados torna-se de fundamental importância. Ambos os profissionais possuem conhecimentos específicos que podem ser somados em benefício da sociedade. A união dessas áreas permite uma abordagem mais abrangente e integrada na resolução de questões complexas e no desenvolvimento de políticas públicas”, afirmou Patrícia Vanzolini. Segundo ela, Direito e Economia estão intimamente ligados e a vida social hoje funciona baseada nesses dois pilares, o pilar das leis e os pilares invisíveis da economia.

A reunião na sede da OAB-SP encerrou-se com a certeza de que a união entre economistas e advogados pode trazer resultados promissores. “A troca de conhecimentos e a colaboração mútua são vistas como essenciais para o aprimoramento das práticas jurídicas e o fortalecimento da economia brasileira. A partir desse encontro, espera-se que sejam estabelecidas novas parcerias e que os profissionais das duas áreas possam continuar trabalhando em conjunto, em prol do bem comum”, concluiu Pedro Gomes.

Em maio de 2023, o Corecon-SP recebeu a visita do Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), o economista Reinaldo Iapequino. Ele foi recebido por Pedro Afonso Gomes e pelo Conselheiro federal Carlos Alberto Safatle. São

Visita, em julho de 2023, ao Parque Tecnológico de São José dos Campos, com mais de 200 empresas, e ao Centro de Inovação e Empreendedorismo de Jacareí; os empreendedores podem contar com apoio e mentoria de economistas para realizar os seus planos de desenvolvimento do negócio.

muitas as atividades e ações da CDHU que demandam o trabalho e a expertise de economistas. O Presidente daquele órgão mencionou algumas dessas atividades ou etapas que envolvem os economistas: apresentação de projetos habitacionais; análise de impactos econômicos e ambientais; projetos para obtenção de recursos e financiamentos; produção de justificativas junto ao Governo Estadual sobre a necessidade de verbas para a construção ou reformas de habitações; prestação de contas ao Tribunal de Contas do estado e outras.

O Presidente do Corecon-SP lembrou ainda que uma das atividades mais frequentes daqui para a frente, por parte da CDHU, será a transformação de prédios antigos em imóveis residenciais. “Isso deve revitalizar algumas áreas, especialmente do Centro de São Paulo, e atender a grande necessidade por moradia, a preços mais acessíveis, que tem a capital paulista”, explicou Pedro Afonso Gomes, colocando o Corecon-SP e toda a sua rede de registrados à disposição para auxiliar nessas tarefas fundamentais para o desenvolvimento urbano. Os próximos passos incluem tratativas mais técnicas para a modelação de atividades quem cabem os economistas.

Perícia Econômico-Financeira

Ao assumir a Presidência em 2022, Pedro Afonso Gomes possuía uma expressiva trajetória profissional como perito em Economia e Finanças nos âmbitos Judicial, Extrajudicial e Arbitral, consultor especializado em Recuperação e Reestruturação de Empresas e professor em diversos cursos e workshops para economistas, contadores, administradores, advogados, magistrados, empresários e executivos em disciplina das áreas de Economia, Finanças e Gestão. Ele ingressara no Corecon em 2005, quando, entre outras iniciativas, organizou um grupo de economistas peritos judiciais e avaliadores, valorizando este campo de atuação profissional que se tornou promissor em um momento no qual as funções públicas e também o emprego nas grandes empresas estavam em baixa.

A partir de 2006, com a aprovação da Resolução nº 468 do Corecon-SP, de acordo com o convênio celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Conselho tornou-se responsável pelo registro e pela disponibilização do cadastro dos peritos judiciais aptos a exercerem a função de perito economista. Na entidade, os peritos mais atuantes, além do atual Presidente, eram os Conselheiros Francisco Prisco Neto e José Marcos de Campos, que criaram o Fórum de Perícias, Mediação e Arbitragem e Avaliações Patrimoniais, que promoveu cursos, palestras e discussões profissionais, tornando-se referência para este setor.

Sobre a importante atuação em prol do campo profissional dos peritos judiciais, o atual Presidente relata: “Quando comecei como coordenador em 2005, nós tínhamos aqui 300 economistas registrados que eram peritos. Hoje

nós temos 3.500. Nós mostramos uma face do profissional liberal, no caso do perito do juiz ou do assistente técnico, que o Conselho não conhecia. Porque a entidade estava limitada à visão do trabalho do economista em cargos e empregos públicos. Ou eventualmente a um cargo em uma grande empresa. Atualmente, também esses cargos nas grandes empresas diminuíram. Nós não temos estatísticas, mas com certeza a maior parte dos nossos profissionais não está nem em cargo público nem em empresas. Está trabalhando como autônomo ou tem uma pequena empresa de Economia”. Na avaliação do atual Presidente, existem novas oportunidades de atuação para os economistas em áreas que estão em expansão, tais como: consultoria econômico-financeira; análise de viabilidade econômico-financeira; análise e elaboração de cenários econômicos, sociais e políticos; planejamento estratégico; reestruturação e recuperação de empresas; reestruturação econômica e financeira do setor público; solução de conflitos econômico-financeiros; avaliação de ativos tangíveis, intangíveis, empreendimentos e empresas; além da atuação em setores em alta e cujo mercado ainda não conta com um volume suficiente de profissionais, como meio ambiente, Terceiro Setor, tecnologia, inteligência artificial e cultura.

Com essa atuação do Corecon-SP ampliaram-se as perspectivas do economista como profissional liberal. Em agosto de 2023, apenas como exemplo entre inúmeras iniciativas deste gênero, Pedro Afonso foi palestrante no Fórum de Perícias, tendo como moderador José Marcos de Campos, coordenador do Fórum, sobre o tema Lucros Cessantes e Danos Emergentes. A palestra foi uma oportunidade para compreender os conceitos técnicos, estratégias e nuances da mensuração de danos patrimoniais sofridos por uma pessoa física ou jurídica. Em 2023, ministrou os cursos online “Reestruturação de Empresas” e “Valoração Econômica de Empresas”.

Comissão de Equidade Racial

O Corecon-SP se atualiza constantemente, incorporando novas preocupações da sociedade. Neste sentido criou a Comissão de Equidade Racial, além de manter a Comissão da Mulher Economista, cujas questões estão atualmente no centro das discussões no País. Mulheres e negros são majorias na sociedade brasileira, mas sua representação na sociedade em geral e na profissão de economista ainda tem muitos degraus a galgar.

A Comissão de Equidade Racial dedica-se a elaborar diagnósticos e refletir sobre caminhos possíveis para a expansão da participação da população



Atividade do Fórum de Perícias, Mediação e Arbitragem e Avaliações Patrimoniais, que completa 20 anos em 2024, tornando-se referência para este campo de trabalho

Gil Marcos dos Santos, coordenador da Comissão de Equidade Racial, e Waldir Pereira Gomes recebem os coordenadores da REPP (Rede de Economistas Pretas e Pretos), os jovens bacharéis em Economia Bruno Gomes, Marcos Ferreira e José Henriques, que discutiram os rumos da economia no Brasil a partir de uma perspectiva justa e inclusiva, abordando especialmente as questões raciais.



negra no processo de desenvolvimento do País e, especificamente, desenvolve iniciativas para apoiar economistas negros no mercado de trabalho e promover e intensificar a participação da população negra na profissão de economista.

“Pela primeira vez, o Corecon-SP teve sensibilidade para o tema da equidade racial, foi criado um grupo de trabalho e fui designado para ser o economista responsável. Com isso, estamos trazendo para dentro da entidade a questão da equidade racial e da valorização da participação dos negros. Fico feliz que o Corecon-SP possa contribuir também para a formulação e a defesa de políticas públicas para a população negra”, afirma Gil Marcos Clarindo dos Santos, coordenador da Comissão e também Presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, fundado em 1984, ligado à Secretaria da Justiça e Cidadania do Governo Estadual. Gil Marcos esteve na fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978 e aproximou-se do Corecon-SP e do Sindicato dos Economistas realizando diversos cursos nos anos 1980, depois integrou a diretoria do Sindicato e tornou-se Conselheiro no Corecon-SP.

“A Comissão também discute questões ligadas a educação, moradia e outros assuntos. O racismo estrutural inviabiliza a ascensão da população negra, incluindo a formação de economistas negros, e por isso é preciso manter quotas de acesso à educação e políticas específicas que promovam oportunidades para trabalhar nas mais diversas empresas, entendendo também que a diversidade é extremamente positiva para o ambiente de trabalho e para



Evento sobre Economia, Educação, Diversidade e Inclusão lotou o auditório do Corecon-SP de jovens e futuros economistas.

o incremento dos negócios, ao agregar mais pontos de vista às discussões e decisões, além de propiciar respeito aos negros”, completa Gil Marcos.

Gil Marcos ressalta ainda a crescente preocupação com a sustentabilidade ambiental e social e com a governança corporativa nas empresas: “O setor privado está tendo um olhar sobre a questão do ESG [Environmental, Social and Governance], as empresas olham o social e se preparam para dar mais oportunidades para a população negra. Até agora predominava um processo de invisibilidade da população negra no mundo corporativo no Brasil, com poucos negros ocupando altos cargos e integrando conselhos de administração de empresas”. Ele destaca a importância da Lei Federal 12.288, de 2010, que implementou o Estatuto da Igualdade Racial, que garante a população negra a igualdade e a defesa dos interesses étnicos e o combate à discriminação e à intolerância étnica. Como desdobramento, em 2013 foi promulgada a Lei 10.639, que instituiu a obrigatoriedade de as escolas fundamentais ensinarem história da África e da contribuição do negro na história do Brasil.

Ao mesmo tempo em que promove a equidade racial, o Conselho destaca a importância de olhar para a África como parte da ancestralidade e da história do Brasil e de sua população e procura incentivar a perspectiva de trabalho e negócios entre o Brasil e o continente africano. Em abril de 2023 a entidade organizou a *live* “A importância das Áfricas no atual cenário Brasileiro”, moderada por Gil Marcos Clarindo dos Santos, com o professor Odair Marques, que pesquisa e viaja aos países do continente africano, responsável por projetos de formação continuada de professores, autor do livro *Atlas Geocultural da África*; curador da Mostra Cultural Afrofuturista e articulador do site www.

africaatual.com.br e fundador do canal de youtube “África atual”, ao lado de Ivan Lima, engenheiro e gestor público, Presidente do Comitê de Gestão do LIDE (Grupo de Líderes Empresariais) sobre Equidade Racial e Presidente do Conselho Deliberativo e Consultivo da União Afro Brasil. “O continente africano possui 54 países. Entre os dez países que mais crescem em percentual de PIB no mundo, cinco pertencem à África. O Brasil deve aproveitar este acelerado processo de crescimento desses países para estreitar negócios, intercâmbios e turismo. A formação da nação brasileira possui uma identidade cultural que abre portas e excelentes janelas de oportunidades com estes países”, afirma o professor Marques.

Outra importante atividade da Comissão foi o lançamento em 2022 do livro “A Empresa Antirracista”, de Maurício Pestana, Presidente da revista *Raça Brasil*. A publicação aborda iniciativas possíveis no âmbito das organizações privadas para combater o racismo estrutural e as desigualdades dentro das empresas.

Lembrando como se deu a implantação destas comissões, o atual Presidente do Corecon-SP registra: “Em 2020, quando era Vice-presidente, criamos a Comissão de Equidade Racial, possivelmente a única no Brasil em entidades da categoria, porque nós sentimos a necessidade de valorização da população negra e dos economistas negros, a partir do empenho inclusive de um dos nossos Conselheiros, Gil Marcos, que é também Presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo. No Sindicato já promovíamos atividades que valorizavam os economistas negros nas grandes empresas, nos postos de governo e também atuamos junto à Prefeitura de São Paulo em favor das cotas. Em relação à Comissão das Mulheres, o número de mulheres economistas está crescendo, mas já foram 1%, 2% do conjunto destes profissionais. A economista com registro mais antigo na entidade é de 1957. Felizmente, estamos numa fase de crescimento da participação das mulheres e dos negros, o que observo nas visitas que faço às universidades e nas colações de grau de que participo”.

Comissão da Mulher Economista

A Comissão da Mulher Economista possui duas vertentes principais de trabalho: apresenta a participação de economistas mulheres de destaque nas mais diversas áreas do mercado de trabalho para difundir informações e motivar jovens economistas e também promove debates sobre temas em geral de Economia.

No Corecon-SP, mulheres correspondiam em 2022 a um terço dos economistas associados até a faixa de 30 anos, o que, embora não pareça, é uma notícia muito positiva, ante o cenário das décadas anteriores, em que as mulheres não representavam mais do que 10% dos registrados. Questões como barreiras presentes na carreira em consequência da cultura machista,



A Comissão da Mulher Economista apresenta a participação de economistas mulheres de destaque nas mais diversas áreas do mercado de trabalho para difundir informações e motivar jovens economistas e também promove debates sobre temas em geral de Economia.

conciliação do trabalho com a maternidade, igualdade salarial e outros são hoje discutidos entre os economistas e as economistas em todo o Sistema Cofecon/Corecons.

“A principal função da Comissão é incentivar as estudantes e as economistas que estão trabalhando, despertar nas mulheres o interesse pela profissão e dar apoio a elas. Quem está começando precisa muito de apoio, entender como ascender na profissão. É muito importante os profissionais estarem ligados a uma associação, não ficarem isolados, fazer parte de um grupo de sua profissão. O Corecon tem o Catálogo de Economistas, tem a TV Economista, tem muitas iniciativas para aproveitarmos. Nos eventos que organizamos, tentamos convidar pessoas que chamem atenção pela posição que elas desempenharam para motivar os economistas em geral e as mulheres em especial”, conta a conselheira Fernanda Della Rosa, coordenadora da Comissão, que foi gerente e diretora do Departamento de Economia da Fecomercio, onde dirigia uma equipe de 12 economistas e assessorava cerca de 150 presidentes de sindicatos de comércio. Já participou do Fórum de Economia, representa o Corecon junto à Câmara Municipal (Prêmio de Responsabilidade Socioambiental) e participa da Comissão da Mulher no Cofecon também.

“É um mercado mais masculino, existem algumas dificuldades, mas não só na nossa área. Temos que conquistar o mercado trabalhando com eficiência. A mulher tem conquistado uma posição ao longo dos anos e muitos aspectos melhoraram. Mas ainda há muito a se conquistar. O que eu procuro levar são exemplos de mulheres vitoriosas. Mulheres que conseguiram chegar lá, em um cargo executivo ou não, mas cuja trajetória mostre que realizou alguma

ação que acrescentou na sociedade. Eu não gosto de ser tratada como diferente, mas de falar sim da questão de batalhar pelos mesmos lugares, consciente de que ainda existe um ranço. Considero negativa a sombra que se faz sobre a mulher, diferenciando-a de outras questões. Por isso que faço questão de apresentar na Comissão temas gerais, convido economistas homens como palestrantes para falar de temas como inteligência artificial e outros. No Congresso Brasileiro de Economia também acontece o Fórum da Mulher Economista, no qual se reúnem todas as coordenadoras do Brasil”, explica Fernanda Della Rosa. Além disso, a coordenadora menciona outro aspecto, relacionado ao etarismo e a necessidade de pensar e investir em novas opções profissionais: “Percebi no evento 50+ que há mulheres que estão perdendo o emprego por causa do etarismo. Nós temos uma bagagem e hoje em dia há muitas formas de vendermos o nosso conhecimento, como ser um mentor, um consultor, lançar um curso, um livro, dando continuidade ao trabalho”.

A Comissão da Mulher Economista, quando coordenada por Nancy Gorgulho Braga, promoveu em 2020 o Ciclo de Palestras Corecon-SP Mulheres: “Elas & eles - assuntos econômicos”. Em 8 de dezembro de 2020, o tema foi “Orçamento Público do Brasil 2020 e suas consequências”, com palestras de Graça Aparecida Barcos e José Renato Lima, moderação de Haroldo Silva e abertura de Fernanda Della Rosa. A palestra “O Impacto da pandemia no Mercado de Trabalho” se deu em 17 de dezembro de 2020, com palestras de Celina Martins Ramalho e Fernando Antunes Maciel, mediação de Viviam Ester de Souza, coordenação e abertura de Graça Aparecida Barcos e encerramento de Pedro Afonso Gomes. Em 2021, como exemplos, foram ministradas as palestras “Como ressaltar o papel da mulher na Administração Pública e no Orçamento Municipal”, com Marilene Mariottoni e Odilon Guedes, e “Os desafios do trabalho e da proteção social no pós- pandemia”, com Rosa Maria Marques.

Para o Congresso Brasileiro de Economia em 2021 foram escolhidos os temas a serem votados pela Comissão, mostrando um mapa das preocupações e dos desafios entre as mulheres economistas: “Uso do tempo e gênero: a mulher economista e seus deságios na pandemia: trabalho remunerado e não remunerado, entre tantas outras perspectivas”; “Mulheres e finanças: novos paradigmas e o papel da mulher na construção do patrimônio”; “Macroeconomia e o empoderamento das mulheres: a presença das mulheres na construção e elaboração das políticas macroeconômicas para as mulheres” e, por fim, “Mulheres economistas pensadoras do desenvolvimento econômico: quem são e o que pensam estas cientistas econômicas”. Os escolhidos após votação foram os dois últimos.

Em 2022 foram realizadas diversas *lives* na série “Corecon-SP Mulheres - com economistas”, em um amplo panorama de questões: “A atuação do BNDES na preservação do patrimônio histórico brasileiro e agregação de valor ao turismo”, com Luciane Gorgulho; “Ecologia Humana & Economia Ecoló-

gica. Economia compartilhada: Novos rumos e desafios”, com Fernanda Della Rosa e Alpina Begossi; “Comissão da Mulher Economista”, com Nancy Gorgulho; “O ajuste do mercado de trabalho da mulher durante e após a pandemia num contexto de desigualdades históricas e estruturais”, com Eliane Rosandiski, e “Planos de desenvolvimento a partir de missões estratégicas”, com Cristina Fróes de Borja Reis.

O Corecon-SP condecorou Luiza Trajano como Empreendedora da Década em 23 de maio de 2022, ocasião em que discursaram Pedro Afonso Gomes e Nancy Gorgulho Braga. Em 2023 foi promovida a *live* “Longevidade e Felicidade” com Sumika Mori Lin, médica e Doutora em Geriatria, coordenadora do Ambulatório de Fragilidade do Serviço de Geriatria do Hospital das Clínicas e fundadora da Clínica Goki Geriatria, voltada exclusivamente para o cuidado de idosos. A *live* foi moderada por Fernanda Della Rosa. “Falar sobre qualidade de vida na terceira idade é romper desafios e buscar compreender os fatores emocionais e sociais que contribuem para a busca do bem-estar como forma de melhorar a vida dos idosos. Por isso, o Corecon-SP coloca em pauta um tema fundamental para os nossos economistas”, diz o Presidente do Conselho Pedro Afonso Gomes.

Em 5 de junho de 2023, no Dia do Meio-Ambiente, o Corecon-SP participou da Edição 2023 do Prêmio de Responsabilidade Socioambiental da Câmara Municipal de São Paulo, que desde 2011 homenageia pessoas e entidades responsáveis por projetos de inovações tecnológicas com foco na preservação, qualificação e o respeito ao meio-ambiente. Os vencedores recebem a Medalha Responsabilidade Ambiental e o Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo. O Corecon-SP, representado pela conselheira Fernanda Della Rosa, faz parte da comissão julgadora e em 2023 indicou o trabalho da professora e coordenadora do CIEBP (Centro de Inovação da Educação Básica de São Paulo), Débora Garófalo, para concorrer ao prêmio. Débora foi uma das vencedoras e homenageadas por seu projeto ‘Robótica com Sucata’ que transformou o lixo em objeto de conhecimento. O projeto foi criado a partir de uma problemática social, trazida pelos estudantes da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Almirante Ary Parreiras. A ideia foi retirar esse lixo das ruas de São Paulo e trazê-los para dentro da sala de aula para o desenvolvimento de trabalhos de robótica. Fernanda Della Rosa explicou que o projeto da professora Débora Garófalo recebeu o apoio e a indicação



A TV Economista apresenta o programa “Palavra do Presidente”, no qual Pedro Afonso Gomes procura informar as atividades da entidade e ampliar os horizontes e as possibilidades práticas de trabalho aos economistas

do Corecon-SP porque traz muitos benefícios sociais e também econômicos: “Essa iniciativa retira o lixo das ruas e incentiva que os alunos desenvolvam atividades inovadoras, a partir de algo que seria completamente descartável. Então, sem dúvida, é um projeto muito interessante, digno de ser premiado”.

A Comissão do Prêmio de Responsabilidade Socioambiental da Câmara Municipal de São Paulo é formada por representantes do Corecon-SP, da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção São Paulo, do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Associação Comercial de São Paulo, da Associação Paulista de Medicina, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, da Revista *Meio Ambiente Industrial* e de um sindicato de trabalhadores indicado pelas centrais sindicais.

Economistas traduzindo o Orçamento Público

No campo mais amplo dos debates econômicos na esfera pública, a Campanha “Orçamento Público e Transparência Popular”, lançada pelo Corecon-SP de 2023, por iniciativa do Vice-presidente Odilon Guedes Pinto Junior, que coordena a Comissão de Economia do Setor Público do Corecon-SP, ao mesmo tempo reforça os princípios da transparência e da democracia, estimulando a ampla divulgação das informações a respeito dos recursos públicos, busca ressaltar a importância do profissional economista no processo de construção do orçamento público e do planejamento das ações e políticas públicas empreendidas pelo Estado.

O Conselho mobilizou os economistas em todo o Estado, com o apoio dos delegados regionais, para divulgar a campanha junto às prefeituras. O tratamento dado à pauta não é partidário ou ideológico. A defesa que se faz é por uma gestão transparente e eficaz dos recursos públicos, independente da política econômica a ser adotada pelo ente. É assim que o Corecon-SP, enquanto órgão promotor do desenvolvimento econômico, se mobiliza para buscar junto às Prefeituras do Estado de São Paulo a sensibilização de seus gestores, de forma que estes adotem o modelo de Transparência Popular proposto pela Entidade e busquem cada vez mais ampliar a popularização de seus orçamentos e ações ante suas comunidades.

O Orçamento Público é o coração da gestão pública, é o instrumento pelo qual o Estado estabelece suas prioridades e, assim, define quais serão as demandas da população que serão atendidas no curto, no médio e no longo prazo. A defesa do Corecon-SP é no sentido de que, quanto mais ciência e controle a sociedade tiver sobre o instrumento que define os seus rumos, maiores serão as chances de o Orçamento Público refletir os anseios da população, atendendo suas necessidades e prioridades.

Sendo assim, ampliar, facilitar, simplificar e estimular o acesso das pessoas ao Orçamento de seus municípios é uma forma de colaborar para a

eficiência do Estado e para a satisfação geral da população, ao tempo em que se fortalece mecanismos fundamentais da democracia: a conscientização e a participação popular.

É certo que a transparência das informações públicas e a participação popular na construção dos Orçamentos Públicos tiveram avanços importantes nas últimas décadas, a partir de políticas como a Lei de Acesso à Informação, o Portal da Transparência, o Orçamento Participativo, entre outras. No entanto, no estágio tecnológico, educacional e administrativo em que a sociedade brasileira se encontra, é viável e necessário progredir mais. O Corecon-SP acredita que o próximo passo seja tornar o Orçamento Público uma peça mais inteligível ao grande público. Atualmente, os Orçamentos das Unidades Federativas são instrumentos altamente técnicos e, portanto, de difícil entendimento para a população em geral. Se, por um lado, é necessário que assim seja para que este instrumento cumpra todas as suas funções burocráticas e determinações normativas; por outro, é possível que se crie um método capaz de traduzi-lo à sociedade de forma clara e descomplicada. E ninguém melhor do que o economista para fazê-lo.

É nesse sentido que o Corecon-SP promove a ideia da “Transparência Popular”, que preconiza que a população de fato entenda a composição do Orçamento de seus municípios de maneira detalhada, livre de termos técnicos ou genéricos que impeçam a compreensão clara das origens e dos destinos dos recursos públicos. O objetivo é estimular as Prefeituras a avançarem além da transparência meramente normativa, aquela que garante a regularidade perante os órgãos de fiscalização, mas ainda deixam a desejar em relação à clareza das informações para o público em geral.

Como dito, o Corecon-SP entende que ampliar a conscientização e a participação popular no processo de construção orçamentária é um expediente que ajuda a sociedade a definir os seus rumos, favorece o bem-estar social, avigora a democracia e, por consequência, promove a cidadania.

Além de sensibilizar os gestores e agentes públicos, a “Campanha Orçamento Público e Transparência Popular” também visa alcançar diretamente a sociedade em geral, por meio da divulgação de suas ações na imprensa, em que seus porta-vozes já têm acentuado os valores que sustentam a iniciativa, tais quais: transparência, democracia, participação popular e bem-estar social.

A Campanha também contempla o desenvolvimento de cursos, aulas e palestras para gestores, jornalistas, economistas e líderes sociais que trabalham ou pretendem trabalhar com o Orçamento Público.



Lançada em 2023, o objetivo da campanha “Orçamento Público e Transparência Popular” é traduzir os orçamentos públicos dos municípios para a população em geral, que passa, assim, a conhecer, entender e acompanhar de forma detalhada, livre de termos técnicos que dificultam a compreensão das origens e dos destinos dos recursos de cada cidade.

“Entendemos que ampliar a conscientização e a participação popular no processo de construção orçamentária ajuda a sociedade a definir os seus rumos, favorece o bem-estar social, revigora a democracia e, por consequência, promove a cidadania. Ressaltamos que esta pauta é suprapartidária e não ideológica, sendo uma prioridade de todos aqueles que defendem a boa, eficaz e transparente gestão dos recursos públicos”, explica o Vice-presidente do Corecon-SP, Odilon Guedes, professor, ex-vereador pelo Partido dos Trabalhadores e ex-subprefeito do Jabaquara e que integra o Corecon desde os anos 1980, quando participou do Movimento de Renovação junto com Walter Barelli, Luciano Coutinho, Luiz Belluzzo, Carlos Lessa e Maria da Conceição Tavares, entre outros.

“Outra questão que eu debato muito, é que a quase totalidade das faculdades de Economia formam economistas para o mercado e não para trabalhar no Estado, que tem um papel decisivo no mundo e no Brasil em particular. Então poucos profissionais conhecem a importância dos bancos públicos, das estatais, o papel do Estado na economia. Porque um dos papéis do Estado é manter o equilíbrio da economia, tentar chegar no pleno emprego e controlar a inflação. Quem tem condições de fazer isso é o Estado, não é o setor privado. O Corecon vem atuando no sentido de fazer essa discussão com as faculdades. Vamos incentivar mais as matérias de economia do setor público, inclusive dando uma ênfase para o orçamento, porque ele é decisivo, é a síntese do Estado. Temos que preparar profissionais para acompanhar isso, o que praticamente não é ensinado nas faculdades. Tem um mercado de trabalho grande nessa área, o economista tem uma visão de planejamento mais geral”, completa Odilon Guedes.

Relacionado ao tema do orçamento público e das funções que o economista pode exercer no âmbito do desenvolvimento e das políticas públicas, o Presidente Pedro Afonso já propôs a dois Prefeitos, Bruno Covas e Fernando Haddad, que a Prefeitura poderia contratar 32 economistas, um para cada Subprefeitura, tratando do desenvolvimento regional, porque cada região tem uma realidade e precisa ser pensada e planejada em suas especificidades, características e potenciais, inclusive atraindo investimentos e recursos para propor um projeto de desenvolvimento para a região.

* * *

Ao completar 70 anos, o Corecon-SP tem muito a comemorar! Vivencia uma trajetória sólida, de muitas conquistas institucionais e em prol da profissão de economista e das grandes questões do País, ao mesmo tempo em que, no dia a dia, luta com desafios cada vez maiores, inclusive o de manter e expandir o mercado de trabalho. Para isso, a entidade reestruturou-se, reconstruiu sua gestão e sua administração e está plenamente integrada ao sistema nacional e trabalhando em parceria com o Cofecon, o que é essencial para atuar mais produtivamente em prol dos economistas paulistas e brasileiros.

Para cumprir uma de suas missões principais, a de valorizar e lutar pelo reconhecimento profissional, volta-se cada vez mais para qualificar e aperfeiçoar a formação e criar constantemente novas áreas de trabalho e estabelecer parcerias e acordos, entendendo que a entidade é uma ponte com o mundo do trabalho e suas demandas mais concretas, uma vez que o próprio perfil da profissão e do trabalho se transforma com o tempo.

Dessa forma, a atuação do Corecon-SP é um pilar central na própria trajetória da profissão de economista, para além das questões de registro e fiscalização, incidindo sobre o perfil e os rumos que ela vai seguir em suas próximas décadas, continuando a participar dos grandes debates nacionais e internacionais. Mesmo tendo que lutar arduamente para mostrar o seu valor e as suas competências, os economistas estão na linha de frente do estudo, da formulação e das grandes decisões em todos os níveis no mundo privado, público e do terceiro setor, contribuindo de forma única para o desenvolvimento social, econômico e político das nações.

Presidentes, Vice-presidentes e Conselheiros do Corecon-SP (1953-2023)

Presidentes e Vice-Presidentes do Corecon-SP (1953-2015)

- 1953 – Ubirajara Dib Zogaib e Geraldo de Souza
- 1954 – Ubirajara Dib Zogaib e Joaquim Racy Netto
- 1955 – Joaquim Racy Netto e Júlio Gomes Berra
- 1956 – Júlio Gomes Berra e Geraldo de Souza
- 1957 – Geraldo de Souza e José Miotti Sapienza
- 1958 – Jamil Zantut e Armando Noschese
- 1959 – Júlio Gomes Berra e Otto Hugo Scherb
- 1960 – Lupércio Rodrigues Haro e Nelson Boaventura Pacífico/Modesto Scagliusi
- 1961 – Jamil Zantut e Modesto Scagliusi
- 1962 – Ubirajara Dib Zogaib e Modesto Scagliusi
- 1963 – Ubirajara Dib Zogaib e Armando Noschese
- 1964 – Ubirajara Dib Zogaib e Armando Noschese
- 1965 – Armando Noschese e Lupércio Rodrigues Haro
- 1966 – Armando Noschese e Lupércio Rodrigues Haro
- 1967 – Modesto Scagliusi e Júlio Gomes Berra
- 1968 – Modesto Scagliusi e Lupércio Rodrigues Haro
- 1969 – Jamil Zantut e Júlio Gomes Berra
- 1970 – Jamil Zantut e Acary Marcondes
- 1971 – Jamil Zantut e Ézio Miguel Bonito
- 1972 – Jamil Zantut e Ézio Miguel Bonito
- 1973 – Gunther Klaus Greeb e Ubirajara Dib Zogaib
- 1974 – Ubirajara Dib Zogaib e Júlio Gomes Berra/Nelson Abbud João
- 1975 – Nelson Abbud João e Modesto Stama
- 1976 – Gunther Klaus Greeb e Nelson Abbud João
- 1977 – Modesto Stama e José Frugis
- 1978 – Júlio Gomes Berra e Bassim Farkuh
- 1979 – Nelson Abbud João e Fernando Ramiro Martins
- 1980 – Modesto Stama e José Wilson Saraiva
- 1981 – Athayde Rosa e Paulo Joel Bruno
- 1982 – José Wilson Saraiva e Aristides Silva
- 1983 – Modesto Stama e José Frugis

1984 – Luciano Galvão Coutinho e Carlos Eduardo Ferreira Lobo
1985 – Luciano Galvão Coutinho e José Carlos de Souza Braga
1986 – José Carlos de Souza Braga e Carlos Eduardo Ferreira Lobo
1987 – Carlos Eduardo Ferreira Lobo e Gilson Schwartz
1988 – Pedro Ronald Braga Borges e Cláudio Freire Cavalcanti
1989 – Sideval Francisco Aroni e Cláudio Freire Cavalcanti
1990 – Luciano Galvão Coutinho e Octavio Manoel Rodrigues de Barros
1991 – Carlos Antônio Luque e Sérgio Cimatti
1992 – Carlos Antônio Luque e Sérgio Cimatti
1993 – José Roberto Araújo Cunha Jr. e Antônio Corrêa de Lacerda
1994 – José Roberto Araújo Cunha Jr. e Antônio Corrêa de Lacerda
1995 – Antônio Corrêa de Lacerda e Maria Tereza de Oliveira Audi
1996 – Antônio Corrêa de Lacerda e Carlos Roberto de Castro
1997 – Antônio Corrêa de Lacerda e Carlos Roberto de Castro
1998 – Carlos Roberto de Castro e Marco Antônio Sandoval de Vasconcellos
1999 – Carlos Roberto de Castro e Marco Antônio Sandoval de Vasconcellos
2000 – Luiz Alberto de Souza Aranha Machado e Claudemir Galvani
2001 – Luiz Alberto de Souza Aranha Machado e Claudemir Galvani
2002 – Júlio do Amaral Büschel e Peggy Beçak
2003 – Synésio Batista da Costa e Heron Carlos Esvael do Carmo
2004 – Synésio Batista da Costa e Heron Carlos Esvael do Carmo
2005 – Heron Carlos Esvael do Carmo e Wilson Roberto Villas Boas Antunes
2006 – Heron Carlos Esvael do Carmo e Wilson Roberto Villas Boas Antunes
2007 – Wilson Roberto Villas Boas Antunes e Waldir Pereira Gomes
2008 – Waldir Pereira Gomes e Antônio Luiz de Queiroz Silva
2009 – Antônio Luiz de Queiroz Silva e Manuel Enriquez Garcia
2010 – Pedro Afonso Gomes e Gilson de Lima Garófalo [janeiro a março]
2010 – Nancy Gorgulho [abril a maio]
2010 – Carlos Alberto Safatle e José Dutra Vieira Sobrinho
2011 – Heron Carlos Esvael do Carmo e José Dutra Vieira Sobrinho
2012 – Manuel Enriquez Garcia e Francisco da Silva Coelho
2013 – Manuel Enriquez Garcia e Afonso Arthur Neves Baptista
2014 – Manuel Enriquez Garcia e Wilson Abrahão Rabahy
2015 – Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos e Wilson Roberto Villas Boas Antunes
2016 – Manuel Enríquez Garcia e Francisco Prisco Neto
2017 – Manuel Enríquez Garcia e Luiz Carlos Barnabé de Almeida
2018 – Manuel Enríquez Garcia e Luiz Barsi Filho
2019 – Benjamin Teixeira Dourado e José Eduardo da Rocha Velho [janeiro a abril]
2019 – Luiz Barsi Filho e José Eduardo da Rocha Velho
2020 – Luiz Barsi Filho e Pedro Afonso Gomes
2021 – Luiz Barsi Filho e Pedro Afonso Gomes
2022 – Pedro Afonso Gomes e Gilson de Lima Garófalo
2023 – Pedro Afonso Gomes e Odilon Guedes Pinto Jr.

Conselheiros do Corecon-SP (1953-2023)

Abel Bella (1984; 1985; 1986)
Acary Marcondes (1963; 1964; 1965; 1966; 1967; 1968; 1969; 1970)
Adhemar Gutierrez (1978; 1979; 1980)
Adolpho Martin Benitez (1958)
Adroaldo Moura da Silva (1980; 1981; 1982)
Afonso Arthur Neves Batista (2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2017; 2018; 2019)
Afonso Reis Duarte (2002; 2003; 2004)
Agenor Prado Moreira (1955; 1956; 1957; 1958; 1959)
Agrício Silva (1958; 1961; 1962; 1963)
Alberto Alves (1975)
Alberto da Costa Filho (1978; 1979; 1980; 1981; 1982)
Alessandra Cocarelli Alves Ribeiro (2022; 2023)
Alex Dubois (2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020)
Alkimar Ribeiro Moura (1993; 1994)
Altino Valentim Gomes (1966; 1967; 1968; 1969)
Aluizio de Maria Penteado (1981; 1982; 1983)
André Luiz Squarize Chagas (2012; 2013; 2014)
Angelo Paulo Ferrari (1959; 1960; 1961; 1962; 1963; 1964)
Antonio Calderelli (1962)
Antonio Carlos Borges (1983; 1984; 2000; 2001; 2002)
Antônio Carlos Pedroso de Queiroz (1995; 1996; 1997)
Antônio Corrêa de Lacerda (1993; 1994; 1995; 1996; 1997; 1998)
Antônio Fernando Gomes Alves (2023)
Antônio Gomes de Oliveira Filho (1997; 1998; 1999)
Antonio Gomes Machado (1967; 1968; 1969; 1970)
Antonio Guido (1970)
Antonio José Corrêa do Prado (2022; 2023)
Antônio Luiz de Queiroz Silva (2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011)
Antonio Schiliró (1962)
Antônio Tavares Simas (1989; 1990; 1991; 1992)
Aristides Silva (1956; 1957; 1958; 1959; 1981; 1982; 1983)
Armando João Caropreso (1957; 1980)
Armando Noschese (1953; 1954; 1955; 1956; 1957; 1958; 1959; 1962; 1963; 1964;
1965; 1966; 1967; 1968; 1969; 1970; 1971)
Arnaldo Pavlovsky (2006; 2007; 2008)
Arthur Barrionuevo Filho (1991; 1992; 1993; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017)
Ary Silvério (1981; 1982; 1983)
Assumpto Iaconelli (1974)
Athayde Rosa (1977; 1978; 1979; 1980; 1981; 1982)
Avelino de Oliveira Aranha (1963; 1964; 1965; 1966; 1967; 1968; 1969; 1975)
Bassim Farkuh (1970; 1971; 1972; 1973; 1974; 1975; 1976; 1977; 1978; 1979; 1980; 1981)

Benedito Guidolin (1991; 1992; 1993)
Benjamin Teixeira Dourado (2011; 2012; 2013; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020)
Cândida Maria de Souza (1987; 1988; 1989; 1990; 1992; 2013; 2014; 2015; 2016;
2017; 2018)
Carlos Alberto Anastácio (1987; 1988)
Carlos Alberto Chiaroni (2003; 2004; 2005; 2006)
Carlos Alberto Cordeiro da Silva (2023)
Carlos Alberto Safatle (2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012)
Carlos Antônio Luque (1989; 1990; 1991; 1992; 1993; 1994)
Carlos de Gioia (1959; 1960; 1961; 1962)
Carlos Eduardo Ferreira Lobo (1982; 1983; 1984; 1985; 1986; 1987)
Carlos Eduardo G. Cavalcanti (2006; 2007)
Carlos Eduardo Soares Oliveira Jr. (2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2022;
2023)
Carlos Guerreiro (1955)
Carlos Roberto de Castro (1986; 1987; 1988; 1995; 1996; 1997; 1998; 1999; 2000)
Celina Martins Ramalho (2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011)
Cezar Augusto Martins Costa (1998; 1999)
Christina Froes de Borja Reis (2021; 2022; 2023)
Cicero Liberal Yagi (2015; 2016; 2017)
Claudemir Galvani (1996; 1997; 1998; 1999; 2000; 2001)
Cláudio Duval S. Costa (1980)
Cláudio Freire Cavalcanti (1984; 1985; 1986; 1987; 1988; 1989)
Cláudio Gomes Barbosa (1986)
Cláudio Gonçalves dos Santos (2007; 2008; 2009; 2010; 2011)
Cláudio Newton Mattos de Lemos (1993; 1994; 1995; 1996; 1997)
Clóvis Aparecido Rolim Perez (2001; 2002; 2003; 2004)
Cynthia Figueiredo Vasconcellos Corrêa (1991; 1992; 1993)
Dagoberto Antonio Redoschi (1974)
Daniel Ribeiro Júnior (1998; 1999; 2000)
Daniel Soriani dos Santos (1970; 1971)
Dílson Gabriel dos Santos (1985)
Edson Wagner Bonan Nunes (1984; 1985; 1986)
Eduardo Bom Ângelo (2003; 2004; 2005)
Eduardo Braga (1999; 2000; 2001; 2002; 2003; 2004)
Eduardo Luís Lundberg (1989; 1990; 1991; 1992; 1993; 1994; 1995; 1996; 1997;
1998; 2001; 2002)
Eduardo Montalban (2008; 2009; 2016; 2017; 2018)
Elio Takashi Kumoto (1987; 1988; 1989)
Ezio Miguel Bonito (1969; 1970; 1971; 1972)
Fabio Antônio Santiago (1995; 1996; 1997)
Fábio Guimarães Moraes (1999; 2000; 2001; 2002; 2003; 2004)
Fauzi Aily (1983; 1984; 1985)

Fernanda Della Rosa (2020; 2021; 2022; 2023)
Fernando Bessa Lima Júnior (1988; 1989; 1990)
Fernando da Cruz Lopes (1958; 1970)
Fernando Edmundo Azzari (1978; 1979; 1980; 1981; 1982)
Fernando Ramiro Martins (1974; 1975; 1976; 1977; 1978; 1979; 1980)
Fernão Pompêo Camargo Neto (1997; 1998; 1999; 2000; 2001; 2002)
Flávio del Comuni (2004)
Flávio José de Rezende (1982; 1983; 1984)
Francisco da Silva Coelho (2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012)
Francisco Paschoa (1978)
Francisco Prisco Neto (2011; 2012; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2019; 2021)
Francisco Stoppa (1961; 1962; 1975; 1976; 1977; 1978; 1979; 1980; 1981)
Francisco Vidal Luna (1985; 1986; 1987; 1988; 1989; 1990)
Geraldo de Souza (1953; 1954; 1955; 1956; 1957; 1958; 1960; 1961; 1962; 1963; 1964;
1965; 1966; 1967; 1968; 1969)
Geraldo Nobre Leal (1982; 1983; 1984)
Gesner José Oliveira Filho (2019; 2020)
Gil Marcos Clarindo dos Santos (2010; 2014; 2015; 2016; 2021; 2022; 2023)
Gilson de Lima Garófalo (2008; 2009; 2010; 2020; 2021; 2022)
Gilson Schwartz (1986; 1987)
Guilherme de Oliveira Santos Dietze (2021; 2023)
Gunther Klaus Greeb (1966; 1967; 1968; 1969; 1971; 1972; 1973; 1974; 1975; 1976)
Harald Bernhard (1959; 1960; 1961; 1962)
Haroldo da Silva (2020; 2021; 2022; 2023)
Hélio Marcondes de Mattos (1972; 1974)
Heron Carlos Esvael do Carmo (2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2011; 2012; 2013;
2014; 2015; 2016)
Hilton Liviero Pezzoni (2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020)
Humberto Macedo Puccinelli (2011; 2012; 2013)
Iberê Luiz di Tizio (1997; 1998; 1999; 2000; 2001; 2002)
Ibrahim João Elias (2000; 2001)
Ilídio Amadeu Dias de Mesquita (1967; 1968; 1969)
Ilona Antonie Beer (1993)
Irineu J. Torrano (1960; 1961; 1962)
Iwao Utsumi (1983; 1984; 1985)
Jacintho Martini (1953; 1954)
Jair Capatti Junior (2018; 2019; 2020)
Jamil Zantut (1957; 1958; 1959; 1960; 1961; 1962; 1963; 1964; 1965; 1966; 1967; 1968;
1969; 1970; 1971; 1972; 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007)
Jano Luiz Benevides Garotti (1991; 1992; 1993; 1994; 1995; 1996; 1997)
Jerônimo José Garcia Ruiz (2006; 2007)
Jin Whan Oh (2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009)
João Baptista Cascaldi (1954; 1955; 1956)

João Baptista Dias Guzzo (1969; 1970)
João Baptista Fernandes (1954)
João Miotti Sapienza (1954; 1955; 1956; 1957; 1958; 1959)
João Pedro da Silva (2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011)
Joaquim Racy Netto (1953; 1954; 1955; 1956; 1957; 1958)
Jorge Monteiro Junior (2018; 2019; 2020; 2021)
José Aladino Battaglia (1994; 1995; 1996; 1997)
José Aníbal Gonçalves de Almeida (1993; 1994; 1995; 1996; 1997; 1998; 1999;
2000; 2001; 2011; 2012)
José Bonifácio S. Amaral Filho (1985; 1986)
José Carlos de Medeiros Magliano (2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009)
José Carlos de Souza Braga (1985; 1986; 1988; 1990)
José Carlos Gare (1993; 1994; 1995)
José Dutra Vieira Sobrinho (2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2017; 2018;
2019)
José Eduardo Coelho de Paula Júnior (2003; 2004; 2005; 2006)
José Eduardo Favaretto (1988; 1990; 1991; 1992; 1993)
José Eduardo da Rocha Velho (2018; 2019; 2020)
José Euzébio Cruz (1997; 1998; 1999; 2000; 2001; 2002; 2005; 2006; 2007; 2014;
2015; 2016; 2017; 2018; 2019)
José Fernandes Cabrera (1970)
José Francisco Camargo (1962; 1963; 1964)
José Frugis (1972; 1973; 1974; 1975; 1976; 1977; 1978; 1979; 1980; 1981; 1982;
2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017)
José Joaquim Pinto de Miranda (1960; 1961; 1962; 1963; 1964)
José Juliano de Carvalho Filho (1982; 1983; 1984)
José Luiz Catani Filho (1994; 1995; 1996; 1997)
José Luiz Ferraz Luz (1977; 1978; 1979)
José Marcos de Campos (2020; 2021; 2022; 2023)
José Maurício Soares (1988; 1989; 1990)
José Paschoal Rossetti (1980; 1981)
José Paulo de Araújo Cunha (2005; 2006; 2007; 2022; 2023)
José Roberto Araújo Cunha Júnior (1984; 1985; 1986; 1991; 1992; 1993; 1994;
1995; 1996; 1997)
José Wilson Saraiva (1980; 1982)
Juarez Alexandre Baldini Rizzieri (2004)
Júlio do Amaral Buschel (1985; 1986; 1987; 1988; 1989; 1990; 1998; 1999; 2000;
2001; 2002; 2003; 2004)
Julio Gomes Berra (1953; 1954; 1955; 1956; 1957; 1958; 1959; 1960; 1961; 1962;
1963; 1964; 1965; 1966; 1967; 1968; 1969; 1970; 1971; 1972; 1973; 1974; 1975;
1976; 1977; 1978; 1979)
Julio Manuel Pires (2022; 2023)
Karla Andréia Bern Simionato (2015; 2016; 2017)

Lauro Natali (1955; 1956)
 Lenina Pomeranz (1987; 1988; 1989; 1990; 1991; 1992)
 Lenita Nobuko Yassuda (1982; 1985; 1987)
 Leonel Tinoco Netto (1991; 1992; 1993; 1994; 1995; 1996; 1997; 2001; 2002; 2003;
 2004; 2018; 2019; 2020)
 Lourdes Gutierrez Menezes (1986; 1987; 1988; 2000; 2001; 2002)
 Lourival de Torres Cardozo (1953; 1954; 1955; 1956; 1957)
 Luciano Galvão Coutinho (1984; 1985; 1986; 1990; 1991; 1992)
 Luís Alberto de Souza Aranha Machado (1997; 1998; 1999; 2000; 2001)
 Luis Paulo Ronsenberg (2022; 2023)
 Luiz Antônio Medeiros (1990; 1991; 1992)
 Luiz Barsi Filho (2012; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020; 2021)
 Luiz Carlos Barnabé de Almeida (2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017)
 Luiz Carlos Pereira de Carvalho (1981; 1982; 1983)
 Luiz Carlos Vinha (1990; 1991; 1992; 1993; 1994; 1995; 1999; 2000)
 Luiz Gonzaga Junqueira Aquino Filho (2004; 2005; 2006; 2007)
 Luiz Soares de Rapyo (1958)
 Lupércio Rodrigues Haro (1953; 1954; 1958; 1959; 1960; 1961; 1962; 1963; 1964;
 1965; 1966; 1967; 1968; 1969; 1970; 1971; 1972; 1973; 1974; 1975; 1976; 1977;
 1978; 1979; 1980; 1981)
 Lylian Loureiro de Lima (1993; 1994; 1995; 1998; 1999; 2000)
 Manuel Enriquez Garcia (2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2019;
 2020)
 Manuel José Nunes Pinto (1994; 1995; 1996; 1997; 1998; 1999)
 Marcel Domingos Solimeo (2021; 2023)
 Marcel Guedes Leite (1990; 1991; 1992; 1993; 1994; 1995)
 Marcelo Danton da Silva (1997; 1998; 1999)
 Marcelo Martinovich dos Santos (2005; 2006; 2007)
 Márcio Cunha do Nascimento (1982; 1983)
 Marco Antônio Sandoval Vasconcellos (1995; 1996; 1997; 1998; 1999; 2000;
 2001; 2002; 2003; 2004; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015)
 Marcus Alberto Flocke (2005; 2006; 2007; 2017; 2018; 2019)
 Maria Alejandra Caporale Madi (2015; 2017; 2018; 2019)
 Maria Cristina Cacciamali (2002; 2003)
 Maria Tereza de Oliveira Audi (1993; 1994; 1995; 2019; 2020; 2021)
 Mário Martins de Castro (1960; 1961; 1962)
 Marivaldo Soares da Silva (1988; 1989; 1990)
 Marlene Cardia Laviola (1996; 1997; 1998; 1999; 2000; 2001)
 Maurício Abdalla (1981; 1982; 1983; 2017; 2018; 2019)
 Maurício Marques Prado (1983; 1984; 1985)
 Moacir Junji Fujimoto (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007)
 Modesto Scagliusi (1959; 1960; 1961; 1962; 1963; 1964; 1965; 1966; 1967; 1968;
 1969; 1970; 1971)

Modesto Stama (1967; 1968; 1969; 1970; 1971; 1972; 1973; 1974; 1975; 1976; 1977; 1978; 1979; 1980; 1981; 1983; 1984; 1985; 2007; 2008; 2010; 2011; 2012; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019)

Nancy Goreti Gorgulho Chaves Braga (2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2021; 2022; 2023)

Nélio Affonso Dell'Artino (1983; 1984)

Nelson Abbud João (1970; 1971; 1972; 1973; 1974; 1975; 1976; 1977; 1978; 1979)

Nelson Boaventura Pacífico (1958; 1959)

Nelson Gomes Teixeira (1970; 1971; 1980; 1981)

Nelson Marconi (1995; 1996)

Nicanor Ferreira Cavalcanti (1989; 1990; 1991; 1992)

Nicolau Antônio Torloni (1953; 1954; 1955; 1956)

Octavio Manoel Rodrigues de Barros (1989; 1990; 1991; 1992)

Odair Nigoski (1987; 1988; 1989; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018)

Odilon Guedes Pinto Júnior (1998; 1999; 2000; 2011; 2012; 2013; 2020; 2021; 2022; 2023)

Odini Pifer Gatti (1957; 1958; 1959)

Oduvaldo Álvaro (1998; 1999; 2000)

Og Pozoli (1972; 1973; 1974; 1975; 1976; 1977; 1978)

Orozimbo José Moraes (2008; 2009; 2010; 2011)

Osmar Marcon (1966; 1967; 1968)

Oswaldo Lara Leite Ribeiro (1962; 1963; 1964)

Otto Hugo Scherb (1958; 1959)

Paulo Brasil Corrêa de Mello (2000; 2001; 2002; 2003; 2004; 2008; 2009; 2010; 2011)

Paulo de Souza Menniti (1969; 1970; 1971)

Paulo Henrique Coelho Prado (2009; 2010; 2011)

Paulo Joel Bruno (1974; 1975; 1976; 1977; 1978; 1979; 1980; 1981; 1982; 1983; 2010; 2011; 2012; 2014; 2015; 2016)

Paulo Neves Delgado (1976)

Pedro Afonso Gomes (2008; 2009; 2010; 2011; 2020; 2021; 2022; 2023)

Pedro Augusto Barotti de Carvalho (1980)

Pedro Ronald Braga Borges (1986; 1987; 1988)

Peggy Beçak (1998; 1999; 2000; 2001; 2002; 2003; 2004)

Péricles Giacón Jr. (2001; 2002; 2003; 2004)

Pirajá Vasconcelos (1989; 1990; 1991; 1992; 1996; 1997; 1998; 1999; 2000; 2001)

Plínio Bosquetti (1984; 1985; 1986)

Rafael Olivieri Neto (2007; 2008; 2009)

Ramiz Maddi Filho (2018; 2019; 2020)

Reginald Uelze (1970)

Reinaldo César Cafeo (2007; 2008; 2009)

Renata Miceli Zoudine (1983; 1984; 1985; 2003; 2004; 2005; 2006)

Renato Mamede (1972; 1974)

René Zmekhol (1961; 1962; 1963; 1964)
Ricardo Padovani (2019; 2020; 2021)
Ricardo Ferreira Gennari (2022; 2023)
Ricardo Tadeu Martins (2014; 2015; 2016; 2017; 2021; 2022; 2023)
Roberto Ferreira do Amaral (1969; 1970)
Roberto Guenji Koda (1991; 1992; 1993; 1994; 1995; 1996; 1997; 2016; 2017; 2018;
2019; 2020; 2021)
Roberto Luis Troster (2008; 2009; 2010; 2011)
Rodrigo da Silva Mariano (2020; 2021; 2023)
Rubens Ohl (1953; 1954; 1955; 1956; 1957)
Rudinei Toneto Júnior (2006; 2007; 2008)
Salette Aparecida Rossini Lara (2021; 2022; 2022; 2023)
Salomão Gawendo (2006; 2007)
Samy Dana (2017; 2018; 2019)
Sandra Maria Xavier (1996; 1997; 1998)
Saulo Krichanã Rodrigues (1994; 1995; 1996; 1997)
Sérgio Azevedo Fonseca (1986; 1987; 1988)
Sérgio Bresser Rebello (1980; 1981; 1982)
Sérgio Cimatti (1984; 1985; 1986; 1990; 1991; 1992; 1996; 1997; 1998)
Sérgio de Almeida (1988; 1990)
Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça (2002; 2003; 2004; 2021; 2022; 2023)
Sérgio Roperto (1962; 1963; 1964; 1965; 1966; 1967; 1968; 1970; 1971; 1975)
Sérgio Tadeu Nabas (1999; 2000; 2001; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2021)
Sideval Francisco Aroni (1984; 1985; 1986; 1987; 1988; 1989)
Sílvia Maria Schor (1982; 1983; 1984)
Simão Davi Silber (2010; 2011; 2012)
Sinclair Mallet Guy Guerra (1990; 1991; 1992)
Synésio Batista da Costa (2001; 2002; 2003; 2004; 2008; 2009; 2010; 2011)
Tadeu Alves (1986; 1987; 1988)
Teruo Hida (1993; 1994; 1995; 1996; 1997; 2009; 2010; 2011; 2013; 2014; 2015;
2016; 2017; 2018)
Tharcisio Bierrembach de Souza Santos (1973; 1974; 1975)
Tiago Benedito dos Santos (1986; 1987; 1988; 1989; 1990; 1991; 1992)
Ubirajara Dib Zogaib (1953; 1954; 1955; 1956; 1957; 1958; 1959; 1960; 1961; 1962;
1963; 1964; 1965; 1966; 1967; 1968; 1969; 1970; 1971; 1972; 1973; 1974; 1975;
1976; 1977)
Ughes Barison (1972)
Umbelino de Araújo Vilar (1989; 1990; 1991; 1992)
Vagner Tadeu de Oliveira (1995; 1996; 1997)
Valdemir Aparecido Pires (2002; 2003; 2004)
Vespasiano Consíglío (1959; 1960; 1961; 1964; 1965; 1966)
Vera Martins da Silva (2009; 2010; 2011)
Vicente de Paula Oliveira (2020; 2021; 2022)

Victor David (1965; 1968; 1970; 1983; 1984)
Waldemir Luiz de Quadros (2003; 2004; 2005; 2006)
Waldir Cantazaro (1985; 1986; 1987)
Waldir Pereira Gomes (2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008)
Waldir Rodrigues de Abreu (2004; 2005; 2006; 2007)
Walter Martins (1967; 1968; 1969; 1975; 1976; 1978; 1979; 1980)
Walter Mekitarian (1993; 1994)
Welinton dos Santos (2022; 2023)
Wilson Abrahão Rabahy (2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015)
Wilson Cano (1982; 1983; 1984)
Wilson Roberto Villas Boas Antunes (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007;
2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016)
Yoshio Kawamura (1982)

Biografias dos presidentes do Corecon-SP (1953-2023)



Ubirajara Dib Zogaib
(1953-1954-1962-1963-1964-1974)

Economista formado pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo (Fecap), foi professor dessa mesma faculdade e Inspetor Federal de Ensino em São Paulo. Contador da Auditoria da Fazenda da Prefeitura Municipal de São Paulo, diretor da Divisão de Mão-de-Obra da Secretaria do Trabalho e Administração de São Paulo, superintendente da Assessoria Técnico-Econômica da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio. Foi também presidente da Ordem e do Sindicato dos Economistas de São Paulo.



Joaquim Racy Netto (1955)

Membro do Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região de 1953 a 1958. Foi procurador do Sindicato e da Ordem dos Economistas de São Paulo, da qual foi também conselheiro.



Júlio Gomes Berra (1956-1959-1978)

Foi membro do Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região durante 27 anos (de 1953 a 1979). Foi também membro do Conselho Federal de Economistas Profissionais e conselheiro e diretor da Ordem dos Economistas de São Paulo.



Geraldo de Souza (1957)

Foi membro do Conselho Regional de Economistas Profissionais por 16 anos (entre 1953 e 1969). Foi presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo e também diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto e presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo.



**Jamil Zantut
(1958-1961-1969-1970-1971-1972)**

Perito-contador, economista formado pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo (Fecap), advogado e técnico em administração. Foi membro do Conselho Federal de Economia e seu presidente (1973 a 1979), presidente da Ordem e do Sindicato dos Economistas de São Paulo. Diretor financeiro da CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos), juiz do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo e juiz do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região.



Lupércio Rodrigues Haro (1960)

Economista formado pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo (Fecap) em 1947. Foi auditor da Fazenda da Prefeitura Municipal de São Paulo, supervisor da Administração Regional da Sé, chefe de Planejamento da Coordenação das Administrações Regionais e diretor de Divisão da Prefeitura Municipal de São Paulo.



Armando Noschese (1965-1966)

Foi membro do Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região durante 17 anos (entre 1953 e 1971) e conselheiro da Ordem dos Economistas. Foi também vice-presidente para Relações Públicas da Ordem dos Economistas (1963-1964).



Modesto Scagliusi (1967-1968)

Foi membro do Conselho Regional de Economistas Profissionais durante 13 anos (1959-1971), presidente da Ordem e do Sindicato dos Economistas de São Paulo, diretor financeiro da CMTC e assessor do prefeito Prestes Maia.



Gunther Klaus Greeb (1973-1976)

Economista pela Faculdade de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1962). Foi professor da Escola Superior de Administração de Negócios (Esan). Vice-presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo, diretor presidente da Rencap S.A. – Planejamento e Assessoria Financeira e sócio-gerente da Distribuidora de Ferramentas Europa Ltda. e da Greeb Representações Ltda.



Nelson Abbud João (1975–1979)

Economista pela Faculdade de Estudos Econômicos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1952), foi contador e assistente da diretoria das Indústrias de Tecidos São Sebastião S.A. (1941 a 1955); fundador da Libra Contábil Ltda. (à qual pertenceu até 1970); fundador (1955), diretor administrativo e financeiro da Confecções Abbud S.A.; presidente do Sindicato das Indústrias de Camisas e Roupas Brancas de São Paulo; diretor da Ordem dos Economistas de São Paulo e presidente da Cosesp – Companhia de Seguros do Estado de São Paulo.



Modesto Stama (1977–1980–1983)

Economista pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP (1964), advogado e PhD em Ciências Econômicas pela City University Los Angeles. Foi juiz do Tribunal de Impostos e Taxas da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e da Junta Comercial do Estado de São Paulo; conselheiro do Conselho Municipal de Tarifas; membro do Conselho Superior da Ordem dos Economistas. Foi vice-presidente da Ordem e do Sindicato dos Economistas de São Paulo; presidente da CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos); superintendente de Finanças da Sabesp (Saneamento Básico do Estado de São Paulo); diretor Comercial da Saec (Superintendência de Água e Esgoto da Capital); supervisor de Análise de Preços e Mercados na Cesp; chefe de Departamento de Pesquisa de Mercado e Preços na Cosipa e juiz Classista do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo.



Athayde Rosa (1981)

Economista formado pela Universidade de São Paulo em 1954; foi superintendente Financeiro da Comepa (Companhia de Melhoramentos de Paraibuna), chefe do Departamento de Economia e do Departamento Financeiro da Cesp, diretor econômico-financeiro da Comasp, da Sabesp e da CTBC (Companhia Telefônica da Borda do Campo); diretor-financeiro, vice-presidente e membro do Conselho de Administração do Banespa, presidente da Financeira do Banespa; diretor e presidente da Companhia Sudan Produtos de Tabaco, assessor e consultor do vice e do presidente da Telesp; diretor da ACM e vice-presidente da Ordem dos Economistas; membro fundador do Ibef, professor da Faculdade São Luiz.



José Wilson Saraiva (1982)

Economista pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1952) e contador pela Faculdade Integrada Campos Salles, com especialização em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, professor de Economia do Instituto Presbiteriano Mackenzie. Foi vice-presidente para Assuntos Culturais da Ordem dos Economistas no biênio 1967-68.



Luciano Galvão Coutinho (1984-1985-1990)

Economista pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (1968). Doutor em Economia pela Universidade de Cornell – EUA (1974). Professor titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Foi secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia de 1985 a 1988; diretor da LCA Consultores. Em 2008 assumiu a presidência do BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. Recebeu o Prêmio de Economista do Ano em 2008.



José Carlos de Souza Braga (1986)

Economista pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1970), mestre (1973) e doutor (1985) em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (1973) e pós-doutor pela University of California, Berkeley, EUA (1989); professor da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Foi secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas em 2003 e secretário especial de Abastecimento e Preços do Ministério da Fazenda 1985-1987.



Carlos Eduardo Ferreira Lobo (1987)

Graduado na Faculdade de Economia e Administração da PUC-SP em 1968, trabalhou na Secretaria de Economia e Planejamento do Estado e foi assessor de Gabinete de Planejamento Regional. Foi vice-presidente do Sindicato dos Economistas entre 1990 e 1993 e como presidente do Conselho Federal de Economia (1993) organizou o X Congresso Brasileiro de Economistas no Rio de Janeiro. Foi um dos incentivadores do movimento cultural da Praça Benedito Calixto.



Pedro Ronald Braga Borges (1988)

Membro do Conselho Regional de Economia – 2ª Região de 1986 a 1988, foi secretário-chefe da Casa Civil do governo do Estado do Maranhão.



Sideval Francisco Aroni (1989)

Economista pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (1978). Foi diretor Administrativo e Financeiro da Emplasa (Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A.), presidente do Cofecon (1994) e presidente da Ordem dos Economistas (1999-2001).



Carlos Antônio Luque (1991–1992)

Economista pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (1971), mestre, doutor e livre-docente em Economia pela mesma faculdade. É professor titular do Departamento de Economia da FEA-USP. Foi secretário adjunto da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo durante o período de 1995/2005 e presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo. É diretor-presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe.



José Roberto Araújo Cunha Jr. (1993–1994)

Economista pela Universidade Mackenzie. Mestre em Relações Internacionais pela Carleton University, Ottawa, Canadá. Doutorando em Administração na Faculdade de Economia e Administração – FEA-USP. Foi assessor da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. É assessor de Relações Internacionais do Sebrae-sp. É presidente do Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo (2008–2011) e professor-visitante de pós-graduação na University of International Business and Economics em Beijing, China.



Antônio Corrêa de Lacerda (1995–1996–1997)

Economista (1981) e Mestre (1998) em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (2003). É professor doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor convidado da Fundação Dom Cabral. Foi presidente da Sobeet-Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (2000–2005), presidente do Conselho Federal de Economia – Cofecon (1999), membro do Conselho Fiscal da Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras (1995–1997). É membro do Conselho Superior de Economia da Fiesp e do Conselho Temático de Política Econômica da CNI (Confederação Nacional da Indústria).



Carlos Roberto de Castro
(1998–1999)

Graduado e Pós-graduado em Ciências Econômicas pela PUC-SP, consultor de empresas da Ecofinance Consultoria s/c Ltda, presidente do Conselho Federal de Economia – Cofecon (2001-2004); membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES – da Secretaria Especial – Sedes – da Presidência da República (2003-2004); diretor regional da Federação Nacional dos Economistas – Fenecon (2004-2006); executivo da Abrafas – Associação Brasileira de Fibras Artificiais e Sintéticas (1979-2001), membro do Conselho Superior da Ordem dos Economistas do Estado de São Paulo desde 1994, professor “Honoris Causa” da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo (Fapesp – Fecap); Professor Titular da Universidade de Mogi das Cruzes (1979-1994) e da Faculdade de Economia São Luís de São Paulo (1994-1996).



Luiz Alberto de Souza Aranha Machado (2000–2001)

Economista pela Universidade Mackenzie; especialista em Desenvolvimento Latino-Americano pela Boston University; vice-diretor da Faculdade de Economia da FAAP e coordenador dos cursos in company da FAAP Pós-Graduação (2007); vice-presidente do Instituto Liberal, conselheiro do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial e conselheiro da Fundação Brasil Criativo.



Júlio do Amaral Büschel (2002)

Economista pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (1971). Foi diretor e coordenador internacional da Secretaria de Ciência e Tecnologia de São Paulo.



Synésio Batista da Costa
(2003-2004)

Economista pela Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (1982), vice-presidente da Ordem dos Economistas do Brasil, vice-presidente do Ciesp, membro do Conselho Superior da Fiesp, Presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, presidente da Abrinq - Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos.



Heron Carlos Esrael do Carmo
(2005-2006-2011)

Economista pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (1974), com Mestrado (1981), Doutorado (1988) e livre-docência (2004) em Economia pela mesma Faculdade (2004). Professor Livre-docente do Departamento de Economia da FEA-USP. Foi coordenador da pesquisa de Índice de Preços da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Conselheiro junto ao Conselho Federal de Economia - COFECON - para o triênio 2007-2009.



Wilson Roberto Villas Boas Antunes (2007)

Economista, foi executivo na Cesp e na CTEEP, membro do Conselho Curador da Fundação Cesp, diretor e membro do Conselho Deliberativo do Cespinvest, vice-presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Adecon, vice-presidente e membro do Conselho Superior da Ordem dos Economistas-SP, diretor do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo, assessor parlamentar na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e na Câmara dos Deputados. Foi secretário de Planejamento, Finanças, acumulando com a de Administração da Prefeitura de Atibaia.



Waldir Pereira Gomes (2008)

Economista e professor titular da Universidade Mogi das Cruzes, foi coordenador do curso de Ciências Econômicas da PUC-SP, vice-diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da PUC-SP e diretor da Faculdade de Economia e Administração da UMC. Foi diretor de Ensino Superior da Delegacia de Ensino do Ministério da Educação em São Paulo, diretor do Sindicato dos Professores de Mogi das Cruzes e Região, presidente da Associação de Docentes da UMC. Foi decano do Centro de Ciências Humanas da Universidade Mogi das Cruzes.



Antonio Luiz de Queiroz Silva (2009)

Possui graduação em Economia pela Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (1982) e mestrado em Contabilidade pela Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (1985). Foi professor da Faculdade de Economia São Luiz, Auditor Fiscal da Prefeitura Municipal de São Paulo, Diretor administrativo e financeiro da Faculdade Santa Marcelina e é diretor da Paulicon Consultoria Econômica e Financeira.



Pedro Afonso Gomes (2010, 2022-2023)

Economista, Perito em Economia e Finanças nos âmbitos Judicial, Extrajudicial e Arbitral, Consultor especializado em Recuperação e Reestruturação de Empresa e Facilitador em cursos e workshops para Economistas, Contadores, Administradores, Advogados, Magistrados, Empresários e Executivos em disciplina das áreas de Economia, Finanças e Gestão. Foi Presidente do Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo por três mandatos, entre 2014 e 2022.



**Nancy Goreti Gorgulho
Chaves Braga**
(2010)

Graduada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas e pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas Gerais (FACESM), é Mestre em Economia Política pela PUC São Paulo, pós-graduada em Economia do Trabalho pela Metrocamp e Doutora em Business Administration pela Flórida Christian University (EUA). É professora assistente do Grupo IBMEC, da Faculdade Metrocamp de Campinas e atua como consultora econômica de empresas.



Carlos Alberto Safatle
(05.2010-12.2010)

Professor do Departamento de Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Economista pela Faculdade São Luís com Mestrado (1995) e Doutorado (1998) pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.



Manuel Enriquez Garcia
(2012-2014 e 2016-2018)

Possui graduação em Economia pela Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (1970), mestrado em Economia pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da FEA/USP (1970) e doutorado em Economia pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da FEA/USP (1978). Atualmente é Professor Doutor da Universidade de São Paulo e Coordenador de estágio supervisionado da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Métodos Quantitativos em Economia. Presidente da Ordem dos Economistas do Brasil (2011-2014).



**Marco Antônio Sandoval
de Vasconcellos (2015)**

Economista pela Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), com mestrado (1977) e doutorado (1983) em Economia pela mesma faculdade. Professor do Departamento de Economia da FEA/USP e dos cursos de especialização, MBA e pós-graduação lato sensu da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Coordenador de cursos e projetos na Fipe, ex-membro da Comissão de Avaliação de Ensino de Economia (Avaliação das Faculdades e Provão) do Ministério da Educação, conselheiro do Conselho Regional de Economia de São Paulo, e ex-conselheiro do Conselho Federal de Economia.



Benjamin Teixeira Dourado (2019)

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade São Judas Tadeu, Mestre em Gestão de Negócios pelo Centro Universitário Sant'Anna e Mestre em Ciências pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN / Universidade de São Paulo - USP. Professor de Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Gestão de Recursos Humanos. Foi Vice-presidente da Ordem dos Economistas do Brasil (2015-2017) e Conselheiro da OEB (2018-2020).



Luiz Barsi Filho (2020-2021)

Economista, auditor de empresas e corretor de ações, mantém uma corretora, criou o método "Barsi de investimentos" e tornou-se um dos grandes investidores individuais da Bolsa de Valores de São Paulo. Foi editor de economia do jornal *Diário Popular*, editor de Mercado de Capitais da Revista *Marketing*

Relação de Funcionários do Coreon-SP em Outubro de 2023, ano de ingresso e cargo

Julio Cesar Poloni de Goes (2022, Gerente Executivo)
Bruna Fernandes Koski (2008, Coordenadora de Fiscalização)
Elisabeth Richter (2003, Coordenadora Administrativa)
Marcia Gomes Godoy Sá (2008, Coordenadora de Atendimento e Registro)
Marco Aurelio Martins de Freitas (2004, Coordenador de TI)
Rafael Tolentino Rodrigues (2003, Coordenador de Cobrança)
Denise Kelen dos Santos (2022, Coordenadora de Comunicação)
Júlia Goggi de Lima (2023, Assessora da Presidência II)
Marcela Sun Lee (2013, Assessora da Presidência I)
Neia de Souza Sá Teles (2021, Assessora da Presidência I)
Fabio Eduardo Moribe de Almeida (2004, Agente Fiscal II)
Clayton Jesus da Silva Souza (2015, Operador de TI II)
Ricardo Colantoni (2004, Operador de TI II)
Angelica Maria do Carmo Panzica (2013, Assistente Administrativa III)
Claudete da Silva Magalhaes (1990, Assistente Administrativa III)
Daniela Maria dos Santos Nascimento (2015, Assistente Administrativa III)
Claudio Ribeiro da Silva (2004, Assistente Administrativo V)
Gilberto Antonio Dias (2004, Assistente Administrativo V)
Ticiane Cristina Rocha Viana (2016, Assistente Administrativa V)
Carlos Antonio Brito Guimaraes (2015, Assistente Administrativo VI)
Edison Massami Mimura (2003, Auxiliar de Serviços Gerais)

Relação de Estagiários em Outubro de 2022

Amanda Fernandes Morais	Amanda Santos Alves
Carolina da Silva Beserra	Daniella Victoria Gomes
Diogo da Silva Vianna	Juliane Francine Cardoso
Leticia Brant Cruz	Marcella Fentanes Soares
Mariana Neri Longo	Marina Montilha Lopes de Souza
Millena Eiroz dos Santos Souza	Nubia dos Anjos de Souza

Medalha Ministro Celso Furtado – diplomas entregues (2012-2015)

Adélia Souza dos Santos	Antonio Rodrigues de Barros Júnior
Afonso Arthur Neves Baptista	Arthur Barrionuevo Filho
Afonso Ribeiro Mielli	Atílio Gerson Bertoldi
Alair Orlando Barão	Aurelino Levy Dias de Campos
Alisson David de Oliveira Martins	Benedito Ribeiro de Arruda Filho
Almir Ferreira de Sousa	Benjamin Teixeira Dourado
Alsino de Souza	Beranice Maria de Lima Torquato
Altivo Ferreira	Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Álvaro Barbosa dos Santos	Cândida Maria de Souza
Álvaro dos Santos Silveira Filho	Carlos Alberto Safatle
Álvaro Tunis Soares	Carlos Antonio Luque
André Franco Montoro Filho	Carlos Eduardo Chagas Gabas
André Gimael Ferraz	Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho
André Luiz Squarize Chagas	Carlos José Tozzi
André Rubens Didone	Carlos Rodrigues Lourenço
Angelo Bevillacqua Neto	Carmen Lucia Flo Cosenza
Antonio Carlos Afonso	Celina Martins Ramalho
Antonio Carlos de Lima	Celso Hamilton de Camargo
Antonio Carlos Lopes Granado	César Lopes
Antonio Carlos Piccolo	Charles Edwards Allen
Antonio de Cillo Leite	Cícero Liberal Yagi
Antonio Eduardo Poleti	Cláudio do Carmo Assis
Antonio Eufrásio de Toledo	Claudio Meneguello Cardoso
Antônio Eurípedes de Lima	Clovis Funari
Antonio Faria Neto	Clovis Panzarini
Antonio Fazzanni Bina	Dagoberto Eloy Lagoa
Antonio Flôres	Dalva da Silva Gomes
Antonio Inácio Buzzini de Oliveira	Délcio Camões Leal
Antônio Luiz de Queiroz Silva	Demosthenes Madureira de Pinho Neto
Antonio Luiz Gonçalves de Lima	Diego Lobarina Alvarez

Dilson dos Santos Gabriel	José Norival Munhoz
Domingos Somma	José Pascoal Vaz
Dr. Lázaro de Mello Brandão	José Ricardo Scareli Carrijo
Dyogo Henrique Oliveira	Jose Roberto de Araujo Cunha Júnior
Ed Thomas	Jose Tiacci Kirsten
Eduardo Henrique Accioly Campos	Josefa Barberá Molina Poleti
Eduardo Jose Monteiro da Costa	Karin Lehneri Portela Cerveira
Eliana Teixeira Guimarães	Laerte De Jesus Aliotti
Eliseu Gabriel de Pieri	Laerte Martins
Emilia Maria Martins de Toledo Leme	Laudo Natel
Erivaldo Lopes do Vale	Leonel Tinoco Netto
Fabio Jungmann Cardoso	Luciano Galvão Coutinho
Fernando de Aquino Fonseca Neto	Luis Artur Nogueira
Fernando Robert Lopes	Luiz Antonio de Miranda
Florianio Pesaro	Luiz Antonio Graciano
Francisco Assunção e Silva	Luiz Barsi Filho
Francisco Prisco Neto	Luiz Carlos Barnabé de Almeida
Francisco Rózsa Funcia	Luiz Carlos Cruz
Geraldo Cesar Almeida	Luiz Carlos Vinhas
Gil Marcos Clarindo dos Santos	Luiz Edson Feltrim
Gilson de Lima Garofalo	Luiz Gustavo Perez Macedo
Guilherme Augusto Caputo Bastos	Luiz Paulo Teixeira Ferreira
Hélio de Matos Ferraz	Luiz Sergio Scapelli Esteban
Hélio Neves Guerra	Manoel Henrique Gollegã Plácido
Heron Carlos Esvael do Carmo	Manuel Enriquez Garcia
Hidetaka Araki	Márcio Fernandes
Hidetto Nitta	Marco Antonio Batan
Hipólito Martins Filho	Marco Antonio Campanário
Iberê Luiz Di Tizio	Marco Antonio Sandoval De Vasconcellos
Jair Capatti Junior	Marcos Antônio Moreira Calheiros
Jayle Amaral de Modena	Marcos Cortez Campomar
Jefferson José da Conceição	Marcos Giannetti da Fonseca
João Carlos Fogalle	Marcos Roberto da Costa Garcia
João Maria Matos	Marcus Anselmo da Cunha Evangelista
João Pedro da Silva	Maria Alejandra Caporale Madi
Jordão da Silva Reis Neto	Maria Aparecida da Silva
Jorge Eduardo de Moura Albuquerque	Maria Inez Veira
José Almodova	Maria Regina Mancuzo Marques
José Dutra Vieira Sobrinho	Marino Mazzei Junior
José Frugis	Mary Brito Silveira
José Gonzaga de Araujo Porto Neto	Maurício Abdalla
José Homero Adabo	Mauro Fernando Gallo
José Melo de Oliveira	Miguel Colasuonno (<i>in memoriam</i>)

Miguel Roberto Tiacci Kirsten
Modesto Stama
Nélio Afonso Dell'artino
Nelson Antonio Pereira Camacho
Odair Nigosky
Orlando José Bolçone
Oswaldo Oshida
Oswaldo Rosin
Paulo César Adani
Paulo Dantas da Costa
Paulo Henri Blaser
Paulo Joel Bruno
Paulo Savatori Ponzini
Pedro Afonso Gomes
Raimundo Uezono
Ramon Barazal Alvarez
Reginaldo Emmerich De Souza
Regis Roberto Nori
Reinaldo Cesar Cafeo
Renata Miceli Zoudine
Renato Biondo
Ricardo Balistiero
Ricardo Tadeu Martins
Roberto Carvalho Cardoso
Roberto Guenji Koga
Rodrigo Antonio Maldonado Silveira

Rodrigo Thadeu de Macedo Gomez
Rouderval Alves Cruz
Rubens Yoshieiti Yonamine
Samy Dana
Serafim Fernandes Correa
Sergio Soares de Azevedo
Sérgio Tadeu Nabas
Sidiney Benedito de Oliveira
Silmar Sabini
Silvia Cristina da Silva Okabayashi
Silvio Ferraz Pires
Sonia Aparecida de Oliveira
Sonia Maria B. Franciscato Braga
Teruo Hida
The Liem Soenhoo
Vagner Albanesi
Varlino Mariano De Souza
Victor David
Vilmar Curto
Waldir Pereira Gomes
Waldomiro Piedade Filho
Walter Mallas Machado de Barros
Wilma Arlete Fischbacher Monteux
Wilson Abrahão Rabay
Wilson de Almeida Filho
Wilson Roberto Villas Boas Antunes

Comenda Mário Henrique Simonsen – Comendas entregues (2011-2015)

Adroaldo Moura da Silva	Florianio Pesaro
Afonso Arthur Neves Baptista	Francisco da Silva Coelho
Andre Franco Montoro Filho	Francisco Prisco Neto
Andrea Sandro Calabi	Francisco Vidal Luna
Antonio Carlos Coelho Campino	Gilberto Kassab
Antonio Correa de Lacerda	Guilherme Augusto Caputo Bastos
Antonio Luiz de Queiroz	Hamilton Sato
Armínio Fraga Neto	Heron Carlos Esvael do Carmo
Athayde Rosa	Hilton Liviero Pezzoni
Benjamin Teixeira Dourado	Jin Whan Oh
Bruno Covas Lopes	João Paulo de Almeida Magalhães
Carlos Alberto Rolim Zarattini	João Pedro da Silva
Carlos Alberto Safatle	Jorge Matsuda
Carlos Antonio Luque	José Anibal Gonçalves de Almeida
Carlos Antonio Rocca	José Anibal Peres de Pontes
Carlos Eduardo de Carvalho	José Dutra Vieira Sobrinho
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Jr	José Euzébio Cruz
Carlos Renato Barnabe	José Frugis
Carlos Roberto de Castro	José Roberto de Araújo Cunha Jr
Celina Martins Ramalho	José Roberto Mendonça de Barros
Celso Luiz Martone	Juarez Alexandre Baldini Rizzieri
Claudio Gonçalves dos Santos	Júlio Do Amaral Büschel
Edemir Pinto	Laudo Natel
Edmir Jose Abi Chedid	Lázaro de Mello Brandão
Eduardo Bittencourt de Carvalho	Leda Paulani
Eduardo Giannetti da Fonseca	Lineu Carlos Maffezoli
Eliana Anastasia Cardoso	Luciano Galvão Coutinho
Elizabeth Maria Mercier Querido Farina	Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Feliciano Nahimy Filho	Luiz Cláudio Marcolino
Fernando Damata Pimentel	Maílson Ferreira da Nóbrega

Manuel Enriquez Garcia
Marcel Domingos Solimeo
Marcelo Martinovich Dos Santos
Marcio Holland de Brito
Marco Antonio Sandoval De Vasconcellos
Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Maria Helena Zockun
Miguel Colasuonno
Milton Antonio Casquel Monti
Modesto Stama
Nancy Goreti Gorgulho Chaves Braga
Nello Ferrentini
Nelson Abbud João
Nelson de Almeida Prado Hervey Costa
Odilon Guedes Pinto Júnior
Orlando José Bolçone
Paul Israel Singer
Paulo Brasil Corrêa De Mello
Paulo Haddad
Paulo Henrique Coelho Prado

Paulo Joel Bruno
Paulo Nogueira Batista Jr
Pedro Ronald Maranhão Braga Borges
Pérsio Arida
Ricardo Izar Junior
Ricardo Simonsen
Roberto Brás Matos Macedo
Rubens Chammas
Sergio Eduardo Arbulu Mendonça
Sideval Francisco Aroni
Simão Davi Silber
Teruo Hida
Vera Martins da Silva
Victor David
Victorio Carlos de Marchi
Vitor Sapienza
Waldir Pereira Gomes
Walter Barelli
Wilson Abrahão Rabahy
Wilson Roberto Villas Boas Antunes

Fontes de pesquisa, bibliografia e créditos de imagens

1. Relatórios e Atas das Reuniões do Conselho

Conselho Regional de Economistas Profissionais – 2ª Região. Livros de Atas das Reuniões – 1953 a 1973.

Conselho Regional de Economia – 2ª Região. Livros de Atas das Reuniões – 1974 a 2023. Relatórios de Gestão 2015 a 2022

2. Legislação

BRASIL. *Diário do Senado Federal*. Ano LXII, nº 184. Brasília, 14 de novembro de 2007.

BUENO, Luiz de Freitas. *Coletânea de Legislação do Interesse das Faculdades de Ciências Econômicas. Tomo II. Legislação Federal, Volume 1º, Brasil Império*. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1964.

BUENO, Luiz de Freitas. *Coletânea de Legislação do Interesse das Faculdades de Ciências Econômicas. Tomo II. Volume 2º, Brasil República*. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1964.

3. Periódicos

Conselho Regional de Economia – 2ª Região informa. De jan/mar 1974 a out/dez 1976 (nº 1 a nº 12).

Boletim do Economista. Ago/1986 a dez/1987 (nº 1 ao nº 13).

Economia em Perspectiva. Nº 16, dez 1982/jan 1983.

Economia em Perspectiva. Nº 22, ago/set 1983.

Economia em Perspectiva. Nº 23, out/nov 1983.

Jornal do Economista. 1977 a 1979 (nº 13 a nº 17).

Jornal do Economista. 1989 a 2002 (nº 9 a nº 161).

Jornal O Economista. 2003 a 2007 (nº 162 a nº 222).

O Economista. 2008-2011 (nº 1 a nº 32).

Revista de Ciências Econômicas. Ano XIII, nº 68, setembro de 1952.

Revista de Ciências Econômicas. nº 1, 1968.

Revista de Ciências Econômicas, 1970.

Tribuna do Economista. Ano I, nº 2, out/dez 1969.

Tribuna do Economista. Ano II, nº 2, abr/jun 1970.

Tribuna do Economista. Ano II, nº 3, jul/set 1970.

Tribuna do Economista. Ano III, jan/mar 1971.

4. Bibliografia

- ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2014.
- BACHA, E. "O Plano Real: uma avaliação". MERCADANTE, A. (org.). *O Brasil pós-Real*. Campinas: Unicamp, 1997.
- BELLUZZO, L. & ALMEIDA, J. *Depois da queda*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BRESSER PEREIRA, L. *Macroeconomia da estagnação*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- CANABRAVA, Alice Piffer (coord.). *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, Volume 1*. São Paulo: FEA-USP, 1984.
- CARMO, Heron C. E. do e RIZZIERI, Juarez B. *Retrospectiva histórica e metodológica do IPC-FIPE*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1995.
- CONSELHO REGIONAL DE ECONOMISTAS PROFISSIONAIS – 1ª REGIÃO. *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro: CREP – 1ª Região, s/d.
- CONSIGLIO, Vespasiano. "Nota sobre os problemas do ensino brasileiro, principalmente de Ciências Econômicas". *Revista de Ciências Econômicas*, nº 1/1968.
- FERRARI, Fernando. "A Profissão de Economista". *Revista de Ciências Econômicas*. Ano XIII, nº 68, set/ 1952.
- GREMAUD, Amaury Patrick. *Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930)*. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1977.
- GREMAUD, A., SAES, F., TONETO JR., R. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Atlas, 1997.
- IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- MODIANO, E. "A ópera dos três cruzados: 1985-1989". ABREU, M. P. (org.). *A Ordem do Progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- RACY NETTO, Joaquim. "Esboço histórico do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo, 1935-1945" in CONSELHO REGIONAL DE ECONOMISTAS PROFISSIONAIS – 1ª REGIÃO. *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro: CREP – 1ª Região, s/d.
- WERNECK, Rogério. "Alternância política, redistribuição e crescimento, 2003-2010".
- ZOGAIB, Ubirajara Dib. "Discurso proferido na solenidade de instalação do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 2ª Região, realizada em 16 de novembro de 1953 na Biblioteca Municipal de São Paulo" in CONSELHO REGIONAL DE ECONOMISTAS PROFISSIONAIS – 1ª REGIÃO. *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro: CREP – 1ª Região, s/d.

5. Depoimentos para a 3ª edição de 2023

Antônio Correia de Lacerda • Carlos Alberto Safatle • Carlos Roberto de Castro
Fernanda Della Rosa • Gil Marcos Clarindo dos Santos • Gílson de Lima Garófalo
Marcel Domingos Solimeo • Odilon Guedes Pinto Jr. • Pedro Afonso Gomes
Waldir Pereira Gomes

Créditos das imagens

Acervo do Conselho Regional de Economia – 2ª Região São Paulo

Páginas 2, 3, 4, 12, 46, 63, 72, 73, 74, 75, 77, 88, 91, 92, 94, 95, 96, 99, 101, 102, 104, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 119, 120, 122, 124, 127, 128, 129, 130, 132, 135, 136 e 147 a 156 e 166 a 209.

Acervo da Ordem dos Economistas do Brasil (antiga Ordem dos Economistas de São Paulo)

Páginas 30, 32, 35, 36, 38, 41, 42, 45, 50, 56, 59, 60, 64, 65, 66, 78, 81, 83, 85, 86 e 87.

Acervo da Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP

Páginas 22, 28 e 52.

Acervo da Faculdade de Direito da USP

Páginas 14 e 17.

Livro *A Revolução dos Economistas*. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Economistas Profissionais – 1ª Região, s/d.

Páginas 25, 26, 48 e 55.

Livro *Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado 1920-1922* (São Paulo, Fecap/Letras&Letras, 1992).

Páginas 18 e 21.

Acervo pessoal Modesto Stama

Páginas 68, 71 e 85.

Acervo pessoal Maria Dolores Sobral Mayan

Páginas 89 e 100.

Site do Corecon

Páginas 144, 149, 152, 153, 156, 157, 159, 160, 161 e 162.

O Economista

Página 146.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S133h
3. ed.

Saes, Alexandre Macchione
História do Conselho Regional de Economia - 2a região - São Paulo / [pesquisa histórica e redação] Alexandre Macchione Saes, Flávio Azevedo Marques de Saes, Paula Macchione Saes ; [edição Monica Musatti Cytrynowicz, Roney Cytrynowicz]. - 3. ed., rev. e ampl. - São Paulo : Narrativa Um, 2023.
244 p. ; 28 cm.

ISBN 978-65-89301-13-4

1. Conselho Regional de Economia (2a. Região) - História. I. Saes, Flávio Azevedo Marques de. II. Saes, Paula Macchione. III. Cytrynowicz, Monica Musatti. IV. Cytrynowicz, Roney. V. Título.

23-86743

CDD: 330.98161
CDU: 330(815.6)(09)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

19/10/2023 24/10/2023



A história do Conselho Regional de Economia da 2ª. Região (Corecon-SP) inicia-se, de fato, 18 anos antes de sua instalação, mais precisamente no dia 11/01/1935, quando os primeiros 34 bacharéis em Ciências Econômicas formados no Estado de São Paulo reuniram-se e concluíram que unidos seriam fortes e que separados poderiam nunca consolidar a profissão; então criaram uma entidade provisória, que, quatro meses depois, transformou-se no atual Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo.

Não foi fácil convencer a sociedade e as autoridades do valor que o Economista poderia ter para o desenvolvimento econômico e social de São Paulo e do Brasil, mas, com muita criatividade, os pioneiros conseguiram firmar o conceito e a importância da nova categoria.

Este livro tenta resumir o que se realizou nestes 70 anos, fruto do trabalho dos Presidentes, Vice-Presidentes, Conselheiros, Delegados, Professores, Estudantes, Colaboradores, e, especialmente, dos Economistas, que são a razão da existência do Corecon-SP e que labutam no dia a dia da profissão, dignificando-a e elevando o nosso conceito perante a sociedade.

Pedro Afonso Gomes

Presidente do Corecon-SP na gestão 2023



CORECON **SP**
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

